

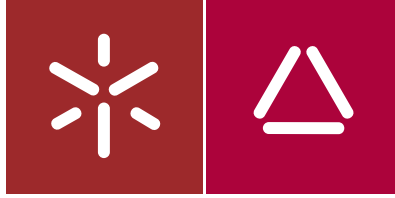


Maria Salomé Alves Dias

A fronteira enquanto espaço de partilha identitária, cultural e linguística: um estudo interpretativo da zona raiana de Melgaço

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Maria Salomé Alves Dias

A fronteira enquanto espaço de partilha
identitária, cultural e linguística: um estudo
interpretativo da zona raiana de Melgaço

Dissertação de Mestrado
Comunicação, Arte e Cultura

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Anabela Leal de Barros
Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro

DECLARAÇÃO

Nome: **Maria Salomé Alves Dias**

Endereço eletrónico: *mariaaldias.um@gmail.com* Telefone: **915 867 608**

Número do Bilhete de Identidade: **14293378**

Título dissertação:

A fronteira enquanto espaço de partilha identitária, cultural e linguística: um estudo interpretativo da zona raiana de Melgaço

Orientador(es):

Professora Doutora Anabela Leal de Barros

Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro

Ano de conclusão: **2017**

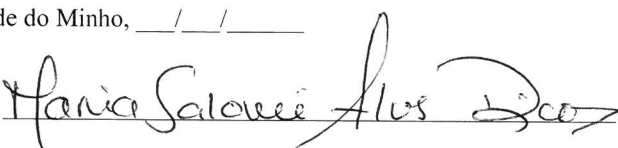
Designação do Mestrado:

Comunicação, Arte e Cultura

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura:



*Em memória de três Mulheres,
que me permitiram chegar aqui hoje:
a minha Avó Maria,
a minha Avó Joana,
a Francisca Guimarães.*

Agradecimentos

Um agradecimento será sempre vago para a imensidão de aprendizagens e pessoas que a presente dissertação me trouxe e, só por isso, me sinto verdadeiramente realizada. Na verdade, esta dissertação não é só minha, mas de muitos rostos e de muitas vozes que permitiram que o caminho se fosse construindo e se materializasse no presente documento.

À Professora Doutora Anabela Leal de Barros, pela orientação e motivação com que encorajou a realização deste trabalho, de quem retenho o entusiasmo e a sapiência.

À Professora Doutora Rita Ribeiro, pelos sábios conselhos e pela crença nas minhas motivações e no meu trabalho, preservo a admiração e a amizade.

Ao Professor Doutor Albertino Gonçalves, pelo pragmatismo, saber e experiência, que me abriram portas e me fizeram acreditar que o caminho era possível.

Ao Professor Doutor Álvaro Campelo, pela partilha de saber e pela disponibilidade em contribuir para o enriquecimento da presente dissertação.

À Angelina Esteves, pela forma como me acolheu e me abriu as portas no terreno, agradeço a bondade e a simpatia constantes.

A todas as instituições e respetivos responsáveis, que me abriram amavelmente as portas e me auxiliaram em toda a logística necessária no terreno.

Ao Valter Alves, pelo importante contributo no enriquecimento do trabalho de pesquisa documental.

A todos os meus amigos, que compreenderam as minhas ausências e me confortaram com as suas palavras nos momentos mais difíceis.

Àqueles a quem o agradecimento não cabe no peito: aos meus pais, aos meus irmãos e ao João, pela presença e amor fundamentais.

Àqueles que são os co-autores desta dissertação, a quem dedico o meu maior agradecimento e a minha mais profunda admiração: D.^a Almerinda, D.^a Pureza, D.^a Anésia, D.^a Maria F., D.^a Virgínia, D.^a Alice, D.^a Ângela, D.^a Idália, D.^a Maria R., D.^a Elvira, D.^a Ana, D.^a Alzira, D.^a Maria P., D.^a Olívia, D.^a Leonor, D.^a Palmira, D.^a Ana, D.^a Maria do Carmo, D. Albertina; Sr. José F., Sr. José E., Sr. António D., Sr. António S., Sr. Germano e Sr. Abel.

Impele a tua própria canoa, e não contes que outros te remem o barco. Partindo do ribeiro da infância e seguindo pelo rio da adolescência, empreendes uma viagem de aventura através do oceano da idade adulta em direcção ao porto de destino.

Hás-de encontrar dificuldades e perigos, baixios e tempestades, no percurso. Mas, sem aventuras, a vida seria sumamente insulsa. Com pilotagem atenta, navegação franca e persistência jovial, não há razão para que a tua viagem não constitua um êxito completo, por muito pequeno que seja o regato donde partires.

A Caminho do Triunfo, Baden-Powell

Resumo

A presente dissertação tem como propósito central empreender um estudo interpretativo da zona raiana de Melgaço, aos vários níveis que a compõem, nomeadamente social, cultural e linguístico. Assim, para uma melhor compreensão da identidade cultural da comunidade em estudo, tornou-se relevante atentar na especificidade da sua posição geográfica, particularmente, na influência que teve e tem a sua condição fronteiriça nos modos de ser, estar, viver e de falar dos seus habitantes.

Neste sentido, a fronteira tornou-se um conceito teórico de importância capital, em torno do qual foram debatidos outros de equivalente relevância para a investigação, como os de memória, identidade, cultura, tradição e linguagem, privilegiando-se uma análise diacrónica dos mesmos.

Aliando as perspetivas teóricas com o material empírico recolhido, no presente trabalho de investigação pretende-se: compreender de que forma a fronteira se constituiu como um espaço de oportunidades para a comunidade de Melgaço, analisando, para tal, o impacto social, cultural e demográfico dos fenómenos da emigração e do contrabando; aferir a importância da figura feminina e a evolução da sua posição social ao longo dos tempos e, também, averiguar a importância da fronteira enquanto espaço de partilha linguística, analisando as especificidades linguísticas e os traços caracterizadores ao nível fonético, fonológico, morfológico e lexical dos falares setentrionais, onde se insere a linguagem de Melgaço, tendo em conta, também, os elementos de afinidade com as línguas galega e castelhana.

Para o cumprimento dos propósitos supracitados priorizou-se, no presente estudo, uma metodologia de tipo qualitativo, valorizando-se os percursos de vida e os testemunhos dos informantes envolvidos.

A fronteira que separa a comunidade de Melgaço das comunidades raianas da vizinha Galiza sempre se constituiu como um espaço de permanente movimento e de troca, não só material e linguística, mas também simbólica e, apesar de ter perdido um lugar central nas vivências quotidianas dos melgacenses, constata-se que ainda hoje tem um lugar fundamental no seu imaginário.

Palavras – Chave: Fronteira; Memória e identidade; Contrabando; Emigração; Posição social da mulher; Partilha linguística; Falares setentrionais; Sociolinguística; História da língua portuguesa.

Abstract

The present dissertation has a main purpose to undertake an interpretative study of the border community in Melgaço, on its several levels namely social, cultural and linguistic. Thereby, for better understanding the cultural identity of this community, it became crucial to focus on its geographic particularities, mainly the influence that its condition had and still has on the ways of being, living and talking of the population.

In this sense, the border became a concept with capital importance around which equally-relevant concepts were discussed like the concepts of memory, identity, culture, tradition and language, favoring a diachronic analysis of the same.

By allying the theoretical perspectives with the empirical material this research has intended to: understand how the border built itself as a space of opportunities to Melgaço's community, by analysing the social, cultural and demographic impact of the emigration and smuggling phenomena; assess the importance of the feminine figure and its social position evolution throughout the XXth century, as well as, to consider the importance of the border as a space of linguistic sharing, by analysing the phonetic, phonological, morphological and lexical specificities of the northern language, where Melgaço's language insert on, also taking into account, the affinity with Galician and Castilian languages.

For compliance of the purposes mentioned above, a qualitative methodology was elicited using in depth interviews and life trajectories of the informants.

The border separating Melgaço's community from the neighbour Galicia's communities has always been a space of permanent movement and exchange, not only material and linguistic but also symbolic and, despite the fact of having lost a central place on the way of living of this community, it is a fact that even today it preserves a significant role in its imaginary.

Keywords: Border; Memory and identity; Smuggling; Emigration; Women's social position; Linguistic share; Northern language; Sociolinguistics; Portuguese language history.

ÍNDICE

Resumo	xi
Abstract	xiii
Índice de tabelas	xix
Siglas	xxi
Introdução	25
Capítulo 1 - Enquadramento teórico	29
1.1. Questões de fronteira	30
1.1.1. Perspetivas em torno do conceito de fronteira	30
1.1.2. Contexto luso-espanhol	33
1.1.3. A fronteira: espaço de partilha e de resistência	35
1.1.4. Fronteira, memória e identidade	37
1.1.5. O conceito de fronteira na era da globalização	39
1.1.6. Contexto português	40
1.2. Cultura popular – contextos, perspetivas e transfigurações	42
1.2.1. Em torno do conceito de <i>cultura popular</i>	42
1.2.2. A cultura popular e a política ideológica do Estado Novo	45
1.2.3. Instrumentos de legitimação da “cultura do povo”	48
1.3. O papel da etnografia e do folclore	50
1.3.1. Literatura popular – sobre o <i>povo</i> e do <i>povo</i>	52
1.4. Tradição e modernidade – novos contextos	56
Capítulo 2 - Enquadramento histórico	61
2.1. O Estado Novo – projeto político de poucos, para ser obedecido por todos	61
2.2. As missões do regime – educar, evangelizar e colonizar	63
2.3. A instabilidade do regime – as crises políticas e sociais do pós-Guerra	67
2.4. O outro lado da crise – o problema da emigração	70
2.5. Fundamentos da perenidade do regime e transição para a democracia	73
Capítulo 3 - Enquadramento metodológico	77

3.1. Metodologia.....	77
3.2. Questões de investigação.....	78
3.3. Procedimentos de investigação e contextos de recolha de dados.....	79
3.4. Informantes.....	83
3.5. Tratamento e análise dos dados.....	88
Capítulo 4 – Melgaço: um território de fronteiras.....	93
4.1. Caracterização geográfica.....	93
4.1.1. Do <i>monte à ribeira</i> : caracterização do espaço físico, social e cultural.....	94
4.2. Caracterização demográfica.....	96
Capítulo 5 - A fronteira enquanto espaço de resistência: o contexto melgacense ..	99
5.1. O contrabando como prática de resistência e sobrevivência.....	100
5.1.1. O contrabando no tempo da guerra e da ditadura.....	101
5.1.2. Do dever da farda à cumplicidade oculta – a posição das forças policiais perante o contrabando.....	104
5.1.3. Do familiar ao profissional – as múltiplas formas do contrabando.....	108
5.1.4. Benefícios.....	112
5.2. Emigração – uma segunda via de resistência.....	113
5.2.1. Motivações para a saída do território nacional.....	115
5.2.2. O fenómeno da emigração e as políticas do Estado Novo.....	117
5.2.2.1. Estratégias e entraves à passagem da fronteira – o peso da clandestinidade.....	119
5.2.2.2. O papel da mulher no percurso migratório.....	125
5.2.3. Emigração – transformações demográficas, económicas, sociais e culturais.....	129
5.3. A posição da mulher na sociedade portuguesa – perspetiva histórica.....	133
5.3.1. A mulher na sociedade do Alto Minho.....	138
5.3.2. A literatura popular e a figura feminina no imaginário melgacense.....	146
Capítulo 6 - A fronteira enquanto espaço de partilha linguística.....	149

6.1. A evolução da língua – perspetiva histórica.....	150
6.2. As especificidades linguísticas da comunidade melgacense	152
6.2.1. Particularidades fonéticas e fonológicas	156
6.2.2. Particularidades morfológicas	161
6.2.3. Particularidades lexicais	165
Considerações Finais	171
Bibliografia	175
Webgrafia	183
Anexos	187
Anexo 1 – Estrutura da entrevista ao Professor Álvaro Campelo	189
Anexo 2 – Estrutura da entrevista a Valter Alves	191
Anexo 3 – Tabela de caracterização dos informantes	193
Anexo 4 – Diagrama de projeção do estudo de campo	195
Anexo 5 - Guia geral do estudo de campo.....	199
Anexo 6 - Guião de entrevista	203
Anexo 7 - Autorização de utilização de imagem e som	207
Anexo 8 – Contrabando: excertos de entrevistas.....	209
Anexo 9 – Emigração: excertos de entrevistas.....	217
Anexo 10 - Posição social da mulher na comunidade melgacense: excertos de entrevistas	229
Anexo 11 – Estrutura da entrevista ao Professor Albertino Gonçalves	235
Anexo 12 – Tabela ilustrativa do número de ocorrências de palavras selecionadas para análise linguística	237
Anexo 13 – Especificidades linguísticas do concelho de Melgaço: excertos de entrevistas	243
Anexo 14 – Mapa do concelho de Melgaço	245

Índice de tabelas

Tabela 1- Caracterização dos Informantes	194
Tabela 2 – Número de ocorrências das palavras selecionadas nas entrevistas para análise linguística	241

Siglas

CEE – Comunidade Económica Europeia
FNAT – Federação Nacional para a Alegria no Trabalho
GNR – Guarda Nacional Republicana
INE – Instituto Nacional de Estatística
JCCP – Junta Central das Casas do Povo
MAP – Museu de Arte Popular
MPF – Mocidade Portuguesa Feminina
OMEN – Obra das Mães para a Educação Nacional
ONU – Organização das Nações Unidas
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado
PVDE – Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado
SNI – Secretariado Nacional de Informação
SPN – Secretariado de Propaganda Nacional
UE – União Europeia

**A fronteira enquanto espaço de
partilha identitária, cultural e
linguística:**

**Um estudo interpretativo da zona
raiana de Melgaço**

Introdução

A presente investigação visa empreender um estudo interpretativo da comunidade fronteiriça de Melgaço, articulando as várias camadas analíticas que a compõem: social, cultural e linguística. Neste sentido, este estudo tem a ambição de compreender realidades tão fundamentais da dimensão humana como a identidade e a memória (individual e coletiva), a cultura e a língua, explorando, para tal, os percursos de vida e os testemunhos dos habitantes desta comunidade raiana.

A consolidação da problemática de investigação foi resultado de um processo de constante questionamento e reformulação o que, por si só, tornou esta investigação um desafio aliciante, não só a nível académico, mas também a nível pessoal. Comecei por delinear um projeto centrado nas questões da língua e da identidade, procurando fazê-lo pela recolha e estudo da literatura oral, contudo a riqueza e a diversidade dos testemunhos orais recolhidos levou-me a pensar as questões de fronteira de uma forma mais ampla, atendendo também a outros aspetos igualmente relevantes na história da comunidade raiana de Melgaço, como a experiência do contrabando e da emigração e, também, a evolução e afirmação social da figura feminina dentro do seu espaço familiar e comunitário.

Para conseguir aprofundar o conhecimento do terreno e para desenvolver, posteriormente, uma leitura e interpretação do contexto social em análise, privilegiei uma metodologia de tipo qualitativo, mais especificamente uma abordagem etnográfica. Esta opção metodológica levou-me à constante (re)interpretação da realidade em estudo, na tentativa, sempre entusiasta, de desvendar os seus significados mais profundos. Neste sentido, foram realizadas visitas regulares ao terreno, com vista à recolha de dados, feita, sobretudo, através de captação de testemunhos locais, materializados em entrevistas.

Além do referido, foi fundamental para uma leitura e interpretação mais profícuas da realidade em estudo, realizar um aprofundamento teórico de conceitos fundamentais como os que envolvem as questões de fronteira, nomeadamente o próprio conceito de *fronteira* e, em torno deste, a questão da *identidade* e da *memória*, em consonância com as dimensões da *língua* e da *cultura*.

O facto de Melgaço ser uma comunidade de fronteira cujas dinâmicas sociais, culturais, laborais e linguísticas dependeram, em tempos, quase exclusivamente dos movimentos pela raia levou a que, inevitavelmente, me interessasse o efeito da fronteira na vida dos melgacenses.

A fronteira, além de constituir um espaço limiar e extremamente fluído, constituiu-se também para esta comunidade como um espaço de oportunidades. Foi sempre um lugar de encontros, um espaço de articulação com *o outro*; foi muito mais do que uma linha divisória do território, foi uma ponte para diferentes – e ao mesmo tempo próximas – realidades sociais, culturais e linguísticas.

Neste estudo, pretendo mostrar que a fronteira não tem só um significado material, mas também um importante significado simbólico e afetivo na vida dos melgacenses. Para a comunidade de Melgaço, que dela sempre viveu e que com ela sempre conviveu, a fronteira ocupa um espaço fundamental na memória e é um traço definidor da sua identidade.

Aqui, memória e identidade são entendidas como duas faces não descartáveis da mesma moeda e permitem dar sentido às vivências individuais e coletivas desta comunidade. Tanto a memória, como a identidade são fundamentais para o conhecimento da realidade local; são patrimónios construídos pelo que é partilhado a cada instante, sendo, por isso, dimensões mutáveis e em permanente construção; abarcam âmbitos tão fundamentais como a língua e a cultura, dimensões que veiculam valores, práticas e conhecimentos reconhecidos e partilhados.

A fronteira de Melgaço será então entendida como um espaço de mistura e de contaminação, como um espaço de partilha cultural e linguística que, apesar das transfigurações por que foi passando ao longo dos tempos, se revela como uma realidade que está intrinsecamente enraizada na realidade e no imaginário locais.

Este estudo foi estruturado em seis capítulos.

No primeiro capítulo – *Enquadramento teórico* – abordam-se as questões de fronteira, nomeadamente as várias perspetivas teóricas em torno deste conceito, enquadrando-se historicamente o contexto luso-espanhol. Tratam-se, também, as dimensões fundamentais para a compreensão da *fronteira* enquanto espaço de partilha e de resistência, nomeadamente a referência às questões da emigração, do contrabando e da partilha linguística. Ainda neste contexto, é feita uma abordagem à *fronteira* enquanto dimensão fundamental da *memória* e da *identidade*, havendo ainda espaço para uma abordagem do conceito de *fronteira* na era da *globalização*, tendo em consideração o contexto português.

Neste capítulo, é ainda feito um enquadramento relativo ao conceito de *cultura popular*. São igualmente consideradas as várias perspetivas construídas em torno do mesmo, dando particular relevo à ideologização e instrumentalização da cultura popular

no período de vigência do Estado Novo, considerando o importante papel da etnografia e do folclore e, dentro destes, da literatura popular. Além do referido, considera-se, também, o papel da *tradição* – dimensão fundamental da *cultura popular* – nos novos contextos da *modernidade*.

No segundo capítulo – *Enquadramento histórico* – faz-se uma breve caracterização do regime político do Estado Novo, dando-se realce às suas principais ideologias e ações governativas, bem como aos seus protagonistas. Consideram-se também as grandes crises do regime e o processo de transição para a democracia. A pertinência deste capítulo não é alheia ao facto de ele permitir compreender o contexto social, político e económico que dominou grande parte do século XX português, e que acabou por ter um impacto considerável, no contexto das comunidades raianas, na evolução dos fenómenos da emigração e do contrabando, bem como no tocante ao lugar social da mulher.

No terceiro capítulo – *Enquadramento metodológico* – descreve-se a estratégia de investigação e a opção metodológica seguidas para a realização deste trabalho. Procedese, também, a uma caracterização dos informantes que contribuíram para a realização do presente estudo, bem como uma descrição do método seguido na análise dos dados empíricos recolhidos.

No quarto capítulo – *Melgaço: um território de fronteiras* – é feita uma caracterização geográfica da zona em estudo, tendo em conta não só a sua especificidade raiana, mas também a sua heterogeneidade espacial e cultural interna, mais especificamente a particular distinção entre as zonas de Montanha e as de Ribeira. Procedese ainda a uma breve caracterização demográfica do concelho, para se compreender de forma mais clara a atual realidade social local.

No quinto capítulo – *A fronteira enquanto espaço de resistência* – analisam-se, tendo em conta o material empírico recolhido, os fenómenos do contrabando e da emigração, no contexto melgacense. Estas duas dimensões são analisadas à luz de uma temporalidade histórica precisa – o tempo das ditaduras (Salazarista e Franquista) e o tempo das Guerras (Guerra Civil Espanhola e IIª Guerra Mundial). Aqui tem-se em perspectiva, não só a ação das forças governativas e policiais perante estes fenómenos, mas sobretudo as estratégias de resistência locais face aos entraves do poder central, dando especial enfoque ao peso da clandestinidade na prática das atividades consideradas. Ainda neste contexto, analisam-se, numa perspectiva diacrónica, os impactos económicos, sociais, culturais e demográficos da emigração e do contrabando na sociedade melgacense.

É ainda considerada uma outra dimensão que se perspetiva fundamental para uma melhor compreensão da comunidade em estudo, que se reporta à evolução da posição social da mulher, não só na sociedade portuguesa em geral, mas também, e sobretudo, no contexto melgacense, em particular. Neste sentido, analisam-se a postura e ação da mulher perante os fenómenos da emigração e do contrabando, bem como o seu papel enquanto gestora e zeladora do património familiar e da estabilidade da comunidade, sobretudo a partir dos anos sessenta, aquando da grande vaga de emigração masculina. Há ainda lugar no capítulo para uma análise da figura feminina no campo do imaginário, tendo em conta algumas das recolhas de literatura oral fornecidas pelos informantes.

No sexto capítulo – *A fronteira enquanto espaço de partilha linguística* – é dado enfoque à importância da língua enquanto instrumento de ligação e traço definidor de identidade. A língua é, também ela, uma dimensão fundamental da cultura local, sendo igualmente partilhada entre comunidades raianas; é, sobretudo, um instrumento de proximidade e reforça, neste contexto, a ideia de *fronteira* enquanto espaço partilhado. A língua, tal como a cultura, é um objeto em constante movimento e reinterpretação. Neste sentido, neste capítulo realiza-se uma abordagem sincrónica e diacrónica de aspetos linguísticos, com especial atenção para algumas das particularidades partilhadas pelos falantes melgacenses, salientando-se e relacionando-se aspetos fonéticos, fonológicos, morfológicos e lexicais típicos dos falares setentrionais, mais especificamente dos falares do Alto Minho, presentes nos discursos dos informantes, muito em particular aqueles que são partilhados e/ou próximos dos falares galegos e castelhanos.

A presente dissertação encerra com as *Considerações finais*, nas quais se explicitam as principais conclusões alcançadas ao longo do percurso de investigação, bem como as limitações achadas ao longo do tempo, esboçando-se, igualmente, algumas linhas de trabalho futuro.

Capítulo 1 - Enquadramento teórico

No enquadramento teórico da presente dissertação, é importante dar ênfase a duas temáticas centrais. A primeira compreende as questões relacionadas com a fronteira, que se revelam centrais, tendo em conta que a localidade em estudo, Melgaço, se situa geograficamente numa zona limítrofe. Esta especificidade geográfica marcou de forma indelével todas as estruturas da sociedade melgacense, nomeadamente a estrutura social, cultural e linguística e também a estrutura demográfica, política e económica.

Neste sentido, darei ênfase analítica à evolução histórica do conceito de *fronteira* e, também, às transfigurações que o mesmo foi sofrendo na contemporaneidade, trespassada pela globalização. Além do referido, indagarei, igualmente, sobre a fronteira enquanto espaço de construção de identidade e de memórias, e que envolve aspetos culturais e sociais de relevância (como a partilha linguística ou, de igual modo, a partilha de costumes, crenças, tradições e práticas).

Uma segunda temática fundamental desta pesquisa relaciona-se com as conceptualizações acerca da cultura popular, tentando enquadrá-las no contexto português e à luz de uma temporalidade histórica precisa, o Estado Novo.

Assim, irei conferir realce à questão da instrumentalização da cultura popular enquanto protótipo ideológico do regime, atendendo aos modos e aos meios que propiciaram a sua legitimação; aqui, concederei particular atenção aos contributos de disciplinas como a etnografia e a antropologia, estendendo a análise, igualmente, às questões que envolvem a literatura popular/tradicional, tanto neste período como em períodos precedentes e subsequentes.

Além do exposto, debruçar-me-ei ainda sobre as questões que envolvem a tradição e a modernidade, nomeadamente as dimensões que envolvem a transfiguração da tradição nos contextos da “modernidade” / “pós-modernidade”. Para tal, terei como linha orientadora as perspetivas teóricas de Anthony Giddens, refletidas nas obras *As Consequências da Modernidade* (2002) e *Modernização Reflexiva* (2000), esta última realizada em co-autoria com Ulrich Beck e Scott Lash.

1.1. Questões de fronteira

Na primeira parte do presente enquadramento teórico torna-se relevante abordar o conceito de *fronteira*, os seus múltiplos espaços de partilha (entre eles, os espaços de partilha cultural, social e linguística) e a sua importância e influência nos aspetos referentes à memória e identidade (Cunha, 2006; Amante, 2007). Importa considerar aqui também as questões que envolvem a transfiguração do conceito de fronteira no período da globalização (Marchueta, 2002), alterações significativas que marcaram a dinâmica vivencial dos espaços raianos.

Como se referiu no ponto anterior, a fronteira tornou-se um objeto de análise teórica pertinente devido ao facto de a zona em estudo, Melgaço, se situar geograficamente numa zona limítrofe (três quintos do seu território avizinham com a Galiza), sendo este um dos concelhos de Portugal com maior extensão de fronteira – 61 km na sua totalidade, incluindo 39 km de fronteira fluvial (19 km pertencentes ao rio Minho) e 22 km de fronteira terrestre (Gonçalves, 2008: 244).

Compreende-se, face ao exposto, que a fronteira marcou de forma indelével os modos de vida da população melgacense, enformou a sua memória e identidade, foi um instrumento útil nas suas estratégias de sobrevivência e resistência, tendo, de igual modo, permitido um amplo espaço de partilha, que vai muito além da partilha territorial/geográfica.

Antes de me debruçar especificamente sobre a realidade melgacense, é pertinente observar as várias construções feitas em torno do conceito de *fronteira*, perceber as suas diversas dimensões e transfigurações para, posteriormente, determinar o seu impacto na zona específica de Melgaço.

1.1.1. Perspetivas em torno do conceito de fronteira

Dilucidar o conceito de *fronteira* é refletir sobretudo sobre a pluralidade de perspetivas e de leituras teóricas que o compõem. Esta abrangência deve-se ao facto de o conceito de *fronteira* ser um conceito amplo e de, pela sua latitude, ter sido construído sob diversos pontos de vista. Segundo Amante (2007), esta situação prende-se com o facto de a fronteira ser uma noção pertencente ao domínio social, dando origem a

interpretações polissémicas, tal como acontece com os domínios da *cultura* e da *identidade*, como se verá posteriormente.

Luís Cunha (2006: 75) sublinha a ideia de que a fronteira é sobretudo um produto de uma constante construção histórica, que vai sofrendo alterações consoante, precisamente, os contextos históricos por que vai passando. Uma ideia que parece consensual relativamente ao conceito de *fronteira* é aquela que remete para a ideia de clivagem e separação entre territórios cívico-políticos, ou seja, a ideia de fronteira enquanto espaço de delimitação precisa de uma povoação, região ou Estado (Moreira, 2002: 11). Aqui, é importante ressaltar o princípio da territorialidade que está inteiramente relacionado com os pressupostos da soberania do Estado (Marchueta, 2002; Cunha, 2006; Amante 2007).

No século XIX, a fronteira, segundo Maria Regina Marchueta (2002: 30), “surge como um elemento estruturante da nação, representando, ao mesmo tempo, um dos componentes do exercício do poder”. Não só no século XIX, mas também no século XX, a fronteira emerge, sobretudo, como um importante complemento da noção de *território* e como critério de reforço do poder político. Além do exposto, a fronteira contribuía, de igual modo, para a “integração dos indivíduos e o desenvolvimento do respectivo sentido de pertença” (Marchueta, 2002: 107). Esta passa, então, a incorporar uma função diferenciadora e também reguladora, na medida em que distingue e divide grupos sociais, ao mesmo tempo que os organiza.

Verifica-se então, numa perspetiva mais política, que, com a edificação dos Estados-nação, cuja ideologia se baseava em três pilares fundamentais que eram a nação, o território e o povo, se enfatizaria uma governação política em que, segundo Marchueta (2002: 29), as fronteiras ao nível linguístico, cultural e económico coincidem com as fronteiras delimitadas pelo Estado, levando-o a um maior isolamento. Assim, a fronteira determinava, sobretudo, “a diferenciação entre duas sociedades territorialmente localizáveis e simbolicamente separadas” (Marchueta, 2002: 103).

Noutro sentido, e esta é outra ideia que parece concordante em todos os autores referidos, a fronteira também tem uma função agregadora e relacional, e é neste confronto de leituras que reside o seu carácter ambíguo. Para lá da divisão político-administrativa, existe uma fronteira que também promove uma rede de relações sociais entre comunidades raianas. Como refere Maria de Fátima Amante (2007: 27), “a fronteira [não evoca] apenas a diferença, mas também a mistura, a convergência entre dois universos”.

Nesta perspetiva, a fronteira assume uma dupla face: por um lado, ao nível político e jurídico, separa, por outro, ao nível das relações e partilha sociais, agrega.

A polissemia do conceito de *fronteira* deve-se ao facto de resultar de uma construção social, pelo que ao princípio que a concebe como linha divisória se contrapõe um princípio de unificação, compondo a fronteira “duas faces da mesma moeda” (Cunha, 2006: 81). Luís Cunha (1999: 90; 2006: 100) e Maria de Fátima Amante (2007: 45), tendo em conta a ambiguidade deste conceito, procedem a uma diferenciação daquilo que entendem englobar a noção de *fronteira* e a noção de *zona fronteiriça* e *raia*, respetivamente.

Para ambos os autores, o conceito de *fronteira* tem uma conotação mais jurídico-política, com uma função mais administrativa, que remete para a ideia já abordada de limite e separação. Por sua vez, tanto a *zona fronteiriça* como a *raia* têm uma conotação mais abrangente, que se estende para lá da linha de demarcação, sendo uma “zona de influência, de contactos, de encontro e interação, de movimento de bens e pessoas” (Amante, 2002: 45) e um “espaço de articulação dos raianos” (Cunha, 1999: 90). Apesar de terem entendimentos diferentes, ambos os conceitos (de *fronteira/zona fronteiriça* e *raia*) se complementam e são fundamentais para se perceberem as dinâmicas do espaço raiano.

Tendo em conta esta última distinção, particularmente relevante, procurarei desconstruir a ideia de *fronteira* enquanto espaço de influência e de partilha, pois é esta vertente, para lá do plano político, que é particularmente relevante em termos antropológicos: a fronteira enquanto espaço simbólico.

Neste sentido, outra ideia que parece ser partilhada pelos três autores que venho referindo é a de que a fronteira pressupõe movimento, de bens, pessoas e ideias, sendo a mobilidade uma característica que lhe está inerente. A fronteira constitui uma “zona de trânsito” (Amante, 2007: 37), que acaba por influenciar também a ideia que se foi criando da fronteira como um espaço simultaneamente contínuo e descontínuo, caracterizado pelo seu hibridismo.

Relativamente à última característica considerada, Amante (2007: 219) afirma: “a vida da raia sempre foi marcada por um hibridismo que era resultado da proximidade da cultura espanhola e da convivência com o outro que vivia do outro lado da raia”, marcando assim a ideia de que a fronteira para além dos limites considerados, é um espaço de permanente contacto e partilha. O contrabando e a emigração contribuiram para o acentuar deste hibridismo, como se compreenderá posteriormente.

A fronteira é, também e sobretudo, um espaço permeável, poroso, construído através de uma rede de relações entre as comunidades dos dois lados da raia, levando a um intercâmbio material e simbólico que marca as narrativas e as memórias da população. Estas relações peculiares também foram resultado, em certa medida, da interioridade e marginalidade, não só em termos geográficos, mas também sociais e políticos, características das zonas raianas. O afastamento dos grandes centros urbanos e políticos, levou as comunidades da raia a construir alternativas para uma melhor vivência e convivência com as populações que partilhavam a mesma realidade.

Apesar do que fica dito, as comunidades raianas não deixaram de entender a fronteira “como um limite estabelecido entre o próprio, o conhecido, no âmbito da sua vida quotidiana, e o desconhecido, o estranho” (Amante, 2007: 107), que foi sendo superado pelas necessidades e contingências de ambos os lados. Assim, a fronteira, passou a ser entendida como um refúgio, em vicissitude das guerras e como um recurso, face às consideráveis carências económicas.

Como é possível verificar, são múltiplos os entendimentos que o conceito de *fronteira* suscita, encarada como um limite, como uma descontinuidade e também como uma oportunidade e um “modo de vida”, não sendo estanque, mas móvel e permeável. A fronteira é, sobretudo, uma “construção social mental à qual está associado todo um conjunto de crenças e preconceitos” (Amante, 2007: 62).

1.1.2. Contexto luso-espanhol

Para se compreender da melhor forma as especificidades que caracterizaram a raia luso-espanhola, tem que se perceber primeiramente como surgiram as relações entre as comunidades dos dois lados da raia. Para tal, torna-se essencial centrar a atenção sobre a tão importante componente histórica que marcou a definição da raia da Península Ibérica. Como sublinha Maria de Fátima Amante (2002: 97), mais do que uma fronteira de nível geográfico, a fronteira luso-espanhola é, sobretudo, uma fronteira com uma forte componente histórica.

Primeiramente, deve-se referir a sua antiguidade. Em 1864, é assinado o Tratado dos Limites entre Portugal e Espanha, considerado como o “acto fundacional” (Cunha, 2006: 77) da definição do território, com configurações semelhantes às do presente. Porém, anteriormente, no ano de 1297, com o Tratado de Alcanices, a fronteira luso-

espanhola já se havia começado a estabelecer politicamente. Verificava-se, então, uma progressiva territorialização oficial que acabaria por manifestar uma “tensão entre a ideia de fronteira como linha separadora, produto de uma vontade soberana, de espaço singularizado” (Cunha, 2006: 75). Além da antiguidade, deve-se atentar também na sua dimensão: a fronteira luso-espanhola tem uma extensão total de mais de 1200 km, preenchidos por uma diversidade de espaços, verificando-se que a fronteira, além da antiguidade, remete também para o “multilocalismo” (Cunha, 2006; Amante, 2007). Estas duas particularidades são, segundo Amante (2002: 97), indicadoras da sua durabilidade.

Além dos aspetos referidos, convém realçar o facto de a linha de demarcação da fronteira não ter sido conseguida sem conflitos. Como refere Luís Cunha (2006: 92), “é a rivalidade entre as comunidades locais que a linha de demarcação separa que está na origem da fronteira terrestre, entre os dois países”, já verificada desde o século XII, revelando o papel fundamental das populações na demarcação do seu território. Aqui, é importante referir a conceção de *fronteira* das populações em contraponto com a do Estado, pois segundo o autor referido, a história da fronteira luso-espanhola engendrou-se sempre no “balanceamento entre a sua utilização como recurso pelas populações e como instrumento de gestão pelos vários níveis do poder” (Cunha, 2006: 82).

No século XX, no auge dos regimes autoritários, que perpassaram por ambos os países ibéricos (Estado Novo, em Portugal, Franquismo, em Espanha), há de novo um fechamento e contenção das fronteiras, o que acentuará o desenvolvimento de atividades clandestinas, como o contrabando e, posteriormente, a emigração. Neste período, a fronteira torna-se um amplo espaço de novas oportunidades e, como se verá, são consolidadas as relações entre as comunidades dos dois lados da raia. Neste sentido, verifica-se nestas comunidades uma situação homogénea: ambas tinham idênticos modos de vida, idênticas práticas; ambas estavam geograficamente afastadas dos grandes centros do poder e, no passado, ambas optaram por idênticas estratégias de sobrevivência. Como refere Adriano Moreira (2002: 11), “paisagens (e modos de vida) estiveram sempre aparentados” e permitiram a durabilidade de relações.

A homogeneidade referida também se verifica no isolamento e no envelhecimento da população que marca o período contemporâneo. Segundo Luís Cunha (2006: 83), a partir da segunda metade da década de setenta, acentua-se o carácter “periférico” e “deprimido” da área fronteiriça luso-espanhola. Como posteriormente se verá, a entrada de ambos os países na Comunidade Económica Europeia e a paulatina liberalização das

fronteiras, geraram alterações significativas na vida da raia, cujas consequências ainda hoje são visíveis.

1.1.3. A fronteira: espaço de partilha e de resistência

Como se tem vindo a referir ao longo do presente capítulo, a fronteira além de ser um espaço que marca de forma precisa o território de uma nação, tem também uma outra dimensão que, como já se viu, se prende sobretudo com a partilha de práticas, modos de vida e formas de cultura. Esta partilha engloba a deambulação no espaço, trocas económicas e partilha de traços sociais e culturais. Registou-se, durante longos períodos de tempo (sobretudo em todo o século XX), num movimento permanente entre as comunidades fronteiriças de ambos os lados da raia, tanto de bens e de pessoas, como de ideias.

A esta partilha tão marcante entre as populações da raia, Luís Cunha (2006) e Maria de Fátima Amante (2007), seguindo o pensamento de Uriarte, chamam de “cultura de fronteira”. A *cultura de fronteira*, segundo Uriarte, “caracteriza[va]-se por uma fluida permeabilidade sociocultural que estrutura[va] uma forte interdependência simétrica entre os povos fixados de um e de outro lado da raia, em toda a sua largura e extensão” (Uriarte *apud* Amante, 2007: 252). Este tipo de cultura solicitava relações de reciprocidade e dependência mútua e, além disto, a partilha de similares códigos culturais. Segundo Amante (2007: 252), o código cultural partilhado pelos dois lados da fronteira tinha a particularidade de não ser somente português ou espanhol, mas especificamente raiano, e caracterizava-se por dois aspetos fundamentais: o hábito significativo de deambular pela fronteira e o bilinguismo (*idem*: 245).

O bilinguismo é uma das características mais expressivas desta partilha raiana. Devido ao constante movimento e contacto de ambos os lados da raia, propiciou-se a permuta de especificidades linguísticas e a familiarização com a língua *do outro* (Amante, 2007: 248). Luís Cunha (2006: 106) refere que a língua é um “bem cultural essencial” e permite compreender a especificidade e profundidade das relações estabelecidas na raia. Em Melgaço, como se verá posteriormente, não se verifica efetivamente a existência de bilinguismo, mas uma utilização segmentária de dois falares (português e galego e/ou castelhano), verificando-se antes um “bilinguismo parcial” (Cunha, 2006: 106). Este hibridismo linguístico que, segundo Amante (2007), é mais expressivo do lado português,

do que do lado espanhol, deve-se à constante partilha efetuada pelos dois grupos e aos constantes fluxos (comerciais, culturais e linguísticos). Para além do referido, Luís Cunha (2006: 106) explicita ainda que este bilinguismo só se efetivou por existir nos grupos um “sentimento de pertença” e familiaridade.

O movimento através da fronteira promoveu a partilha cultural, sendo a cultura encarada como um elemento de aproximação e também de diferenciação. Segundo Maria Regina Marchueta (2002: 81 e 82), a fronteira cultural é aquela que “melhor vai definindo uma dada comunidade, por referência ou oposição a outra, é aquela que melhor assume uma função dinâmica de contacto e de inter-relacionamento, permeável que sempre foi ao intercâmbio de pessoas, de bens culturais e ideias”. Além disto, esta partilha cultural também remete para a ideia da fronteira como um espaço aberto e próximo.

Todavia, a partilha também foi promovida pela necessidade, o que fez da fronteira um espaço de resistência. Refiro-me ao período que promoveu, sobretudo, os fluxos comerciais (contrabando), primeiramente, e os fluxos humanos (emigração), posteriormente. Neste sentido, a fronteira foi vista sobretudo como um recurso (Cunha, 1999 & 2006), tendo sido o contrabando “o elemento que mais estruturou as relações da raia” (Amante, 2007: 116), motivadas pela necessidade e pela absoluta carência, que a proximidade geográfica permitiu colmatar de um e do outro lado.

Entendido como uma prática subversiva pelo poder Estatal, o contrabando foi uma mais-valia para as comunidades raianas, que acabaram por considerá-lo uma atividade legítima e não danosa. Segundo Amante (2007: 136), *fronteira* e *contrabando* eram extensão um do outro, sendo que o raiano não projetava a existência da fronteira sem a existência desta atividade (ilícita). Segundo a autora, a existência da fronteira era quase uma injunção à prática do contrabando, que se constituiu, também, como uma reação dos raianos ao seu isolamento.

Luís Cunha (2006: 165 e 248) também destaca a importância do contrabando, referindo-se a esta atividade como uma “oportunidade comercial”. O autor atenta nos pontos de vista das duas partes interessadas nesta prática – as populações e o Estado, e refere que ambas acabam por incorrer numa “visão mitificadora da fronteira”, já que uma e outra a entendiam como um recurso, mas sob diferentes prismas: “de um lado, esgrime-se o interesse geral e abstracto que se revelaria no incremento de receitas fiscais [Estado], do outro [populações] funciona como interesse mais concreto, imediatamente tangível, resultante precisamente da defraudação dessas mesmas receitas” (*idem*: 171).

Outra componente fundamental da fronteira como um espaço de resistência é a emigração, sobretudo a emigração clandestina, que viria a marcar o dia-a-dia das populações raianas, sobretudo no século XX. A emigração, principalmente realizada para França, surge como uma oportunidade de dar “o salto” para uma vida melhor. Este salto foi conseguido devido à extensa experiência adquirida com o contrabando, transitando pela fronteira entre Portugal e Espanha, o que, segundo Amante (2007), preparou o raiano para outros desafios, mais penosos e longínquos. A emigração acabaria por alterar o quotidiano da raia luso-espanhola; nos anos setenta, viria a dar-se uma transfiguração nas relações de dependência entre os dois países, fruto dos benefícios da emigração e da melhoria das condições de vida dos emigrantes.

É importante salientar, por fim, que tanto o auge do contrabando como o dos fluxos migratórios se verificou no século XX, em pleno regime ditatorial. Este período marcará as posições entre o poder estatal e as populações, num jogo de resistência e sobrevivência, de demarcação do poder (controlo fronteiriço) e fuga ao mesmo (clandestinidade). Como refere Amante (2007: 150), “toda a vida da raia ficou marcada por um jogo entre os que podem e os que necessitam, entre os que mandam e os que obedecem”, e será sobre essa dinâmica que me irei debruçar quando abordar mais profundamente estes dois fenómenos que marcaram indelevelmente a vivência raiana e que continuam a marcar, ainda, a memória e as narrativas de todos quantos por eles passaram e que deles viveram.

1.1.4. Fronteira, memória e identidade

A fronteira também é um lugar que ganha particular relevância na memória dos raianos e favorece uma construção *sui generis* da identidade, sendo, segundo Amante (2007: 133), “o elemento fundador na construção da identidade raiana”.

Como foi já referido a propósito do conceito de *fronteira*, a memória e a identidade são também conceitos complexos e multidimensionais. A identidade é, sobretudo, um processo psicossocial que está em permanente (re)construção; é múltipla e dinâmica, produz-se em diversos espaços e abarca não só a semelhança, mas também a diferença. É também um “conceito relacional”, que se vai construindo e modificando à medida que as relações sociais evoluem, tendo, por isso, um carácter fluído, relacional e contextual (Amante, 2007: 17).

A mesma complexidade referida por Maria de Fátima Amante (2007) relativamente ao conceito de *identidade*, refere-a também Luís Cunha (2006: 321) no tocante ao conceito de *memória*, explicitando que esta “não constitui um espaço neutro, mas antes um lugar de disputa social”. O autor refere ainda a importância do tempo e do espaço como dimensões construtoras da memória, pelo que “não existe qualquer memória colectiva que não se desenhe num quadro espacial” (*idem*: 60), assim como não há memória sem história, assumindo o fator tempo particular relevância. O autor confere especial importância à produção narrativa (oralidade) na construção da memória, sendo que, com a escrita, se verificou uma transfiguração na forma como, na modernidade, o indivíduo “lida com o espaço e o tempo, os quadros de referência da memória social” (*idem*: 71).

Memória e identidade ganham particular relevância no espaço de fronteira: “sem memória não há identidade e as identidades geradas num contexto de fronteira condicionam os referenciais identitários, se não de toda a comunidade raiana, pelo menos de parte significativa dela” afirma Luís Cunha (2006: 320), remetendo para a ideia de que a identidade, tal como a memória, são construções interdependentes. Além disto, em ambas as construções o passado tem primordial importância, pois é através do passado que se consolidam os “laços de pertença à zona raiana” (Amante, 2007: 232) e se projeta a identidade local.

A identidade raiana está, segundo Amante (2007: 214), intrinsecamente relacionada com as atividades do contrabando e da emigração. De acordo com a autora, o povo raiano define como traço determinante da sua identidade o inconformismo, a coragem e a aventura, que se acredita ser “mais do raiano do que do português em geral”, que se caracterizava por “um profundo dinamismo que se materializa[va] na prática raiana de atravessar a fronteira” (*idem*: 17). O contrabando e a emigração clandestina são atividades que permitem estabelecer uma diferença entre as populações que são raianas e as que não são: naquelas, “o movimento e a viagem foram aspectos determinantes na construção da identidade” (*idem*: 109).

A identidade raiana pode também ser definida como um “híbrido” que abarca especificidades identitárias de ambos os lados da fronteira. Contudo, é importante salientar que, ainda que essa identidade raiana tenha sido construída pelas relações de interação entre comunidades fronteiriças e pelo afastamento dos grandes centros do poder, o raiano tem bem presente a sua nacionalidade e é sobretudo o ser português que o define. No entendimento de Luís Cunha (2006: 109), há uma apropriação por parte dos

grupos locais de crenças, representações e discursos que são “estruturados” e “estruturantes”, onde a identidade nacional não se sobrepõe à identidade local, mas a influencia indiretamente.

Como se verá em seguida, a abertura de fronteiras nos anos noventa levou a uma crise da identidade raiana, tendo a comunidade estado sempre relacionada com e dependente da existência da fronteira, a sua “razão de ser” (Uriarte *apud* Amante, 2007: 138). A fronteira passa a constituir-se como um “rasto” da memória construída, passa a ser encarada como parte da história das populações fronteiriças, estabelecendo-se uma ligação mais afetiva e imaginária, do que real. A memória permite às populações raianas a recuperação do (seu) espaço; ainda que de forma narrativa, a fronteira continua a ter um lugar importante no espírito de quem dela sempre se serviu e com ela conviveu.

A abertura das fronteiras, para estas pessoas, não implicou a sua morte, mas a sua reinterpretação. Como é consentâneo tanto em Luís Cunha (2006) como em Maria de Fátima Amante (2007), a fronteira não se extingue, apenas há uma nova leitura do mundo como espaço aberto e sem barreiras.

1.1.5. O conceito de fronteira na era da globalização

O intenso processo de globalização ocorrido nas últimas décadas promoveu a transfiguração das fronteiras em todo o mundo, acabando por desatualizar a obsoleta definição dos territórios geográficos. Altera-se a definição de fronteira, os seus significados, a sua valorização e, sobretudo, a sua função. A globalização, segundo Marchueta (2002), modificou os conteúdos tradicionais da noção de fronteira, matizando o papel fundamental do princípio de territorialidade.

Verificam-se alterações nas noções de distância, pela facilidade de comunicações e mobilidade, pelo constante intercâmbio cultural, pelas frequentes trocas de informação e, também, pelas trocas de cariz cultural e económico (Marchueta, 2002). Os Estados começam a integrar os grandes blocos político-económicos, reconfigurando-se o velho princípio de soberania. Segundo Adriano Moreira (2002: 11), as fronteiras deixaram de ser barreiras, sobretudo jurídico-políticas, para passarem a ser meros “apontamentos administrativos”.

Um aspeto fundamental neste processo de transfiguração, que, segundo Maria Regina Marchueta (2002: 88), a globalização acabou por pôr em evidência, é a propensão

para a homogeneização do mundo ao nível do comportamento e das ideias. Verificam-se alterações significativas na fronteira cultural, tornando-se esta fluída e porosa. Assim, a fronteira ganha novos contornos, deixando de ser uma mera linha que separa diferentes territórios, para ser uma área aberta, que preenche grandes espaços:

A nova fronteira deixaria, então, de seguir o traçado geográfico, histórico, político, defensivo e administrativo, conhecido de séculos, para acompanhar as necessidades de criação de grandes espaços políticos, de defesa e de mercado, de flexibilização das trocas e dos factores de produção, de fluidez financeira, de mobilidade humana e de rapidez de comunicações de todo o género. (Marchueta, 2002: 18 e 19)

Surge, então, a ideia da fronteira como um espaço integrador, como um espaço comum. Contudo, como refere Maria de Fátima Amante (2007: 222 e 224), a globalização também desperta a necessidade de pertença a um determinado lugar, ainda que o lugar tenha de ser repensado e reinterpretado. Segundo Adriano Moreira (2002: 12), a fronteira geográfica passa a ser a referente à da União Europeia, a fronteira de segurança passa a ser a da NATO e verifica-se uma crescente diversidade cultural dentro do espaço fronteiriço. Luís Cunha (2006: 99) refere que se está perante um “novo episódio no processo de instrumentalização da fronteira”, e é tendo em conta esse novo panorama que se irão compreender as suas consequências no território português.

1.1.6. Contexto português

Desde a década de sessenta que se verifica uma acelerada evolução das fronteiras portuguesas. Adriano Moreira (2002: 14) aponta como fator de relevo a independência das colónias, pois a partir desse momento histórico, a multiplicidade de fronteiras que caracterizava a conjuntura portuguesa (fronteira ibérica, fronteira colonial e fronteira europeia) reduz-se ao espaço europeu, com o 25 de abril de 1974; contudo, são os anos subsequentes à revolução dos cravos que ditam a transfiguração das fronteiras.

Foram dois os acontecimentos que efetivamente marcaram a alteração das fronteiras: o primeiro ocorrido no ano de 1985, onde é assinado o Tratado de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) que Luís Cunha (2006: 103) considera ser um “indicador simbólico” das diversas transformações que ocorreram no espaço fronteiriço luso-espanhol. Por sua vez, o segundo momento refere-se à entrada

oficial de Portugal e de Espanha na CEE, no ano de 1986. Portugal insere-se no grande espaço europeu e os poderes do Estado português são partilhados com a esfera supranacional, diluindo-se a fronteira tradicional. Além destes dois momentos ocorre, em consequência da adesão de Portugal e Espanha ao espaço Schengen no ano de 1991, a abertura de fronteiras no ano seguinte, desaparecendo a noção de *fronteira* enquanto obstáculo.

Com a progressiva abertura de fronteiras proporcionada pelos três momentos históricos supracitados, bem como com a criação do Mercado Único em 1993, as comunidades raianas começavam a observar diversas e significativas alterações ao nível económico, social e cultural.

A liberalização das fronteiras acabaria, em certa medida, por ter o efeito inverso, tendo-se reduzido o movimento entre ambos os lados da fronteira, matizando-se as relações entre os raianos, tão determinantes no passado. A isto acresce a recessão económica sentida nesses anos. Tudo isto levaria a que posteriormente se questionasse a “cultura de fronteira” (Cunha, 2006; Amante, 2007) tão característica do passado. Luís Cunha (2006: 103) atenta nesta modificação na tradicional “cultura de fronteira”, referindo que acaba por desaparecer “uma representação do espaço que estava fortemente cristalizada, (...) extingue-se também um certo modo de vida que a fronteira, entendida aqui como recurso disponível, proporcionava (...) um modo de vida que necessitava da permeabilidade da fronteira, mas que não resiste ao seu esvanecimento”.

É de igual modo importante salientar que o tradicional dinamismo e movimento que caracterizava o quotidiano das zonas raianas decresce significativamente, acabando a fronteira por ser menos atravessada do que no passado. A fronteira mantém-se, igualmente, uma zona periférica que resiste, sobretudo, devido à presença da população já envelhecida. Segundo Amante (2007: 333), “a fronteira já não é material, é simbólica, apenas já não é linha dos controlos fronteiriços e dos postos de Guardas-Fiscais (...) agora a raia é apenas fronteira de identidade”.

Apesar do que fica dito, tanto Luís Cunha (2006) como Amante (2007), acreditam que a força simbólica da fronteira permanece, ocorrendo a sua reinterpretação e reinvenção. Na perspetiva do primeiro “as fronteiras (...) foram sempre, e simultaneamente, constrangimento e recurso, resistem à dissolução, porque elas não podem ser reduzidas à mera demarcação política dos Estados” (Cunha, 2006: 316) e, como se viu, ocupam um lugar primordial na memória dos habitantes dos territórios raianos.

1.2. Cultura popular – contextos, perspectivas e transfigurações

Após refletir sobre as questões inerentes à fronteira, torna-se importante considerar a noção de *cultura popular*, nomeadamente as perspectivas teóricas construídas em torno do conceito, assim como a sua instrumentalização por parte do Estado Novo, dando ênfase às questões que envolvem a literatura popular.

Serão também objeto de análise as transformações por que foi passando a cultura popular na *modernidade* e *pós-modernidade*, compreendendo aqui especificamente o lugar da tradição no tempo presente.

1.2.1. Em torno do conceito de *cultura popular*

Para se compreenderem as aceções do conceito de *cultura popular* é necessário salientar, primeiramente, a abrangência da noção de *cultura* e como o próprio conceito de *cultura popular* foi ganhando ao longo dos tempos uma latitude e complexidade, não redutíveis a esparsas considerações.

Face ao exposto, as considerações que tecerei em torno do conceito de *cultura popular* centrar-se-ão em perspectivas passadas, nomeadamente, as partilhadas no período temporal que abarca os séculos XVIII, XIX e XX; engloba-se, na presente análise, o pensamento que vai desde a realização histórica da Revolução Francesa (século XVIII) até ao período dos “grandes” regimes totalitários de pendor nacionalista (século XX), não deixando de se considerar, igualmente, a época atual e a sua importância.

Ao priorizar as perspectivas passadas acerca da cultura popular estou, conscientemente, a fazer uma escolha que se revela problemática, pois interpretar uma cultura a partir dum prisma pretérito, é partir dos pontos de vista unidirecionais envolventes, que conceberam a *cultura popular* – e também a chamada *cultura erudita* – como um “singular totalizante”, nos quais se privilegiaram uma conceção hierárquica e fragmentada da cultura – uma, dirigida ao *vulgo* (a “cultura popular”), a outra, às elites dominantes (a “cultura erudita”) (Santos, 1988: 689).

Como se depreende, são muitas as perspectivas que englobam a noção de *cultura*, constantemente alvo de classificações redutoras, passíveis de reformulação, sendo que, atualmente, a cultura já não é compreendida como um todo homogéneo, mas heterogéneo,

havendo um esforço para se atentar nessa multiplicidade cultural, visível, também, no interior da cultura popular (veja-se, por exemplo, a divisão entre *cultura popular rural* e *cultura popular urbana*). Estas revisões teóricas, permitiram alcançar a dinâmica e a reciprocidade envolventes nas relações entre as diversas culturas (a “erudita”, a “popular” e, atualmente, a de “massas”), que não são, segundo Maria Lourdes Lima dos Santos (1988: 698), “estruturas imobilizadas, mas sim sujeitas a processos de mutação, rejeição e acrescentamento” ao longo dos tempos.

Como alerta, de igual modo, Augusto Santos Silva (1994: 113), na sua obra *Tempos Cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, é perigoso reduzir a cultura a “um conjunto de símbolos e signos, à «parte ideal do real», omitindo sistematicamente os processos sociais de produção, institucionalização e reprodução (...) dos padrões, obras e práticas culturais”.

Compreende-se, face ao que foi dito anteriormente, que a definição do conceito de *cultura popular* tenha de ser realizada com reservas, não deixando, contudo, de ter em conta que as perspetivas pretéritas, sobre as quais irei refletir, são fundamentais para a compreensão da abrangência do conceito.

Dois elementos que são frequentemente associados ao conceito de *cultura popular* são a noção de *povo* e *tradição*. Aparentemente simples, não posso deixar de referir que são duas noções com uma carga simbólica – e ideológica, como se verá – muito fortes e que marcaram as construções realizadas em torno do conceito de *cultura popular*.

Antes, porém, de analisar estes dois elementos “enraizados” na cultura popular, irei centrar a atenção na evolução que foi sofrendo a conceção de *cultura popular* ao longo dos tempos, até chegar ao século que se caracteriza pela emergência dos regimes fascistas/totalitários (século XX) e, aí, reforçar a atenção na conjuntura portuguesa, nomeadamente na política ideológica protagonizada pelo Estado Novo, onde a cultura popular ganha particular relevância.

Segundo Augusto Santos Silva (1994: 98), é inviável compreender a evolução do conceito de *cultura popular* ao nível sociológico, se se fizer “tábua rasa do processo histórico”. Neste sentido, a História assume um papel primordial para a compreensão das “reconstruções sucessivas e alternativas [que se fizeram acerca] do que é o povo e a sua cultura”. O autor toma como referência cardinal a Revolução Francesa (1789), cujo protagonista foi, precisamente, o povo. É a partir daqui que serão voltadas as atenções para o conhecimento do povo pelo poder estatal, procedendo-se a uma “integração das massas no Estado”, que acabará por estimular o estudo dos “usos” e dos “costumes”, da

“alma” e do “espírito nacional” difundindo, progressivamente, uma “cultura” que se baseava numa “identidade colectiva profunda” (Silva, 1994: 98).

Maria Lourdes Lima dos Santos (1988: 697 e 698) também atenta neste marco histórico particular, e descreve a Revolução Francesa como um “momento de reunificação” da “grande” e “pequena” tradição, na expectativa, de “um equilíbrio compensatório entre a democratização da cultura cultivada e a mobilização da cultura popular”.

É igualmente importante referir que, no século XVIII, ainda antes da eclosão da Revolução Francesa, se propaga o movimento romântico, projetado, sobretudo, no passado e na celebração do “culto da espontaneidade e do sentimento de uma cultura popular (...) como expressão do povo simples e ingénuo”, equiparado ao “bom selvagem” (Santos, 1988: 697). Procedeu-se, então, a uma cruzada em torno da restauração da cultura popular, do povo e da nação, que marcou, simultaneamente, a valorização da cultura popular como âmbito merecedor de interesse e conhecimento. Foi, pois, neste período que se procedeu a uma mitificação da cultura popular, enquanto cultura autêntica e homogénea (Santos, 1988; Silva, 1994).

No pós-Revolução Francesa (século XIX) irão surgir indeterminações em torno da conotação do conceito de *cultura popular*, sintomáticas, segundo Maria Lourdes Lima dos Santos (1988: 698) do “estado do campo das lutas de classe”. Verificou-se, neste período, a formação de um hiato nas relações de reciprocidade entre os elementos que compõem a *cultura popular* e a *cultura erudita*, impondo-se uma necessidade de distinção de ambos os cenários culturais, em favor de conceções unilaterais.

Neste sentido, o acesso das massas às estruturas do Estado e aos contextos políticos, colocava entraves – segundo a perspetiva das classes dominantes – à normalização social, despoletando-se nas elites uma “estigmatização das massas operárias como «classes perigosas»” (Silva, 1994: 99). Este processo de estigmatização acabou por se tornar paradoxal, tendo em conta que outra tendência paralelamente florescia, caracterizada por uma “crescente idealização do campesinato e do mundo rural, como a fonte da cultura popular e identidade nacional” (*idem, ibidem*).

Nos séculos XIX e XX há uma valorização, por parte dos etnógrafos e, posteriormente, dos regimes políticos autoritários, da “tradição”, da “nação” e da “organicidade” social (Silva, 1994: 104), e verifica-se uma “idealização da tradição camponesa” (*idem, ibidem*). Assim, a cultura popular tem como agente central o povo, associado às comunidades rurais e, como marco temporal de referência, o passado.

Neste contexto político, social e cultural, o povo, isto é, o “povo da pré-modernidade” (Silva, 1994: 104), é encarado como “um agente activo no processo nacionalista de revivescência da cultura popular” (Melo, 2010: 73) e a tradição converte-se num instrumento ao serviço de uma ideologia política, sendo considerada como um “repositório de ensinamentos, morais... socialmente reguladores e apaziguadores, ... um meio para atingir a ordem social” (Melo, 2001: 48).

Procurarei, posteriormente, desenvolver as ideias supracitadas, enquadrando-as no contexto português, especificamente, no período cronológico correspondente ao Estado Novo (1933-1974), que se revelou, segundo Augusto Santos Silva (1994: 112) um “momento capital no processo de construção social da «cultura popular»”.

1.2.2. A cultura popular e a política ideológica do Estado Novo

O Estado Novo, como se sabe, foi o resultado de um longo e complexo processo que se distendeu da ditadura militar, no ano de 1926, até à implementação do regime, no ano de 1933, acabando por se manter em vigência por um período longo de quarenta e um anos (1933-1974). Procurei, noutra parte do presente trabalho¹, refletir sobre as diretrizes políticas do regime, os seus protagonistas e fases de governação.

Como tal, nesta secção não me alongarei em considerações sobre a especificidade política e governativa do Estado Novo, mas procurarei antes atentar na construção ideológica que foi feita em torno da cultura popular e, por inerência, em torno do povo, da tradição e, também, da ideia de identidade nacional.

A cultura popular, no período que marca a vigência do Estado Novo, ganhou particular ímpeto, sobretudo para a política ideológica das oligarquias. Segundo Augusto Santos Silva (1994: 209), a cultura era entendida pelo Estado Novo como “civilização de costumes” e como “depuração de tradições”. Neste sentido, e é importante reforçá-lo, a cultura popular foi concebida como uma “arma de defesa” contra a modernidade, tendo a tradição ocupado um importante lugar como “suporte simbólico da ideologia nacionalista do regime” (Melo, 2001: 66).

Antes de desenvolver as ideias supracitadas, não posso deixar de referir o carácter híbrido que caracterizou a política cultural/ideológica do Estado Novo, que, por um lado, se apoiava no nacionalismo opressor e no catolicismo regressista, mas, por outro lado,

¹ *Vd.* Enquadramento histórico.

preconizava uma matriz de desenvolvimento e de certa modernidade (Melo, 2010). Como alerta Daniel Melo (2010: 9), entre o discurso e a *praxis* política percorreu-se um longo caminho, tendo a ideologia inculcada pelo Estado Novo revelado uma “natureza compósita, variável e relativamente conflituante”. Compreender-se-á esta variabilidade se se tiverem em conta as mudanças que ocorreram na política do regime no pós-guerra², período no qual se verificaram alterações também ao nível da gestão da política cultural, sobretudo a partir dos anos cinquenta, como tentarei clarificar posteriormente.

Esta ressalva serve sobretudo para, posteriormente, melhor se compreenderem as oscilações que foram ocorrendo na conceção e materialização da “cultura do povo”. Para já, darei primazia à política ideológica antes do pós-guerra, período no qual dominou uma imagem mais conservadora e tradicionalista da cultura popular.

A ideologia política salazarista consagrava um lugar primordial à família, à tradição, ao catolicismo e à nação, considerando serem estes pilares fundamentais do “ser português”; estes eram os dogmas que o Estado tinha como “missão” assegurar e enaltecer (Rosas, 1994; Melo, 2010). Para Salazar, o povo rural era o protótipo desta idealização, e era com este que declarava identificar-se – “No espírito do rural que eu sou (...) apegado à terra, fonte de alegria e do alimento dos homens” (Salazar *apud* Melo, 2010: 17), dizia num dos seus discursos oficiais, denotando uma convicção profundamente tradicional-ruralista, marcada pelo seu conteúdo bucólico. Para o Presidente do Conselho, “só o campo [e as suas gentes] representa[vam] a expressão máxima de uma identidade nacional” (Melo, 2010: 20), configuração identitária que o regime pretendia estender a toda a sociedade portuguesa.

A cultura popular rural revelava-se, então, como um reduto de sobrevivência da ordem antiga e mitificada, o ponto de referência ideológica, sendo, ao invés, a cultura popular urbana menosprezada pelo regime e, em particular, por Salazar. Assim, para promoção e defesa desta ideia de cultura, a política ideológica do regime apoiou-se em três pilares: o nacionalismo, o corporativismo e o catolicismo.

Como explicita Daniel Melo (2010: 19), o nacionalismo era proclamado pelo Estado Novo como a “via de resgate para os valores benquistos do passado, da expansionista história pátria e da sua missão civilizadora”, proclamando-se o regresso às velhas tradições populares e à valorosa ordem católica. Assim, o catolicismo era uma outra referência particular do “bom português”, ícone distintivo da “verdadeira” cultura

² *Vd.* Enquadramento histórico.

popular, um alicerce fundamental na manutenção dos bons costumes; além disto, esta “união espiritual” entre o regime e a Igreja permitia “reforçar a ideia de uma cultura popular consensual, ordeira e pacífica” (Melo, 2010: 48). Por fim, o corporativismo – instrumento inseparável dos regimes totalitários – era considerado pelo regime como o sistema político que melhor se interligava com os pressupostos identitários proclamados e, como terei ensejo de explicitar em ponto posterior, auferiu especial significado aquando da fundação de instituições corporativas rurais, como as Casas do Povo (CP), instituições onde mais foi difundido o “ideário popular” do regime (Melo, 2001 & 2010).

Outro aspeto de particular relevância é o que se prende com a ambiguidade dos destinatários e depositários da cultura popular. O povo, a quem Salazar e o regime exaltavam as virtudes, assumia uma função dupla: por um lado, era o sujeito ativo da cultura popular, identificado como a própria Nação, mas, por outro lado, era visto como um sujeito passivo, não relevante na sua intervenção na *res publica*. Desta forma, caberia às elites educar o *populum* para o reconhecimento da *sua* cultura, na “descoberta de si” (Melo, 2010: 38), cumprindo assim uma missão civilizadora. Augusto Santos Silva (1994: 109) esclarece esta postura de limitação dos direitos:

Falar em nome do povo (...) é constatar que este não pode falar em seu nome, realismo que justifica, por sua vez, a reprodução do protótipo da simplicidade, da elementaridade...popular. Falar em seu nome é, ainda, controlar as eventuais disrupções do seu falar, enquadrar os momentos de manifestação expressiva. E permite, ao mesmo tempo, dispor de uma arma poderosa para lutas de concorrência que o têm mais por pretexto do que por objecto, e quase nunca por parte activa.

Verifica-se então, por parte do poder, uma postura evasiva. Ao mesmo tempo que procedia a uma glorificação da “cultura do povo” engendrava uma manipulação da mesma: sendo esta cultura construída e regulada de forma impositiva pelas oligarquias, que a legitimava veementemente. Como ilustra Daniel Melo (2001: 41), “a matéria-prima de trabalho é a cultura popular, mas os seus fazedores pertencem a uma elite” e, neste “jogo de espelhos”, não há inversão de papéis, pois um dos objetivos do regime era, precisamente, a submissão hierárquica da cultura popular.

Outra vertente que deve ser focada é aquela que se interliga com a materialização da cultura popular, através das diversas instituições corporativas do Estado. Como se verá seguidamente, foi nesta materialização que, além das instituições corporativas, a propaganda assumiu um papel de relevância, tanto na disseminação da “política do

espírito”, como na recriação de uma cultura popular tradicional-ruralista que, como já se referiu, por um lado, celebrou a cultura tradicional do povo, e, por outro, procedeu a transformações na sua mentalidade, através da ação das classes dominantes, tornando-o num mero “espectador da sua própria arte” (Paulo *apud* Melo, 2001: 42).

1.2.3. Instrumentos de legitimação da “cultura do povo”

A materialização da cultura popular foi uma das armas da política ideológica do regime e foi através da organização corporativa que o Estado Novo vigorosamente apostou na inculcação da sua política cultural para o *vulgo* e também para a burguesia. Esta substancialização permitiu “encenar as grandes certezas” ideológicas do regime (Rosas, 1994: 292) e, desta forma, fixá-las no discernimento de todos de forma inequívoca e incontestável, em todos os lugares: desde a *urbe* à comunidade rural, na família ou na escola, todos acabariam por ser envolvidos naquela que viria a ser conhecida como a “política do espírito”.

Um protagonista ressalta neste “espectáculo político-cultural”, na imagem muito sugestiva de Fernando Rosas (1994: 293): António Ferro, responsável pela criação do Secretariado de Propaganda Nacional (1933), posteriormente renomeado como Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (1944). O intuito da criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) / Secretariado Nacional de Informação (SNI) foi muito claro para Salazar; este organismo do Estado devia promover a identidade nacional, abrangendo não só a política cultural como também o trabalho que envolvia a promoção da imagem externa do regime, tendo como desígnio a adesão popular e urbana. Destarte, competia-lhe “integrar os portugueses no pensamento moral que [devia] dirigir a Nação”, sendo uma componente inquestionável na “obra [do seu] ressurgimento” (Melo, 2010: 24).

O SPN/SNI foi a estrutura que mais contribuiu para a afirmação do desígnio salazarista e, igualmente, a que de forma mais eficaz favoreceu a ideologia de reconstrução da Nação protagonizada pelo Estado Novo, impulsionando o reconhecimento simbólico da cultura popular e sendo também particularmente operativo na sua estetização.

Um dos exemplos particulares desta estetização cultural é o Museu de Arte Popular (MAP), criado no ano de 1948, já em contexto de pós-guerra, onde se materializava a arte

popular como “um recurso estético de infinitas virtualidades” (Melo, 2001: 56) e onde se verificou a total usurpação da cultura popular por parte do Estado. Outro exemplo muito significativo foi, de igual modo, a antecedente Exposição do Mundo Português (1940), na qual a questão da tradição e a importância do passado no presente surge como ideia centralizadora.

Augusto Santos Silva (1994: 103) descreve de forma particular este movimento de estetização das artes populares, explicitando que estas, “retiradas do quotidiano de trabalho e consumo das massas crescentes assalariadas são representadas já como tradições, pegadas de história, merecedoras, enquanto tais, de conservação museológica”. Esta estetização, uma vez mais, acaba por ser pensada e realizada pelas elites que “assumem” a cultura do povo como um meio útil de propaganda política e de afirmação do regime (sobretudo, ao nível externo) que, nas palavras de Fernando Rosas (1994: 294), se materializava na “encenação do entretenimento [e] do prestígio do Poder”.

Além do que ficou dito, é importante atentar na política conservadora de António Ferro. Este, tal como aliás todo o regime, possuía uma conceção imobilista da cultura popular, retendo-a permanentemente no passado, espaço de virtudes, ao contrário do espaço presente, cerceado pela malfadada modernidade, projetando no povo a guarda da sua proteção. O próprio afirmava: “amar o povo é ... consagrá-lo como o grande mestre da sensibilidade nacional. Amar o povo não é desvirtuá-lo, desenraizá-lo, não é transmitir-lhe ideias ou sentimentos de outros povos ou de outras civilizações” (Ferro *apud* Melo, 2010: 25). Verificava-se, então, uma oposição permanente às mutações civilizacionais trazidas pela modernidade que, mais tarde, acabariam por afetar a própria conceção de cultura e a política cultural do regime, como tentarei explicitar quando abordar as transfigurações culturais do pós-guerra.

Além do SPN/SNI, outros organismos com importante valor político-ideológico foram criados a nível local, como é o caso das Casas do Povo, cujo organismo central era, precisamente, a Junta Central das Casas do Povo (JCCP), coadjuvada pela Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). A intenção principal da criação destes organismos era que estes cooperassem com o Estado na educação do povo na ideologia oficial; além disto, estes organismos tinham também a seu encargo questões de providência, instrução, assistência, cultura e recreio; ao último organismo mencionado era ainda incumbida a conjugação entre capital e trabalho, desenvolvendo atividade exterior ao período laboral. Segundo Daniel Melo (2010: 27), a FNAT teve, além das responsabilidades atribuídas pelo regime, o ensejo de validar a “superioridade da

capacidade activa do agente «popular» para produzir a sua própria cultura” tendo ainda procurado legitimar a política ideológica do regime, prioridade, aliás, que também os outros organismos acabaram por ter a nível local.

No âmbito da atuação desta organização corporativa, não pode ser olvidada a ação estatal no ensino. Salazar e o seu regime tinham uma noção muito clara da ação escolar: educar, civilizar e enformar os espíritos na política do Estado, demovendo as consciências das ideias subversivas.

O regime procurou servir-se da instituição escolar como uma ferramenta de edificação ideológica, como já o havia feito com a sua utilização como aparelho de controlo social. Assim, a educação popular era “um meio para o povo se reencontrar na sua dimensão cultural” (Melo, 2010: 35) e seria, de igual modo, um meio oficial de promoção das virtudes da cultura popular, não as virtudes da cultura que era produzida pelo povo (principal agente), mas as virtudes da cultura idealizada pelo regime.

A educação seria, pois, um utensílio político usado para restaurar as “almas” no tempo mítico, onde se pretendia, acima de tudo, o “enquadramento e a dominação da cultura popular pela política oficial” (Melo, 2001: 57). Aqui, como havia acontecido noutros domínios, o critério das habilitações literárias presidía à educação cultural e seriam, uma vez mais, as elites – neste caso, as locais (dirigentes corporativos) – a organizar a educação popular ao nível cultural.

Na educação popular, as classes dominantes empenhavam-se em orientar o povo na valorização da *sua* cultura, na “descoberta de si”, através da etnografia, ou seja, a cultura popular era concebida politicamente como um meio de centralização do povo nas raízes da sua pertença simbólica, no “regionalismo”, e, nesta mediação, o equivalente teórico seria a etnografia. Também o folclore assumia uma relevância particular na visão oficial, nomeadamente na consolidação da identidade nacional (Melo, 2001). É sobre estas considerações que se irá refletir seguidamente.

1.3. O papel da etnografia e do folclore

A etnografia e o folclore assumiram particular relevância para o regime, a par da história. Estas disciplinas do saber foram instrumentalizadas pelo Estado, a fim de

corresponderem aos pressupostos de legitimação das organizações corporativas, como a JCCP (representadas localmente pelas Casas do Povo) ou a FNAT.

O folclore seria um dos elementos-chave, ao lado da história lusa e, também, da identidade nacional, sendo encarado epistemologicamente como um modo de continuidade e perenidade da tradição e recuperação do passado. Como refere Daniel Melo (2010: 77), “a sugestão folclórica atravessa[va] parte substancial das políticas culturais..., enquanto referência simbólica para a identidade colectiva, fixando-se no imaginário sobretudo enquanto rememoração de um tempo idealizado”. O folclore deixou de ser um suporte para a criatividade do povo, para passar a ser uma dimensão disciplinada e dominada pelo regime, compreendendo (somente) o conjunto das suas “exigências” de produção cultural e ideológica.

A etnografia seria, por sua vez, um sustentáculo legitimador para as manifestações oficiais sobre e para o povo, acerca dos seus valores e práticas (Melo, 2001). Assim, como afirma João Leal (2000: 18), os etnógrafos foram primordiais no “processo de «objectificação» da cultura popular portuguesa”. Esta era reconhecida como um conjunto de testemunhos, conservados entre e no povo, imprescindíveis no processo de reconstrução de traços espirituais de matriz nacional, procurando-se, “construir Portugal como um «indivíduo colectivo»” (*idem, ibidem*). Além disto, o etnógrafo era, como expressa Augusto Santos Silva (1994: 106), um “recolector e fixador [de] práticas ameaçadas”, sendo-lhe conferida a “missão” de estabelecer uma ponte entre o passado e o presente, tão pressionado pelas mudanças trazidas pela modernidade.

O Estado Novo é caracterizado por João Leal (2000: 18) como um período que foi organizado em torno de um “conflito cultural” entre a conceção da *cultura popular* e a conceção de *identidade nacional*, sendo esta última entendida, na imagem sugestiva do autor, como “uma arena onde se confrontam diferentes entendimentos” (*idem, ibidem*). Neste contexto, a etnografia e o folclore ganharam particular relevância para os organismos corporativos, principalmente para a JCCP e para a FNAT. Estes organismos centrais do Estado coordenavam atividades de enquadramento político-ideológico no panorama local (por exemplo, as bibliotecas criadas pela JCCP no ano de 1947) ou a criação de museus (MAP, 1948) e revistas de cariz etnográfico (produção promovida pela FNAT, no ano de 1935), reforçando-se, assim, a materialização da arte advinda do povo.

Neste sentido, e como se tem vindo a reforçar, a cultura popular era entendida, no contexto histórico em análise, como sinónimo de ruralidade, a qual, embora observada no presente, era vista, sobretudo, como um testemunho do passado. Além disto, a cultura

popular era também considerada como um “substrato [onde] repousa[va] a nacionalidade” (Leal, 2000: 49) e era também “sinónimo de arte popular” (*idem*: 47), de etnografia artística. Segundo o autor citado, no período que medeia os anos de 1930 e 1970, a etnografia do Estado Novo seguiu a linha disciplinar da etnografia da Primeira República, onde se fortaleceu um discurso “luxuriantemente nacionalista em torno da cultura popular” (Leal, 2000: 58). O autor reforça ainda que, a cultura popular apesar de ter sofrido constantes mutações na sua conceção teórica, foi sempre concebida como um sustentáculo da identidade nacional.

Outro fator sobre o qual é importante refletir neste contexto de análise da materialização da cultura popular através da etnografia é a relevância da literatura popular. Esta foi assumindo um lugar particular ao longo dos tempos, se se pensar nas contantes recolhas do património oral que foram sendo feitas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX; recolhas efetuadas pelos seguidores de Garrett, como Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso ou José Leite de Vasconcelos, figuras importantes da antropologia e da etnografia (sobretudo, o último), principalmente da primeira, segunda e terceiras fases do desenvolvimento destas disciplinas³ (Leal, 2000). É sobre a importância destes movimentos de recolha e da literatura popular enquanto “saber do povo” que se irá tratar de seguida.

1.3.1. Literatura popular – sobre o *povo* e do *povo*

Ao abordar, na presente secção, a questão da literatura popular, inquestionavelmente ligada à cultura popular, não posso deixar de referir – tal como acerca do conceito de *cultura popular* – a especificidade do conceito de *literatura popular*. Várias são as designações para este tipo de literatura: tradicional, oral, tradicional oral, popular, literatura de cordel, literatura de massas, *contraliteratura* ou *paraliteratura* (Guerreiro, 1986; Correia, 2003). Não há, na presente secção, lugar para discussões acerca da subjetividade terminológica, pois a especificidade e diversidade de perspetivas teóricas não são passíveis de concentração em breves parágrafos; contudo, é importante alertar para a complexidade e latitude do conceito.

³ Baseio-me nas fases definidas por João Leal, no seu livro *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional* (2000), pp. 29-40.

Designarei o tipo de literatura em análise como *popular*, concentrando-me na definição de Manuel Viegas Guerreiro (1986: 2), que a define como a que “corre entre o povo, a que ele cria, e a alheia de que ele gosta e adopta”, contudo, não posso olvidar a importância da “tradicionalidade” e da “oralidade” neste tipo de literatura, porque se transmitia e transmite de geração em geração (ainda que vá assumindo diferentes formas e usos ao longo dos tempos) e porque a oralidade sempre esteve associada ao povo (sobretudo, o rural) que, na impossibilidade de fixação escrita (considerando aqui o entrave do analfabetismo), utilizava a fala para representar a “sua arte” (Guerreiro, 1986). Este tipo de literatura popular era frequentemente associado ao povo (*vulgo, plebe*) e nunca às elites/aristocracia.

Considerando o exposto, atentarei num outro aspeto que merece relevância e que se prende com a estratificação da literatura. Tal como já mencionei quando abordei a dicotomia convencional entre a cultura popular e a cultura erudita, volto a reforçar a ideia no que concerne à literatura, também ela recorrentemente compartimentada – “uma de homens de saber, de longa informação escolar [literatura erudita], outra de quem não alcançou a intimidade dos livros [literatura popular]” (Guerreiro, 1986: 4). Manuel Viegas Guerreiro (1986: 4) alerta para a falsidade desta antinomia:

Literatura popular e literatura culta é antinomia igualmente falsa. Não há gente com cultura e sem ela. Tem cada classe a sua, que diverso condicionalismo histórico, social e económico explicam. Não há baixa ou ínfima cultura e uma alta ou superior. Ainda aqui anda a falsa ideia de que só o ensino instrui, noção clássica e escolar de cultura. Esta é tudo o que se aprende do nascer ao morrer, o conjunto de tradições sociais e este conceito antropológico nos salva de errados juízos de valor.

Além do exposto, o autor acrescenta que se deve procurar o que é particular de cada literatura e qual o seu território comum, lamentando, contudo, que a literatura popular tenha sido constantemente depreciada e considerada como “literatura de segundo plano” (*idem*: 5), tendência que se foi relativamente invertendo com o passar dos tempos. Assim, tendo em conta o contexto português, refletirei sobre o lugar que foi ocupando a literatura “do povo”, não desvirtuando a importância dos períodos antecedentes e subsequentes ao Estado Novo que, como se verá, se influenciaram mutuamente.

A literatura popular teve sempre um carácter dinâmico, impessoal e flexível, por ser uma literatura que se concentra – sobretudo, mas não só – no seio do povo que, ao utilizá-la, a transforma e lhe dá sentido. Tradicionalmente transmitida de “boca em boca”, perde

precocemente uma autoria concreta (tão presente na chamada literatura erudita), assumindo um saber e sentido comuns.

No período humanista (séculos XV e XVI), a literatura popular foi constantemente menosprezada, priorizando-se a construção do saber pela razão e erudição, sendo “tudo o que [vinha] do povo necessariamente tosco, imperfeito, irregular” (Guerreiro, 1978: 15). Conceção errada do saber popular, olvidado em favor de um saber cristalizado nas obras gregas e latinas, onde se refugiava a legitimidade dos grandes autores e do verdadeiro conhecimento. Assim, a autenticidade do saber situava-se ao nível escolar, como se, pela prática, “o homem comum se não instruisse, como se o seu saber fosse qualitativamente diferente do outro” (*ibidem*: 25).

Tal como havia acontecido com a cultura popular, nos fins do século XVIII, com a aurora do romantismo, a literatura popular começa a assumir importância. Neste período, “o povo, [era considerado] criador da poesia tradicional, a única, autêntica, pura, espontânea” (*ibidem*: 29), uma entidade mitificada, repescada do mundo primitivo, sendo a arte popular considerada como a “voz de Deus, ouvida da boca do povo” (*idem, ibidem*).

Neste período, o autor português que se destaca é Almeida Garrett. Influenciado pelo movimento romântico de países como a Alemanha, a França e a Inglaterra, nomeadamente por autores como Shakespeare, Walter Scott ou Jacob Grimm, Garrett pretendia “restaurar o romance nacional” (Guerreiro, 1978: 39), tendo como veículo de inspiração o universo poético popular, considerando a literatura popular como um “amplo e completo quadro socio-económico” (*idem*: 32). Contudo, ainda que haja uma valorização do saber e arte populares em Garrett e seus sucessores, estes assinalam, de igual modo, “a rudeza e inferioridade formal da sua poesia e a cada passo se esforçam por civilizá-la, por aperfeiçoá-la” (*idem*: 29 e 30).

É, porém, com Teófilo Braga, Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos e, também, Consiglieri Pedroso que a literatura popular toma um carácter científico importante, sendo valorizadas e analisadas com rigor as suas dimensões estéticas, linguísticas, pedagógicas, sociológicas e históricas. É, aliás, com o etnógrafo José Leite de Vasconcelos que se inicia o trabalho de recolha direta, no terreno, dos saberes e tradições populares; como sublinha Manuel Viegas Guerreiro (1978: 89), “devem-se-lhe judiciosas considerações a respeito da importância estética, histórica, psicológica, linguística e pedagógica da literatura popular”. É nesta primeira fase de desenvolvimento da antropologia e etnografia — conforme se define em *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, de João Leal (2000) — que a literatura e

também as tradições populares, são concebidas como “herança étnica de que o povo assegura a custódia” (Leal, 2000: 41), vincando-se a originalidade e a antiguidade dos saberes e da cultura popular, nos quais se sustentaria a identidade nacional.

Avançando no tempo, concentra-se agora a atenção no período do Estado-Novo, no quadro do qual já havia referido a importância político-ideológica reconhecida à cultura popular, bem como a sua instrumentalização por parte do regime. Neste sentido, cabe agora refletir sobre o modo como era encarada a literatura popular.

Tal como salienta Daniel Melo (2001: 78), o regime de Salazar preocupou-se com a propaganda de alguns géneros de literatura popular. Este autor acrescenta que “a literatura popular oficial teria como finalidade última a transmissão de um saber legitimado, pelo qual o povo enquadraria convenientemente e dinamicamente todas as modalidades de inculcação ideológica” (*idem*: 79). Assim, a literatura popular era uma espécie de “guia oficial” para e do imaginário popular; era através da utilização das narrativas intimamente familiares ao povo, que o regime pretendia promover uma identificação popular com a cultura que promovia, como se esta fosse um “reflexo da realidade nacional” (*idem*: 78).

Pretendia-se, então, criar uma literatura popular exclusiva, ancorada na uniformidade social e cultural, promovendo-se, através dela, a “recolha da cultura tradicional material e a revitalização dos costumes tradicionais” (Melo, 2010: 22) e procurando-se, de igual modo, a difusão de informações acerca dos modos de vida rurais.

Face ao exposto, cabe ressaltar um aspeto que se prende com os conteúdos das bibliotecas criadas pela JCCP, que, em 1947, materializam “uma ocupação ideológica do espaço das ciências sociais” (Melo, 2001: 135). Assim, os conteúdos promovidos por este organismo do Estado prendiam-se sobretudo com a divulgação de estudos etnográficos e com a realização e divulgação de monografias locais (aqui, reforça-se a utilidade da literatura popular). Outra grande área de interesse recai sobre a história de Portugal. Contudo, cabe ressaltar que pelo facto de se criar uma literatura de e para o povo, não deixou de se verificar uma forte hegemonia cultural no campo literário (Melo, 2001: 150).

Com a evolução dos tempos, a conceção da cultura popular e, por inerência, da literatura popular, vai sofrendo alterações. Estas alterações verificam-se ainda no contexto do regime salazarista (como explicarei no ponto seguinte), mas também fora dele. Com o advento da modernidade, a ascensão dos sistemas democráticos, a pressão dos modelos universais e também a influência e crescimento dos meios de comunicação, verificou-se um crescente depauperamento e transfiguração da literatura popular

(Guerreiro, 1978). Tal ficou a dever-se a mutações, observáveis na sociedade portuguesa, encontrando-se entre as mais significativas a industrialização e ascensão do comércio, o crescimento dos centros urbanos, o êxodo rural e a emigração maciça que, como se verá, gerou particular impacto nas várias valências da sociedade, nomeadamente ao nível social, cultural, económico e demográfico.

Apesar do que fica dito, é interessante compreender o lugar que ocupa a literatura popular nos dias de hoje, perceber através dos seus significantes (entre eles, o texto ou o discurso), os seus significados (sociais, culturais e linguísticos) mais profundos. Será esse um dos objetivos a serem explorados em capítulos posteriores, aquando da análise das narrativas transmitidas pelos informantes. Para já, percebam-se as transfigurações por que foi passando o domínio da cultura popular ainda no contexto do Estado Novo, para depois se poder compreender o espaço que a tradição ocupa nos tempos atuais, marcados pela globalização.

1.4. Tradição e modernidade – novos contextos

Na presente secção, tentarei compreender as mudanças que ocorreram no período de vigência da ditadura salazarista/marcelista, estabelecendo ligação com os dias de hoje. Com este “salto” cronológico, pretendo perceber o lugar que ocupa a tradição atualmente, em plena era “moderna” / “pós-moderna” (Giddens *et al.*, 2000; Giddens, 2002).

Como já referi anteriormente, a visão mais tradicional-conservadora do regime perdurou, sobretudo, até aos anos cinquenta, existindo uma constante tensão entre as estruturas tradicionais e modernas. A partir dos anos cinquenta novos contextos floresceram, procurando o regime dar primazia às estruturas modernas, nomeadamente ao nível tecnológico, da informação (cedida em massa, às massas) e, também, dos consumos culturais. Como constata Daniel Melo (2010: 105), nos anos cinquenta e sessenta houve uma matização da dimensão mais tradicional de cultura, em prol de uma dimensão mais modernista, “de massas e populista (assente na questão técnico-profissional, numa mundivisão mais híbrida e pragmática e na apropriação de alguns fenómenos de massas)”. Apesar de uma visão mais pragmática da dimensão cultural, conciliada com a indústria cultural massificada, nunca deixou o regime de conceder particular relevância à vertente nacionalista, reforçando a importância da manutenção da verdadeira identidade nacional.

Com o desenvolvimento dos Estados modernos, a dicotomia entre cultura popular e cultura tradicional torna-se redutora; com a “mercantilização da produção cultural” (Santos, 1988: 698) e a entrada em cena da chamada “cultura de massas” há, segundo Maria Lourdes Lima dos Santos (1988: 701), uma “mobilidade e intercomunicabilidade [entre as] diferentes formas culturais”. A autora afirma ainda que “o alargamento do público e da reprodutividade dos bens culturais, a que progressivamente se iria assistindo com o avanço da industrialização e do capitalismo, repercutir-se-ia com efeitos contraditórios sobre a inevitável reavaliação das legitimidades culturais” (*idem*: 700).

Neste contexto de entrada nas estruturas modernas da sociedade, a tradição ganha outro peso e valor. É sobre essa transformação que se irá refletir, tendo em conta as perspetivas de Giddens (2000 & 2002) e, também, de Ulrich Beck (2000).

Giddens, no seu livro *As Consequências da Modernidade* (2002), realiza uma análise institucional deste tempo. Segundo este investigador, o termo “modernidade” “refere-se a modos de vida e organização social que [emergiram] na Europa cerca do século XVII” (Giddens, 2002: 1) e que acabaram por adquirir relevância global. O autor alerta, ainda, para as transformações que ocorreram a nível mundial no século XX, e que levaram à alteração do prisma em torno da “modernidade”, então redefinida como “pós-modernidade” (Jean-François Lyotard), “pós-modernismo”, “pós-capitalismo” ou sociedade “pós-industrial”, designações que sugerem que um conjunto de coisas se aproxima do seu fim e que um novo período se inicia (*idem, ibidem*).

Giddens opõe-se à ideia de “pós-modernidade”, referindo antes que nos encontrámos numa época em que as consequências da modernidade se tornam preponderantes, estando a viver-se a “fase da sua radicalização” (Giddens, 2000: 35). O autor alerta, de igual modo, para o dinamismo e alcance globalizante da “modernidade”, para o seu carácter reflexivo (Giddens, 2000: 11).

No seio das sociedades modernas há um contraste direto com as sociedades tradicionais, contudo, como sublinha Giddens (2002: 27), “mesmo na mais modernizada das sociedades modernas, a tradição continua a desempenhar um papel”, ainda que menos significativo do que o era no passado. Nas sociedades tradicionais, o passado era reverentemente respeitado, bem como os seus símbolos, resguardados e transmitidos de geração em geração, sendo a tradição “um modo de integrar o controlo reflexivo da acção na organização espaço-temporal da comunidade (...) um meio de lidar com o tempo e o espaço” (Giddens, 2002: 26).

Um ponto que deve ser ressaltado é o de que, mesmo nas sociedades/culturas tradicionais, a tradição não tem um caráter estático, mas dinâmico, sendo reinventada por cada geração. Além disto, não assume uma resistência face às mutações por que vai passando a sociedade ao longo dos tempos, sendo readaptada às diferentes estruturas e contextos (Giddens, 2002).

Na perspectiva de Giddens, a reflexividade é um ponto capital, tanto nas sociedades “pré-modernas”, como nas sociedades “modernas”. Segundo o autor, nas sociedades “pré-modernas”, a reflexividade era marcada pela constante reinterpretação e clarificação da tradição, sendo esta considerada a “cola que une as ordens pré-modernas” (Giddens, 2000: 59). Por sua vez, nas sociedades “modernas”, a reflexividade está intimamente ligada com as práticas sociais, que em todas as culturas se vão modificando “à luz de descobertas progressivas” (Giddens, 2002: 27).

A modernidade está intrinsecamente ligada à globalização, sendo definida pela “intensificação das relações sociais de escala mundial” (Giddens, 2000: 45), permitindo a conexão de realidades distantes que se vão influenciando mutuamente, tornando-se as relações sociais significativamente distendidas. Como Giddens (2002: 76) afirma, “o local e o global tornaram-se inextricavelmente interligados”. Além disto, esta extensa e significativa amplitude das relações sociais faz refletir sobre outra característica fundamental da modernidade: a deslocalização. Segundo Giddens (2002: 98), esta permite uma maior abertura e inserção dos indivíduos em diversos “cenários culturais e de informação globalizados”, levando a um menor grau de familiaridade e intimidade tão características dos “cenários culturais” do passado.

Beck (2000) atenta noutra característica muito presente nas sociedades modernas: a individualização. Nas sociedades “pré-modernas” o sentido de comunidade e de partilha era muito forte, ao invés das sociedades “modernas”, em que o indivíduo é muito mais fechado sobre si mesmo, provocando-se um esbatimento nas vivências coletivas, tão características, por exemplo, das pequenas sociedades rurais.

Giddens (2000: 53) refere mais um aspeto particular, o da utilização e recriação da tradição por parte dos poderes políticos, como instrumento útil para a sua legitimação, como tenho vindo a referir ao abordar o contexto português do Estado Novo. Segundo o autor, “a tradição mantinha em *statis* alguns aspectos centrais da vida social (incluindo a família e a identidade sexual)”.

Além do exposto, é importante referir algumas características que são atribuídas à tradição nas sociedades modernas. A tradição continua a ser considerada como uma

orientação para o tempo pretérito; o seu carácter moral confere segurança ontológica, exercendo influência no presente e no futuro; além disto, a tradição também é considerada orgânica, porque, segundo Giddens (2000: 60), pode desenvolver-se e amadurecer, mas também enfraquecer e desaparecer. A tradição é ainda repetição, de práticas, rituais e saberes, sendo encarada como um “meio de identidade” (Giddens, 2000: 77), coletiva e individual, por estar “enraizada em contextos locais” (*idem*: 78). Por fim, também é um importante veículo de organização da memória coletiva, encarnada na figura dos *guardiães* (Giddens, 2000: 60), que transmitem os saberes às gerações mais novas, assumindo um papel de mediadores entre o tempo passado e presente.

Em suma, ainda que nas sociedades denominadas por Giddens também como “pós-tradicionais” (2000: 103) o lugar da tradição não seja tão relevante, pela globalidade e pluralidade cultural que nela estão incorporadas, esta não deixa de ter a sua relevância, assumindo novas formas nesta sociedade preenchida por espaços e tempos indefinidos e por uma nova ordem social. Uma sociedade em que “os laços sociais têm de ser construídos, ao invés de herdados do passado” (*idem, ibidem*). Esta é uma premissa importante que permitirá compreender as transfigurações culturais observadas na sociedade em estudo.

Capítulo 2 - Enquadramento histórico

Ao estudar as realidades que envolvem as questões de fronteira na zona raiana de Melgaço, nomeadamente as relativas aos fenómenos da emigração, do contrabando e, por inerência, as respeitantes ao lugar da mulher nestas comunidades, percebi que era pertinente enquadrar estas realidades historicamente, dar-lhes significado também pela época em que se inserem na memória dos informantes. Compreender, posteriormente, através das experiências vividas e relatadas, que impacto teve e tem o contexto político na vida coletiva dos habitantes desta localidade do Alto Minho, e de que modo acabaram essas especificidades históricas por influir nesta sociedade, nomeadamente no que às questões sociais, culturais, económicas e demográficas diz respeito.

Debruçar-me-ei sobre a época que corresponde a um dos períodos históricos mais marcantes do país – o Estado Novo –, tentando compreender quais as bases do mais longo regime ditatorial da Europa do século XX, quais as suas ideologias e diretrizes e que consequências geraram quase cinco décadas de vigência no poder. Para tal, irei abordar não só o período que compreende a ordem salazarista, num traçado cronológico de quarenta anos (1928-1968), mas também a fase final do regime, a fase marcelista (1968-1974). Esta separação cronológica irá ser importante, sobretudo nas questões que envolvem os fenómenos migratórios, tendo sempre consciência de que o legado salazarista marcou de forma indelével todo o período de vigência do Estado Novo.

Além do exposto, também farei uma breve referência à transição para a democracia, de forma a compreender quais as principais alterações na passagem de um Estado ditatorial para um Estado democrático e que impacto causaram essas alterações na sociedade portuguesa.

2.1. O Estado Novo – projeto político de poucos, para ser obedecido por todos

Antes de se compreender a perenidade deste regime ditatorial em Portugal, deve-se compreender os contextos que permitiram a sua institucionalização e consolidação. O Estado Novo surge na época das grandes crises: crise do sistema liberal, crise dos movimentos operários, crise económico-financeira (a grande depressão de 1929) que

percorre todo o ocidente europeu, marcando a consolidação das “tendências autoritárias” (Nunes, 1987: 191) e o desenvolvimento dos regimes fascistas por toda a Europa.

Segundo Fernando Rosas (2015: 74), o Estado Novo é “o resultado do duro e prolongado conflito social e político que marca a crise do sistema liberal em Portugal”. Os primeiros laivos da nova ordem surgem no ano de 1926, com o golpe militar que encerra “a vida agitada de uma república parlamentar instável” (Tusell, 1987: 32). Era necessário pôr ordem no país, regularizar a situação política e económica e procurar, também, a estabilidade e a ordem social. É em favor da regulamentação do plano económico do país, instável durante a Ditadura Militar, que Salazar é chamado pelo General Vicente de Freitas a entrar na cena política, corria o ano de 1928.

À resolução dos problemas financeiros juntou-se a imprescindibilidade de uma “articulação ideológico-política” (Tusell, 1987: 32), e é então que Salazar ambiciona a chefia de governo, dinamizando uma marcha antiliberal que marcava já as direitas tradicionais (Rosas, 2015). É em face da necessidade de um renovado projeto político, caracterizado pela instituição de um Estado autoritário que em 1930 é criada a União Nacional, o que levaria à edificação do Estado Novo e à inserção de Portugal nas “tendências europeias do nacionalismo autoritário” (Nunes, 1987: 192).

Salazar assume a presidência do conselho no ano de 1933 e preconiza um regime antipartidário, antiliberal, anticomunista, antidemocrático e corporativo, cuja concentração dos poderes se encontra no Estado, regido por uma oligarquia elitista, onde “manda quem pode, obedece quem deve” (Rosas, 2015: 33). Esta oligarquia era tutelada pela Igreja Católica e pelas Forças Armadas, pilares do regime e promotores da sua durabilidade.

Verificam-se, então, mudanças no que concerne à conceção do Indivíduo e do Estado. Há uma diluição da identidade individual em favor de uma identidade coletiva, a da nação, e é precisamente o Estado que interpreta esta nação proclamada. O Estado arroga-se como “o verdadeiro herdeiro da história e cultura pátrias, o garante da ordem e da paz, o promotor da modernidade, detentor da racionalidade e capacidade tecnológica, o protector e orientador das populações nacionais e colonizadas” (Guimarães, 1987: 109).

A consolidação do Estado Novo será assente numa política ideológica de resistência ao progresso industrial, à massificação política e à revolução social, recusando de igual modo o liberalismo e fazendo a apologia do nacionalismo. Como elucida Fernando Rosas (2015: 167), o regime preconizado por António de Oliveira Salazar ganha força...

numa sociedade marcada pelo peso hegemónico de elites sociais e políticas ultraconservadoras, com forte peso das oligarquias do ruralismo (...), visceralmente ligadas, como estratégia de preservação, aos poderes tradicionais da Igreja Católica e do Exército; com um apego fanático à «ordem», à «hierarquia natural», à «tradição», à «disciplina» e, por isso mesmo, com um medo e pânico a tudo o que respeitasse à «rua», às massas, [a]o protesto social, [a]os sindicatos, à democracia, e, até (...) à modernidade em geral.

O Estado Novo surge na desordem, impondo ordem a vários níveis, reservando para si a “missão” de “salvar” a nação do século de instabilidade favorecido pelo regime liberal. É sobre essa “missão regeneradora” que irei refletir, abordando algumas das diretrizes ideológicas e governativas do Estado Novo.

2.2. As missões do regime – educar, evangelizar e colonizar

Salazar, durante a sua vigência no poder, assumiu sempre uma postura paternalista para com o país e arrogou sempre para si e para o seu Governo uma vocação messiânica, no sentido de regeneração dos espíritos e da nação, de forma a recolocar a pátria no caminho do “homem novo”, fazendo a apologia do regresso ao “Portugal autêntico, de heróis, santos e cavaleiros” (Rosas, 2015: 117). O cumprimento desta missão caberia, uma vez mais, às elites, que deveriam “formar activamente as massas, tanto no sentido de as conformar, como de as «educar», moral e espiritualmente, nos novos valores da «cultura popular», nacional-ruralista e corporativa” (*idem*: 181).

Nesta secção irei indagar sobre a missão pedagógica do Estado Novo, nomeadamente na sua política educacional, considerando, inclusivamente, o papel atribuído à mulher durante o período de vigência do regime. Além disso, irei também abordar a missão evangelizadora do Estado, designadamente, o papel que a Igreja Católica assume durante este período; por fim, irei abordar a missão imperial do regime, nomeadamente na questão colonial.

Começarei por refletir sobre a política educacional do Estado Novo.

Desde 1926 que se começam a sentir alterações a este nível, estabelecendo-se uma rutura com a ideologia educacional da República então vigente, que concebia a criança como “planta de crescimento” (Guimarães, 1987: 127). Com a ascensão de Salazar à chefia do Conselho e com a consolidação do Estado Novo – oficializado com a promulgação da Constituição de 1933 – verificam-se alterações na política educacional.

Através da educação há uma consolidação da tríade ideológica *Deus, Pátria, Família*, servindo a educação para moldar e (con)formar as crianças, tornando-se a mesma um pilar na fixação dos pressupostos ideológicos e nacionalistas promovidos pelo regime.

Salazar tinha uma noção educacional muito clara e extremamente elitista, projetada como um “meio de estabelecer a posição predeterminada de cada um na sociedade” (Guimarães, 1987: 130). Assim, às classes populares era conferida uma educação empobrecida, menosprezando a sua promoção intelectual, até porque “os destinatários eram precisamente «os filhos das classes mais humildes»” (Guimarães, 1987: 136), não lhes sendo conferida a possibilidade de lhes “nascerem ambições” (Barros & Henriques, 1987: 149). Aliás, como referem Júlia Barros e Raquel Henriques (1987: 149), alguns grupos mais conservadores, pertencentes às oligarquias, consideravam mesmo o “analfabetismo como uma necessidade à manutenção dos bons hábitos tradicionais portugueses”. Assim, segundo as autoras, a educação não era considerada um bem necessário, mas era sim um meio útil:

A educação era confundida com a moral, e a instrução era substituída pela visão idílica de um trabalho compensador, numa vontade de desintoxicar a massa das suas pretensões de construir novas formas de vida. O ensino não fará mais do que contribuir para a reprodução da estrutura de relação de classes. (Barros & Henriques, 1987: 150)

Além de promover a diferença de classes, a educação também promovia a diferença de género. Assim, às raparigas era destinada uma educação diferente, sustentando-se esta diferença na missão de as educar na conduta de serviço aos outros, nomeadamente, aos pais, maridos e filhos, “esgotando-se aí a sua finalidade” (Barros & Henriques, 1987: 136). Ou seja, à educação feminina era imperativo orientar a mulher na sua missão doméstica e levá-la a conformar-se com a sua função social de mulher do lar, boa mãe, esposa subalterna e complacente (Belo *et al.*, 1987). Júlia Barros e Raquel Henriques (1987: 150) caracterizam de forma bem clara esta diferença educacional consoante os sexos:

Tudo aquilo que ultrapassava o universo da casinha branca, florida, limpa e honesta, dos filhinhos e do marido fiel e obediente, não era considerado digno de interesse para a consciência feminina. Alargar-lhe os horizontes, seria destruir esse equilíbrio familiar, que era também uma das bases da nação.

Como retratarei posteriormente, a conceção da mulher como esteio da família e auxiliar do marido foi infiltrando as consciências e moldando as condutas das portuguesas.

Salazar e o Estado Novo preconizaram dois tipos de mulher: a doméstica (sobretudo, a pertencente ao mundo rural) e a mulher colaboradora ativa e entusiasta do regime (sobretudo, a pertencente à burguesia urbana), como intentarei mostrar quando, posteriormente, abordar os objetivos de criação da Obra das Mães para a Educação Nacional (1936) e de criação da Mocidade Portuguesa Feminina (1938).

Relativamente à educação feminina, mas não só, a Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental durante a vigência do Estado Novo, sendo-lhe conferida a administração do ensino religioso e também a direção e cooperação em múltiplas estruturas estatais ligadas à formação das mulheres. Além disso, a Igreja era o “baluarte ideológico da ordem” (Rosas, 2015: 267), e é esse papel que irei analisar, ao abordar a missão evangelizadora do Estado.

Com a instauração do Estado Novo, é devolvido estatuto jurídico à Igreja e à sua ação (por exemplo, com a revisão constitucional de 1935 e com a Concordata de 1940), havendo uma progressiva “confessionalização do regime”, uma “união moral”, com o propósito de “«recristianizar» a nação, uni-la, integrá-la na «nova ordem»” (Rosas, 2015: 257). Como explicita António Ferreira (1987: 289), ao Estado não interessava manter um carácter opositivo ao catolicismo, antes se pretendia “mobilizar os católicos superando as suas divisões e particularismos”. Segundo este autor, a Igreja oferece ao Estado respostas eficazes na condução das massas, estabelecendo uma união entre o “reinado de Cristo” e as hierarquias. O regime “define para a Igreja uma determinada função social e limita a legitimidade da sua intervenção política ao comportamento e ao juízo dos católicos enquanto indivíduos e cidadãos” (Ferreira, 1987: 289).

A Igreja foi um dos sustentáculos do regime a par com o Exército, colaborando na sua legitimação ideológica, “quer através do púlpito e da orientação das organizações católicas, quer através da sua decisiva intervenção dirigente nos instrumentos de prevenção e enquadramento ideológico do Estado” (Rosas, 2015: 187). Como observa Fernando Rosas (2015: 258), “a hierarquia colocou-se ao serviço «espiritual» do regime” e esta, por sua vez, conferia ao Estado um carácter messiânico e divino, legitimando-o moralmente, bem como ao seu Chefe, António de Oliveira Salazar.

Enfim, “a Igreja ficava impedida de fazer a «sua» política, mas aceitava abençoar a política do regime” (Rosas, 2015: 259); o catolicismo acabava também por ser um elemento definidor do “ser português”.

Não se pode olvidar que desta cumplicidade tanto política como ideológica, resultou que a Igreja assumiu também um papel importante nas colónias, nomeadamente com o Acordo Missionário de 1940 e, sobretudo, no apoio à Guerra Colonial, em 1961. Este apoio era exercido em prol da defesa do “império do Minho a Timor”, reforçando-se a missão imperial do regime.

Ao abordar a missão imperial proclamada e desenvolvida pelo Estado Novo, não se podem dissociar as questões coloniais. Relativamente a este aspeto, darei ênfase ao carácter ideológico da política colonial, abordando superficialmente o aspeto económico-financeiro envolvente.

As colónias constituíam o grande império proclamado pelo Estado, revelando-se uma fonte importante na consolidação política e ideológica do regime, mas também, em certa medida, na consolidação económica. O império, ou o imaginário do império, representava a ideia de grandeza e singularidade nacional estruturantes na ideologia do regime.

Segundo Fernando Rosas (1994: 284), a “mística imperial” é impulsionada com o Acto Colonial de 1930 – lei que orienta a colonização portuguesa até aos anos cinquenta – que “vem proclamar para o País uma «função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos»”.

A partir dos anos trinta, o Estado português irá empreender uma política colonial com um carácter centralizado e nacionalista. As colónias eram vistas como um importante meio de extensão do mercado interno e, também, uma fonte de acumulação de capital financeiro e comercial, possibilitando um equilíbrio orçamental das contas externas do Estado, ao mesmo tempo que possibilitavam o desenvolvimento da metrópole (Rosas, 1994).

O regime proclamava a herança de uma missão colonizadora, considerando-se o “farol do espírito no mundo ocidental dominado pelo materialismo, o caos ideológico e a guerra; [como] orientador dos povos colonizados” (Guimarães, 1987: 111). O Estado, nesta missão empreendedora nas colónias, ansiava ao mesmo tempo colonizar e evangelizar, defender um império pluricontinental e plurirracial vivendo em harmonia, império este íntegro, indivisível e invendível.

Em suma, as ações ideológicas e governativas do Estado, tanto a nível interno como externo, levaram a um desvanecimento da autonomia popular, da sua capacidade reivindicativa e mobilizadora, impedindo, de igual modo, através da ação da igreja católica e do aproveitamento por esta das emoções religiosas das massas, a “depositar nas mãos do Estado as suas capacidades críticas e decisórias” (Guimarães, 1987: 117) e, ao nível externo, através da aceitação resignada do desígnio superior de colonizar, educar e evangelizar os povos de “além-mar” o que, como reflete Ângela Guimarães (1987: 117), assentava num “racismo fundamental”, numa “profunda exploração” e numa “violência desumana”.

Apesar de tudo o que fica dito e da aparente consolidação do regime, o panorama, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, começa a alterar-se, e o Estado “Novo” sofre as suas primeiras crises.

2.3. A instabilidade do regime – as crises políticas e sociais do pós-Guerra

O ano de 1945 marcou alterações significativas no regime, tanto a nível político, como a nível social e económico. Para compreender a amplitude da crise aberta pelo pós-guerra é preciso atentar, antes demais, nas crises antecedentes ao desfecho final deste acontecimento mundial.

É de conhecimento comum que Salazar e o seu regime adotaram uma política de neutralidade relativamente à participação nos confrontos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que teve o seu impacto ao nível económico e social.

Por paradoxal que possa parecer, este conflito militar marcou uma certa prosperidade na globalidade da economia portuguesa, que estava intimamente ligada à política de importação /exportação e ao comércio colonial, ainda que, por outro lado, a necessidade de reforço da defesa durante o conflito bélico levasse à negatividade dos saldos nas contas públicas (Rosas, 1994: 349). Além disto, acentuaram-se algumas diretrizes de modernização ao nível industrial. Tudo parecia relativamente próspero e controlado, mas, como alerta Fernando Rosas (1994: 351), esta “prosperidade global terá um preço económico e socialmente diferenciado. Ela afirmar-se-á à custa de um decisivo reforço do processo de subordinação /subalternização dos interesses ligados ao mundo agrícola tradicional”.

No período que se espraia de 1938 a 1945, a produção agrícola sofre uma estagnação, acontecendo o mesmo ao nível da produtividade dos terrenos e ao nível da mão-de-obra, vislumbrando-se um “processo de lenta e prolongada estagnação de um mundo rural insensível à necessidade de modernização e de mudança” (Rosas, 1994: 351 e 352).

Na realidade, a prosperidade económica anteriormente referida, só foi possível devido à exploração dos operários urbanos e rurais, desembocando numa profunda crise na relação entre as classes médias – “tradicional almofada protectora do regime nos anos 30” (Rosas, 1994: 352) – e o regime. Além disto, não se pode negligenciar a profunda desigualdade e instabilidade social que então se vivia e que se consubstanciava na extrema falta de bens de primeira necessidade e, nas precárias condições de subsistência das populações, proporcionadas por medidas extremas de contenção e desigualdade salarial.

Com o que fica dito, não se estranha a onda reivindicativa dos movimentos operários que se desencadeou à revelia da organização corporativa do Estado, e que este, por intermédio dos sindicatos e da polícia política, pensava conter a rebelião. Como nota Fernando Rosas (1994: 352) no pós-Guerra, Portugal era paradoxal e metaforicamente qualificado como o “homem que tinha os bolsos cheios”, mas igualmente o “homem de estômago vazio”. Esta situação levou a greves nos meios rurais e nos meios urbanos e, de igual modo, ao descontentamento das classes médias. A situação começava a descontrolar-se no âmbito interno e isso refletiu-se ao nível da coesão do regime. A inconformação das massas e o insucesso da sua contenção por parte do Estado “pareciam legitimar as estratégias de modernização propostas pelos industrialistas e anunciar o fim da velha ordem ruralista” (*idem*: 369).

Mas as crises não se circunscreveram aos primeiros anos do pós-guerra, ainda que, posteriormente, o Estado soubesse contornar este primeiro advento de fragilidade; aqui, é imperativo referir o segundo pilar da perenidade do regime – as Forças Armadas, que, durante os momentos de crise, foram o garante da ordem, da estabilização social e, em certa medida, política.

Nos anos de 1958 a 1962 ocorre a segunda grande crise do regime, o chamado “terramoto delgadista” (Rosas, 1994; Rosas, 2015). As eleições de 1958 e a acentuada pressão dos movimentos de oposição, dos quais se destaca o encabeçado pelo General Humberto Delgado, ditavam o princípio da decadência. Mas Salazar não se vergava a pressões, sabia o que queria e para onde ia.

Segundo Fernando Rosas (2015: 185 e 186), esta crise “resultava da incapacidade de um Estado Novo, irremediavelmente envelhecido, responder positivamente aos grandes desafios europeus do pós-guerra: a democratização política, o desenvolvimento económico, a justiça social, a construção europeia e a descolonização”.

Quanto à descolonização, Salazar não cedia, e começava a cavar um fosso nas relações internacionais. Com o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos pela ONU, a missão imperial então proclamada começava a revelar-se obsoleta sendo, Salazar e o seu regime, obrigados a esquadriñar soluções para sustentar a “vocação” colonial portuguesa.

Estas soluções organizaram-se no plano jurídico e no plano ideológico, com alterações terminológicas (o conceito de “Império” é substituído pelo conceito de “Ultramar” e o de “Colónias”, pelo de “Províncias Ultramarinas”), do regime de trabalho dos autóctones e da sua condição cívica (ascensão do indígena à condição de assimilado).

Apesar das aparentes liberalizações, Salazar continua a resistir às pressões externas e a reafirmar as particularidades da colonização portuguesa utilizando, para o efeito, a propaganda, que refletia um Portugal pluricontinental e plurirracial (aparentemente) justo e legítimo.

Para Salazar, os problemas pátrios não se discutiam, “Portugal não estava à venda”. Assim foi. “Orgulhosamente sós”, travámos, durante treze anos (1961-1974), o mais extenso conflito militar desde as guerras da restauração (1640-1668) – a Guerra Colonial, com pesados encargos financeiros e militares. Foi a Guerra Colonial que ditou a queda de um regime de quatro décadas, mas Salazar saíra de cena uns anos antes, corria o ano de 1968. Entretanto, ascendia ao poder Marcelo Caetano.

Marcelo Caetano chega ao poder em setembro de 1968 e desenvolve um projeto de aparente liberalização e modernização, marcado pelo conflito militar que então se agravava nas colónias. O projeto político marcelista ficou marcado pela paradoxalidade: por um lado preconizava uma modernização e uma liberalização para o país, ou seja, revelava uma maior aceitação das liberdades e dos direitos, mas, por outro lado, achava inevitável a manutenção da guerra.

Ao contrário do que era postulado por Salazar, Marcelo Caetano já não se refugiava na mística imperial ou na missão civilizadora; o argumento do sucessor de Oliveira Salazar era “a defesa dos interesses das populações brancas” (Rosas, 1994: 548), então situadas nas colónias. Defendia o princípio da “autonomia progressiva” (*idem, ibidem*) e recusava a cessação da guerra.

Como rapidamente se percebeu, era inviável uma política de liberalização com uma política de repressão colonial. Marcelo Caetano abdica da primeira, em prol da segunda. Porém, não foi só a manutenção da guerra que ditou a queda Marcelista, e sim um conjunto de condições precárias herdadas do governo anterior, como refere Fernando Rosas (2015: 186):

A terceira crise histórica do regime, a crise fatal, com o seu lastro de cansaço com a guerra, esgotamento orçamental, crise petrolífera, inflação, agitação social, contestação estudantil, radicalização político-militar das opiniões, etc., cairia por inteiro sobre os ombros do seu tão indicado como ansioso sucessor. Marcelo Caetano. O marcelismo seria o outro nome da crise final do regime e do «império» que Salazar fundara e crismara, respectivamente.

Marcelo Caetano encabeçou uma liberalização tardia e viu-se a braços com uma conjuntura política (interna e externa) fragmentada, uma conjuntura social efervescente, uma economia em declínio e uma guerra insustentável nas colónias. Era difícil mudar o rumo das coisas; não só foi difícil, como se revelou inevitável e, a 25 de abril de 1974, o país acaba por derrubar o regime.

Após ter referido as sucessivas instabilidades do regime, torna-se relevante focar um aspeto fundamental intrinsecamente ligado à conjuntura acima descrita: os fluxos migratórios. O fenómeno da emigração marcou de forma indelével todo o país e a níveis abundantes, sobretudo em contexto de crise e de conflito militar.

2.4. O outro lado da crise – o problema da emigração

Abordar o fenómeno da emigração, enquadrando-o historicamente, torna-se relevante para compreender a especificidade do fenómeno localmente. Ao abordar o panorama nacional que proporcionou o êxodo de milhares de portugueses, conseguirei estabelecer uma base de compreensão do fenómeno no panorama local, mais especificamente, na zona raiana de Melgaço.

Torna-se significativo fazer um recuo cronológico e atentar na segunda fase do regime (1945-1974) e apreender a incidência dos fenómenos migratórios durante este período. Para tal, basear-me-ei numa análise mais do tipo quantitativo do que qualitativo, pelo facto de a segunda ser profundamente analisada mais tarde, e, igualmente, porque ao compreender a incidência numérica dos fenómenos migratórios (ainda que não seja

possível quantificação exata e real dos mesmos, como posteriormente referirei), será dada uma visão o mais completa possível do impacto que o fenómeno da emigração provocou ao nível social, cultural, económico e demográfico, tendo sempre consciência de que a emigração foi “uma das faces de todo o processo sócio-económico do Portugal contemporâneo” (Serrão, 1977: 27).

Segundo Joel Serrão (1977: 37), no período que medeia entre os anos de 1855 a 1973 emigraram, de forma legal, 3 174 750 portugueses, tendo a emigração real sido sempre mais elevada do que a legal. Assim, segundo os dados estatísticos fornecidos pelo autor, deve-se acrescentar a este número mais 1 058 250 saídas clandestinas, totalizando 4 233 000 saídas.

No período que é considerado pelo autor, ocorreram alterações importantes, nomeadamente nos destinos de emigração. No século XIX, a emigração portuguesa era sobretudo transatlântica, rumo ao Brasil, principal destino da emigração oitocentista, a par de outros destinos como os Estados Unidos da América. Contudo, no século XX os caminhos da emigração portuguesa sofrem alterações. A grande depressão de 1929 levou o Brasil a adotar uma política de fechamento de fronteiras à emigração europeia (Serrão, 1977: 38) e levou a que se perspetivassem novos destinos.

Então, no período que é particularmente considerado aqui, 1945-1974 (pós Segunda Guerra Mundial) a emigração abarca novos destinos, nomeadamente o horizonte europeu, especificamente, a França e a Alemanha. Será o primeiro desses destinos que irei salientar.

Victor Pereira, que estudou a incidência e significação dos fenómenos migratórios para França de 1957 a 1974, regista que, neste período cronológico, Portugal viu sair cerca de um milhão e meio de portugueses, cerca de “47 % da população activa em 1970 e 17 % da população total” (Pereira, 2014: s/p.), ou seja, a população total, que na altura se contabilizava em 8 851 289 cidadãos, diminuiu para 8 568 703. França será o país recetor da maioria dos emigrantes portugueses – 900 000, sendo que apenas 350 000 abandonam o país legalmente (Pereira, 2014: s/p.).

Ao apresentar-se os dados estatísticos supracitados tem que se ter em consideração que, pelo facto de a emigração ter tido uma pesada natureza clandestina (em 1960, “a percentagem dos emigrantes clandestinos excede os 30 % tradicionais e instala-se, acaso, na ordem dos 50 %” (Serrão, 1977: 63)), é difícil estabelecer com fidelidade a quantificação das saídas. Como previne Victor Pereira (2014), os dados cedidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) só contabilizam as saídas que são do conhecimento do Estado, logo, longe de corresponder à realidade, fornecem dados estatísticos enviesados.

No final dos anos cinquenta, início dos anos sessenta, com o período de crise então vigente, nomeadamente a crise agrícola, as precárias condições de subsistência e a mobilização de cidadãos para as colónias para fins combativos (Guerra Colonial, de 1961 a 1974) observa-se o êxodo de milhares de portugueses. Assim o observa Joel Serrão (1977: 159):

...a emigração contemporânea portuguesa seria consequência natural do baixo nível de rendimento nacional, efeito, por seu turno, de um lento crescimento económico, do qual são índices seguros a hesitante curva da nossa industrialização e o predomínio no conjunto nacional das actividades agrárias ou primárias, que mobilizam, e mobilizaram, percentagens excessivas de mão-de-obra disponível.

Outros fatores a ter em consideração são as ocupações dos emigrantes, bem como a questão de género e a proveniência. Segundo Joel Serrão (1977), grande parte da emigração do primeiro quartel do século XX foi, sobretudo, de pessoas ligadas ao setor primário e, posteriormente, do setor terciário (comércio), contando-se também alguns do setor secundário (predominantemente, artífices). É importante reforçar que 75 % da emigração é protagonizada por “indivíduos populares, de condição humilde, paupérrimos e incultos – analfabetos na sua maioria” (Serrão, 1977: 132). Quanto às questões de género, sabe-se que tradicionalmente a emigração foi sobretudo masculina, tendo a percentagem de emigração feminina aumentado progressivamente até alcançar, no período cronológico de 1951-1960, a percentagem de 38, 1% (*idem*: 123). Por fim, quanto à proveniência, o predomínio dos fluxos migratórios pertence à zona Noroeste do país, intensamente povoada, a que pertence Melgaço.

Qual seria, em tempo de crise, a postura do Estado Novo relativamente a este êxodo sem precedentes?

Segundo Victor Pereira (2014, s/p.), a emigração põe em questão os pilares fundamentais do regime: o domínio, a população e o seu território. Os fluxos migratórios perturbam a ordem social vigente, o sistema de crenças e valores, nomeadamente a estabilidade, a ordem, a unidade, o enraizamento e a missão colonial.

A emigração simbolizará, segundo este autor, “o movimento, a instabilidade, o desenraizamento, a divisão, a libertação de uma população que se quer submetida”, além disto, representa um afastamento da missão colonial que era imperativo defender, e “rompe o *statu quo* económico e social profundamente desigual que o regime defende” (Pereira, 2014: s/p.).

Refletirei adiante sobre a profundidade destas implicações, e as medidas tomadas pelo regime para frear as saídas do país, ao mesmo tempo que analisarei as desigualdades sociais e de género que suportam estas medidas. Para isto, compararei a postura do primeiro representante do regime, António de Oliveira Salazar, com a do seu sucessor, Marcelo Caetano.

Além do exposto, procurarei dar relevância ao fenómeno, também ele marcante, do contrabando, que “abriu portas” à emigração a salto e que permitiu “a sobrevivência de agregados domésticos, impedindo a sua desvalorização (...) constituindo mesmo uma forma socialmente tolerada de mobilidade social ascendente” (Godinho, 2009: 34). Este fenómeno está estreitamente relacionado com as populações da raia, onde se insere a zona alvo de estudo.

Poderei, em jeito de conclusão, avançar com alguns dos fundamentos utilizados pelo regime para travar as saídas do país (e, em certa medida, a atividade do contrabando), interligando-se estes com as convicções ideológicas, assentes também numa profunda desigualdade. Segundo Victor Pereira (2014), os argumentos para frear as saídas baseavam-se na defesa dos interesses nacionais e na preservação dos valores morais e religiosos, encobrindo o temor por parte das oligarquias da ascensão social das classes populares, do possível abalo do regime e da quebra da sua unidade social, cultural, económica e política.

2.5. Fundamentos da perenidade do regime e transição para a democracia

Para finalizar o enquadramento histórico procurarei, brevemente, refletir sobre os fundamentos que permitiram a perenidade do regime salazarista e, de igual modo, sobre o processo de transição para a democracia. Foram quarenta e oito anos de ditadura, se se considerar o período que vai de 1926, com o golpe militar, até 1974, com a revolução de 25 de abril. Quarenta e oito anos, três crises graves, várias greves, uma guerra que ficará para sempre na memória dos que a viveram. O que permitiu, então, a tão longa vida do Estado Novo?

Fernando Rosas (2015: 186 a 188), aponta cinco razões para aquilo a que chama o “saber durar” salazarista: a violência (preventiva e repressiva), o domínio do Exército (ao nível político e militar), a aliança com a Igreja Católica, o “corporativismo enquanto regime” e o “investimento totalitário no «homem novo» salazarista”. Irei explorar os

fundamentos abordados por este autor quando, nos capítulos posteriores, analisar as questões que envolvem os fenómenos da emigração, do contrabando e a posição da mulher, especificamente na sociedade melgacense. Contudo, não poderei olvidar as consequências advindas do 25 de abril. A partir desse dia, começou a vislumbrar-se o nascimento de um Estado democrático, construído pela sociedade portuguesa, ainda que os primeiros agentes tivessem sido as Forças Armadas.

A construção de um Estado democrático não foi um processo fácil e homogéneo, mas progressivo, sendo marcado por avanços e recuos, conhecendo a sua primeira expressão nos anos de 1975 e 1976, anos que marcaram a mudança.

Uma das mudanças fundamentais foi o “Princípio da Igualdade”, tão ausente das políticas do Estado Novo, e que acabou por ser promulgado na Constituição da República Portuguesa, a 2 de abril de 1976. Leia-se o seu artigo 13º (alínea 1 e 2):

Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei [e] ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Isto acabaria por se traduzir, também, numa maior igualdade de género, tendo as mulheres visto reconhecidos alguns dos direitos que anteriormente lhes eram vedados, o que veio permitir uma maior emancipação e autonomia. Além da mudança referida, muitas outras foram surgindo, como o direito ao trabalho (sem distinção de género e sem restrição de ofícios) e à segurança social, o direito à greve, o direito ao ensino e aprendizagem — “o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas” (artigo 43º, alínea 2) —, o direito de voto para todos os cidadãos, as eleições livres, a constituição legal de mais do que um partido político, a cessação da polícia política, o direito à liberdade de imprensa e de opinião, o direito ao divórcio ou o direito à liberdade de deslocação e de emigração. A política de liberdade e igualdade começava a desenhar-se no sistema democrático; governar sem imposições e restrições era uma prática nova para a qual todos, com ou sem luta, no parlamento ou na rua, contribuíram.

É importante reforçar que a diluição do controlo fronteiriço, a progressiva liberdade de circulação dentro e fora do país e, não esquecendo, a preponderante adesão de Portugal à CEE, no ano de 1986, levou à integração do país em grandes espaços e a novas formas

de governação, tendo potenciado, de igual modo, a consolidação do sistema democrático em Portugal.

Capítulo 3 - Enquadramento metodológico

Na presente secção serão descritas e justificadas as etapas de construção de conhecimento seguidas durante o percurso da investigação. Assim, irá ser efetuada a caracterização da metodologia de investigação adotada, a apresentação das questões basilares que nortearam a pesquisa, a descrição dos procedimentos seguidos e dos contextos de aplicação das técnicas de investigação, a explicitação dos critérios que regeram o delineamento do universo dos informantes, bem como a clarificação dos métodos utilizados no tratamento e análise dos dados recolhidos.

Antes de cumprir com os pressupostos supracitados, farei referência ao intuito central da investigação para, posteriormente, se poderem compreender todas as fases que envolveram a maturação do conhecimento.

A presente dissertação tem como principal propósito empreender um estudo interpretativo das questões da fronteira na zona de Melgaço. Face ao exposto, a pesquisa teve em consideração os vários níveis que influenciam e são influenciados por estas questões – o nível social, cultural, linguístico, histórico e geográfico; procurando-se compreender, através da exploração e relacionamento das diversas categorias consideradas e da apreensão dos seus fenómenos mais relevantes (por exemplo, a intensidade dos fluxos migratórios e da atividade do contrabando) as especificidades que caracterizam a zona raiana de Melgaço e as suas gentes.

3.1. Metodologia

Para empreender um estudo desta natureza, revelou-se adequada a utilização de uma metodologia qualitativa, privilegiando-se o recurso a uma abordagem interpretativa. Através desta opção metodológica, procurei “não encontrar a «explicação» do social, mas «interpretar» o sentido da dinâmica social” (Touraine *apud* Guerra, 2006: 14).

A abordagem qualitativa distingue-se da abordagem quantitativa, na medida em que não se procura uma homogeneidade de sentidos, mas antes uma multiplicidade de intervenientes e dados de estudo (Guerra, 2006: 41). Elege-se uma posição epistemológica não positivista, permitindo uma abordagem mais flexível dos dados que, como afirmam Fernandes & Maia (2001: 50), “não são convertidos em pontos ou em

escalas numéricas, nem considerado[s] um espelho de uma realidade externa objectiva”, mas antes “uma construção subjectivamente vivida” (Hébert *et al.*, 2005: 48).

Esta postura epistemológica permite dar relevo ao contexto em que o conhecimento é apreendido e aos sujeitos que nele estão incorporados. Assim, nesta metodologia, os indivíduos são encarados como representantes de uma unidade social, não sendo selecionados em função de uma relevância numérica.

Compreendi então que a questão da amostragem em termos estatísticos não seria uma opção adequada nesta investigação, valorizando antes uma representatividade social e teoricamente significativa, que me permitisse compreender o que está para além dos indivíduos, nomeadamente, os contextos geográficos, sociais, culturais, históricos e linguísticos em que estão envolvidos e os significados que são produzidos individual e coletivamente (Albarello *et al.*, 1997; Guerra, 2006).

Na metodologia qualitativa, o investigador também assume um papel essencial, nomeadamente, na gestão e análise dos dados e na interação com o meio social objeto de estudo. Segundo Isabel Guerra (2006: 32), o investigador que assume uma postura epistemológica qualitativa, não se cinge a narrar os dados tal como os apreendeu, mas efetua uma análise interpretativa dos mesmos, “produzindo as categorias e proposições (hipóteses explicativas) indispensáveis ao atendimento dos fenómenos através de um processo indutivo com origem na própria narração”.

Ao privilegiar uma metodologia de tipo qualitativo, mostrou-se pertinente a elaboração de questões de investigação mais abrangentes, que me propiciaram uma ampliação dos horizontes de análise. Esta postura influenciou e foi influenciada pelos procedimentos e técnicas de investigação que adotei – observação direta, com recurso a entrevistas semidiretivas e a entrevistas escritas. Esta seleção levou a que me deparasse com observações inesperadas, mas significativas, levando-me a expandir o “tecido social em análise” e a reorganizar a minha presença no meio social em investigação (Costa, 1990: 135), como posteriormente terei ensejo de explicitar, quando abordar os procedimentos de investigação e os contextos de recolha de dados.

3.2. Questões de investigação

Atendendo aos pressupostos centrais da investigação mencionados no presente documento, foram formuladas algumas questões basilares, que compreendem não só as

questões de fronteira, mas também os diversos níveis em análise (social, cultural, linguístico, histórico e geográfico). Foram então tidas em conta as seguintes interrogações:

- Que influência tem a posição geográfica de Melgaço na evolução das suas estruturas sociais, culturais, linguísticas e históricas?
- De que forma o contrabando e a emigração determinaram ou reforçaram as relações de fronteira?
- Que consequências decorrentes da atividade do contrabando e dos fluxos migratórios (legais ou clandestinos) sentiu a população melgacense? Quem estava envolvido e com que profundidade?
- Até que ponto a presença próxima de duas comunidades nacionais e o contexto de partilha social, cultural, geográfica e linguística (comunidades de fronteira) têm influência na evolução da língua?
- Qual a importância social e cultural da literatura popular na identidade cultural melgacense?
- A literatura popular é um meio de tradução importante das realidades extralinguísticas? Em que sentidos?
- Qual a importância da figura feminina na sociedade melgacense? Que papéis foi assumindo ao longo dos tempos?
- Qual a relevância da figura feminina na transmissão de valores, crenças e costumes ancestrais?

3.3. Procedimentos de investigação e contextos de recolha de dados

O propósito da investigação por mim realizada era o de estudar uma zona raiana de Portugal continental e compreender, através da deslocação ao terreno e da recolha de testemunhos orais, inicialmente incidindo apenas na recolha de vestígios da literatura oral, as especificidades sociais, culturais, linguísticas e históricas que marcam a realidade da zona escolhida. A minha opção centrou-se no concelho mais setentrional do país: Melgaço, na região do Alto Minho.

Face ao exposto, uma técnica de investigação que se revelou fundamental foi a pesquisa no terreno, a observação direta. Nesta técnica de pesquisa, o investigador assume o papel central na recolha de dados de investigação, tornando-se, ele próprio, um

“instrumento de investigação” (Costa, 1990: 132). Segundo António Firmino da Costa (1990: 132), o investigador, ao deslocar-se e ao incorporar-se no terreno de investigação, efetua as seguintes operações de pesquisa:

Observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos e os acontecimentos. Participa, duma maneira ou de outra, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas.

A minha observação foi direta, na medida em que desenvolvi um contacto próximo com a realidade social que pretendia estudar, através da interação com os melgacenses. Teve, também, um sentido exploratório, pois tencionava descobrir “as principais linhas de força” da sociedade em estudo (Guerra, 2006: 33). Este tipo de observação tornou-se oportuna, porque potenciou a descoberta de uma realidade social que me era externa e distante (Hébert *et al.*, 2005) e, além disto, permitiu a descoberta de “facetadas do problema” que não estavam inicialmente na minha consciência (Quivy & Campenhoudt, 1992: 109).

Desloquei-me ao terreno pela primeira vez a 7 de dezembro de 2016 e efetuei investigação – com intervalos de tempo – até ao dia 10 de junho de 2017 (ver *Anexo 4*). Este período de contacto e adaptação ao terreno foi efetuado em diversas fases: primeiramente, estabeleci contacto formal com representantes de entidades locais, a fim de me enquadrar nas dinâmicas do terreno e da população; posteriormente, empreendi contactos informais com a população em estudo, com um propósito de integração, dando a conhecer o intuito e objetivos da pesquisa em curso.

Ultrapassadas estas primeiras duas fases, as deslocações ao terreno efetuaram-se com o propósito de recolha de dados. Neste sentido, pus em prática três técnicas de pesquisa:

- Pesquisa bibliográfica (na biblioteca e nos museus locais);
- Pesquisa documental (na biblioteca e nos museus locais);
- Entrevistas.

Quanto à última técnica referida anteriormente, optei pelo recurso à entrevista semidiretiva. Este tipo de entrevista tem uma conotação dupla: por um lado, o entrevistado tem a possibilidade de construir livremente o seu discurso e o seu

pensamento; por outro lado, atendendo à necessidade do investigador apreender respostas que vão de encontro à sua problemática central e ao seu objeto de estudo, é essencial o aprofundamento de algumas questões e temáticas centrais (Ruquoy, 1997: 87).

Esta técnica de pesquisa possibilita uma análise profunda dos sentidos e significados que os indivíduos conferem aos acontecimentos e às experiências sobre os quais são questionados, recorrendo ao seu complexo de valores, padrões e normas e às suas próprias interpretações, disponibilizando ao observador uma análise interpretativa da sua própria experiência (Quivy & Campenhoudt, 1992: 195).

Pode-se acrescentar que esta técnica de pesquisa se coadunou com os meus pressupostos de investigação, não só porque possibilitou a abordagem livre acerca da própria experiência dos interlocutores dentro do seu contexto, respeitando o seu espaço, como já havia referido, mas também porque este tipo de técnica de investigação pressupunha o respeito pela linguagem e expressão dos indivíduos, o que se tornou útil para compreender as especificidades linguísticas da zona em estudo (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Retomando a fase antes da ida para o terreno, é pertinente explicitar o material de apoio que construí e que me permitiu o início do trabalho de observação. Realizei um guia geral do estudo de campo (ver *Anexo 5*), no qual defini os principais objetivos da minha deslocação ao terreno, uma primeira descrição da zona em estudo e as principais instituições passíveis de serem contactadas. Posteriormente, e tendo em conta o objeto de estudo inicial, efetuei um guião de entrevista (ver *Anexo 6*), que continha as linhas gerais da investigação, sendo composto por questões extensas e diversificadas, mas flexíveis, abrangendo todas as problemáticas que, tendo em conta os propósitos de investigação, eram centrais (Guerra, 2006: 33). Este guião foi adaptado aos dois tipos de informantes que aspirava entrevistar (residentes na região com experiência e informação relevante sobre os temas em estudo e representantes de instituições).

Posteriormente a esta fase de preparação da deslocação ao terreno, seguiram-se as primeiras movimentações na zona em investigação e os primeiros contactos com a população. Nesta fase e após a realização das primeiras entrevistas, senti necessidade de readaptar a problemática de trabalho inicial, alargando o âmbito da pesquisa e reformulando as questões centrais de investigação, procurando não só recolher vestígios da literatura oral para posterior análise interpretativa, mas dando também relevância às questões de fronteira e às histórias de vida dos indivíduos, nomeadamente, às suas

experiências e à forma como essas memórias e vivências marcaram e definiram a identidade local.

António Firmino da Costa (1990: 133) considera que a reformulação e ampliação das possibilidades de estudo é uma das consequências da pesquisa no terreno:

As situações vão-se sucedendo, quase sempre com escasso controlo do investigador, estão sempre a surgir, mais ou menos subitamente, possibilidades de observação inesperadas, não programáveis, singularmente significativas; está permanentemente à mão e à vista, uma realidade social complexa, em toda a sua espessura e diversidade. Perante isto, o investigador é obrigado a reagir em plena situação de observação, escolhendo dimensões de análise e indicadores, estabelecendo relações entre fenómenos, realinhando focos de interesse e categorias classificatórias, intermutando procedimentos técnicos específicos.

As mudanças que ocorreram durante a minha presença no terreno e na interação com a população definem também a minha opção metodológica por um tipo de pesquisa qualitativa, onde o objeto de estudo e as hipóteses de trabalho definidas *a priori* vão sendo desenvolvidas e reorganizadas a partir do contacto com o terreno de investigação e em consequência dos dados recolhidos (Quivy & Campenhoudt, 1992; Hébert *et al.*, 2005; Guerra, 2006).

Quanto às especificidades da pesquisa de terreno e ao que a opção metodológica implica, não posso deixar de referir as condicionantes logísticas que envolveram a minha estadia no terreno, desde a distância geográfica de 141 km que me separava da zona em investigação, a inexistência de transportes regulares que me permitissem uma deslocação mais fluída e mais assídua ao terreno, até às implicações financeiras que se revelaram consideráveis, dado o tipo de pesquisa que pretendia empreender.

Face ao exposto, o trabalho de campo foi intensivo, com o propósito de absorver todos os contributos que Melgaço e as suas gentes me poderiam oferecer. As condicionantes em termos de mobilidade levaram a que me centrasse em determinadas localidades do concelho em estudo (Castro Laboreiro, Parada do Monte, Prado, Cristóval, Vila e Chaviães – ver *Anexo 14*) e determinaram também, em certa medida, a limitação do universo dos informantes (vinte e quatro das vinte e nove pessoas entrevistadas residiam em Melgaço). Essa limitação verificou-se quando, no decurso da pesquisa, se sentiu a necessidade de entrevistar mais informantes do sexo masculino, por ser escassa a sua representatividade na amostra até então recolhida, por impossibilidade de tempo, restrições

em termos de deslocação e disponibilidade dos intervenientes, teve que se limitar o universo masculino a nove pessoas, das vinte e nove entrevistadas.

Como se depreende do que fica dito, efetuei vinte e nove entrevistas, com uma duração média de 40 minutos, tendo realizado vinte e seis delas na minha ida ao terreno. Para a realização dessas entrevistas, desloquei-me aos centros de convívio locais (Prado, Chaviães e Castro Laboreiro) e também ao domicílio dos próprios informantes (Castro Laboreiro, Vila, Cristóval e Parada do Monte). À exceção dos referidos locais, realizei duas entrevistas no Museu Memória e Fronteira e três nas instalações da Câmara Municipal de Melgaço. Assim sendo, procurei sempre respeitar o espaço e o contexto dos intervenientes, para que as entrevistas pudessem decorrer de forma natural e espontânea.

Além do que fica exposto, importa referir a realização de mais três recolhas de dados a três informantes selecionados *a priori* por mim. Duas entrevistas estruturadas, respondidas por escrito (ver *Anexo 1* e *Anexo 2*): uma mais centrada numa das hipóteses de investigação – a literatura popular e as tradições orais (ver *Anexo 1*); a outra, mais abrangente, incluindo todas as linhas de investigação (re)formuladas ao longo do período de observação (ver *Anexo 2*) e uma entrevista semiestruturada (ver *Anexo 11*), efetuada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde houve a oportunidade de aprofundar as questões de fronteira, nomeadamente, as referentes à prática do contrabando e da emigração, bem como as atinentes ao papel da mulher na sociedade melgacense.

Todas as entrevistas efetuadas foram registadas em formato áudio com a devida autorização e conhecimento por parte dos informantes. Esta opção de registo de áudio foi essencial no posterior tratamento dos dados, como irei esclarecer quando abordar as questões de tratamento e análise dos dados recolhidos.

Agora, é essencial proceder a uma caracterização dos informantes, para se perceber da melhor forma os métodos de seleção, as interações e as dinâmicas em que decorreram as recolhas dos dados.

3.4. Informantes

Para o cumprimento dos objetivos de investigação – compreender, na sua abrangência e profundidade, as questões de fronteira que envolvem a zona raiana de Melgaço – tornou-se essencial um contacto próximo com a população local, pois seria

esta o principal veículo de informação, do qual se esperava o maior contributo na formulação de respostas às questões de investigação.

O contacto que estabeleci nem sempre foi fácil e frutífero, justificável por a minha presença ser estranha ao grupo social em análise, levando a um retraimento e a uma elevada vigilância por parte deste. Estes problemas práticos de investigação são, segundo Quivy e Campenhoudt (1992), naturais e derivam do facto da observação direta pressupor, em princípio, um contacto mais profundo e envolvente com e no mundo dos observados. Por isso, houve a necessidade de, em primeiro lugar, recorrer aos representantes institucionais, desenvolvendo assim, uma primeira ligação com a realidade em estudo.

A primeira interação ocorreu com a técnica superior, responsável pela cultura e museologia da Câmara Municipal de Melgaço – Angelina Esteves. Este contacto foi possível devido à intervenção de Albertino Gonçalves – professor associado com agregação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, natural de Prado-Melgaço – que estabeleceu a ponte entre mim e a supracitada.

Este primeiro contacto revelou-se de extrema importância no terreno, sendo um auxiliar-chave na ligação com alguns dos informantes. Assim, após a apresentação dos pressupostos de trabalho e a receptividade para a colaboração, Angelina pôs-me em contacto com algumas instituições locais e com possíveis informantes.

Após esta primeira fase de interação e da realização de uma primeira recolha de dados, consegui uma maior integração no terreno em estudo, sendo já os próprios informantes e instituições com os quais havia previamente estabelecido ligação, a sugerirem outros participantes.

Face ao sucedido, foram surgindo outros informantes pelo denominado efeito de “bola de neve”. Esta situação é também ela uma das possibilidades abertas pela observação direta, porque além de permitir um contacto próximo entre observador e observados, possibilita que estes últimos se tornem informantes úteis e sejam “permanente fonte de informação sobre outras pessoas, aspectos do contexto social em estudo e acontecimentos que nele se vão passando” (Costa, 1990: 139).

A pesquisa que empreendi contou com a colaboração de 29 indivíduos (ver *Anexo 3*): 9 do sexo masculino e 20 do feminino, sendo a sua média de idades de 74 anos. Destas 29 pessoas, 6 eram considerados informantes especialistas (ver *Anexo 3*), devido aos possíveis contributos especializados que poderiam dar na interpretação da realidade em

estudo e 23 eram considerados informantes pertinentes, a quem o estudo se dirigia e envolvia particularmente.

Os informantes, como já anteriormente referi, foram concebidos como “representantes de um grupo social” e, além de cederem informações sobre a sua própria vida e as suas próprias experiências, forneceram igualmente importantes informações sobre a realidade que era objeto de análise (Albarello *et al.*, 1997: 85). Este conceito de informante vai de encontro aos pressupostos da metodologia qualitativa, onde são especialistas “não os sujeitos individuais, mas estes entendidos como uma «síntese activa» de um «sistema em acto»” (Guerra, 2006: 20).

Assim, as entrevistas aos vinte e três informantes locais, tinham por objetivo recolher testemunhos e memórias que me permitissem, posteriormente, fazer uma interpretação da realidade envolvente e dos seus diversos contextos (sociais, culturais, históricos e linguísticos). Ou seja, pretendia através dos discursos dos informantes, aprofundar a relação entre os sentidos subjetivos que os mesmos conferem às suas práticas e experiências individuais e os sentidos presentes nas diversas racionalidades observadas e subsequentemente analisadas.

Como nota Isabel Guerra (2006: 32), o maior desafio do investigador é, através da análise dos diversos sentidos dos discursos, “tornar objetiva a subjetividade”. Esta tarefa nem sempre foi fácil.

No decurso das entrevistas aos locais deparei-me com dois problemas frequentes: a seletividade mnemónica e o desvio do sentido do discurso. Os informantes frequentemente me confessavam que o esquecimento se apoderava deles com o peso da idade e que nem sempre lhes era fácil abordar determinados assuntos da sua experiência e vivência, pela carga emotiva que implicavam. Estes compreensíveis constrangimentos foram sempre tidos em consideração, bem como as questões éticas que pautam a conduta de investigação. Assim, respeitei sempre o espaço, o tempo e a intimidade de cada informante, bem como o desenvolvimento natural do seu discurso e das suas memórias, que eram parte fundamental na construção de conhecimentos sobre factos passados e que marcaram a realidade melgacense, como foi o caso da atividade da emigração e do contrabando.

Além dos problemas expostos, outros surgiram, como a escassez de testemunhos masculinos, que se revelaram essenciais no decurso do trabalho de investigação, principalmente quando comecei a aprofundar as questões de fronteira, nomeadamente, as que envolviam a emigração e o contrabando.

Por fatores como a gestão de tempo de trabalho no terreno, as entrevistas a cinco dos nove informantes masculinos tiveram que decorrer num único dia (4 de abril de 2017), o que condicionou, em certa medida, o alargamento da interação entre investigador e entrevistados e levou a uma maior superficialidade na exploração das questões abordadas em entrevista. Contudo, é de ressaltar que os testemunhos masculinos se tornaram essenciais para compreender as complexidades inerentes aos fenómenos da emigração e do contrabando, visto que foram entrevistados três homens que haviam sido emigrantes clandestinos em França, tendo um deles sido também contrabandista e funcionário da alfândega; além destes, foi entrevistado um ex-guarda fiscal, que também havia estado envolvido no contrabando e, por fim, um ex-passador, também ele ex-contrabandista.

O universo feminino de informantes revelou-se muito mais representado (vinte dos vinte e nove participantes). Esta questão também se prende com o facto de que, nos locais onde realizei interações, o número de mulheres ser superior ao número de homens, sendo a quase totalidade das mulheres entrevistadas viúvas (dezassete das vinte informantes) — compreende-se, por isso, a escassa presença masculina.

Relativamente a este universo de informantes, é de relevar a sua constituição. Este universo feminino foi composto por oito mulheres que haviam sido emigrantes em França (três delas emigraram clandestinamente), quatro mulheres que estiveram envolvidas diretamente na atividade do contrabando — ainda que, a níveis distintos, a quase totalidade das informantes (dezassete das vinte) fosse com regularidade à Espanha clandestinamente buscar bens de primeira necessidade. Além disto, a particularidade reside em que a quase totalidade das informantes locais teve os seus maridos emigrados por longos períodos de tempo, bem como os seus pais e avós, o que também me ajudou a compreender, através dos seus relatos e memórias, a relevância da figura feminina na zona em estudo, aquando da ausência prolongada da figura masculina.

Além do universo dos informantes acima explicitado, entrevistei mais seis informantes que entendi serem especialistas, pois considero que me permitiram novas interpretações das questões de estudo. Refiro-me aos seguintes informantes:

- Manoel Pombal – Presidente da Câmara Municipal de Melgaço;
- Maria José Codesso – Vereadora da Educação e Cultura e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Melgaço;
- Angelina Esteves – Técnica Superior, responsável pela Cultura e Museologia da Câmara Municipal de Melgaço;

- Albertino Gonçalves – Professor Associado com Agregação no Departamento de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, natural de Prado - Melgaço;
- Álvaro Campelo – Professor Associado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa;
- Valter Alves – autor do blogue *Melgaço, entre o Minho e a Serra*, natural de S. Paio – Melgaço.

Os primeiros três nomes, revelaram-se importantes na medida em que me forneceram informações úteis sobre a realidade do município, nomeadamente sobre a realidade demográfica do concelho, a realidade social e cultural das suas comunidades, sobre as iniciativas e estruturas culturais do município, a realidade económica e, também, a realidade turística envolvente. Além disto, dois dos informantes são naturais do concelho (Angelina Esteves e Maria José Codesso), encontrando-se esta última ainda a residir no mesmo, o que me permitiu ter também uma perspetiva pessoal da realidade em estudo.

O quarto e o quinto informantes mencionados, deram-me a possibilidade de, através dos seus testemunhos, aprofundar determinadas temáticas em investigação e ofereceram um importante complemento à revisão bibliográfica e documental que fui fazendo antes, durante e após a recolha de informação no terreno.

O Professor Doutor Albertino Gonçalves, com diversos trabalhos sobre as realidades que envolvem os fenómenos da emigração e do contrabando⁴ e sendo natural e conhecedor do município em estudo, forneceu-me novas perspetivas sobre a realidade melgacense que me foram úteis na análise dos dados obtidos, não esquecendo também que foi um importante apoio nos primeiros contactos com o terreno e as suas entidades. Por sua vez, o Professor Doutor Álvaro Campelo, com trabalho desenvolvido no âmbito da cultura/literatura popular no concelho de Melgaço⁵, concedeu-me interpretações úteis

⁴ Entre os diversos trabalhos que realizou podem-se mencionar os seguintes: *Imagens e Clivagens: os residentes face aos emigrantes* (1996; Tese de Doutoramento); “*Caminhos de Inquietude. A organização do contrabando no Concelho de Melgaço*” (2008); “*O Presente ausente: o emigrante na sociedade de origem*” (1986); “*Uma vida entre parênteses. Tempos e ritmos dos emigrantes portugueses em Paris*” (1991, em co-autoria com Conceição Gonçalves); “*La emigración portuguesa hacia Francia en la segunda mitad del siglo XX: breve caracterización*” (2002, em co-autoria com José Cunha Machado).

⁵ Refiro-me ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos de Antropologia Aplicada da UFP e coordenado pelo Professor Doutor Álvaro Campelo, por iniciativa da Associação de Municípios do Vale do Minho, no âmbito do projeto

sobre as temáticas que envolvem a cultura popular e as tradições orais, bem como importantes referências documentais e bibliográficas que me permitiram alargar os horizontes de interpretação.

Por fim, a seleção de Valter Alves como possível informante consubstanciou-se pelo facto de este se revelar um observador atento e assíduo da realidade melgacense, sobretudo a nível cultural e social, a qual espelha no seu blogue *Melgaço, entre o Minho e a Serra*, que se revelou uma fonte importante antes e durante o trabalho em campo, nomeadamente, na pesquisa documental.

Assim, tendo em conta os objetivos da presente dissertação, privilegiei uma amostra diversificada, socialmente representativa, que me permitisse ter várias perspetivas relativamente às questões e problemáticas levantadas antes e durante a pesquisa de terreno: uma perspetiva analítica de especialistas.

3.5. Tratamento e análise dos dados

O tratamento dos dados constitui uma das fases mais absorventes e importantes do trabalho de investigação, e tem como finalidade “fornecer ao investigador essa distanciação indispensável em relação ao que é dito para chegar a reconstruir o que é” (Albarello, *et al.*, 1997: 63).

Assim, o tratamento de dados iniciou-se com a transcrição integral das vinte e nove entrevistas realizadas, que se foi efetuando por fases (durante e após a pesquisa no terreno). Todo o conteúdo das entrevistas foi transcrito literalmente (*verbatim*), respeitando a expressão linguística dos informantes. Além do explicitado, é de relevar que, em todas as entrevistas transcritas, a identificação dos informantes foi devidamente protegida, substituindo-se o seu nome completo por nomes fictícios e mantendo-se unicamente a sua zona de proveniência, para fins de análise. Todos estes procedimentos de tratamento de dados foram da minha responsabilidade.

Como referi anteriormente, a transcrição das entrevistas foi faseada. A primeira fase de transcrição, que ocorreu durante o período de observação, permitiu-me uma primeira interiorização das temáticas e ideias referidas pelos informantes e, como foi sendo feita

“Promoção e Gestão da Imagem do Vale do Minho”, do qual resultou a monografia *Lendas do Vale do Minho* (2002), que retrata o património lendário e a memória oral das gentes do Alto Minho.

paralelamente à realização de outras entrevistas, deu-me a possibilidade de, tendo em conta as análises primárias das transcrições já realizadas, ajustar o guião de entrevista a novas necessidades e temáticas, bem como para estabelecer possíveis pontos de convergência entre informantes. Além do exposto, esta primeira fase permitiu-me igualmente melhorar a minha postura durante o processo de realização das entrevistas, nomeadamente na interação com os/as entrevistados(as), visto tratar-se, na sua maioria, de pessoas de idade avançada merecedoras, por isso, de uma atenção e cuidado especiais.

Por sua vez, a segunda fase da transcrição, contando já com todo o material recolhido (incluindo as entrevistas escritas), permitiu ter uma ideia geral das principais temáticas referidas pelos informantes e dos pontos convergentes e divergentes entre eles, possibilitando a seleção do melhor método de análise dos conteúdos resultantes da transcrição.

Neste sentido, foi privilegiada a análise de conteúdo, em que é tido em consideração o caminho entre a observação, que inclui a receção das diversas mensagens e a “reação interpretativa” do investigador (Bardin, 2013: 10).

Este tipo de análise, segundo Quivy & Campenhoudt (1992: 224), “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade [e permite] satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva”. Assim, tendo em consideração esta opção metodológica de análise dos dados, efetuei a análise a três níveis distintos⁶:

1. Ao **nível temático**, procurando perceber as principais temáticas abordadas pelos informantes, bem como os seus pontos de convergência e divergência e, também, a sua relevância para o trabalho de investigação;
2. Ao **nível da enunciação**, procurando discernir os sentidos e os significados que os sujeitos atribuem às suas experiências e vivências, valorizando o seu discurso e as suas referências;
3. Ao **nível da expressão**, centrando a minha análise nos aspetos mais formais e linguísticos, compreendendo as especificidades da zona raiana em estudo ao nível da língua.

⁶ Para o estabelecimento destes três níveis de análise, tive em consideração as premissas expostas por Laurence Bardin, no seu livro *Análise de Conteúdo* (2013) e também o que, a este respeito, Isabel Guerra expõe no seu livro *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo* (2006: 63).

Daqui se depreende que a análise de conteúdo pode assumir duas vertentes significativas: uma relaciona-se com a análise dos significados (as temáticas, o conteúdo do discurso e enunciação), outra mais com a análise dos seus significantes, como é o caso da análise de aspetos essencialmente formais e linguísticos. Assim, segundo Bardin (2013: 42), o que se procura realizar quando se opta por este método de análise “é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas... dos enunciados”.

A análise dos dados, como já havia acontecido com as hipóteses e questões de investigação sustentou-se, sobretudo, nos resultados da observação direta no terreno optando-se, assim, por um trabalho essencialmente indutivo que, como observa Albarello *et al.* (1997: 117), “encara a análise qualitativa numa lógica exploratória, como meio de descoberta e de construção de um esquema teórico de inteligibilidade”, não se privilegiando a averiguação e prova de hipóteses e teorias pré-estabelecidas, como supõe uma metodologia de tipo quantitativo. Esta opção metodológica leva a um tipo de análise mais flexível e adaptável, favorecendo uma interpretação heurística dos dados.

Além do que fica exposto, é importante reforçar o percurso analítico a que foram submetidos os dados: por um lado, sustentei a minha análise nos conteúdos das entrevistas, focando a atenção nos dados extralinguísticos, como é o caso dos referentes às especificidades culturais, sociais e históricas; por outro lado, realizei uma análise linguística dos dados, atendendo às especificidades expressivas/linguísticas verificadas na transcrição das entrevistas, dando primazia às especificidades semânticas, morfológicas, sintáticas, fonológicas e lexicais.

Apesar de complementares em termos de possibilidades de análise, sustêm pressupostos distintos e Bardin (2013: 44) chama a atenção para a distinção entre análise linguística e análise de conteúdo:

A linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por detrás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens.

Procurei, então, conciliar estas duas perspetivas de análise, valorizando não só os sentidos das palavras e o que de significativo existe para além delas, mas também a sua forma, materialidade, ou expressão, sendo que a análise nestas duas vertentes pode

fornecer importantes contributos para a compreensão de realidades que fazem parte do percurso identitário de Melgaço e da sua população.

Capítulo 4 – Melgaço: um território de fronteiras

Seguidamente será apresentada uma breve caracterização da zona em estudo, sobretudo em termos geográficos, culturais e demográficos.

4.1. Caracterização geográfica

Melgaço é o concelho mais setentrional de Portugal. Integrado no distrito de Viana do Castelo, em pleno Alto Minho, prolonga-se desde o rio Minho até às serras da Peneda e do Soajo. Sendo o concelho mais interior de Viana do Castelo, distingue-se pela diversidade da sua fronteira, que compreende o rio Minho e os rios das zonas montanhosas, como o Trancoso e o Laboreiro, integrando também uma “raia seca” que se prolonga pelo planalto de Castro Laboreiro. Além da diversidade da sua fronteira, é importante realçar a sua extensão: a fronteira que compreende a localidade de Melgaço é composta por um traçado de 61 km (22km de fronteira terrestre e 39km de fronteira fluvial) que a liga à vizinha Galiza, região de Espanha (Gonçalves, 2008: 244).

A Norte, Melgaço é delimitado pelo rio Minho, curso fluvial que o separa de Espanha; a Oeste e a Sudoeste está ligado ao concelho de Monção e Arcos de Valdevez, compondo com este último uma área correspondente ao Parque Nacional da Peneda-Gerês. Para além destas ligações que incorporam Melgaço no território português, é evidente e esclarecedora a afinidade geográfica com a vizinha Espanha (mais especificamente, com a Galiza). Melgaço é delimitado por seis concelhos galegos: Vereia, Quintela de Leirado, Entrimo e Padrenda, pertencentes à província de Ourense, e Creciente e Arbo, pertencentes à província de Pontevedra.

Acrescente-se que Melgaço dispõe de três acessos à vizinha Galiza: um na freguesia de Cristóval, mais precisamente em S. Gregório, que faz a ligação a Puentes Barjas; um em Castro Laboreiro, nomeadamente na Ameijoeira, compondo a ligação com Entrimo e outro na freguesia de Paderne, no lugar do Peso, onde a Ponte Internacional estabelece a ligação a Arbo (ver *Anexo 14*).

Constituído por uma superfície de 232 km², o concelho de Melgaço é composto por dezoito freguesias, repartidas por áreas de ribeira e de montanha: Alvaredo, Chaviães, Cristóval, Roussas, Remoães, S. Paio, Paderne, Paços, Penso, Prado e Vila, compõem as

zonas “da Ribeira” e Castro Laboreiro, Lamas de Mouro, Gave, Parada do Monte, Fiães, Couso e Cubalhão, compõem as freguesias “do Monte” (Domingues, 1986).

Geograficamente marcado pela sua posição fronteiriça, durante décadas o concelho de Melgaço esteve sujeito a um significativo isolamento, não só geográfico, mas também político, económico e social, ocupando um lugar marginal relativamente aos grandes centros do poder e aos grandes núcleos de desenvolvimento (Domingues, 1986); esta posição periférica marcou, no passado, as estratégias de vida da sua população, as quais provocaram impactos significativos ao nível demográfico, como se verá posteriormente.

4.1.1. Do monte à ribeira: caracterização do espaço físico, social e cultural

Uma caracterização que se torna relevante e que marcou e ainda marca os modos de vida dos melgacenses é aquela que se prende com a distinção entre as zonas “do Monte” e as “da Ribeira”. Além de ser uma marca típica da sua geografia, que incorpora duas manchas características — por um lado, pequenos vales e leves encostas, estreitados ao rio Minho; por outro lado, uma zona montanhosa e planáltica, marcada pelos relevos acentuados e agrestes — é também uma marca típica da sociedade e da cultura, que foi determinando os modos heterógenos de ser e estar das gentes de Melgaço. Já Orlando Ribeiro (2011: 147) referia esta particular distinção efetuada pelas gentes do Minho:

No Minho, o povo opõe à Ribeira dos vales largos, terra de milho, vinho e fruta, que formiga de gente em casais disseminados na verdura dos campos, prados e bouças, a Montanha, onde o pinhal, o vinho e o milho rareiam, a população se aglomera em aldeias à roda de campos de centeio, vastos terrenos de pastagem e, sobretudo, enormes extensões de penedia estéril.⁷

Álvaro Domingues (1986) reflete sobre esta questão no contexto específico de Melgaço, analisando-a tendo em conta a segunda metade do século XIX. Ainda que a

⁷ José Leite Vasconcelos (1928: 307 e 308), também se referiu a esta mesma distinção realizada pelos melgacenses, afirmando que “na conceção popular, que corresponde à realidade física, embora não administrativa, o concelho de Melgaço compõe-se de duas partes: o *Monte*, ou *Muntanha* (Montanha), onde se produz pouco milho e pouco vinho, mas muito centeio, batata e feno; e a *Ribeira*, ou lado esquerdo do vale do rio Minho, onde, pelo contrário, predomina a cultura do vinho e do milho”.

análise seja feita num tempo recuado, é importante para se compreender a abrangência desta distinção advinda do passado e que ainda é marca do presente.

Para fundamentar a distinção que faz das freguesias do Monte e da Ribeira, o autor analisa determinados indicadores, entre os quais: a mobilidade geográfica, o “sistema de culturas” e a “estrutura fundiária” (Domingues, 1986: 130-143).

Relativamente ao primeiro indicador, o autor refere que era sobretudo nas freguesias do Monte que se verificava uma maior mobilidade, sobretudo sazonal, principalmente protagonizada pelos homens e particularmente visível em Castro Laboreiro. Esta mobilidade, era propiciada pela existência de uma raia seca que, facilmente superável, permitia o contacto entre os dois lados da fronteira, não só ao nível laboral, mas também social e afetivo.

Não apenas para Espanha, mas igualmente para outras regiões de Portugal Continental, como Trás-os-Montes, Porto, Braga ou Lisboa, os movimentos migratórios marcaram durante décadas o sistema de vida dos melgacenses, com maior incidência nas freguesias do Monte, mas verificando-se também nas freguesias da Ribeira (Domingues, 1986: 133). É importante salientar que, além dos destinos referidos, os destinos transatlânticos também começaram a ganhar relevância neste século, sobretudo a emigração para o Brasil.

É de ressaltar que já neste período⁸ se verificavam fortes quebras da população masculina, por contraponto à feminina, sendo acentuado o contingente de mulheres em relação ao de homens, sobretudo nas freguesias do Monte (Castro Laboreiro e Lamas de Mouro), em virtude das migrações sazonais (Domingues, 1986: 139).

Quanto ao “sistema de culturas”, verificava-se uma distinção nos cultivos das freguesias do Monte e da Ribeira. Nas primeiras, sobressaía a criação de gado miúdo, sobretudo visível em Castro Laboreiro, Lamas de Mouro e Cubalhão (Domingues, 1986: 149); nas segundas, a produção de vinho e milho, sendo a primeira ainda hoje fundamental na cultura e economia melgacenses. A análise das culturas que o autor realiza é elucidativa relativamente à extrema carência das aldeias do Monte em termos de bens alimentares, que também se devia ao facto de as zonas de montanha serem fortemente castigadas por terrenos incultiváveis e invernos rigorosos, o que levou à urgência na procura de estratégias de subsistência.

⁸ O autor analisa o período cronológico de 1878-1890.

Por fim, relativamente ao último ponto analisado pelo autor, verificava-se, no período considerado, um maior peso de proprietários nas freguesias da Ribeira, onde a “mobilidade fundiária” (Domingues, 1986: 154) era mais acentuada, reforçando-se o panorama de carências de bens, neste caso materiais, nas freguesias do Monte.

Além das distinções referidas, outras foram mencionadas pelos informantes, como as formas de ser, estar e falar. A linguagem, sobretudo, ainda é um indicador de certa forma distintivo, claro que em níveis muito menos acentuados do que no passado, como se verá posteriormente, mas é uma marca que ainda é preservada – inconscientemente – pelos habitantes das zonas de Montanha. Além desta, o isolamento a que eram votadas as freguesias do Monte levou a que se desenvolvesse um sentido de comunidade mais apurado e uma relativa uniformidade social e cultural que, apesar de não estar tão vincada no presente, ainda mantém um lugar importante na memória dos informantes.

4.2. Caracterização demográfica

Para se compreender de forma completa o panorama atual da sociedade melgacense, revela-se fundamental atentar em alguns dos indicadores demográficos mais significativos, como a densidade populacional e o envelhecimento. Neste sentido, terei em consideração o período de 1950 a 2015 (Gonçalves, 1996; Gonçalves, 2005; Machado, 2016).

Melgaço, desde há décadas que vem sofrendo perdas populacionais consideráveis e que se caracteriza por ser um concelho envelhecido, apresentando um cenário de “recessão global e desvitalização demográfica” (Gonçalves, 1996: 74). Segundo José Cunha Machado (2016: 34), foi no ano de 1960 que Melgaço atingiu níveis consideráveis em termos populacionais, com um total de mais de 18 mil habitantes, contudo, após esse “pico” populacional, o cenário tem vindo a regredir anualmente.

Segundo Albertino Gonçalves (1996: 75) de 1960 a 1991, Melgaço perdeu 7401 habitantes, o que equivalia, na época considerada, a 2/5 da sua população residente (-46,6%). O autor procede a uma quantificação da perda populacional nas freguesias do Monte e da Ribeira, o que permite compreender o impacto que, na altura, sentiu cada uma das zonas consideradas. Segundo o autor, foi maior o impacto da perda populacional nas freguesias do Monte (-54,5 %) do que nas da Ribeira (-33,5 %) (*idem, ibidem*). Em 1991, residiam no concelho de Melgaço 10 810 pessoas, tendo este número voltado a cair em

2001 com redução para 9996 indivíduos. Isto significa que, no período que medeia os anos 1960 e 2001, Melgaço viu reduzir-se a sua população a 45% (Machado, 2016: 34).

O período acima considerado enquadra um dos fenómenos mais impactantes da segunda metade do século XX e também dos mais precoces, se se tiver em conta o concelho de Melgaço: a emigração. Ainda que se tivessem verificado importantes movimentos migratórios no século XIX, como se referiu anteriormente, o fenómeno migratório atingiria o seu auge a partir dos anos 1960 (Gonçalves, 1996). Além deste indicador, Albertino Gonçalves (1996: 75) considera, de igual modo, as migrações internas, que também foram significativas.

A emigração caracterizou-se por ser marcadamente masculina, o que levaria a um desequilíbrio entre a população do sexo masculino e feminino, ainda verificada em períodos mais recentes. Segundo Albertino Gonçalves (1996: 78), verificava-se um *deficit* de homens em idades compreendidas entre os 20 e os 55 anos, ou seja, homens em idade ativa, que acabavam por constituir importante mão-de-obra fora do concelho.

Tendo em conta dados mais recentes (31 de dezembro de 2001 a 31 de dezembro de 2015), José Cunha Machado (2016: 34 a 36) refere que Melgaço sofreu, no período considerado, uma perda populacional de mais de 1400 residentes. Em 2015, continuou a verificar-se uma maior perda populacional no sexo masculino, do que no feminino, havendo 78 homens por cada 100 mulheres (*idem, ibidem*).

O mesmo autor explicita que, no final de 2015, Melgaço se apresentava com uma taxa de crescimento efetivo muito negativa (-1,30%) — “o concelho de Melgaço foi o concelho alto minhoto que menos cresceu em 2015, passando a ocupar a posição que em 2001 pertencia ao concelho de Arcos de Valdevez” (Machado, 2016: 36 e 37).

O envelhecimento populacional também é um dado significativo para se compreender a realidade melgacense. Tanto Albertino Gonçalves (2005), como José Cunha Machado (2016) referem que no ano de 1950 se verificava, a este nível, uma situação normal, em termos de proporção de jovens para idosos, existindo cerca de três jovens para cada idoso. Ambos referem também a inversão da situação acima referida no ano de 2001, havendo somente um jovem por cada três idosos, o que acabava por revelar uma alta percentagem de melgacenses idosos – 30,4% da população do concelho (Gonçalves, 2005: 95).

Segundo Albertino Gonçalves (2005: 91 e 92), em 2002, Melgaço era, ao nível da Região Norte, o terceiro concelho mais envelhecido, apontando-se como causas o decréscimo da natalidade e o aumento da esperança média de vida, e referindo-se também

o impacto das migrações e dos regressos da população emigrada, fenómenos interligados que sempre marcaram a realidade melgacense. Além disto, o autor procede a uma distinção do índice de envelhecimento nas freguesias do Monte e da Ribeira, tendo em conta os censos de 2001; nas freguesias do Monte, a percentagem de idosos era mais elevada do que nas freguesias da Ribeira: 35,8% e 28,7%, respetivamente.

Tendo em conta dados mais recentes, José Cunha Machado (2016: 42 e 43), refere que, em 2014, existia um jovem por cada quatro idosos. Por sua vez, no final do ano de 2015, “60,8% da população idosa tinha 75 ou mais anos”, sendo o concelho de Melgaço no ano considerado pelo autor, o mais envelhecido da região do Alto Minho, e ocupando, à data, a 15ª posição a nível nacional.

Estes dados permitem compreender que Melgaço é um concelho com uma população particularmente envelhecida (sobretudo, a população feminina), que não se vai renovando (ou cuja renovação é sobretudo feita fora do concelho) e que se acha em processo de contínuo despovoamento, sobretudo nas freguesias do Monte, propiciado pelas migrações internas e externas e também pela alta probabilidade de taxas mais elevadas de mortalidade. Trata-se, portanto, de um concelho que continua a depender, como nos tempos mais marcantes da emigração, das remessas do exterior, ainda que a níveis certamente diferenciados e que, continua, sobretudo nas zonas de montanha, a ser marcadamente rural.

Capítulo 5 - A fronteira enquanto espaço de resistência: o contexto melgacense

A fronteira física, política e social marca, desde sempre, a realidade dos habitantes de Melgaço e, no passado, concebeu-se como lugar privilegiado de permutas de recursos materiais, humanos, culturais e linguísticos. Periféricos em relação aos grandes centros de ação e de poder, os melgacenses foram estruturando os seus modos de vida em estreita afinidade e cumplicidade com as populações espanholas residentes nas localidades contíguas ao seu traçado de fronteira, tendo essa proximidade sido promovida, muitas das vezes, pela necessidade. Além disto, a carência também levou os habitantes desta zona raiana do Alto Minho à descoberta de novas fronteiras, na procura de melhores condições de vida, fronteiras essas que se revelaram mais distantes e difíceis de ultrapassar.

No presente capítulo centrarei a atenção sobretudo em três questões que me parecem fundamentais para se compreender a ideia de *fronteira* enquanto espaço de resistência e, sobretudo, para se perceber a realidade histórica, social e cultural de Melgaço. Refiro-me aos fenómenos do contrabando e da emigração e, também, ao papel da mulher melgacense que, como se verá, teve uma relevância particular não só no contexto dos fenómenos anteriormente referidos, mas também noutras dimensões igualmente fundamentais, como a da manutenção dos costumes e tradições ou a educação familiar.

É sobre as três dimensões consideradas que se irá desdobrar a seguinte reflexão, tendo em linha de conta o cômputo geral dos conteúdos extraídos das entrevistas. Tentar-se-á, posteriormente, dilucidar os seus significados e enquadrá-los nas diversas realidades abordadas, começando primeiramente pelo fenómeno do contrabando.

5.1. O contrabando como prática de resistência e sobrevivência

*Sabe que as fábricas que haviam aqui no concelho de Melgaço
era o contrabando, não havia outra coisa.*

(Fernando, Cristóval)

O contrabando foi uma prática fundamental para a sobrevivência de diversas populações da raia luso-espanhola. Além de se ter revelado como um recurso de extrema importância para a subsistência de diversos agregados familiares e comunidades, sendo um complemento das economias das populações que viviam sobretudo da prática agrícola, o contrabando foi também um impulsionador de contactos entre as comunidades dos dois lados da raia. Ainda que essa relação se estabelecesse, em grande medida, pela dependência e pela necessidade mútuas, foi também através desta prática que a fronteira se revelou como um espaço aberto e permeável, permitindo solidariedades que se estabeleceram muito além da delimitação política de um traçado de fronteira, que na teoria separava, mas que na prática acabava por unir (Cunha, 1999 & 2006; Amante, 2007; Godinho, 2009).

O contrabando foi um auxiliar económico fundamental para a subsistência da população melgacense e constituiu, principalmente durante o século XX, uma forma de estar e de viver, de sobrevivência crua e dura. Atividade contínua e sistemática, praticada em redes amadoras e profissionais, envolvendo homens, mulheres e crianças, o contrabando foi visto como uma oportunidade aparentemente lucrativa para todos quantos nela arriscavam inserir-se, uma alternativa de se ganhar a vida para lá da lavoura, que em tempos de precariedade, mal dava para colocar o pão na mesa.

A atividade do contrabando marca todo o percurso vivencial dos melgacenses. No período de recolha de dados, tive oportunidade de compreender que, em tempos passados, a vida na fronteira de Melgaço se fazia numa relação de dependência e comunicação constante com as populações da vizinha Galiza. Uma vez na busca de bens que permitissem a subsistência do agregado familiar, outras sob o impulso de ascensão económica, através da retenção de maior capital financeiro fruto das transações em grande escala. Estas duas realidades coexistiram nas diversas narrativas que me foram transmitidas e habitam persistentemente as memórias dos informantes.

Como já havia referido anteriormente, o contrabando foi um dos elementos que de forma mais evidente compuseram as relações entre populações nas zonas de fronteira,

sendo uma manifestação evidente dos seus modos de vida, e tendo acabado por influir na construção das identidades locais (Cunha, 2006; Amante, 2007; Godinho, 2009). Apesar de ser um fenómeno de séculos, e que mereceu prematuramente a atenção do poder (pelos menos desde o século XV), atinge o seu apogeu no século XX — marcado pelas guerras e pela afirmação e consolidação dos regimes totalitários —, tendo acabado também por ser uma consequência das conjunturas políticas e económicas vigentes na época considerada.

O contrabando encontrou nas zonas periféricas de fronteira a razão principal da sua existência e constituiu efetivamente “uma forma socialmente tolerada de mobilidade social ascendente” (Godinho, 2009: 34). Foi, sobretudo, um jogo que envolveu perigo, clandestinidade, sincretismo, logística, taciturnidade, solidariedades, violência, controlo e poder, oscilando entre a resistência das populações e a ação repressora do Estado.

5.1.1. O contrabando no tempo da guerra e da ditadura

Como se referiu anteriormente, a atividade do contrabando atinge o clímax num período marcado por dois acontecimentos históricos que influenciaram – direta e indiretamente – a vida económica e social das populações raianas, nomeadamente a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e a IIª Grande Guerra (1939-1945). O primeiro confronto é contemporâneo da afirmação da ditadura Franquista em Espanha e da consolidação do Estado Novo em Portugal, regimes que, com as suas políticas segregadoras e opressivas, marcaram indelevelmente a vida nas zonas de fronteira.

A Guerra Civil Espanhola acabou, antes de mais, por gerar uma extrema carência de bens e dificuldades de subsistência dos dois lados da raia, provocadas por medidas de contenção impostas, vigiadas e fiscalizadas pelas organizações corporativas estatais. Mas, além disto, a consolidação dos regimes ditatoriais ibéricos, também provocou um reforço das medidas de controlo fronteiriço, contra as quais as populações raianas tiveram que lutar, recorrendo a métodos de resistência ilícitos, como é o caso do contrabando (Táboas *et al.*, 2009).

O conflito que assolou Espanha acabou por ser encarado pelas populações raianas como uma oportunidade comercial e isso também se verificou no caso da sociedade melgacense. As guerras, segundo Luís Cunha (2006: 180), tornaram “a fronteira num espaço mais preenchido e, nesse sentido, mais dinâmico”, levaram a um movimento

permanente de pessoas e mercadorias, constituindo também um recurso fundamental para a sobrevivência condigna das populações, pois os tempos da guerra foram, sobretudo, tempos de miséria e indigência. Relativamente a esta última consideração, é importante salientar que, neste período, a fronteira também foi encarada como um refúgio para refugiados espanhóis, os quais, pelas vicissitudes políticas, procuravam evadir-se à repressão do regime franquista, procurando abrigo também em Melgaço, mormente na zona montanhosa de Castro Laboreiro.

O impacto da guerra civil está bem presente na memória dos melgacenses. Para uns, este foi um tempo de oportunidades, sobretudo de exportação de bens que faltavam no país vizinho, transformando-se a conjuntura de carências numa ocasião de obtenção de maior capital económico; para outros, foi um tempo assombrado pela miséria e pela rarefação de bens, e também pela conivência das forças de poder protagonizadas pelos seus líderes locais e autoridades policiais. Os dois relatos a seguir transcritos são exemplo claro deste duplo entendimento:

...havia o rescaldo da guerra espanhola, da Guerra Civil de Espanha com o Franco e, ficou o rescaldo da guerra. Depois, havia muitas coisas que falhavam na Espanha e muitas coisas que falhavam a Portugal. Às vezes, falhava o azeite, pronto, havia o contrabando do azeite. Levávamos o azeite nuns odres ainda, chamam-lhe odres, que era peles de animais nuns odres. Sabão, sabão de potassa, café Sical, café sem torrar, café cru. (José, Paços)

...as pessoas tinham pouco dinheiro, tinha acabado a Guerra Civil Espanhola, nós aqui ficámos muito mal, porque tudo o que havia foi para a Espanha, porque o Salazar era amigo do Franco e ajudou-o, porque ele teve a Guerra Civil, que começou em trinta e seis, acabou em trinta e nove e a Espanha ficou destruída.

Em trinta e nove começou a Segunda Guerra Mundial e, depois, tudo o que havia aqui passou para a Espanha, o contrabando. Pagavam o milho muito caro, o milho vendia-se para a Espanha e aqui passavam muita fome. (Matilde, Paderne)

Como é possível depreender, o contrabando foi, no tempo muito preciso da guerra e da ditadura, uma alternativa viável ao isolamento e à pobreza da população melgacense, uma forma de resistência à marginalidade política, social e económica a que estava votada pelo poder. Além disto, o contrabando era, sobretudo, uma atividade legitimada pela necessidade e é dessa forma que os informantes ainda hoje entendem a sua prática, como uma atividade não danosa, mas necessária:

Em cinquenta, comecei então a ganhar um bocadinho para a casa no contrabando. Chamava-se contrabando, mas o contrabando é uma coisa proibida e, naquele tempo, era o intercâmbio que havia (...). (José, Paços)

Diferente entendimento sobre esta prática tinham as forças do poder, nomeadamente, o Estado Novo. O Estado acabaria por considerar o contrabando como uma atividade lesiva para os interesses económicos e políticos do país, pelo que, conjuntamente com as forças franquistas, procurava conter a sua prática.

Existia, assim, uma demarcada oposição entre a política nacional e a *praxis* local. Para as forças do poder, sempre personificadas no imaginário dos informantes na figura de António de Oliveira Salazar, o contrabando era um ato criminoso punido por lei, alicerçando este entendimento num conjunto de organizações corporativas e regulamentos que estimavam o princípio de territorialidade e a inviolabilidade de fronteiras. Para as comunidades raianas, era justificado pelas necessidades económicas, provocadas também pelas políticas repressivas e pela inércia do regime (Amante, 2007; Simões, 2009).

Relativamente ao que fica dito, não se pode olvidar que as políticas do Estado Novo infligiram importantes prejuízos ao mundo rural português. A institucionalização de organizações corporativas como os grémios da lavoura, levou a uma apertada regulamentação do setor agrário, reforçada com as duas guerras; nos anos 30 e 40 houve uma elevada contenção dos bens de consumo, levando a uma maior fragilidade das economias rurais. Além disto, no período marcado pelo regime salazarista, o trabalho agrícola era marcado pela precariedade e baixa remuneração; os trabalhos sazonais – que foram uma marca nos modos de vida raianos em geral e na população melgacense em particular, sobretudo nas populações de montanha, como as de Castro Laboreiro – acabavam por gerar períodos de desemprego que não eram colmatados financeiramente, promovendo a procura de alternativas de sobrevivência⁹.

Relativamente à Segunda Guerra Mundial, não se pode deixar de referir o seu impacto ao nível das políticas nacionais e também da conjuntura social e económica¹⁰. As transformações provocadas por este acontecimento a nível mundial acabaram também por ter impacto na tradicional prática do contrabando, no sentido dos movimentos

⁹ Relativamente aos períodos de carência das populações de montanha *vd.* excerto 27 no *Anexo 8*;

¹⁰ *Vd.* Enquadramento histórico *supra*.

fronteiriços, no tipo e na natureza de bens transacionados e no modo de realização desta atividade clandestina (Cunha, 2006: 180 e 237). No contexto melgacense, a Segunda Guerra Mundial foi também uma oportunidade de negócio lucrativa, não desmerecendo toda a carência e sofrimento. A extração e exportação de volfrâmio (sobretudo em Castro Laboreiro)¹¹ foi uma das atividades mais lucrativas nesse período, tendo a chamada “febre do volfrâmio” permitido lucros incalculáveis e riquezas rápidas segundo Joaquim Castro (2008: 55) e acabou por constituir, juntamente com a atividade do contrabando, um elemento de desequilíbrio do *status quo*.

É importante reforçar que a extração e venda de volfrâmio também é um fenómeno fundamental e marcante na história da fronteira, pois permite compreender de forma plena como, no passado, esta era utilizada de diferentes formas, consoante os períodos históricos e as fases de governação. Além disto, é fundamental referir que a atividade supracitada foi permitida e incentivada pelo poder estatal (local e nacional), verificando-se, uma vez mais, a recorrente envolvência das forças do poder em atividades ilícitas, em prol de rápidos e certos benefícios económicos e políticos.

5.1.2. Do dever da farda à cumplicidade oculta – a posição das forças policiais perante o contrabando

Outro fator que deve ser tido em consideração, apesar de já se ter referido de forma ténue na secção anterior, é a importância do controlo fronteiriço e das forças de autoridade na gestão da atividade do contrabando. Refiro-me à ação da Guarda Fiscal portuguesa, bem como dos seus homólogos *Carabineros* espanhóis. Segundo Amante (2007: 145), são estas entidades que, juntamente com os contrabandistas, habitam de forma mais presente no imaginário dos raianos quando se aborda o fenómeno do contrabando, sendo diretamente associadas às ideias antagónicas de autoridade, corrupção, repressão e benevolência, num jogo de cumplicidades, umas vezes desinteressadas, outras vezes bastante lucrativas, implicando “uma relação dinâmica entre as partes envolvidas” (Cunha, 2006: 217).

A presença acima mencionada também foi verificada nas narrativas dos informantes. Os melgacenses mostraram ter ainda bem presente aquela que foi a ação da Guarda Fiscal e dos *Carabineiros*. A ênfase com que umas vezes a recriminam e outras

¹¹ *Vd.* Excerto 6 no Anexo 8.

vezes a justificam, clarifica a proximidade – ainda que sentimental – das experiências do contrabando na sua vida presente. Tive oportunidade de compreender os dois lados da situação – um deles fornecido pelos contrabandistas, o outro por um antigo Guarda Fiscal – e a primeira ideia que se retira é a de que as narrativas e as memórias (individuais e coletivas) são consensuais relativamente àquela que foi a ação destas entidades na prática do contrabando (Cunha, 2006: 220): uns protegiam e “fechavam os olhos”¹², outros impunham a autoridade de forma bastante lesiva¹³ para as populações.

Antes de se analisarem as duas dimensões referidas, é importante refletir nas ações do Estado Novo para frear a prática do contrabando pela raia, pois é sobretudo esta temporalidade histórica que é considerada pelos informantes.

O Estado impunha medidas para conter as redes de comércio clandestino, cercando as populações da fronteira com mecanismos e recursos humanos e materiais de vigilância, que permitiam fiscalizar o vaivém de mercadorias e de pessoas. Apesar de este controlo já ser feito anteriormente, tornara-se mais intenso após as crises económicas e as guerras, exigindo nestes períodos cuidados adicionais, como controlar a passagem de refugiados espanhóis para o território português e evitar a passagem de armamento e, também, o intercâmbio ilegal de mercadorias (Táboas *et al.*, 2009: 66). O Estado apostou, então, na criação e no reforço de infraestruturas de controlo fronteiriço, entre elas postos de vigilância da Guarda Fiscal. Aqui, convém realçar que Melgaço, pela variedade e vigor da prática de contrabando tinha, em 1961, o maior contingente de Guarda Fiscal do Vale do Minho, com “2 sargentos, 16 cabos e 74 soldados distribuídos por 17 postos¹⁴” (Gonçalves, 2008: 245).

As forças do poder procederam, também, à reestruturação dos organismos de vigilância e de controlo da autoridade, que incluíam a Guarda Fiscal, a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), posterior Política Internacional de Defesa do Estado (PIDE), sendo esta última responsável pela gestão, prevenção e contenção de crimes políticos e, em consequência, pelo agravamento

¹² *Vd.* Excertos 14 a 18 no *Anexo 8*;

¹³ *Vd.* Excertos 19 a 22 no *Anexo 8*;

¹⁴ Os postos distribuíam-se por todas as freguesias, entre elas: Vila, Prado, Paços, Remoães (Mourentão), Paderne (S. Marcos), Alvaredo (S. Martinho), Chaviães (Louridal e Porto Vivo), Castro Laboreiro (Ameijoeira, Portelinha, Castro Laboreiro, Ribeiros de Cima e de Baixo), Cristóval (Cevide e S. Gregório), Lamas de Mouro (Alcobaça) e Fiães.

de sanções penais referentes à prática de contrabando e ao auxílio à emigração clandestina.

Relativamente à prática do contrabando, a figura que mais se destaca nas narrativas dos informantes é, sem dúvida, a do Guarda Fiscal, com a qual tiveram uma experiência ou relação mais próxima. Nos seus discursos, como já referi anteriormente, a figura do Guarda Fiscal assume uma posição dual: por um lado, reprimia a prática do contrabando, zelando pelo seu dever profissional; por outro lado, devido ao seu passado antes da inserção nas forças policiais, que muitas vezes passava pelo contrabando e pela sua ligação às comunidades em que prestava serviço, onde muitos dos contrabandistas eram seus vizinhos ou parentes, acabava por conscientemente aceitar e tolerar esta prática clandestina (Amante, 2007; Fonseca & Freire, 2009).

O excerto que a seguir reproduzo foi transmitido por um antigo Guarda Fiscal que, no passado, também havia tido experiência enquanto contrabandista. Nele se reflete de forma muito clara a postura de conivência advinda das forças de poder, justificada pelo informante pela experiência do passado:

Haviam aqueles jovens, os matrimónios, que tinham casado de novo, que levavam dez kilos de Sical, iam nos barquinhos, traziam dez kilos de Sical para cá. Sempre se ganhava cinquenta escudos, cinco escudos cada, aquilo era muito dinheiro, mas claro, tinham uma família assim. Não é que eu entro das oito à meia noite e não vou apanhar dois rapazes com vinte kilos de Sical? porque dei-lhe o Auto! e não pararam, claro, era normal, fugiram. Atiraram com o café dentro do barquinho, mas um tinha a corrente e o barco atado num amieiro, era de noite, não abriram a tempo e eu puxei-lhe a corrente e prendi-os.

Chegámos ao Posto: *ó Senhor Guarda, deixe-nos ir embora, deixe-nos ir embora!* (um até já chorava). Eu: *pousem aí! Vão-se lá embora, pronto!*

Já iam embora e deixavam o café, eles queriam era ir embora, porque o cabo, além de perderem o café, ainda os fazia pagar a multa, que era um a dez vezes o valor da mercadoria! – *Levem o café!* – eles até ficaram assim admirados; e eles: *ó senhor Guarda levámos para casa ou para onde imos?*

– *Para onde quiserdes!*

Eu a primeira noite não os conhecia, tive pena deles.

Um, tinha dois filhos e tinha a mulher grávida (...) e o outro ... tinham a vida deles, coitados! Então, quando vinham e eu estava de serviço, deixava-os passar. (José, Paços)

Outros casos houve em que a conivência partia de uma oportunidade de lucro, ou seja, o Guarda Fiscal, cooperando muitas das vezes com grandes redes profissionais de contrabando, impunha determinadas condições para a sua benevolência, entre elas, parte

dos lucros da mercadoria transacionada, enriquecendo “à manjedoura da actividade, sem qualquer ética ou princípio de classe” (Domingues & Rodrigues, 2009: 231). Como reforçou o Guarda Fiscal que anteriormente referi, “os contrabandos, ao fim, já acabavam por não ser contrabando, porque o tenente, o comando de secção sabia tudo, deixavam e levavam!” (José, Paços). Além do referido, o posto da Guarda Fiscal e a alfândega também eram, muitas das vezes, o último “refúgio” dos bens apreendidos, que depois acabavam ou por ser leiloados, ou repartidos pelos próprios soldados ou até destruídos, como um trabalhador da alfândega me acabou por confidenciar:

Jesus, nem queira saber! Eu atropelava nas apreensões da alfândega, que a Guarda Fiscal prendia, quando prendia; sabe que os maiores corruptos eram aqueles gajos que empregavam a farda, não é? Quantas vezes nós nos atirámos aí! Aqui o contrabando era uma razia. Eu queimei muita *carninha* vinda de Espanha. Aqui, um dia fui queimar carne a Monção no jipe da Guarda Fiscal; não era Guarda Fiscal, era da alfândega, mas (...) no meio daqueles penedos, em Monção, só se via carne a arder. Deu-me tanta pena! Vinham aquelas pessoas com *criancinhas* cheias de fome! “Oh, deixe-me, dê-me (...) kilos de carne!”; “oh, minha senhora, deixe-me ir embora e depois vocês arranjam-se!”, mas queimei muita *carninha*, pá! (Fernando, Cristóval)

Por fim, não se podem ignorar os episódios de repressão e abuso da autoridade por parte das forças policiais. Normalmente as ideias de dureza e repressão são mais associadas pelos informantes à figura do “carabineiro”¹⁵, mas também se contam episódios de transações que acabaram em situações de extrema violência protagonizadas pelas autoridades portuguesas, como me contou um dos informantes:

...tive problemas na vida, tive problemas graves. Tive um rapaz amigo que morreu como daqui ao tribunal, levou um tiro, entrou-lhe aqui num braço e saiu debaixo do outro braço, nem ai Jesus disse! (...) nessa vez já fui preso. Levava um saco de noventa quilos às costas de café cru (...). (Mateus, Vila)¹⁶

O contrabando era, de facto, uma prática clandestina de elevado risco para os seus praticantes, podendo culminar em situações mais desfavoráveis como apreensões dos

¹⁵ Vd. Excertos 21 e 22 no *Anexo 8*;

¹⁶ Vd. Relato completo nos excertos 19 e 20 no *Anexo 8*.

bens em transação, multas, prisões ou, em situações de extrema violência, como a que acabamos de referir, culminando na morte dos contrabandistas (Godinho, 2009).

Como se verificou, a fronteira foi durante muito tempo um espaço de interesses e jogos do poder, com vencedores e vencidos; ou, como refere Luís Cunha (2006: 176), a fronteira foi, sobretudo, um recurso cuja gestão era feita tanto pelo Estado como pelas comunidades raianas, umas vezes em afinidade, outras em discórdia.

5.1.3. Do familiar ao profissional – as múltiplas formas do contrabando

O contrabando foi assumindo, ao longo dos tempos, múltiplas formas e múltiplos protagonistas. Normalmente, os autores distinguem dois tipos de contrabando: o contrabando familiar e o contrabando profissional ou “assalariado” (Cunha, 2006; Amante, 2007; Gonçalves, 2008; Domingues & Rodrigues, 2009). O primeiro é normalmente protagonizado pelas mulheres e, também, pelas crianças; o segundo é, sobretudo, do domínio dos homens, incluindo os grandes contrabandistas e vai muito além da linha delimitadora da fronteira (Amante, 2007: 142).

O contrabando praticado pelas mulheres era, geralmente, o pequeno contrabando¹⁷; estas, recorriam ao comércio ilegal além-fronteiras para assegurar a subsistência familiar e comunitária. Este contrabando envolvia, sobretudo, bens de primeira necessidade como ovos, galinhas, azeite, arroz ou massa e, também, a venda de barras de sabão e pastas de chocolate, sendo que a motivação da mulher que praticava este tipo de contrabando era sobretudo a de “tirar os filhinhos, *cheiinhos* de fome, das portas do mundo” (Clara, Lamas de Mouro).

Ainda que em pequena escala, este tipo de contrabando era visto como o mais arriscado de todos, por ser praticado por mulheres que eram consideradas mais frágeis e suscetíveis de sofrer com os abusos das autoridades. Assim, referiu um informante:

As mulheres faziam outro tipo de contrabando, que era um contrabando mais de galinhas, ovos e essas coisas todas assim, que acabava por ser um contrabando mais arriscado do que o outro, (...). Quando os guardas apanhavam alguém lá com os ovos, com as galinhas, ou

¹⁷ Vd. Excertos 1 a 4 no Anexo 8.

com nada, aí é que exerciam a autoridade toda e tu podias ter circunstâncias em que, uma mulher, por estar a passar ovos, ir para a cadeia, por exemplo. (A. Gonçalves)¹⁸

As mulheres utilizavam, na prática do contrabando, sobretudo as suas redes próximas de conhecimento, nomeadamente, os círculos de vizinhança e de parentesco. Era com pessoas de confiança que realizavam as suas jornadas além-fronteiras, crendo que nenhum entrave inibia os seus intentos.

Por sua vez, o contrabando mais profissional era sobretudo da competência masculina, estando ligado a redes de poder e a grandes empresários do contrabando. Este tipo de contrabando envolvia regras e procedimentos relativamente complexos, desde passar a mercadoria de um lado ao outro da fronteira, às vezes a distâncias consideráveis, a ocultação das cargas, a comunicação entre fornecedores, chefes e clientes, a ligação com as forças de autoridade e, por fim, a sua venda e a obtenção do respetivo lucro. Assim, o contrabando “profissional” envolvia um saber prático e uma logística muito apurada, presente em códigos e combinações estratégicas, como me foi relatado:

Havia [códigos]. Usar sempre um pano branco à janela e nós já de cá víamos. Depois, o pano branco era para levar trinta quilos e, se puxava o pano e depois abria o pano, mais um, puxava o pano, mais outro; depois, a gente espreitava os guardas fiscais de cá e lá passávamos a *salto*. Lá íamos de noite, às vezes até íamos de dia, quando eles recolhiam e ouvíamos a *pareja* do lá de lá, andavam os carabineiros pela linha de comboio... via-se bem do lado de lá. A *pareja* dos carabineiros vinha por ali abaixo, quando ia para o quartel, havia uma extensão grande, que a gente via-os passar e passávamos para lá, passávamos e era logo um dos nossos clientes. (José, Paços)

Em termos de mercadorias, podiam ser ouro, prata, volfrâmio (muito importante sobretudo durante a Segunda Grande Guerra), cobre, gado, acessórios de automóveis, sucata, tecidos, parafina, tabaco, bananas ou café, sendo que estes últimos marcaram o contrabando de grande escala em Melgaço, nos anos setenta e oitenta (Domingues & Rodrigues, 2009).

Em Melgaço praticou-se essencialmente o contrabando “às costas” (Domingues & Rodrigues, 2009: 231) com homens a carregar cargas que podiam chegar ao peso equivalente ao de um animal¹⁹, mas também coexistiam outros tipos de meios de

¹⁸ Vd. Excerto 5 (completo) no Anexo 8;

¹⁹ Vd. Excerto 12 no Anexo 8.

transporte das mercadorias. Estas podiam ser “cordeadas”, ou transacionadas com o recurso a animais, a batelas, através do comboio, do carro, ou, mais recentemente, de camiões, envolvendo sobretudo redes organizadas e não somente a iniciativa individual²⁰. Este facto é importante, pois o contrabando, tal como outras atividades, vivia sobretudo das circunstâncias, havendo uma constante mudança nos tipos de produtos contrabandeados e nas formas de transação dos mesmos (Cunha, 2006; Gonçalves, 2008).

Na memória dos informantes, o contrabando é quase sempre uma prática associada ao género masculino, conotada com valores como a força, destreza física e psicológica, virilidade e respeito. As narrativas são pautadas por um tom de heroicidade – “era uma coisa sempre com medo, mas a gente éramos *afoutos*, rapazes novos!” (José, Paços) – que dá uma visão quase que romântica da prática do contrabando, sobretudo do “tradicional”, segundo a qual “o heroico contrabandista...passava as noites ao relento arriscando a vida e a fazenda para levar uma carga de contrabando por vezes mais de uma centena de quilómetros para além da fronteira” (Cunha, 2010: 3), preservando-se na memória coletiva os tempos de coragem e valentia.

Torna-se essencial voltar a atentar no papel da mulher na prática do contrabando. Como referi anteriormente, o contrabando praticado pelas mulheres era descrito como um contrabando mais básico, de troca de bens essenciais ao quotidiano familiar cuja realização não envolvia grandes meios físicos ou redes organizadas. Contudo, durante a análise das narrativas dos informantes esta ideia foi sendo contestada, sobretudo pelas próprias melgacenses. Na sua opinião, a mulher melgacense sempre se mostrou capaz de enfrentar preconceitos e barreiras, mesmo num mundo dominado pelos homens gerindo, ainda que em desigualdade de circunstâncias, as suas causas, e acabando também por estar envolvida em redes de contrabando organizado.

Como referiu um informante, “numa terra onde não há homens, as mulheres são como os homens” e, de facto, durante a ausência prolongada dos maridos, as mulheres mostraram mesmo que eram tão ou mais capazes do que eles. Ao inserir-se neste tipo de atividades, a mulher tornou-se um agente ativo, ultrapassou fronteiras, não só físicas, mas também simbólicas inerentes à sua condição feminina (Silva, 2014: 239).

A mulher, como se verá, foi muitas vezes dinamizadora de bens e de pessoas, construindo as suas estratégias, estabelecendo os seus contactos. Marta Silva (2014: 249) sublinha que a envolvência das mulheres num mundo tipicamente masculino dá a

²⁰ *Vd.* Excertos 8 ao 13 no *Anexo 8*.

conhecer “as mulheres que encontraram formas de combater a sua situação de subalternidade económica e social”. O mesmo é referido nas narrativas de alguns melgacenses, que reforçam a importância da mulher no contrabando em grande escala:

...as mulheres não estão desligadas, mesmo neste contrabando, as mulheres não estão desligadas da atividade, porque informam, porque vigiam os *stocks*, porque enganam ou não enganam a Guarda Fiscal, mas as mulheres têm um papel muito importante, nesse contrabando mesmo. Não era necessariamente uma parte de transporte até Espanha, mas era uma parte de gerir a retaguarda do contrabando (...). (A. Gonçalves)

Não é estranha para a população melgacense a presença das mulheres nas redes do contrabando; eu própria entrevistei duas antigas contrabandistas uma delas desde os seus onze anos. Aqui, revela-se outra particularidade essencial: a presença prematura dos mais novos num mundo laboral complexo como é o do contrabando²¹. As crianças eram vistas como um adulto em ponto pequeno, que se esperava que começasse a trabalhar tão cedo quanto possível, por forma a suprir as necessidades familiares, amputando-se muita da sua infância e, também, da possibilidade de acesso à educação. Esta realidade é reforçada por Albertino Gonçalves (2008: 244), que num dos seus textos relativos ao contrabando, expõe, através do recurso a um comunicado de um docente, a preocupação e o descontentamento dos docentes face à falta de assiduidade das crianças às aulas:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, como o demonstra o mapa mensal referente a Maio, a frequência média da 3ª classe desceu de 33, em Abril, para 27. A causa desta anormalidade filia-se na razão de os pais de muitas crianças as mandarem para a “frota” – nome por que é conhecido o contrabando dos ovos e sabão para a Espanha. Tenho empregado os maiores esforços desde o pedido servil até à intimidação, mas como os lucros são fabulosos – uma criança chega a ganhar 30 e 40\$00, e a miséria é grande, nada tenho conseguido. Sei que não é esta escola a única a sentir estes perniciosos efeitos do contrabando, pois o mal é geral.

É importante salientar ainda relativamente à posição da mulher na prática do contrabando, que o mesmo tom de heroicidade que encontrei nos homens relativamente a esta prática, também me foi transmitido por mulheres, reforçando uma vez mais a sua posição. Segundo uma das informantes:

²¹ Vd. Excertos 25 e 26 no Anexo 8.

... o contrabando era tipo um lazer, era uma coisa diferente. Ias para passear, a adrenalina a entrar-te no sangue, estás a ver? Vamos para o perigo, mas vamos a ele! Aqui era tipo «ai, hoje vou para a praia», não, mas nós íamos para o contrabando todos! (Ana, Castro Laboreiro).

O contrabando surgiu como uma oportunidade para todos; surgiu, sobretudo, como uma alternativa viável numa terra onde os recursos escasseavam. Para muitos foi uma solução, para outros um modo de vida; uns, garantiram a subsistência condigna para si e para os seus, outros, conseguiram grandes fortunas e estatuto social.

5.1.4. Benefícios

O contrabando revelou-se para a população melgacense como um fenómeno que permitiu o reforço económico de muitos agregados familiares. Além disto, potenciou, juntamente com a extração e a venda de volfrâmio, melhores condições de vida a uma população constantemente ameaçada pela miséria (Castro, 2008). O contrabando aumentou as esperanças de uma vida condigna e possibilitou que muitos melgacenses dessem “o salto” e ascendessem social e economicamente.

No entender de Joaquim Castro (2003: 17), o contrabando acabou também por ser, de certa forma, uma primeira migração, pois “os indivíduos [eram] obrigados a dar o salto por entre fronteiras”, adquirindo novos estatutos e diferentes papéis sociais. Na leitura dos informantes, o contrabando serviu, sobretudo, para reforçar os magros rendimentos sustentados nas atividades agrícolas:

Olhe, o contrabando foi uma coisa boa, porque havia mais dinheiro dividido pelos pobres. (...) eu cada *vaquinha* que passasse, eram cinquenta escudos, naquela altura, está a perceber? Ajudou muito, porque não havia onde o ganhar. Sabe quanto ganhava um trabalhador por dia? Cinco escudos, de estrelas a estrelas, não havia horários, não havia oito horas, nem dez! Enquanto se visse, a menina andava a trabalhar no campo! (Fernando, Cristóval)

Não é irrelevante, porém, a ideia de que o contrabando gerou riqueza e acabou por ser, juntamente com a emigração, uma mais-valia para o concelho de Melgaço²² — como

²² Vd. Excertos 28 a 31 no *Anexo 8*.

revelou um informante, alguns melgacenses “conseguiram arranjar a França em Portugal...” (A. Gonçalves). Neste sentido, o contrabando acabou por ser promotor de diversas e importantes alterações, não só em termos económicos, mas também a nível da estrutura social, porque tornou, em certa medida, a zona raiana de Melgaço num espaço dinâmico, aberto e relacional, um lugar permeável à passagem de bens e, posteriormente, de pessoas. A fronteira constituiu-se como uma porta aberta para a mudança nesta zona rural e o contrabando preparou os melgacenses para diferentes saltos, mais longínquos e duradouros, tendo constituído a emigração uma “nova oportunidade”.

5.2. Emigração – uma segunda via de resistência

*Em memória do meu Avô Manuel
que, como tantos outros portugueses,
calcorreou clandestinamente a fronteira
em busca de um futuro melhor.*

A emigração fez parte do percurso de vida de milhões de portugueses e deixou uma marca inextinguível na sociedade melgacense. Pelas contingências económicas, sociais e políticas, verificou-se no país, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, uma durável “vocação” migratória cujos efeitos ainda hoje são sentidos, vividos e narrados.

Antes de se perceberem os impactos e a amplitude do fenómeno que aqui se analisa tendo em conta o contexto melgacense, é importante atentar na sua duração temporal. A emigração é um fenómeno que remonta há séculos, desde pelo menos o século XVI que Portugal é um país de partidas *por mares nunca dantes navegados*; a abertura a novos espaços e a novas realidades era já uma marca no período áureo dos Descobrimentos e manteve-se ao longo dos tempos. Caroline Brettell (1991: 90) atenta nesta particularidade das migrações portuguesas, compreendendo a mobilidade quase como uma característica intrínseca ao espírito do português:

A emigração em Portugal é tão velha como o seu período dourado, a grande era dos Descobrimentos, em que os navios exploraram as costas da Índia, da Ásia e da América (...) o período da exploração durou, em Portugal, mais de três séculos, o tempo suficiente para inculcar o espírito de aventura e o desejo de conhecer outros sítios na consciência nacional portuguesa, uma consciência nacional que afetou igualmente o nobre e o camponês.

Nos séculos XVIII e XIX e até inícios do século XX, a mobilidade dos portugueses afigurou-se constante, dirigindo-se a emigração sobretudo para lá do Atlântico cujo destino privilegiado era o Brasil. Numa segunda fase respeitante à segunda metade do século XX, a emigração portuguesa segue, sobretudo, para o espaço europeu, evidenciando-se a França como destino predominante. É nesta fase – caracterizada por Joel Serrão (1977: 123) como a fase da “debandada europeia” – que se verifica um dos maiores e mais significativos movimentos da população portuguesa para fora do território nacional, calculando-se que, de 1957 a 1974, tenham saído do país cerca de 1.478.786 portugueses, ou seja, perto de “37% da população considerada ativa no ano de 1970 e 17% da população na sua totalidade” (Pereira, 2014: s/p.; Gonçalves & Machado, 2004: 117).

A emigração aparece como uma alternativa viável – mesmo à custa de sacrifícios – para muitos portugueses que, legal ou ilegalmente, procuraram a fuga à miséria económica e à opressão política e social. No que concerne às populações fronteiriças, onde se insere Melgaço, a emigração aparece, sobretudo, como uma outra oportunidade para lá das já descortinadas numa primeira fase com a atividade do contrabando. Os movimentos pendulares pela raia luso-espanhola, não só pela prática da atividade referida, mas também pelas frequentes migrações sazonais, prepararam o raiano para uma nova fronteira, constituindo-se esta como uma “outra” alternativa de subsistência com maiores garantias de êxito (Amante, 2007: 194 e 195).

Na presente secção, ter-se-á em linha de conta sobretudo a emigração intra-europeia, mais especificamente a emigração para a França na segunda metade do século XX, pois foi sobretudo este segundo movimento além-fronteiras que marcou a estrutura física e humana do concelho de Melgaço. Marcou, como se verá posteriormente, a demografia do concelho, promoveu a ascensão económica e reforçou o valor da propriedade; provocou alterações nos costumes, nas tradições e nas ancestrais redes familiares e de comunidade; modificou a arquitetura paisagística e o capital económico do concelho e promoveu também a ascensão social daqueles que outrora viviam em condições de carência, provocando, de certa forma, uma mutação ao nível das hierarquias sociais locais. Além do exposto, a emigração gerou, sobretudo, uma significativa diáspora, que é hoje uma das marcas mais importantes da sociedade melgacense.

O fenómeno da emigração criou também, tal como aconteceu com o contrabando, uma “cultura de memória” que está – direta e indiretamente – em todas as narrativas que

me foram transmitidas, sendo uma marca identitária viva e presente. Tanto a emigração, como em certa medida o contrabando, obrigaram a comunidade melgacense a pensar-se como sendo ampla, dependente e conectiva, o que no passado não se verificava.

É igualmente importante salientar que a emigração para o espaço europeu, na segunda metade do século XX, ocorreu em concomitância com a vigência do Estado Novo, e este facto não é irrelevante. A política do regime condicionou, em grande medida, os movimentos migratórios (legais) da segunda metade do século XX e obrigou os candidatos a emigrantes a recorrerem a estratégias complexas, frequentemente ilegais, na procura de melhor sorte.

5.2.1. Motivações para a saída do território nacional

Antes de se atentar na política do Estado Novo relativamente ao fenómeno da emigração, torna-se fundamental analisar as motivações que levaram milhares de portugueses a abandonar o país. Os emigrantes – sobretudo dos meios rurais desfavorecidos – saíram em busca de melhores condições de vida, essencialmente económicas, que permitissem a sobrevivência condigna de famílias cujo único rendimento acabava por ser a agricultura, muitas vezes de baixa produtividade. Existia em Portugal e sobretudo nas zonas do interior, como Melgaço, um baixo nível de vida em comparação com outros países da Europa; as atividades agrícolas não suportavam os pesados encargos e os baixos rendimentos, e as carências económicas foram, sem dúvida, o primeiro grande repulsor de gente para fora do território nacional.

Este é um dos fatores mais considerados pelos melgacenses como promotor da sua mobilidade. Como referiu um informante, Melgaço era marcadamente rural, dependia excessivamente da agricultura e dos seus frutos e a industrialização era inexistente; além disto, a sociedade melgacense era também marcadamente hierarquizada, sobrepondo-se os interesses dos “patrões” aos dos trabalhadores. Estes fatores levaram-nos a encarar as migrações sazonais²³ e a emigração além-fronteiras como as únicas alternativas viáveis

²³ Muitos foram os melgacenses que começaram o seu percurso migratório dentro de território nacional ou do outro lado da raia, uns para a capital, outros sobretudo para Trás-os-Montes ou para Espanha, sendo que estes dois últimos destinos acolhiam sobretudo os habitantes das montanhas, como Castro Laboreiro. Relativamente a este assunto *vd.* excertos 1 e 2 do *Anexo 9*.

para compor os seus recursos económicos. Os testemunhos a seguir transcritos ajudam a compreender o panorama referido:

... o campo não rendia. Com o trabalho do campo, não havia hipótese de viver, então emigrávamos, ou que fosse para Lisboa, ou que fosse para a Espanha ou que fosse para outras cidades onde ia gente, para sobreviver; porque é claro, as pessoas não tinham, em *general*, não tinham propriedades, as propriedades eram alugadas por outras pessoas. Trabalhavam... não é bem arrendadas (...) eram caseiros de grandes senhores e, é claro, metade do que produziam tinham que dar, metade ou um quarto, dependia, tinham que dar aos patrões e a vida aqui era uma vida sem saída, sem futuro.

Então, as pessoas obrigavam-se a vir trabalhar (...), porque desde que houvesse cinco ou dez, naquele tempo, cinco escudos ou dez escudos ou vinte e cinco tostões era uma fonte de rendimento, que permitia às pessoas viver. Não tínhamos outra hipótese de sobreviver. (António, Paderne)

Nós trabalhávamos nos campos; eu parece que estou a ver o meu pai, um pouquinho de milho para ali, um cesto de milho para acolá, um gigo para aqui e outro cesto para acolá, o podre para acolá, o podre para ali. Os patrões até o podre partiam! Até o podre! E eram duas para o patrão e uma para nós e isso era quando havia, porque quando o ano corria mal, que não havia, nós trabalhávamos todo o ano e não havia nada. (Joana, Roussas)

Devem-se acrescentar às motivações económicas – que sem dúvida foram as que preponderaram na decisão de emigrar²⁴ – fatores de ordem social. O emigrante, quando tomou a decisão de sair do país, ansiou também por certa mobilidade social, ou seja, uma mudança no seu *status*, que passaria por um melhoramento da sua posição na sociedade de pertença (Brettell, 1991; Gonçalves & Cunha, 2007; Amante, 2007; Castro, 2008).

Contudo, não se pode pensar a saída de emigrantes num mero propósito individual, tornando-se também importante atender à conjuntura vigente. Assim, é relevante ter em linha de conta alguns fatores de ordem geográfica, histórica e social, entre os quais se podem destacar a convizinhança cultural e geográfica com os países de acolhimento, o crescimento demográfico e o controlo da emigração nas décadas de 30 e 40, a par da conjuntura internacional marcada pela destruição decorrente das duas Guerras Mundiais, a necessidade de mão-de-obra em países da Europa, como a França e a Alemanha, ou os testemunhos dos conterrâneos já emigrados acerca das oportunidades laborais fora do espaço nacional. É também importante voltar a reforçar que, a atividade do contrabando,

²⁴ *Vd.* excerto 3 do *Anexo 9*.

já havia permitido o estabelecimento de contactos para lá do espaço português, promovendo nos portugueses, e sobretudo nos raianos, uma maior propensão para a abertura ao exterior (Amante, 2007: 196; Gonçalves & Machado, 2007: 66 a 68).

Além dos fatores referidos, um outro que se destaca é a oposição à política repressiva e de pauperismo do Estado Novo, mais especificamente à política de defesa do território colonial. Neste contexto, a emigração afigurava-se também como um “escape” à mobilização militar para as colónias, em consequência da Guerra do Ultramar (1961-1974). É, pois, importante refletir também sobre a política de emigração protagonizada pelo Estado Novo, que acabou por ser um entrave à saída legal de milhares de portugueses.

5.2.2. O fenómeno da emigração e as políticas do Estado Novo

O fenómeno da emigração não é estranho, nem externo à política do Estado Novo, tendo ocupado a sua atenção e preocupação sobretudo na segunda metade do século XX, mais especificamente de 1960 a 1974. Num Estado soberano e defensor do primado do nacionalismo e do princípio da territorialidade, a emigração é antagónica aos seus fundamentos, perturbando a organização do território e pondo em causa a ideologia do poder, como a do primado da Nação sobre o indivíduo.

Neste sentido, a emigração é encarada pelo poder central como uma afronta, pois aqueles que abandonavam o país acabavam por sobrepor – na ótica do Estado – os interesses individuais aos interesses coletivos e essa atitude era vista como decorrente de um profundo egoísmo, fortemente condenável. Além disto, a emigração era também vista como uma ameaça, pois o emigrante circulando entre dois espaços distintos (o de origem e o de acolhimento), poderia trazer para território nacional ideias subversivas que podiam acabar por pôr em questão a legitimidade e coesão da política do regime (Pereira, 2014).

Outro aspeto a sublinhar é o de que a emigração portuguesa atingiu sobretudo as classes populares do país, aquelas a quem o Estado impunha pesados encargos e trabalhos precários de baixa remuneração. A sua mobilidade seria também desvantajosa economicamente para o regime e para os “senhores das terras”, pois perderiam mão-de-obra de baixo custo, levando, por consequência, a um aumento dos salários. Assim, como refere Victor Pereira (2014: s/p.), criara-se entre as elites “um mundo social unido por interesses, hábitos e sociabilidades comuns que se mobiliza[ra] contra a partida das

classes populares”. Além disso, as classes dominantes viam na emigração também uma oportunidade de as classes populares ascenderem social e economicamente e, por isso, rejeitavam-na perentoriamente.

Para se compreender da melhor forma a ação do Estado Novo é importante que se guie a análise por alguns dados concretos. Um dos principais motivos para a não autorização da saída legal do país foi a Guerra Colonial (1961-1974), pois eram necessários braços para defender o *Império do Minho a Timor*. Assim, emigrar sem a devida autorização das autoridades competentes era considerado um crime cuja pena podia chegar aos dois anos de prisão. A emigração, neste contexto, era vista como um constrangimento ao imperativo fundamental do Estado – a defesa do império, porque saíam do país sobretudo os homens aptos, potenciais soldados que deveriam estar ao serviço da Nação. Relativamente a este aspeto e tendo em conta os dados estatísticos fornecidos por Victor Pereira (2014: s/p.), de 1961 a 1972, “a percentagem de desertores e refratários cresce (...) de 11,6% para 20,3% de jovens recenseados”, o que demonstra que a guerra era apenas uma prioridade para o Estado.

No ano seguinte ao rebentamento da Guerra nas colónias, são estabelecidas medidas para a saída legal do país, que vão sendo consolidadas ao longo dos anos subsequentes. Só existiam duas formas legais de sair do país: ou através de passaporte de emigrante, ou através do passaporte de turismo. Como se prevê, a obtenção de passaporte pela via legal ainda que possível, tornara-se extremamente difícil; a sua aquisição por parte do candidato a emigrante dependia de uma *carta de chamada* de um parente que já estivesse no país de acolhimento, da confirmação de trabalho e residência, de uma autorização de entrada no país, da regularização da conduta militar, das habilitações literárias do candidato e, também, das suas condições de saúde (Amante, 2007; Pereira, 2014).

Face ao exposto, é compreensível o carácter marcadamente clandestino da emigração no período em consideração²⁵: os entraves eram muitos e difíceis de ultrapassar por via legal. A densidade burocrática referida anteriormente era mais uma das estratégias do

²⁵ Segundo Albertino Gonçalves e José Cunha Machado (2007: 65), “no caso da França, foram legalizados, entre 1960 e 1974, 538.757 “indocumentados”, o que perfaz 36,4% da emigração total. Nos anos de 1969 a 1971, a emigração clandestina ultrapassou a legal.”

Estado para esmorecer o desejo das populações de abandonar o país repelindo, assim, o direito à emigração que, apesar de tudo, se encontrava promulgado nos textos legislativos. Neste contexto, a iniciativa privada e clandestina era a única capaz de resolver os problemas colocados pela política estatal.

5.2.2.1. Estratégias e entraves à passagem da fronteira – o peso da clandestinidade

A passagem clandestina da fronteira em busca de melhores condições de vida foi uma constante devido aos pesados entraves impostos pelo regime e é sobretudo esta marca que perdura no discurso dos melgacenses. Se se tiver em conta o universo dos informantes, dos vinte e nove entrevistados, doze foram emigrantes, sete deles clandestinos (quatro homens e três mulheres), tendo a quase totalidade dos informantes tido um parente próximo – de entre os avós, pais, irmãos ou maridos – que foi emigrante clandestino.

Assim, o peso destas memórias propaga-se em cada entrevista e estas revelam um protagonista principal – Salazar, entendido como o responsável máximo pela dificuldade em sair livre e legalmente do país. Como refere Maria de Fátima Amante (2007: 204), Salazar era, na ótica dos raianos, o “mentor de toda uma estratégia que os impedia de melhorar a vida” e esta opinião também se regista nos relatos dos melgacenses que lhe apontam as responsabilidades pelas dificuldades e encargos que o trajeto feito clandestinamente implicava, bem como pelos entraves das autoridades ao longo da fronteira luso-espanhola, entendendo a situação como um jogo de cumplicidades entre os dois regimes ibéricos:

Era, o Salazar estava combinado com o Franco, com a Espanha! Claro, na França já não se importavam muito assim com os que iam... com os clandestinos. Ora, aqui e na Espanha, os espanhóis não deixavam passar ninguém, estavam combinados com o Salazar, pronto.
(Henrique, Parada do Monte)

Na realidade, como argumenta Victor Pereira (2014: s/p), não se compreende explicitamente a atitude de Salazar face aos fluxos migratórios ocorridos na segunda metade do século XX, muito devido ao facto de a sua prioridade, em determinado período da sua governação, se ter centrado na defesa dos territórios coloniais e também

porque era inconveniente ao ditador tornar a emigração um assunto central da sua política, pois essa postura acabaria por abalar o seu *status quo*. Contudo, compreende-se que a emigração fosse contrária aos ideais salazaristas, pois punha em causa o princípio da ruralidade, da pobreza honrada, do império e da Nação, constituindo um problema de desobediência sério que era imperativo travar.

O Estado tinha como objetivos principais frear a emigração clandestina e fazer cessar um dos negócios mais produtivos de então: o negócio dos passadores, engajadores e transportadores. Nos anos 60, os entraves à emigração legal resultaram em oportunidades de negócio para particulares²⁶; existia a necessidade de sair do país e, à falta de meios legais, o caminho da clandestinidade afigurava-se como o único capaz de responder a estas necessidades. Ora, neste contexto, o Estado viu-se a braços com dois principais problemas: a saída de mão-de-obra útil (em território nacional e nas colónias) e o desvio de capital económico canalizado pelo negócio da emigração clandestina.

Já se referiu anteriormente que, em 1961, o Estado criminalizou a emigração clandestina; quem saísse do país sem a devida autorização legal, incorria numa pena que podia chegar aos dois anos de prisão, revertível em multas que podiam ascender a valores consideráveis, tendo em conta as condições económicas da maioria dos que procuravam alternativas de sobrevivência:

Eu quando fui preso a segunda vez, da primeira vez não, mas da segunda vez deram-me vinte e sete meses de cadeia, de pena de cadeia, ou pagos em dinheiro. Meu pai teve que pagar **oito contos e meio** em dinheiro naquela altura, senão tinha que ir para a cadeia. (Henrique, Parada do Monte)

Os mesmos riscos corriam engajadores e passadores cuja multa podia chegar a quantias exorbitantes, sendo calculada tendo em conta os lucros recebidos na transação ilícita de emigrantes (Pereira, 2014).

Em 1963, o Estado estabelece com a França um acordo de emigração de trabalhadores, contudo, de forma sagaz, o regime continuava a dificultar os processos de autorização de saída, submetendo muitos portugueses a jogos de interesse; isto é, mantinha uma aparente reciprocidade de interesses com a França, nomeadamente na obtenção de material de guerra, em troca de mão-de-obra portuguesa, porém, o acordo

²⁶ Relativamente ao negócio dos passadores *vd.* excertos 17 e 18 do *Anexo 9*.

nunca chega realmente a efetivar-se, continuando o regime a reprimir os que ousassem sair clandestinamente do país.

Neste jogo de forças e de poderes, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) assume um papel primordial sendo responsável, entre outras coisas, pelo controlo das fronteiras, regulando as entradas e saídas de território nacional e realizando uma apertada vigilância às populações da raia. Os dispositivos de vigilância estendiam-se da PIDE à Guarda Fiscal, passando também pela Guarda Nacional Republicana (GNR), mas no imaginário dos informantes, quando o assunto é a repressão à saída clandestina do país, é a PIDE que assume maior protagonismo. Além desta, também a polícia espanhola adquire destaque. Até ao ano de 1965, estas duas forças de autoridade trabalhavam em consonância na perseguição e captura de emigrantes que atravessassem clandestinamente a fronteira luso-espanhola, bem como no desmantelamento de redes organizadas de passadores, engajadores e transportadores.

Neste ponto, é importante salientar o papel da violência exercida pelas forças de autoridade. Fernando Rosas (2015: 186), como tive oportunidade de referir noutra ponto da presente dissertação²⁷, refere que um dos fundamentos para a perenidade do regime salazarista é o papel da violência e define dois tipos de violência, a preventiva e a repressiva. Este papel acaba por ser revelado com grande ênfase nas narrativas dos informantes, sobretudo aquele que se refere à violência repressiva, que o autor define como sendo aquela...

...cujo centro nevrálgico era a polícia política, servida sempre fielmente pela PSP, pela GNR, pela milícia da Legião Portuguesa (LP), pelos tribunais especiais às suas ordens, pela rede de prisões políticas e campos de concentração, e por uma legislação penal e processual que legalizava praticamente toda a espécie de violência e arbítrios contra os suspeitos da prática de «crimes contra a segurança do Estado», desde o recurso sistemático à tortura e à prisão sem culpa formada por tempo indeterminado, até ao cumprimento indefinido de penas de prisão, mesmo sem sentença condenatória ou muito para além dela. (Rosas, 2015: 203)

Muitos foram os relatos dos informantes relativamente à violência punitiva da PIDE, muitos também os relatos das prisões e dos pesados encargos, que não permitiam, muitas das vezes, continuar a viagem até ao país de destino. Compreende-se, através do relato de um dos informantes, que a violência exercida pelas forças de autoridade chegava

²⁷ *Vd. Enquadramento histórico supra.*

muitas das vezes a níveis extremos, sendo estes episódios recordados ainda hoje com um tom de indignação:

...os PIDES, ai os PIDES eram maus como tudo!

Eu, a primeira vez então que fui preso, prenderam-nos aí antes de chegar a Ourense, íamos a entrar na camioneta em Crespos ou lá para ali e, claro, viram-nos para ali meio estranhos, foi a guarda e, ala, embora para trás, para a cadeia, para Ourense. Depois, nós combinámos um com o outro, para não descobrir passador nenhum, íamos dizer que íamos a Ourense às festas, que foi nas festas, no tempo do Santo Cristo e na Espanha passou, na Espanha passou, aquilo passou.

Chegámos ali ao Peso à PIDE e por ali fiou fino! Chamaram-nos um de cada vez, eu afirmei sempre o que tínhamos combinado, mas o outro lá o enrolaram e disse então que íamos para a França, depois chamam-me a mim e eu toca a mentir diante deles... eu ainda levei um murro bom, quase rebentei uma porta com a cabeça, com um murro que me ele deu, só por lhe mentir! (Henrique, Parada do Monte)²⁸

Um fator de relevo no relato deste informante, para lá da violência, é o facto de as detenções também servirem para a descoberta de redes de passadores. Neste contexto, além de haver um reforço da autoridade e repressão no sentido de dissuasão da emigração clandestina, os próprios emigrantes acabavam também por servir de “intermediários de informação” para a polícia política, cujo principal objetivo era o desmantelamento do negócio rentável do auxílio à emigração.

Num outro sentido, nas narrativas dos informantes não são incomuns os relatos que se referem à convivência e também à corrupção das forças de autoridade. O negócio da emigração, tal como já acontecia com o do contrabando, era uma oportunidade de lucro para todos aqueles — passadores, engajadores, transportadores, Guardas Fiscais ou PIDE — cuja ética profissional se diluía perante a possibilidade de proventos certos, ainda que muitas vezes à custa de abusos de poder. Aqui, confrontam-se duas perspetivas no discurso dos informantes entrevistados: a dos emigrantes e a do Guarda Fiscal. A primeira revela a falta de idoneidade das forças policiais, a segunda, justifica a sua convivência pela proximidade com a realidade dos que passavam pelos pesados encargos físicos e emocionais da emigração clandestina. Os relatos seguidamente transcritos permitem compreender a pluralidade de perspetivas:

²⁸ Relativamente à violência das forças de autoridade *vd.* excerto 15 do *Anexo 9*.

Aquilo parecia... nem pode imaginar! Eram praí uns dezoito ou vinte homens, pareciam aqueles *trupôs* de cavalos, quando vão por aquela caneja abaixo, uns em cima dos outros. Quem é que se ia meter na frente deles? Passavam a ferro um! Eu deixei-os fugir todos! Eu já sabia, ou se tinha de prender, esperá-los em baixo nuns caminhos, mas, de toda a maneira, prenderíamos um ou dois, eles fogem! Eu não os queria prender, que eles vinham para aqui e a PIDE dava cabo deles, batia-lhes. Nós só fazíamos aquele serviço, porque depois era tudo para a PIDE e a PIDE, naquele tempo, não era brincadeira!

Foi por isso que eu saí, eu depois tinha muito bom coração, porque eu já fora contrabandista.
(José, Paços)

A prova é que um dos meus companheiros que ia comigo – o C., ao passar a fronteira foi apanhado, ia uma acompanhante com ele e aí a história foi um bocadinho suja da parte das nossas autoridades. Como essa outras mais, não é? Então, se esse meu companheiro não tivesse cinco contos no bolso, devolvia para trás. Ainda tem mais coisas, mas é melhor não contar, porque isso passa os limites da humanidade! (António, Paderne)²⁹

Como se compreende face ao referido, as dificuldades de passagem clandestina da fronteira eram tantas e tão penosas que é de fácil entendimento o carácter marcadamente masculino da emigração. Desde o momento de partida ao momento de chegada ao país de acolhimento (quando a chegada efetivamente se realizava), várias eram as dificuldades físicas e psicológicas que os clandestinos tinham que ultrapassar. Vários são os relatos dos informantes – um deles de um passador – que refletem a penosa jornada da passagem a *salto*, que envolvia organização, sigilo, estratégias³⁰ e sacrifícios, tudo em prol de uma chegada que se queria segura e sem sobressaltos:

Foi difícil foi para ir. Para ir, quando fomos, levou-nos treze dias a ir. Treze dias! Eu cheguei lá com as calças rasgadas, sapatos rebentados de andar noite e dia (...) davam-nos para ali

²⁹ Relativamente aos jogos de interesse das forças policiais, *vd.* excertos 14 e 16 do *Anexo 9*.

³⁰ Uma das estratégias utilizadas pelos emigrantes clandestinos era o recurso a uma fotografia. Os emigrantes dividiam uma fotografia a meio e deixavam metade da mesma com um parente de confiança, que só pagaria ao passador caso a passagem a salto corresse como planeado. Caso fossem presos, o dinheiro acabaria por não ser entregue, preservando-se assim os recursos económicos despendidos para a passagem:

«... eu fui para França e levei uma fotografia cortada a meio minha. A minha mulher ficou com metade da fotografia e eu levei outra metade... caso que chegasse lá, porque eu tinha nove contos depositados. Esses nove contos só seriam entregues quando eu mandasse a metade da fotografia, a minha mulher sabia e então é que dava ordem para dar o dinheiro, está a perceber? Eu, então, escrevia cartas, mas tínhamos que as entregar abertas na prisão, não sei se sabe, abertas! Depois, eu escrevi para a minha mulher: *olha, não deixes estragar aquelas nove videiras que plantei no campo xis!*» (Fernando, Cristóval).

um saco com *chocolate* e lá íamos comendo. As sardinhas de conserva foi o que comemos na viagem. (Henrique, Parada do Monte)

Eu assisti a muitas coisas ... [os emigrantes] cheios de fome, menina, cheios de fome, que aquilo cortava-me o coração! Eu encontrei pessoas a passar aos três e quatro dias cheios de fome, num relento que, se eu lhe mostrar o sítio, se eu lhe mostrasse o sítio, a menina dizia assim: *valia mais morrer, do que estar neste sítio!* Havia sítios aí na estrada, se lhe eu mostrasse.... os carros, aquilo era como um rebanho de rês, cada um com sua saca às costas (...) lá estavam os carros, toca a carregar, havia um *chofer* que carregava o carro, seis ou sete pessoas, ala! Às vezes, quatro carros, cinco carros, era conforme. (Mateus, Vila)³¹

No imaginário dos melgacenses, a viagem a *salto* representava uma espécie de odisseia cujo desfecho se afigurava sempre como incerto. A chegada ao país de acolhimento era encarada como uma conquista e também um novo desafio, devido sobretudo às difíceis condições que lhes eram oferecidas³².

A emigração masculina acabava, também ela, por servir os interesses económicos e políticos do Estado Novo, por três motivos: primeiro, porque os emigrantes enviavam remessas monetárias para o país de origem, que eram geridas pelas mulheres que ficavam em território nacional; segundo, porque se estabelecia um estratégia migratória orientada para o breve regresso e constante reinvestimento no país e, terceiro, porque a acumulação de remessas permitia também ao Estado engrossar o seu capital financeiro, o que acabou por facilitar a aquisição de equipamento militar, vital para a guerra nas colónias. Além do referido, a emigração também permitia a ocupação de mão-de-obra excedente, aliviando o Estado do financiamento de trabalhadores desempregados (Pereira, 2014: s/p.).

Segundo Amante (2007: 199), a emigração acabou por ter um carácter seletivo negativo já que grande percentagem de emigrantes clandestinos era do sexo masculino, incluindo homens ativos e capazes de aguentar as longas e penosas jornadas. De facto, são sobretudo os homens que passam pelas duras viagens efetuadas sob o peso da clandestinidade e esta situação, em certa medida, também respondia aos interesses do Estado, que desencorajava a saída de mulheres e filhos de emigrantes. Segundo Victor Pereira (2014: s/p.), até ao ano de 1968, “o objectivo da polícia portuguesa não consiste tanto em tornar as fronteiras estanques, mas manter o esforço físico e financeiro das viagens clandestinas para evitar que as mulheres saiam e endividar os migrantes”.

³¹ Relativamente às dificuldades da passagem da fronteira a *salto* vd. os excertos 4 a 13 do *Anexo 9*;

³² Relativamente às condições de residência no país de acolhimento vd. excertos 19 a 21 do *Anexo 9*.

Ainda que tal se verifique, a situação começou a alterar-se 1965 e 1966, quando a emigração começa a ser cada vez mais feminina e o reagrupamento familiar começa a ser uma das motivações para a saída do país. Além do referido, em 1965 a Espanha liberaliza as suas fronteiras e, juntamente com França, cria estratégias para uma passagem mais facilitada das fronteiras, sendo apenas necessário que o emigrante apresentasse a sua identificação, o salvo-conduto e um certificado que permitia, posteriormente, a normalização da sua situação no país de acolhimento.

Apesar das benesses encontradas para lá do território nacional, dentro do país permaneciam os entraves ao reagrupamento familiar e à emigração legal, tendo-se agravado, no ano de 1966, a pena de auxílio à emigração por vias ilegais, que passou de dois para até oito anos de prisão. Essas medidas não impediram que muitas mulheres e homens saíssem do país por vias ilegais.

A situação começou progressivamente a alterar-se com a ascensão de Marcelo Caetano ao poder no ano de 1969. A emigração ilegal deixa de ser encarada como um crime, tornando-se uma contrafação, exceto para os que desertavam, fugindo às suas obrigações militares e para os passadores e engajadores. Caetano aparecia como o promotor de uma aparente liberalização da emigração, criando amnistias, alargando as redes consulares em França, criando também redes sociais de apoio aos emigrantes que, na ótica do novo presidente do conselho, eram “trabalhador[es] cujos direitos sociais no estrangeiro [deviam] ser defendidos pelo Estado” (Pereira, 2014: s/p.). Em 1971 é assinado um novo acordo de mão-de-obra com a França. Contudo, como referido, a liberalização era sobretudo aparente, não se verificando alterações significativas no fechamento e rigidez do regime. Segundo Victor Pereira (2014: s/p.), Caetano não se opunha à emigração, mas subtilmente tentava atenuar as saídas do país, através de entraves burocráticos. A defesa das colónias continuava a ser um imperativo na política do regime e foi essa situação que levou à sua queda, corria o ano de 1974.

5.2.2.2. O papel da mulher no percurso migratório

É importante atentar nas políticas do Estado Novo relativamente à emigração feminina, bem como à posição da mulher durante os fluxos migratórios da segunda metade do século XX.

O Estado Novo assumia para com as mulheres uma postura patriarcal e protecionista, no que se refere à legislação do processo migratório. Estas, eram continuamente colocadas no patamar dos indivíduos menores, não podendo emigrar sem a autorização dos maridos, quando casadas, ou dos pais, quando solteiras; o homem era o seu representante legal, tendo a mulher que acatar todas as suas decisões.

O panorama alterar-se-ia no ano de 1968. Salazar caíra – literalmente – da cadeira, e com ele caíram também algumas medidas, uma das quais foi a da inaptidão jurídica da mulher casada³³. Calcula-se que, em 1968, tenham saído, segundo as estatísticas relativas à emigração legal, mais mulheres do que homens, mais especificamente, “43.039 mulheres e 37.413 homens” (Gonçalves & Machado, 2007: 65), o que demonstra uma alteração significativa nos fluxos migratórios, com um crescente volume da emigração de tipo familiar. Neste contexto convém não esquecer, todavia, que a clandestinidade continuou a imprimir uma marca muito forte e muitas foram também as mulheres que saíram clandestinamente do país.

Há ainda a ressaltar que a emigração é também uma marca significativa na vida de muitas mulheres melgacenses, é um fator integrante da sua experiência. Nove das vinte entrevistadas foram emigrantes, três delas emigraram clandestinamente com o auxílio dos maridos e/ou de passadores e têm presentes na memória todos os passos necessários para emigrar clandestinamente, como é possível verificar no testemunho que seguidamente transcrevo:

... fui daqui de carro fretado, de carro de praça, eu e o meu marido, até S. Gregório, porque o meu marido ia de comboio, que ele tinha documentos, íamos entrar a Ourense. Depois, fui com essa senhora a S. Gregório, fomos lá por uns campos, por uns caminhos longe, fomos passar lá em cima no regato, acima da alfândega, atravessámos por uns campos, para fugirmos aos carabineiros. Fomos apanhar a estrada que ia de cá, que ia direta a Ourense, apanhámos o meu marido, que ia entrar nesse táxi, o táxi era também daqui de Prado. Depois, lá fomos, a senhora ficou e eu fui. À frente encontrámos uns carabineiros, os guardas, naquela altura, fizeram-nos o *auto!*, mas o taxista era conhecido (...). Lá fui, a chegar a Andaia, era numa altura em que se passava fácil, as pessoas iam no comboio, os que tinham passaporte entravam para a alfândega para ir carimbar, e os que não tinham entravam por outra portinha que já estava aberta, porque os carabineiros estavam a ver,

³³A partir de 1939, as mulheres tornaram-se inaptas perante a lei, não podendo, entre outras coisas, “administrar bens e viajar para fora do país, sem o consentimento por escrito do marido” (Pimentel, 2011: 46), este panorama só mudaria em 1969, com o governo de Marcelo Caetano.

naquela altura. Pronto, depois entrei no comboio, o meu marido entrou por um lado, eu entrei por outro e fui direta para a França! Estive [lá] dois anos, o meu marido esteve lá trinta anos. (Isabel, Prado)³⁴

As mulheres souberam ultrapassar as barreiras referentes à sua condição e mostraram-se capazes de acompanhar os maridos na luta pelo cumprimento dos seus objetivos além-fronteiras, entre eles o de garantir a acumulação de capital económico e, também, garantir o regresso e reinvestimento no país de origem (Wall, 1982).

O papel da mulher emigrante revelou-se fundamental. A mulher que emigrava procurava uma boa integração na sociedade do país de acolhimento, tendo havido por parte desta uma maior abertura aos novos espaços; pelas profissões de que se ocupava (por exemplo, sendo porteira ou doméstica), a mulher tornou-se uma plataforma de comunicação e uma mediadora de informação. Ao contrário do marido, não viveu acantonada no espaço de trabalho e na deslocação (casa – trabalho, trabalho – casa), o que promoveu um maior grau de inserção e um maior poder de ação, tal como me referiu um informante:

... a maior parte das mulheres que emigraram para se juntar aos homens, aquilo a que se chama o reagrupamento familiar, essas mulheres que se juntaram aos homens, tiveram um percurso bastante interessante.

As mulheres começam a trabalhar como empregadas domésticas e é um trabalho onde se interage muito com os patrões e com a vizinhança. Muito depressa, por exemplo, as mulheres falavam melhor francês, do que os homens. Os homens podiam estar há quinze anos em França, as mulheres há um ou dois, elas falavam melhor francês do que os homens. Abriram-se muitíssimo mais à sociedade francesa. Quer isto dizer que se abriram à televisão, se abriram à missa (...) e por aí adiante.

Foram as mulheres a sentir necessidade de um outro modo de vida que não o anterior, isto é, um modo de vida onde houvesse o mínimo de qualidade e isto era determinante, sobretudo quando surgiam os filhos (...).

Quer dizer que, pouco a pouco, a mulher portuguesa em França adquiriu poder. Posso dizer que é um pequeno poder (...), mas o mais interessante é que, continuando o homem a trabalhar fora, longe, a não fazer outra coisa senão deslocação trabalho–casa, quem, de facto, gere toda a vida familiar é a mulher, isto é, quem tem o dinheiro, não é quem o ganha necessariamente, mas quem tem o dinheiro e gere o dinheiro e gere a vida da casa é a mulher e fá-lo muito bem. (A. Gonçalves)

³⁴ Relativamente à emigração feminina *vd.* excertos 22 a 26 do *Anexo 9*.

Relativamente ao que fica dito, é importante lembrar que, com o aumento da emigração nos anos 60, a posição da mulher também se reforça no país de origem. Como se verá posteriormente, Melgaço, a determinada altura (anos 50 e, sobretudo, 60 e 70), foi quase uma sociedade matriarcal, devido à ausência dos homens, e esse facto acabou por provocar alterações significativas no que concerne ao papel da mulher.

A mulher sempre foi, neste território, a guardiã da família e, com a emigração, esse papel acabou por ser reforçado passando para outras dimensões, como a de garantir a sobrevivência das atividades agrárias, que eram da competência dos homens, principalmente as que exigiam mais esforço físico; mantiveram o seu papel enquanto gestoras da atividade doméstica e da educação dos filhos, reforçando-se a sua importância ao nível da gestão dos recursos económicos. Os homens, principalmente os que estavam emigrados, foram os “criadores de riqueza”, ou melhor, “os produtores” de riqueza, mas as mulheres, enquanto zeladoras dos bens, acabavam por ser as “reprodutoras” dessa riqueza (Cabral, 1984: 104).

Além do exposto, é importante referir que o papel das mulheres, não se cingiu a estas duas perspetivas (a da mulher emigrante e a da mulher gestora do espaço doméstico e do património aquando da ausência dos maridos); as mulheres mostraram que eram mais do que capazes de “dar o salto”, não só ao nível da mobilidade efetiva, mas também ao nível simbólico.

Não é irrelevante para os melgacenses o envolvimento das mulheres num mundo tipicamente masculino, como foi o caso já referido do contrabando e como é, neste contexto, o caso do auxílio à emigração clandestina. Aliás, alguns dos informantes referiram explicitamente que havia sido também uma mulher a ajudá-los a passar a fronteira até Espanha: “Nós, aqui, com quem tratámos foi com uma mulher. Foi. A *passadeira* aqui era mulher.” (Henrique, Parada do Monte).

Como refere Marta Silva (2014: 245), a mulher ao penetrar diretamente em redes de auxílio à emigração clandestina “desafia[ra] a lei da emigração, mas também a lei dos bons-costumes”. Essa perspetiva foi corroborada por um dos informantes:

...há mulheres que foram grandes passadoras de homens, que tinham a sua rede própria. (...) eram as madrinhas, eram as pessoas mais consideradas na terra nessas coisas. Portanto, há mulheres que se destacaram sempre. Num sítio onde havia tão poucos homens, as mulheres tinham de assumir as rédeas, andar com os homens, andar de pistola como os homens (...) a mulher que [foi] passadora [teve] que, de facto, construir a sua identidade,

mostrar que manda, mostrar que, sobretudo, não pode ser confundida com uma mulher. (A. Gonçalves)

O auxílio à emigração clandestina representou para as mulheres um importante complemento económico, mas, para além dos rendimentos, foi também uma forma de afirmação de poder fora do espaço doméstico a que constantemente eram remetidas, e esse fator é de importância fundamental.

5.2.3. Emigração – transformações demográficas, económicas, sociais e culturais

Neste último ponto da presente secção, torna-se relevante analisar as mudanças que a emigração provocou no concelho de Melgaço. O fenómeno da emigração promoveu, nesta zona, importantes e visíveis mutações, que ainda são sentidas e relatadas atualmente.

A partir dos anos 60, começaram-se a verificar importantes alterações ao nível demográfico, assistindo-se a um decréscimo da população residente, sobretudo nas zonas de montanha. O êxodo rural trouxe um gradativo esvaziamento das zonas do interior. O despovoamento dos lugares é uma das consequências mais referidas pelos informantes, que definem Melgaço como um lugar de passagem e não como um lugar de fixação:

... passo ao lugar e não encontro uma pessoa, *hay* pouquinha gente, *hay* já lá duas mulheres em coma e os outros também tem problemas de saúde. Quase não se vê ninguém, é triste... olhe, eu, quando vêm os emigrantes, da minha casa via muitas luzes nos outros vizinhos e aquilo até me dava alegria e, agora, só praí quinze dias no mês de agosto e demais (...). Até só em ver as luzes da casa dos outros! Metem alegria, sabe-se que está ali gente. Agora olhe, não se vê nada. Estão daqui a pouco cinco pessoas no lugar. É triste. Olhe que a gente também é alegria! (Adelaide, Castro Laboreiro)

O pior que está é que Melgaço está metido aqui num sitio que somos obrigados a emigrar sempre! Estamos a ficar desprevenidos aqui, os lugares estão a ficar sem ninguém. (José, Paços)

Outra consequência referida pelos informantes e que surge em sequência do despovoamento é, precisamente, o envelhecimento populacional. Com a emigração

partiram as gerações mais novas, ativas e em idade fértil, que estabeleceram as suas famílias nos países de acolhimento ou nas grandes cidades do território nacional, para onde muitas gerações mais novas partem para trabalhar ou mesmo estudar. As aldeias acabam habitadas maioritariamente por pessoas idosas cuja descendência está fora da localidade de origem: “...não *hay* nada, aqui é os velhotes, aqui está tudo devoluto, nada!” (Margarida, Chaviães)³⁵. O envelhecimento também levou a um maior sedentarismo que contrasta com o constante dinamismo e movimento que caracterizou o passado das zonas fronteiriças (Amante, 2007: 240).

A nível económico, pode-se referir que o impacto é considerado positivo pela maioria dos informantes, sobretudo os que veem como compensadora a sua jornada além-fronteiras:

Melgaço expandiu-se. Foi o emigrante que deu valor a Melgaço. Melgaço, uma vilinha pequena, quantos bancos tinha aí? Tinha e ainda tem, alguns já fecharam. Era dinheiro por todos os lados! (José, Paços)³⁶

Na afirmação anterior está também presente uma característica identitária muito marcada na consciência dos emigrantes: o reconhecimento da sua importância na melhoria da qualidade de vida do país e, em particular, da sua região (Amante, 2007).

Apesar dos benefícios, a economia local ficou extremamente dependente do (re)investimento dos emigrantes e a prosperidade económica levou, em certa medida, a uma perda de valores, entre eles o da *entrajuda*, tão característica no passado das populações raianas (Amante, 2007: 141).

Pode-se acrescentar que a atividade social, económica e cultural, após a emigração, veio a concentrar-se progressivamente nos meses do verão, sobretudo no mês de agosto, quando a população de Melgaço se expande com a chegada dos emigrantes sentindo-se, o resto do ano, um “entorpecimento” de movimentos, pessoas e lugares, uma espécie de “sonolência letárgica” (Gonçalves & Gonçalves, 1991: 152):

...a emigração destrambelhou Melgaço (...) isto é, a atividade de Melgaço passou a concentrar-se toda no verão e as pessoas trabalhavam no verão, para ganhar a vida para todo o ano. (...) houve um problema esquisito, os equipamentos, as indústrias, as empresas,

³⁵ Relativamente ao envelhecimento populacional e à desertificação *vd.* excertos 27 a 31 do *Anexo 9*;

³⁶ *Vd.* também excertos 37 a 43 do *Anexo 9*.

não estavam desenhados para as necessidades locais do concelho, mas para a necessidade dos emigrantes, essencialmente do consumo. (A. Gonçalves)

Outra mudança importante observa-se nos modos de vida dos emigrantes. Ocorrem alterações quanto às noções de espaço e tempo, quanto às possibilidades de vida, no contacto entre gerações, bem como na proximidade afetiva com o país de origem, aqui se inserindo as expectativas de regresso. Com a emigração, os melgacenses abriram-se a novos espaços, a novas sociedades e culturas, reviram as suas expectativas e projetos e mudaram, em certa medida, as suas disposições: “já não se vive tanto em função de Portugal e (...) a insustentável relação de duplo vínculo (...) perde força” (Gonçalves & Gonçalves, 1991: 148). Segundo Maria Beatriz Rocha Trindade (1983: 89 e 95), a proximidade geográfica e a “vizinhança europeia” fazem com que o emigrante circule frequentemente entre dois espaços, neste contexto entre Portugal e França, deixando em suspenso a decisão de regresso definitivo, afagando a sua consciência com regressos cíclicos. Esta atitude é visível nos informantes, sobretudo os que passaram longos períodos fora de Melgaço:

Já lá estou há cinquenta e cinco anos, venho para aqui assim metade do ano, vá. Metade aqui, metade lá. Tenho a minha família. (...). Eu tenho a minha filha que tem trinta e sete anos, trinta e oito agora e há dezasseis anos que cá não vem. Dezasseis anos. Tenho outro filho, que já tem quarenta e seis anos, também. Enquanto era jovem, vinham cá todos, enquanto não foram adultos, também já há um par de anos que cá não vem (...). (António, Paderne)

Os emigrantes estão, como se verifica, mais propensos do que no passado ao estabelecimento de raízes nos países de acolhimento. Afinal, lá se encontram filhos e netos, muitas vezes já bisnetos, cujos vínculos ao país de origem se efetuam por breves períodos de tempo. Com isto, as expectativas de regresso alteram-se: os emigrantes da chamada *primeira geração* voltavam e faziam um reinvestimento na sua *micropátria*³⁷. Partiam temporariamente e ansiavam pelo dia do regresso ao que lhes pertencia, nomeadamente à sua casa e às suas raízes. Por sua vez, os emigrantes das chamadas *segunda e terceira gerações* acabam por estabelecer relações mais ténues com as raízes dos seus antepassados; já que desde nascimento ou de tenra idade aprenderam a viver

³⁷ O conceito de micropátria é utilizado por Rocha-Trindade (1987: 722), que define as “micropátrias” como sendo “as terras a que cada um chama suas”.

numa sociedade e cultura que não era originalmente a sua, que lhes fora “atribuída” pelas alternativas da vida, conferindo-lhe um sentido de pertença e levando-os a deixar de a sentir como uma sociedade *outra*³⁸.

Em Melgaço, os fluxos migratórios registam-se há muito mais de meio século. Logo, compreende-se que na sociedade melgacense conflua um conjunto de assimilações e aculturações, fruto da abertura a novos ambientes. Como refere Joaquim Castro (2008: 18), “em Melgaço, não estará em causa o desenraizamento a um espaço – até porque os emigrantes circulam entre dois espaços –, mas a uma cultura, a uma língua, ou seja, a um futuro”. As trocas culturais e sociais proporcionadas pela emigração permitiram pensar o concelho de Melgaço de forma diferente. A cultura ancestral vai-se diluindo nas novas formas culturais, existe outra propensão para o “novo”, para o “urbano”, para o “global”; os espaços de identificação vão-se alterando e, com eles, as mentalidades de quem os incorpora permanente ou residualmente. O antigo sentido de comunidade desatualiza-se, e isso acaba por gerar impactos nas vivências coletivas, ainda que se mantenha a importância da tradição na memória individual e coletiva:

a tradição, os costumes populares, as festas, etc., exigem um mínimo de comunidade, que as pessoas formem uma comunidade e a emigração veio romper a comunidade. Mesmo quando os emigrantes regressaram, eles têm muito pouco convívio com os locais, e vice-versa. Portanto, numa terra onde tem poucas pessoas e ainda por cima são partidas, isto é, não estão habituadas a fazer as coisas em comum (...) as tradições não morrem, os emigrantes têm a sua memória, os locais têm a sua memória, não morrem, o que morre é a sua expressão. (A. Gonçalves)

Outra alteração importante – esta mais ao nível nacional – foi a entrada de Portugal na Comunidade/União Europeia, que conferiu ao emigrante o estatuto de cidadão europeu. Relativamente à zona raiana de Melgaço, a integração europeia de Portugal teve também como consequência o decréscimo de movimento na fronteira, que deixou de ser um recurso económico e uma oportunidade de lucro para a comunidade melgacense, constituindo-se como um recurso narrativo que ocupa um espaço importante na memória individual e coletiva. É através desta apropriação simbólica que a fronteira permanece viva e presente na memória dos melgacenses, ainda que com diferente valor e utilidade com respeito ao passado.

³⁸ *Vd.* excertos 33 a 35 do *Anexo 9*.

5.3. A posição da mulher na sociedade portuguesa – perspetiva histórica

*...eu fui criada com uma mãe, com um pai ausente,
tenho a presença de uma mãe com uma grande personalidade.*

*A mulher, realmente, ela própria teve que se impor,
porque as circunstâncias da vida a obrigavam a tal (...)
a mulher não podia falhar e não falhou.*

(Maria, Melgaço)

Neste último ponto, procura-se analisar a posição da mulher na sociedade portuguesa, mais especificamente na sociedade melgacense. Ainda que já tenha mencionado a ação e a importância da mulher nas secções anteriores, tendo em conta os fenómenos da emigração e do contrabando, torna-se relevante aprofundar aquele que foi sendo o seu papel na sociedade ao longo dos tempos. Para se compreender a evolução do estatuto da mulher na sociedade portuguesa, é importante partir de uma perspetiva histórica acerca desta temática, destacando os períodos que compreendem os séculos XIX e XX.

No século XIX, as fontes históricas acerca da mulher retratam-na como um ser juridicamente inapto, sem direitos políticos ou autonomia económica, tendo relevância apenas enquanto membro do agregado familiar, no que respeita à sua função enquanto filha, mãe ou esposa. A mulher era considerada um ser física e psicologicamente débil, juridicamente dependente da figura paterna e, sobretudo, da figura marital. O casamento acabava por ser um ato oficial penalizador para a mulher, que se via privada de importantes direitos pessoais e civis, entre os quais os de trabalhar fora do lar e de adquirir ou gerir bens, direitos que só eram exercidos consoante a autorização e supervisão do cônjuge (Vaquinhas, 2005: 16).

A liberdade e respeitabilidade que era reconhecida à figura masculina era amputada à feminina; tudo o que as mulheres faziam era motivo de juízo e análise por parte das autoridades e instituições (Brettell, 1978: 45). Assim, as distinções de género ultrapassavam as diferenças de natureza biológica para se alojar em diferenças de natureza simbólica: o homem era respeitado pela sua virilidade, força e autoridade, e a mulher, considerada frágil e mais propensa ao desvio, era forçada à submissão a leis desiguais, ganhando o apreço da comunidade na medida em que conformasse o comportamento às normas e expectativas sociais.

Um fator relevante e que também se relaciona com a distinção de género é aquele que se refere à utilização do espaço. Tanto nas sociedades do século XIX como nas do século XX, havia uma clara distinção entre os espaços ocupados pela mulher e pelo homem. O espaço público era sobretudo do domínio masculino, e era no espaço exterior ao lar que o homem afirmava o seu poder. Por sua vez, o espaço interior, que correspondia ao âmbito doméstico, era do domínio da mulher, e era aí que ela exercia a sua atividade como gestora das atividades domésticas e dos filhos.

Além do exposto, é importante atentar noutros fatores fundamentais, que se relacionam com a educação e com o trabalho. Relativamente ao primeiro, sabe-se que, ao longo da história, o acesso à educação por parte das mulheres era mínimo, atingindo-se, entre estas, elevadas taxas de analfabetismo. Segundo os dados fornecidos por Irene Vaquinhas (2005: 75), em 1878, a percentagem de mulheres analfabetas situava-se nos 83,9%, e em 1930, a taxa desce ligeiramente para os 74,3%. A falta de instrução interligase, na perspetiva da autora, com a mentalidade da época, que considerava que a educação não era a preocupação fundamental da mulher, mas sim o cultivo espiritual e o enriquecimento moral. Assim, a educação feminina dos séculos XIX e XX projetava-se sobretudo para a formação das mulheres nas funções fundamentais de dona de casa, de mãe e de esposa. A mulher era, ou deveria ser, o “anjo do lar [e] a sua finalidade era a de criar um ambiente de amor e paz para a sua família” (*idem, ibidem*), não se devendo ocupar com o cultivo intelectual.

Ao nível laboral, ainda que existisse no seio dos teóricos do século XIX a ideia de que o homem, no seio do grupo familiar e da comunidade, era o agente produtor de bens e de riqueza e a mulher a mera consumidora desses bens, a realidade, sobretudo nos meios rurais, era distinta dessa perspetiva, havendo uma partilha de responsabilidades e uma complementaridade de funções laborais; mesmo havendo um reforço da primazia masculina, a mulher mostrava a sua importância enquanto complemento de mão-de-obra.

A situação começa a vislumbrar alterações significativas nas últimas décadas do século XIX com a emigração, quando a mulher vai assumindo, na visão dos teóricos e na realidade das comunidades, um lugar de destaque; a mulher, sobretudo a camponesa, começa, fruto das circunstâncias, a assumir-se como guardiã da família e dos bens. Esta perspetiva prolonga-se ao longo do século XX, sendo desenvolvido um olhar ecológico sobre o espaço rural e observando-se a exaltação da mulher enquanto preservadora desse espaço e da harmonia da comunidade, afastada da nocividade da modernidade e da industrialização. Cresce a força do mito da “camponesa alegre” e trabalhadora – ainda

que mal assalariada e não instruída – protótipo da mulher ideal na perspectiva do regime político do Estado Novo (Belo *et al.*, 1987; Vaquinhas, 2005).

Face ao referido, torna-se interessante compreender brevemente, já à luz do século XX, a ação do regime político Estado-Novista relativamente à figura feminina. Como se pôde observar nos capítulos anteriores, o regime salazarista estendeu tentacularmente a sua ação a todos os domínios da esfera pública e, em certa medida, também privada, e em relação às mulheres não foi exceção, tendo imposto o seu ideal ético-moral também nesse domínio.

A Constituição promulgada em 1933, ano em que oficialmente se consolida o Estado Novo, estabelece ambigualmente uma igualdade de direitos e valores relativamente aos homens e às mulheres. A clareza discursiva não imperava na cláusula referente ao Artigo 5º da referida constituição, e, entre linhas, vislumbrava-se uma restrição quanto à igualdade proclamada:

A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, **salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família**, e quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas.³⁹

A aparente igualdade de género era escamoteada com medidas limitativas e segregadoras, uma delas foi o direito ao voto, direito de cidadania fundamental que havia sido atribuído às mulheres em circunstâncias particulares e restritivas. Em 1933, Salazar concedia a liberdade de voto a algumas mulheres, não por “mérito das mesmas”, mas por interesse próprio, sentindo que assim veria o seu poder consolidado, tendo o apoio da maioria da massa feminina, sobretudo a da burguesia urbana. A mesma liberdade de voto era concedida no ano de 1934 e também nos anos de 1945/1946, podendo votar as mulheres com habilitações literárias, chefes de família, casadas contribuintes, “cujo marido estivesse ausente” (Belo *et al.*, 1987: 264). Este direito circunscrevia-se a uma seleção negativa, pois as mulheres dos meios rurais, camponesas na sua maioria

³⁹ Constituição da República Portuguesa, ano de 1933 (<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>).

desfavorecidas e iletradas, acabavam por ser maioritariamente excluídas do exercício deste direito.

Mas as leis não se restringiam ao direito ao voto, regulando também as ocupações laborais e o poder marital. No ano de 1936, só os homens podiam exercer funções públicas, confinando-se a mulher dos meios urbanos ao trabalho operário ou, no caso das camponesas, ao trabalho agrícola; ambas as profissões com salários baixos por comparação aos auferidos pelos homens nas mesmas circunstâncias. Neste domínio, o Estado destinava às mulheres uma função doméstica e entendia que estas não deviam ser afastadas da casa e da família, pois esse desvio não traria benefícios e poderia lesar a ação feminina no seio familiar. Segundo Salazar, “na «mais pura fonte dos fatores morais de produção», representado pela família, o sustento deveria vir do homem” (Pimentel, 2011: 55) e nunca do trabalho assalariado da mulher, reconhecendo a relevância moral e social da ação feminina no espaço doméstico.

Por sua vez, relativamente ao domínio marital, em 1939 é restabelecido o poder do marido sobre a mulher, que havia sido eliminado em 1910 durante a vigência da Primeira República; assim, as mulheres foram progressivamente proibidas, entre outras coisas, de viajar para fora do país, salvo se tivessem uma autorização escrita do marido, de celebrar contratos ou de exercer comércio. Além do exposto, e compreendendo agora o âmbito do casamento, Salazar proibiu o casamento a mulheres que exercessem determinadas profissões, como a de enfermeiras ou hospedeiras de bordo, tudo em prol do bem-comum e da boa ordem das coisas (Pimentel, 2011).

Contudo, não se pode esquecer o facto de que as mulheres também serviram os intentos do regime, assumindo particular destaque neste contexto a ação da Obra das Mães para a Educação Nacional, nomeadamente ao nível da educação familiar nos meios rurais. O meio rural assumia para Salazar uma centralidade relevante, considerando-o como o “berço da nação” e a “escola ideal de formação do Homem” (Pimentel, 2011: 319). Igual importância era conferida à mulher camponesa, estimulando nesta, através da organização referida, a ligação à terra e ao trabalho no campo, em consonância com as funções domésticas e a fixação ao lar. Esta aparente valorização do mundo rural e dos seus constituintes femininos denotava uma estratégia de segregação social, económica e intelectual, relativizada pela propaganda enaltecadora dos valores da ruralidade (Belo; *et al.*, 1987: 267 e 269).

O Estado Novo, em consonância com os regimes fascista italiano e nacional-socialista alemão, preconizou uma “nova ordem simbólica”, alicerçada num profundo

elitismo e numa profunda desigualdade de classe e de género, restituindo ao homem o lugar de chefe de família e à mulher o lugar de esposa submissa (Belo, *et al.*, 1987: 272). Ao mesmo tempo que escamoteava a sua ação enquanto mulher, exaltava o seu papel enquanto mãe, compensando uma postura discriminadora com uma postura aparentemente valorativa da mulher, como refere Irene Flunser Pimentel (2011: 394):

...apesar da aparente valorização das tarefas públicas e privadas femininas, as mulheres, no Estado Novo, foram discriminadas através de leis que as colocavam sob a autoridade masculina, lhes proibiam inúmeras profissões e lhes atribuíam, sem alternativas, espaços específicos dos quais não podiam sair.

Apesar do notório desequilíbrio entre géneros, da tentativa de manutenção de classes sociais estanques, sem perspectivas de mobilização social e económica, em que se propagandeava um certo determinismo, onde existia “um lugar para cada um” e onde cada um devia ocupar o seu lugar, não se pode olvidar a capacidade da figura feminina para ultrapassar as barreiras referentes à sua condição de género. Além da sua missão de mãe atenta, de esposa fiel e de trabalhadora honrada no serviço aos outros, a mulher foi assumindo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, uma função “altamente directiva” dentro e fora do lar, substituindo eficazmente a autoridade masculina (Rodrigues, 1983: 918; Pimentel, 2011: 393).

O panorama político sofre uma transfiguração com a entrada de Marcelo Caetano para a chefia do governo. Em 1968, é declarada a igualdade de direitos entre homens e mulheres; no ano seguinte é concedida liberdade de movimentação à mulher, deixando de necessitar da autorização do marido para atravessar as fronteiras. Com o 25 de abril de 1974 e a conseqüente queda do regime, dá-se uma reviravolta quanto à posição da mulher na sociedade portuguesa e esta inicia uma progressiva entrada na esfera pública, acentuando-se a sua presença em diferentes estruturas laborais. Além do referido, passava também a usufruir do pleno exercício de cidadania tornando-se nesse ano o voto um direito universal. Aos poucos, em diversas matérias, como o divórcio e o planeamento familiar, começava a ser-lhe concedido o direito à liberdade e à igualdade.

Como se verá seguidamente, existiu sempre uma linha a definir até onde podia ir a liberdade da mulher e até onde ela impunha a sua liberdade. Esta foi construindo progressivamente a sua identidade e o seu lugar dentro da comunidade, reforçou a sua

competência e o seu valor, mesmo contra todos os preconceitos e repressões. Na ausência do marido, foi mãe, pai e gestora, garantindo o que a si e aos seus pertencia.

5.3.1. A mulher na sociedade do Alto Minho

A posição da mulher nem sempre foi linear e muito menos homogênea, principalmente nas sociedades do Alto Minho; ainda que existisse nas comunidades do passado o estigma de as mulheres serem mais “fracas” do que os homens, elas eram vistas também como figuras vigorosas, fundamentais para a estabilidade do seio doméstico e para o equilíbrio da comunidade. A mulher soube ocupar o lugar que lhe era imposto, mas também soube conquistar um relativo poder e independência face às contingências que se colocavam no seu caminho e contra as quais teve que se debater (Geraldês, 1979; Wall, 1982; Cabral, 1984 e 1989).

Segundo João de Pina Cabral (1984: 98 a 102), o poder social e a relativa autonomia das mulheres do Alto Minho, tal como das mulheres da vizinha Galiza, são duas características distintivas das mulheres do Noroeste Peninsular, por comparação com mulheres de outros pontos da Península. Aliás, o autor refere que “uma das características mais interessantes da sociedade camponesa do Norte peninsular é precisamente esta combinação entre a marcada inferioridade moral feminina e a posição social de relativo poder e independência da mulher”.

Esta perspetiva é corroborada pelas narrativas dos informantes, sobretudo os do sexo feminino, que reconhecem o facto de, nas sociedades do passado, o domínio ser sobretudo masculino. O homem era considerado o chefe da família, o garante da estabilidade económica e da ordem social; a mulher, por sua vez, era encarada e encarava-se – e é importante que este facto seja realçado – como uma coadjuvante do homem, reconhecendo a si própria um relativo domínio quando se tratava da educação dos filhos e da manutenção do lar. Contudo, a mulher melgacense também reconhece que, durante o seu percurso de vida, foi obrigada a ultrapassar a interioridade do lar para se ocupar também da esfera pública, sobretudo aquando da ausência do marido.

A mulher melgacense evidencia sobretudo a sua importância ao nível laboral. Ainda que na teoria se projetasse para a mulher a responsabilidade (quase exclusiva) de dona de casa e para o homem o espaço exterior, composto pelo trabalho assalariado e pelas tarefas burocráticas, na prática, nas comunidades do Alto Minho não existia esta separação

rigorosa no que concerne às atividades laborais (Geraldès, 1979; Wall, 1982; Cabral, 1984). Segundo Karin Wall (1982: 23), “o papel da mulher como esposa [era] inseparável do seu papel de trabalhadora. Ela [tinha] de cultivar a terra com o marido e participar em quase todas as tarefas agrícolas”.

De facto, a mulher melgacense nunca se preocupou exclusivamente da sua função de doméstica e de educadora dos filhos, ela foi participante ativa nas atividades agrícolas juntamente com o homem, não existindo, neste domínio específico, uma separação rigorosa dos papéis sexuais:

É assim: “o arado é para o *home*, o arado foi feito, mas é para os homens pegarem no arado”. Nós não, se tu és capaz, nós também somos, passa para cá que nós lavrámos e, como não havia homens para fazer os tais ditos trabalhos, as mulheres tinham que o fazer, filha! A diferença é essa, é que quando tens um *home* às costas, tu sacodes a água, quando não tens, agarra-te e toca a andar! (Ana, Castro Laboreiro)

... trabalhava aqui no campo. Ah, pois! Não eram só os maridos a ganhar o dinheiro lá, também as mulheres ajudavam! (Fernanda, Castro Laboreiro)⁴⁰

O papel laboral e a posição social da mulher melgacense foram-se evidenciando, como já referido, com o aumento da emigração masculina; estando o marido ausente do país de origem, a ação da mulher acabou por se tornar mais preponderante. Durante este período, que marca mais incisivamente Melgaço a partir dos anos 50 e 60 do século XX, as mulheres desempenharam papéis que eram tradicionalmente da incumbência do homem, garantindo a manutenção das habituais tarefas agrícolas (mesmo as mais pesadas e geralmente da responsabilidade masculina), a resolução de questões burocráticas junto das instituições e, entre outras coisas, a gestão económica e patrimonial. A mulher melgacense tornou-se, por força das circunstâncias, concomitantemente gestora e trabalhadora central da unidade familiar.

Assim o faz notar Alice Geraldès (1979: 60), no seu estudo sobre as comunidades femininas de Castro Laboreiro e do Soajo:

... mais do que o homem, a quem ninguém nega o estoicismo da aventura, foi a mulher a grande sacrificada da emigração, tanto pelo que dela se exigiu de renúncia a uma vida

⁴⁰ Relativamente ao papel laboral da mulher *vd.* excertos 18 a 20 do *Anexo 10*.

afectiva e sexual regular, como pelo agravamento da sua condição de trabalhadora escravizada à terra.

A mulher participou de forma plena nos deveres da unidade social em que se inseria, na casa e na comunidade, obtendo o controlo da atividade produtiva por excelência, a agricultura de subsistência, tendo, antes dos rendimentos da emigração se concretizarem, garantido o sustento da família e a preservação do que a si e aos seus dizia respeito. Esse papel de gestão e de salvaguarda é referido constantemente nas narrativas dos informantes e evidencia-se num tom de agradecimento, por parte dos homens, e de orgulhosa superação, por parte das mulheres:

... é assim, os maridos iam, emigravam, é verdade, mas também há que ver que eles nos primeiros tempos não mandavam dinheiro, porque enquanto chegavam lá, arranjavam trabalho, se adaptavam, não havia dinheiro para mandar para as mulheres. As mulheres foram fortes, porque conseguiram sobreviver mesmo os maridos estando longe; elas foram *mai* [mãe], pai e tudo ao mesmo tempo e conseguiram!

Elas trocavam, elas vendiam uns ovos ou qualquer coisa, mas elas conseguiram criar os filhos sem a ajuda dos maridos. (Ana, Castro Laboreiro)

... ficavam a tomar conta da vida aqui, ficavam. Claro que as mulheres também sofriam, porque ficava o trabalho todo por conta delas, a criar os filhos ao mesmo tempo e tudo, claro que isso não era fácil também. Eu mandava o dinheiro para a minha mulher, ela é que o guardava, metia-o no banco, ou em obras. As mulheres eram poupadinhas, que não queriam gastar dinheiro. (António, Parada do Monte)⁴¹

A capacidade diretiva da mulher, tanto na manutenção da casa, como na resolução de problemas, é constantemente reforçada. É esta a maior marca da superação da figura feminina, e as melgacenses reforçam este salto qualitativo quanto à sua posição na comunidade; mesmo aquando do regresso do marido, a sua importância no plano da gestão é tida em conta por parte do cônjuge, até nas mais simples tarefas agrícolas, como é possível compreender na narrativa seguidamente transcrita:

Havia muito respeito entre os dois, Deus me livre! Não, e dinheiro igual! Vinha às vezes e eu assim: “ó Abílio! – chamava-lhe Abílio – ó Abílio, quando *imos* sulfatar?” e ele “tu é que sabes”, “então, *home*, o sulfato é comigo? Tu é que sulfatas, tu é que...”, “ah, isso é

⁴¹ Relativamente ao papel da mulher de emigrante *vd.* excertos 13 a 17 do Anexo 10.

contigo”. Como eu ficara a tomar conta, era eu quem punha e dispunha, era. (Margarida, Chaviães)

À mulher ficou também entregue a educação dos filhos, conforme os costumes, os valores e as práticas da comunidade em que se inseria. Era durante o período de ausência dos pais que os filhos criavam vínculos de dependência muito fortes para com a mãe, que acompanhava o seu crescimento e os orientava moral e espiritualmente durante esse caminho. Aliás, os próprios filhos, aquando da ausência dos pais, eram imprescindíveis no auxílio laboral às mães, ajudando a equilibrar a falta de mão-de-obra. Karin Wall (1982: 23), explicita que, apesar de sempre ter sido fundamental o trabalho infantil, esta importância é reforçada com a emigração dos homens, pois “enquanto a mulher assumia a responsabilidade do domínio agrícola e substituía o homem em certas tarefas, as crianças substituíam a mãe nas tarefas domésticas quotidianas e ajudavam nas actividades agrícolas”.

Além do referido, pode-se acrescentar que a emigração levou também a que a mulher sentisse uma maior responsabilidade e um maior respeito pela tradição e pela estabilidade da comunidade, desenvolvendo um sentimento de dever para com esta e para com o seu marido, para os quais devia ser exemplo de recato e fidelidade. Relativamente a este facto, ter-se-á de ressaltar a importância da mulher como transmissora dos valores da comunidade e como promotora do equilíbrio social. Assim o refere, em entrevista, o informante Álvaro Campelo:

A vida nunca foi fácil para estas mulheres, mas com a emigração, até ao momento em que viram os efeitos mais positivos da mesma, como foi o da abundância económica, redobrou o medo da solidão e dos azares da vida. Para os homens reservavam a surpresa de, ao virem de férias, verem como tinham sido honestas e produtivas (na vida familiar, sexual e económica) e como o mundo que tinham deixado permanecia seguro e acolhedor (e daí o preservarem as tradições).

Como se verifica nas suas palavras, não foi só a nível laboral e social que as mulheres mudaram. Com a saída dos homens, adensaram-se nas mulheres os sentimentos de respeito e dor pela ausência; sublinhados pelo uso simbólico da cor negra no vestuário, transformando-se estas mulheres em verdadeiras “viúvas dos vivos”⁴², “que cultivavam

⁴² Segundo Karin Wall (1982:10), a designação “viúvas dos vivos” também evocava a situação sofrida, de abandono, sendo muitas vezes as mulheres também conhecidas como as “abandonas” e “as que ficaram”.

a terra, criavam os filhos e esperavam pelo dia em que os maridos voltassem” (Brettell, 1991: 113). A cor negra, tão presente ainda hoje no vestuário das melgacenses, sobretudo nas de montanha, simbolizava o seu estado de espírito, angustiado pela ausência do marido e já tantas vezes pela ausência dos filhos.

A adesão ao luto, segundo Alice Gerald (1979: 42), era “entendida como um testemunho público do respeito que merecem os usos consagrados pela tradição e da disposição [da mulher] em aceitar os procedimentos da situação em que se encontra[va]”. Esta marca, além de ainda permanecer no vestuário, é uma cicatriz que está sobretudo presente no espírito das melgacenses:

Joaquina: os maridos emigravam e as mulheres ficavam de preto. Sempre de preto.

Fátima: nós, tudo *luito*, tudo *luito*. Posso dizer que nunca rompi uma roupa de cor, infelizmente.

Joaquina: Não se pode pensar, mas temos que ver que Deus colhe o melhor para eles, não é para nós. Nós, é para sofrer. (Joaquina e Fátima, Parada do Monte)⁴³

Durante esta fase que compreende o período da emigração, desenvolveu-se um conflito entre “o direito do homem a chefiar e o poder efectivo da mulher” (Cabral, 1989: 119), que conseguiu romper com alguns dos preconceitos inerentes à sua situação de subalternidade, nomeadamente no que à fragilidade e à dependência do marido diz respeito. Contudo, ainda está bem vivo na memória das informantes o período antecedente a esta fase, em que a mulher vivia condicionada, não só pelo jugo paterno⁴⁴ e marital, mas também pela comunidade em que estava inserida.

A mulher era considerada um ser frágil que devia ser protegido e orientado, quer fosse pelas pessoas mais velhas e mais consideradas da comunidade, quer pelos parentes mais próximos, como os pais ou irmãos mais velhos. Esta mentalidade levava a que a mulher vivesse constantemente condicionada no espaço e que a sua mobilidade fosse constantemente vigiada, por forma a que esta soubesse respeitar o lugar que lhe era atribuído:

Alguns foram os casos que foram relatados relativamente a situações menos felizes durante o percurso migratório, como situações de adultério, abandono do agregado familiar no país de origem e formação de uma segunda família no país de acolhimento. Relativamente a este assunto, *vd.* excertos 10 a 12 do *Anexo 10*.

⁴³ Relativamente a esta prática no vestuário *vd.* excerto 21 e 22 do *Anexo 10*.

⁴⁴ Relativamente ao controlo parental *vd.* excerto 9 do *Anexo 10*.

Nós íamos para o baile ou ia o pai ou a mãe connosco. Eu vou-lhe contar uma peripécia que se passou comigo. Eu já estava casada pelo civil e o que foi meu marido estava à porta de casa (...). O meu pai chamou para comer, eu não fui. Chamou a *sigunda* vez e eu não fui. Chamou a terceira vez e eu fui e, quando cheguei a casa, sabe o que ele me disse? *Para a próxima vez vou-te buscar com dois pontapés no cu*; e casei dali a quinze dias, ouviu? Quinze dias! (Manuela, Paderne)

Olhe, a primeira, ai daquela – mas também já não, vá – que alguém visse a dar um beijo a um rapaz, um beijo, Deus me livre!

À noite andávamos, andávamos, mas era com as nossas *mais* [mães] ou com a vizinhança a guardar-nos. Jesus! Quem falava em sozinhas! Deus me livre, ai! Eu tinha um irmão... e então ia ele, a minha mãe não ia, nem o meu pai, mas ia uma minha vizinha com a filha, comigo, com as outras raparigas e os outros rapazes por ali e o meu irmão como se fosse meu pai. Quem nos pusesse a unha, Deus te livre! Não, nem pensar!

O vestir honesto, pronto, vestíamos bem, mas honesto, Deus me livre! Quem falava em minissaia? Deus te livre! (Margarida, Chaviães)⁴⁵

Além da falta de liberdade de ação, as informantes também abordam com pesar a questão da falta de acesso à instrução. Já se referiu que, no passado, não era reconhecida à mulher a necessidade de formação, a não ser que a mesma dissesse respeito às questões tradicionais do lar e da educação familiar. Como tal, a mentalidade impunha que a mulher se resguardasse para essas funções, deixando para segundo plano a educação escolar, mesmo que isso viesse a pesar no seu futuro:

Estudei até ao segundo ano, mas depois era preciso sair para uma cidade, porque, a partir daí, não havia aqui mais escola e eu tinha que ir para Braga. Eu tinha o [meu] antigo professor, tinha lá uma colega a quem pedi para eu ir para a casa dela, estava tudo arranjado, mas o meu avô era muito meu amigo e não me queria ver ir, não me queria deixar ir e, ao mesmo tempo, as pessoas antigas tinham muitos preconceitos e achavam que uma rapariga com doze anos, indo para uma cidade sozinha, sem família, que ia correr perigo e, portanto, o meu avô disse para não me deixar ir. No caso do meu pai me deixar ir, ele que se zangava para ele e nunca mais lhe falava e o meu pai não me deixou ir. Eu fiquei *sin* um curso, por causa das ideias do meu avô. (Matilde, Paderne)

⁴⁵ Relativamente às restrições sociais impostas à mulher, *vd.* excertos 1 a 4 do *Anexo 10*.

Além da educação, também o casamento foi uma das temáticas mais referidas pelos informantes, nomeadamente a questão da escolha do cônjuge e da subalternidade da mulher enquanto esposa. Neste contexto, a boa prática de então ainda levou a que muitas mulheres se vissem casadas com homens com os quais não tinham nenhum tipo de relação afetiva antes do casamento; a escolha conjugal baseava-se num acordo entre parentes, o qual a mulher devia cumprir sem restrições, em nome da respeitabilidade do pacto estabelecido. Além do exposto, e no que concerne à posição subalterna da esposa em relação ao marido, esta também foi uma realidade cruamente referida durante as narrativas e é um facto que ainda hoje pesa na memória tanto dos homens, como das mulheres entrevistadas. Ambas as perspetivas são passíveis de compreensão nos relatos seguidamente transcritos:

... o meu marido era como um pai, era mais velho que eu quatorze anos, é um pai que eu nunca tive. Eu casei-me sem gostar do meu marido, quem me fez o casamento foi o meu pai e a minha mãe, não fui eu, eu não o queria, pronto, não gostava dele e ele gostava de mim (...). (Carmo, Roussas)

...eu nunca tornei a minha mulher o caixote do lixo. Olhe uma coisa, eu quando me casei, fui para onde os meus sogros. A minha sogra de manhã punha-se a pé ia arranjar as vaquinhas, tinha as vaquinhas, tínhamos as vacas debaixo do posto da Guarda Fiscal, que o posto era nosso, era deles, dos meus sogros.

A minha sogra vinha para casa *assuadinha*, a transpirar, fazer de comer, uma hora ou meio dia comia-se, o meu sogro ia descansar, ela ia ainda arrumar a mesinha, às duas ou três horas lá ia para o campo com ele. A mulher era o caixote do lixo, está a perceber? Antigamente, a mulher era o caixote! (Fernando, Cristóval)⁴⁶

Apesar de tudo o que fica dito, é importante atentar num outro aspeto importante e que se refere à incorporação dos valores e normas vigentes por parte também das mulheres. Apesar de parecer paradoxal, a mulher melgacense também reflete uma certa adesão aos valores e às normas considerados anteriormente, sobretudo no que se refere à educação das filhas. Apesar de assumirem que se tratava de uma prática retrógrada e atualmente sem sentido, estabeleciam-na como conduta correta, em prol do bem-comum:

A minha filha ainda hoje me diz, andava para casar e precisou de ir a Monção com o noivo, ele tinha carro, fomos de carro com ele, mas foi um filho meu, o irmão, acompanhá-la, que

⁴⁶ Relativamente à superioridade masculina na vida conjugal *vd.* excertos 5 a 8 do *Anexo 10*.

eu não a deixei ir sozinha com o namorado e estava para casar. Veja bem como era. Mesmo assim, a minha filha nesta altura tem sessenta e sete anos. Portanto, são uns cinquenta anos. (Matilde, Paderne)

Ainda neste contexto de incorporação, é importante referir que ainda se vislumbra nos discursos das melgacenses uma certa admissão da dependência da mulher face ao marido, sobretudo da dependência económica. Sabe-se que essa havia sido uma marca do passado, principalmente aquando da emigração, em que as mulheres dependiam economicamente das remessas enviadas pelos maridos emigrados e que se foi mantendo em certa medida ao longo dos tempos. Atualmente, com a entrada da mulher na esfera pública e no mundo do trabalho em igualdade de circunstâncias com o homem, esse panorama acabou por se alterar, tendo ganho a mulher a autonomia económica que no passado era do domínio masculino. Contudo, no imaginário de algumas melgacenses essa mudança acabou, em certa medida, por alterar a tradicional ordem das coisas e por desvirtuar a relação conjugal:

É a mulher ganhar tanto como o homem ou mais. Já não se sujeita, porque haverá de tudo, não é? “eu ganho como a ti, não preciso do teu dinheiro”. Dantes, estávamos à espera que os *homes* nos dessem dinheiro para comprar as sardinhas! (Joaquina, Parada do Monte)

O *home* trabalhava, ia ao jornal, a mulher estava sempre na casa. Agora, a mulher quer viver como o homem e é por isso que há divórcios e não ganham a amizade que ganham, porque também *nim* criam os filhos (...). (Paula, Prado)

Apesar do que fica dito, o que mais importa destacar relativamente às mulheres melgacenses é a sua capacidade de resistência e superação. A naturalidade com que incorporam ainda hoje as normas e valores do passado, não significa que não se adaptem à realidade atual, mas decorre do facto de grande parte do seu percurso até à idade adulta ter sido condicionado pelas normas de comunidade tradicional, acabando por incorporar e fazer valer os valores com os quais aprenderam toda a vida a conviver.

Ainda assim, e é este aspeto que vale a pena reforçar, ninguém nega a preponderância da mulher melgacense, enquanto trave mestra da família e promotora da evolução social de Melgaço⁴⁷. De personalidade forte e orgulhosa, as informantes acabaram por, nas suas narrativas, equilibrar as conquistas e as amarguras; em cada

⁴⁷ Relativamente à importância da mulher melgacense, *vd.* excerto 23 do *Anexo 10*.

queda, arranjam sempre uma lição de vida, reforçam que nunca desistiram e afirmam que “a vida é uma história” (Fernanda, Castro Laboreiro) e que, por detrás de cada história, há o retrato global de uma sociedade e das suas gentes.

5.3.2. A literatura popular e a figura feminina no imaginário melgacense

Além das histórias que envolvem a figura feminina, é importante atentar nas estórias que a incorporam e que preenchem um lugar particular no imaginário dos habitantes de Melgaço. O mundo do imaginário, apesar de construído e inspirado muitas vezes no mundo do fantástico, revela um especial fundo prático e permite aos melgacenses dar significado às práticas e expressar a sua visão do mundo. Assim, as narrativas são “uma espécie de código interpretativo da realidade social” (Geraldes, 1978: 43), uma criação cultural que permite alargar o olhar para lá do plano do discurso. A riqueza da oralidade e a capacidade inventiva levou-os a projetar a mulher também no seu imaginário, tendo em conta as mais diversas situações: umas vezes a mulher, surpreendentemente, assume uma função de domínio sobre o homem e sai fora do espaço real de submissão, outras era compreendida na sua posição real de sujeição e sofrimento, e ainda outras vezes, acabava por se reforçar o seu papel enquanto gestora e empreendedora, verificando-se, também no domínio da criação imaginária, uma multiplicidade de olhares sobre a sua posição social.

O mais interessante é que esta associação é inconsciente e não intencional, detentora de uma profunda riqueza simbólica. Já Jorge Dias (2004: 24) refletia sobre a capacidade inventiva do povo português, referindo-se a este como um “misto de sonhador e homem de acção, ou melhor, um sonhador activo, a que não falta um certo fundo prático e realista”, sendo que a sua atividade “não tem raízes na vontade fria, mas alimenta-se da imaginação, do sonho, porque o português é mais idealista, emotivo e imaginativo do que homem de reflexão”. No caso específico de Melgaço, o isolamento e o forte sentido de comunidade fizeram com que os melgacenses estabelecessem uma linha ténue entre a vida real e a realidade imaginada. Isto é muito notório nas narrativas orais referentes à mulher, como se pode verificar naquela que é seguidamente transcrita:

Bem, eu tinha uma tia na Ameijoeira e *depois* a tia estava casada e ia com a rês, ia com as *bacas* lá para cima.

Então, saiu-lhe uma rapariga, falou com ela e disse-lhe se lhe fazia um favor e a minha tia disse-lhe que *si*, que fazia, *adepois* foi e disse-lhe então o que era e *dissu-lhe* assim: “tem que me trazer o leite de uma cabra negra nove manhãs e deixa-me ali em tal sítio”, lá lhe ensinou onde havia de pôr a *vasilhinha* com o leite. Ela *dissu-lhe* que sim..., “mas você tem que sair do eido e que ninguém dê conta, tem que sair que ninguém a veja. Pronto, olhe, *despois* você fica milionária, não precisa de trabalhar mais!”.

A mulher, pronto, lá cumpriu, saía de noite, ia mugir as cabras, saía de noite até lá cima onde ela marcara para pôr. [A moura disse-lhe] “eu hei de ir na fulgura de uma cobra, faço muito ruído, mas você não me tenha medo, que eu não lhe faço mal, você depois deixa aqui a *vasilhinha* e você vai-se embora”.

Pronto, assim foi, mas a minha tia como tinha um marido que era muito desconfiado, dizia assim: “então, a minha mulher porque sai assim tão cedo todas as manhãs?” – cuidava que tinha algum amante – “assim tão cedo? Eu tenho que saber para onde é que ela vai!”

Até que, a última manhã, foi atrás dela, foi atrás dela e viu para onde ia, viu o que fazia claro. Pronto, estragou-lhe o negócio, a rapariga saiu e disse-lhe assim: “você foi a minha *desgracia*, que me dobrou o meu encanto, foi a minha *desgracia* e a sua, você dobrou-me o meu encanto”.

Pronto, acabou, lá vai, o *home* desgraçou tudo à rapariga, que se lhe dobrou o encanto e à mulher, que não ganhou a riqueza. (Fernanda, Castro Laboreiro)

A mulher e a moura encantada referidas na narrativa representam, simbolicamente, a força do poder feminino: uma, é detentora de grandes riquezas, a outra é corajosa no empreendimento em que se lança para melhorar a sua condição de vida. Neste sentido, ainda que a estória se baseie em factos lendários, pode-se estabelecer quase de imediato uma analogia com a mulher rural minhota, que foi assumindo um importante papel de gestão das riquezas e do património familiar e, também, uma importante capacidade de resistência e de perseverança, fundamental para a afirmação da sua posição no seio da comunidade.

Além da narrativa referida anteriormente encontram-se, entre os discursos dos informantes, outras de maior fundo prático, transmitidas num tom anedótico e jocoso, que permitem compreender outras realidades que envolvem a figura feminina: uma, refere-se ao poder de sedução da mulher sobre o homem e outra, paradoxalmente, relaciona-se com o tradicional poder masculino sobre a figura feminina. A particularidade destas narrativas está nos seus transmissores – ambas foram transmitidas por mulheres, o que denota uma certa incorporação da sua dupla posição relativamente ao homem: uma posição de superioridade e outra de demarcada inferioridade, tendo-as aceite como realidade observada e vivida:

Era uma rapariga que namorava e o rapaz levava duas malas grandes e chegava lá à namorada e a *mai* dizia: «olha, este rapaz traz muito dinheiro, este é rico!», mas ele namorava com ela e não se mexia nada.

Chegava ao outro domingo, pousava as duas malas e dizia-lhe ela [a mãe] *assi*: «ó Maria, não te fez nada?»

[Maria] «Não, sentou-se à minha beira e não faz nada.»

Chegou o terceiro domingo e diz-lhe [a mãe] *assi*: «olhe lá, você já *beu* três domingos para a minha filha e não faz nada para ir com ela. O primeiro domingo apalpa-se os peitos, o segundo beija-se, depois apalpa-se as mamas e depois já se vai com ela para a cama.»

Diz ele: «Eu só não fiz nada, podemos fazer nesta noite.»

[Mãe]: «Já pode ir com a filha para a cama!»

Ela foi para a cama, a *mai* foi lá à mala, abriu-lhe as malas e bateu à porta do quarto: «ó Maria, são latas, latões!»

[Maria] «Ó minha *mai*, já está enterrado até aos colhões!» (Paula, Prado)

Estavam duas senhoras a falar uma com a outra e a Maria dizia para a Rosa:

– Ai, o meu marido quando bebe bebidas alcoólicas diz-me cada disparate!

Diz a outra:

– Pois o meu é o contrário, ataca-lhe a mão direita e dá-me cada bofetada! (Joaquina, Parada do Monte)

A mulher aparece, ao mesmo tempo, como transmissora e personagem principal destas narrativas. Este facto é importante, porque permite compreender estas criações culturais como resposta e síntese à realidade vivida por estas mulheres, que transpõem para o imaginário os seus sentimentos e a sua visão do mundo.

A mulher sempre foi a grande transmissora dos valores e crenças da comunidade em que se inseria, assumindo o compromisso de manutenção da ordem tradicional e isso passava também pela transmissão às gerações mais novas das narrativas orais criadas e difundidas pela comunidade e que ainda permanecem vivas no imaginário dos melgacenses.

Capítulo 6 - A fronteira enquanto espaço de partilha linguística

Eu falo sempre igual, eu não modernizo, eu falo sempre à galego, à espanhol.

(Fernando, Cristóval)

*... vocês têm um sotaque, que é uma diferença,
mas nós temos mais um dialeto, porque nós,
como sabe, noutros tempos éramos galegos,
nós pertencíamos ao Condado da Galícia
e é daí donde vem a nossa diferença de falar,
é nisso e não devemos temer de o dizer,
nem nos sentirmos diminuídos por isso.*

(António, Paderne)

Na presente secção do trabalho de investigação, torna-se fundamental atentar num aspeto particularmente relevante no que concerne à *fronteira* enquanto espaço de partilha. Já se aludiu a esta perspetiva aquando da abordagem dos fenómenos da emigração e do contrabando, atividades que pressupunham, como se verificou, uma constante cooperação e dinâmica entre comunidades fronteiriças. Além dos aspetos referidos, um outro aspeto se evidencia como particularmente significativo: o da fronteira enquanto espaço de partilha linguística. A língua é, por excelência, um elemento definidor do espaço social, um elemento identitário fundamental para a compreensão das dinâmicas de comunidade.

Torna-se relevante para o estudo em desenvolvimento compreender, além dos usos sociais e do valor simbólico da língua, as suas componentes mais pragmáticas e mecânicas, como sejam as suas especificidades fonéticas, fonológicas, morfológicas e lexicais, pois é a combinação destas vertentes que permite conhecer de forma completa a comunidade em análise.

Neste sentido, é primeiramente importante atentar em dois conceitos fundamentais que envolvem a história da língua: o conceito de variação e o conceito de mudança. A língua não é um instrumento estanque e imutável, mas dinâmico e suscetível a mudanças e a transformações ao longo dos tempos, consoante o espaço e a comunidade em que é falada. Seguindo a linha de pensamento de Ivo Castro (2004: 7), é importante ter em consideração no estudo da língua três tipos de variação: a variação diastrática ou social (a língua vai sendo incorporada na, e incorpora as características e sistemas da comunidade em que é falada), a variação diatópica ou geográfica (a língua vai sofrendo

alterações consoante o espaço geográfico em que é falada) e a variação diacrónica ou cronológica (a língua vai acompanhando o devir histórico, sofrendo mutações ao longo dos tempos).

Num primeiro momento, torna-se relevante atentar na variação cronológica da língua, tendo em conta uma perspetiva mais histórico-evolucionista, pois será à luz destas considerações que se realizará a análise das especificidades linguísticas da comunidade raiana de Melgaço.

6.1. A evolução da língua – perspetiva histórica

A língua portuguesa não se desenvolveu de forma simultânea e homogénea em todo o território que hoje habita, mas foi o resultado de longos períodos de transformação e consolidação, cujo berço foi a zona noroeste da Península Ibérica, nomeadamente a Galécia Magna, composta pela zona norte de Portugal, Galiza e a parte ocidental das Astúrias (Castro, 2004). Esta, a par de línguas como o castelhano, o francês, o romeno, o leonês e o mirandês, o catalão ou o italiano surge do latim vulgar que foi introduzido na Península Ibérica no século III a.C., um latim vivo que se ramificou em várias línguas das diversas regiões do Império, pertencendo, juntamente com as restantes línguas referidas, ao grupo das línguas românicas.

Durante os primeiros séculos de disseminação e evolução do latim para os falares românicos existia uma proximidade entre os falares ibéricos ocidentais (lugar de proveniência do galego-português) e os falares do centro da Península Ibérica (lugar de proveniência do castelhano e do leonês). Contudo, esta proximidade viria a transfigurar-se com a criação de fronteiras linguísticas que, segundo Paul Teyssier (1994: 11), se começam a evidenciar desde os séculos V, VI e VII. O autor aponta para esta separação três importantes mudanças fonéticas: a evolução de *cl*, no galego-português para [tʃ] e em castelhano para a lateral palatal [ʎ]; a evolução de *-ct-*, que em galego-português passará a *-yt-* e em castelhano evolui para a africada [tʃ] e, ainda, a ditongação das vogais [e] e [o] do latim clássico, evolução fonética que ocorre em castelhano, mas que em galego-português não ocorrerá. Teyssier também refere a síncope das consoantes nasal alveodental [n] e lateral, [l], no galego-português, contrariamente à sua manutenção no

castelhano. É tendo em conta estas evidências que, segundo Teyssier, se começam a distanciar os caminhos entre aquele que seria o galego-português e o castelhano.

O galego-português – língua que começou a falar-se durante a Idade Média no Noroeste de Portugal e na Galiza – é considerado o primeiro período da história da língua portuguesa, que se foi desenvolvendo no intervalo de tempo que medeia entre os séculos VIII a XIV. Este é, também, um período em que se verificam alterações fonéticas significativas que acabaram por criar uma distância ainda maior entre o então galego-português e o castelhano. Entre as alterações fonéticas mais significativas, pode-se evidenciar a palatalização dos grupos consonânticos *pl-*, *cl-*, *fl-* para a africada [tʃ] que, no castelhano, evolui para a lateral palatal [ʎ] (*plorare* > (port.) **chorar** / (cast.) **lhorar**; *clave* > (port.) **chave** / (cast.) **lhave**; *flamma* > (port.) **chama** / (cast.) **lhama**); a síncope da lateral intervocálica [l], no século X, que se verificou apenas em galego-português, enquanto o castelhano manteve essa consoante, como em *palumba* > *paomba* > *poomba* > *pomba* (port.) / *paloma* (cast.) e, também, a síncope da nasal alveodental intervocálica (-n-) que, segundo Teyssier (1994), ocorreu no século XI e se prolongou pelo século XII; a oclusiva nasal alveodental sincopa após ter nasalizado a vogal que a precedia, fenómeno que acabou também por ser exclusivo do galego-português, como em *manu* > *mão* (port.) / *mano* (cast.).

As duas últimas alterações fonéticas supracitadas foram também referidas por Ivo Castro (2004: 13) como importantes elementos diferenciadores que distanciam as duas línguas ibéricas (o galego-português e o castelhano), tendo havido neste aspeto inovação do galego-português com respeito ao latim e ao castelhano. Contudo, o autor também evidencia certos traços conservadores do português relativamente ao castelhano, como a manutenção das vogais tónicas que acabaram por sofrer em castelhano uma ditongação – port. *terra* / cast. *tierra* e a manutenção do f- inicial latino (**fazer** / **hacer**).

E não só ao nível fonético se verificaram alterações significativas, mas também ao nível morfológico e sintático. As declinações nominais e adjetivais do latim acabam por se reduzir e perder (o caso acusativo foi geralmente o mais resistente e o que deu origem à grande maioria das formas do galego-português), o mesmo acontecendo com algumas peculiaridades das formas verbais. Além disto, os pronomes demonstrativos do latim na sua forma do acusativo *illum*, *illam*, *illos*, *illas*, que originam de início *lo*, *la*, *los*, *las* sofrem uma aférese (supressão de som em início de palavra) da lateral, em posição proclítica, originando-se as formas atuais do pronome e artigo definido *o*, *a*, *os*, *as* (Teyssier, 1994: 16 e 17).

Além da diferenciação do caminho da língua portuguesa e do castelhano, começou-se a verificar a fragmentação do caminho, então conjunto, do português e do galego. Para tal contribuíram fatores de ordem histórica relevantes, como a Batalha de S. Mamede, em 1128, e a Reconquista. Com esta, Portugal acabava por se separar da Galiza e o território começava a estender-se para Sul, anexando-se-lhe a parte meridional do país. O galego-português, então só falado a Norte, estende-se para o centro e sul, dominado pelas influências moçárabes. Verificou-se, nesse período, a deslocação do poder do reino para o centro do país, o que fez com que, a partir do século XII, os falares dessa região ganhassem ascendente sobre os falares do Norte, originando-se inovações que acabariam por permanecer até aos dias de hoje. As fronteiras políticas que, no século XII, começavam a distanciar o território português do espanhol, revelaram-se definitivas e marcaram, também, uma certa rutura linguística entre os dois lados da extensa área composta pela Península Ibérica.

Apesar dos diferentes caminhos que o galego, o português e também o castelhano foram tomando ao longo dos tempos, especialmente após os séculos XIV e XV, no que concerne às primeiras duas línguas faladas, é inegável a proveniência comum (o galego-português medieval) e a consequente influência linguística, propiciada por séculos de convivência, sobretudo durante o período medieval (séculos XIII e XIV). A existência, até então, de uma comunidade linguística comum, ou, dito de outro modo, de um *continuum* linguístico, deixou marcas indeléveis na língua, sobretudo nos falares do Norte setentrional mais conservador, onde se insere Melgaço. Será tendo em conta esta relevante proximidade linguística, marcante no passado e ainda visível no presente, que se analisarão as especificidades linguísticas da comunidade melgacense.

6.2. As especificidades linguísticas da comunidade melgacense

Melgaço caracteriza-se por ser uma zona limítrofe, e esse caráter limiar acabou também por influenciar a linguagem utilizada por esta comunidade raiana. Localizando-se na zona mais setentrional do país, cujos vínculos com a vizinha Galiza são inegáveis, Melgaço aprendeu a ver-se como uma comunidade aberta e próxima, o mesmo acontecendo relativamente à língua. O constante movimento pela fronteira, tanto em virtude das migrações sazonais e das atividades (clandestinas) do contrabando e da emigração como também numa vertente mais festiva e cultural, através das romarias e

das festas populares acabou, de certa forma, por inculcar nos habitantes desta zona raiana um sentido de “dupla pertença”, mesmo em relação à língua. A língua tornou-se, também ela, um elemento de partilha, de troca e um fator de proximidade entre os dois lados da raia, e os informantes reconhecem-no como um importante instrumento definidor da sua identidade, como é possível verificar nos relatos seguidamente transcritos:

A questão da língua é fundamental, porque realmente existem características únicas neste território, únicas em relação à língua. Eu apanhei esse choque quando cá cheguei há vinte e seis anos. Algum léxico que se usa que, claramente, tem a marca da vizinha Galiza e o facto de estarmos aqui próximos, isso está disseminado pela população na sua totalidade.

Essas características do linguajar, essas particularidades de algumas formas verbais, que não se usam em mais nenhum ponto do país, de algum léxico, que tem a marca de ligação com a vizinha Espanha, são coisas muito interessantes. (M. Pombal)

No caso de Melgaço, nós estamos rodeados por sete municípios espanhóis e por dois portugueses, veja com quem é que nós temos relação. Essa relação não a podemos negar de maneira nenhuma, também é isso que nos torna diferentes. (A. Esteves)

Eu tenho uma filha, que já está reformada e faz voluntariado no IPO do Porto. Então, ela conhece a gente de Melgaço pela fala e, às vezes, chega-se às pessoas e diz-lhes assim: *o senhor é de Melgaço, não é?* E respondem-lhe: *como é que nos conheceu?* E ela responde: *olhe, é pela fala, porque eu também sou de lá.* É pela fala que ela distingue, que ainda hoje nos distinguimos. (Matilde, Paderne)⁴⁸

De facto, é inegável a existência de particularidades linguísticas na comunidade melgacense, particularidades que se interligam sobretudo com os falares da vizinha Galiza. Esta partilha, como se verá seguidamente, espraia-se por dimensões tão importantes da língua, como é o caso das fonéticas e/ou fonológicas, morfológicas e, também, lexicais. Ainda que não se possa falar de uma situação de bilinguismo, característica do passado, pode-se compreender uma situação de mistura e contaminação linguística que, ainda hoje, é inegável para estes habitantes da raia. Neste aspeto, convém reforçar um facto particularmente interessante, também já no passado observado por

⁴⁸ O reconhecimento das particularidades linguísticas da comunidade melgacense está disseminado na totalidade dos relatos dos informantes, como é possível verificar nos excertos 1 a 10 do *Anexo 13*.

estudiosos como José Leite de Vasconcelos⁴⁹, e que se refere a alguma heterogeneidade linguística dentro do concelho de Melgaço, mais especificamente certa diferença linguística entre as zonas de Montanha e as zonas da Ribeira.

As primeiras, por se terem conservado ao longo do tempo num isolamento considerável relativamente aos grandes centros de poder, e por terem vivido sempre mais próximas da vizinha Galiza do que propriamente da vila e das freguesias da Ribeira, propiciaram o desenvolvimento de uma particular forma de falar. Aliás, em tempos, considerava-se existir em Castro Laboreiro o chamado *dialecto castrejo*, uma fala arcaica da qual ainda hoje se notam vestígios. Esta é, ainda hoje, preservada pelos montanhese, que a reconhecem orgulhosamente como uma particularidade distintiva:

...nós não falámos aquelas palavras lindas, mas eu isso pouco me interessa, porque eu estou a fazer um esforço para falar assim contigo, porque eu gosto de falar o meu *crastejo*. Eu, para ser simpática contigo, estou a meter palavras assim, sabes, porque estas palavras caras, eu sou sincera, eu sei falar como qualquer pessoa normal, mas detesto falar assim, pronto. (Ana, Castro Laboreiro).

As segundas, por serem mais dispersas e por estarem próximas dos grandes centros de ação, não conservam de forma tão evidente estas peculiaridades e reconhecem uma certa distância linguística relativamente às zonas de montanha:

- Na Ribeira, a gente tem outra maneira de falar.
 - As pessoas de Castro são diferentes das daqui, não são?
 - É, na vestimenta e na fala. Na cidade, diziam que a gente era galega, que era espanhola, vá.
- (Maria & Henrique, Parada do Monte)

Castro Laboreiro, que conviveu mais com a Espanha de que com Melgaço [vila], resulta que, o contacto era assim e o taco, a maneira de falar era mais galega. (António, Paderne)

⁴⁹ Vários são os trabalhos do autor relativamente à linguagem de Melgaço, entre os quais se podem apontar os seguintes: *Uma Excursão a Castro Laboreiro* (1916) ou *Dialecto Interamnense* (1928), no qual o autor descreve, entre outras linguagens, a linguagem popular de Melgaço na sua morfologia, na sua sintaxe e na sua evolução fonética.

Ainda assim, entrevêm-se nos relatos dos informantes, particularidades comuns ao Monte e à Ribeira, que estes definem como sendo de um “falar raiano”, em que se misturam formas conservadoras do português arcaico, típicas da língua arcaica, com formas galegas e, por vezes, castelhanas. Algumas destas particularidades foram claramente expressas por duas informantes, o que reforça a ideia da nítida consciência entre os habitantes de Melgaço da sua especificidade e heterogeneidade linguística:

É, o falar aqui de nós é raiano. *Si, si* e, olhe, como pode ser? A freguesia que pega mesmo com a Espanha fala o *si*, outra freguesia, que chamam S. Gregório, outra para cá, que chamam Paços, pior do que nós. Nós, aqui, falamos pior que os de S. Gregório, que estão mesmo *arraianos*, já viu?

Se dissesse «chão», uma hipótese, se calhar dizemos o *chã*... a chuva, nós, se calhar, dizemos *tchuba*. Um avental, chamámos avental, já aqui em Paços, em vez de dizerem avental, dizem o *mandil*. *Si*, veja lá. Nós dizíamos “o casaco”, eles dizem “a *chaqueta*”. Viu? E aqui pegados connosco!

Nós aqui, agora não, mas dizíamos um *fecho* e, se fosse ali em Paços, diziam o *pecho* – *correste lo pecho? Corrim, corrim*. Em vez de corri, *corrim*. Vê? Eles, ali, em vez de dizerem *virastes a bica?*, diziam *guiaches a bica?* Era *assi* muitas coisas. (Margarida, Chaviães)

... quando eu tinha a minha loja, houve muita gente de Castro Laboreiro que veio morar para cá para baixo, para a Ribeira. Então, eu tinha perto de mim uma senhora, que era lá de Castro Laboreiro, ... vinha à minha loja e ainda falava muito espanhol. Por exemplo, queria pano para um avental, queria pano para um *mandil*; queria uma colher, era uma *pila*. Falavam muito espanhol, porque conviviam muito com espanhóis. (Matilde, Paderne)

Na impossibilidade, por questões de tempo, de analisar em profundidade todas as questões linguísticas observadas no terreno, desenvolver-se-á seguidamente uma análise linguística de carácter exploratório e descritivo dos fenómenos linguísticos observados. Esta opção metodológica, apesar de não ser a mais frutífera em termos de análise de conteúdo linguístico, torna-se a mais razoável, tendo em conta as limitações referidas. A análise linguística distribuir-se-á, como se tem vindo a referir, por três âmbitos específicos: a fonética e a fonologia, a morfologia e o léxico.

Para a análise etimológica – detalhada quanto possível – dos aspetos linguísticos que seguidamente se descrevem recorri aos dicionários de José Pedro Machado – *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados* (1967) e *Dicionário onomástico e*

etimológico da língua portuguesa (1984) –, bem como ao de Joan Corominas e José A. Pascual – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico* (1980, 1981, 1983). Socorri-me igualmente, sempre que necessário, da gramática histórica de E. B. Williams (1991) e do trabalho de historiadores e filólogos como José Leite de Vasconcelos (1916, 1928) ou Paul Teyssier (1994), evocando naturalmente, durante a análise, étimos e mudanças linguísticas por eles já indicados ou estudados.

6.2.1. Particularidades fonéticas e fonológicas

Um dos âmbitos mais relevantes a ter em consideração é o que se refere aos aspetos fonéticos e/ou fonológicos que caracterizam a zona raiana em estudo. Estas particularidades são das mais consideradas por autores como José Leite de Vasconcelos, Manuel de Paiva Boléo e, também, Luís Filipe Lindley Cintra, que, em diferentes temporalidades históricas, tentaram definir as zonas dialetais portuguesas. Ainda que a definição dos limites dialetais do território português varie entre os autores considerados, é possível compreender, através dos seus estudos, a transversalidade na definição de duas grandes zonas dialetais: a zona norte, correspondente aos dialetos setentrionais (onde se insere a zona em estudo) e a zona centro e sul, correspondente à zona dos dialetos centro-meridionais. Lindley Cintra (1995: 140 e 141) ainda define mais uma grande zona dialetal, a que compreende os dialetos galegos, dividindo a área linguística galego-portuguesa em três grandes zonas dialetais.

Uma das formas de divisão do território português ao nível linguístico é realizada através do traçado de isófonas, de fronteiras linguísticas que separam “duas regiões em que comportamentos fonológicos diversos podem ser observados” (Castro, 2004: 26). Lindley Cintra (1995: 117), na sua “Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses”, estabelece alguns traços fonéticos distintivos que, segundo ele, distinguem um falante português do Sul de um falante português do Norte. Alguns dos traços distintivos referidos pelo autor, são observáveis também na comunidade em estudo, podendo destacar-se os seguidamente apresentados.

A inexistência de oposição fonológica entre os fonemas [v] e [b], característica dos falares setentrionais, onde se verifica, em termos mais rigorosos, o desvanecimento da distinção entre a fricativa labiodental sonora /v/ e a oclusiva bilabial sonora /b/ que, no Norte, pode oscilar entre [b] bilabial e fricativa bilabial [β], enquanto no Sul se mantém

a distinção entre a bilabial e a fricativa ([b] ≠ [v]). Nas entrevistas, várias são as evidências a este respeito, nomeadamente em algumas formas verbais, como **vim** (do lat. *veni*), pronunciado **bim** (“eu estou a dizer a verdade, porque sou filha de um Rei e o meu pai mandou-me matar e eu **bim** guardar patos” – Paula, Prado) ou **andava** (do lat. **ambulabat?* – origem controversa), pronunciado **andaba** (“fiquei sem a *mai* de seis aninhos... *despois bim* co’ meu pai, **andaba** a trabalhar por aqui” – Anabela, Castro Laboreiro).

Além de ser evidente em algumas formas verbais, também é bem visível na pronúncia de alguns substantivos, como no feminino **vaca** – **vacas**, pronunciado como **bacas** (“antes, a *lavoira* era com um sacho e com um arado, com as **bacas** e agora já é com tratores” – Adelaide, Castro Laboreiro) ou no masculino **tavão** – **tavões**, pronunciado como **tabão** – **tabões** (“...umas moscas grandes, que lhe chamávamos nós os **tabões** e, então, depois começavam a picar” – Margarida, Chaviães). Teyssier (1994: 47) aponta esta característica fonológica – a utilização permanente das oclusivas bilabiais (**b e β**) – como sendo idêntica à do espanhol.

Um segundo traço fonético distintivo enunciado por Lindley Cintra é a manutenção do ditongo [ow], que define como sendo característica dos falares setentrionais e também dos falares galegos. Enquanto nos falares centro-meridionais se observou uma monotongação do ditongo [ow] para [o], monotongação que, segundo Teyssier (1994: 52), se deu por volta do século XVII, no Norte essa monotongação não se verificou. Este caráter conservador do Norte é também reforçado por este mesmo autor, que define a manutenção de [ow] como um traço arcaico do português, a par da manutenção do ditongo [ej]⁵⁰.

Nos relatos dos informantes é visível esta manutenção do ditongo [ow], que vai oscilando com o ditongo [oj]. Uma das primeiras e mais interessantes marcas desta oscilação está presente no substantivo feminino **dobadoura** – **dobandoira** (com nasalização, por provável etimologia popular de *banda*), percecionado na transmissão de saberes orais; aqui, reforça-se a importância da língua também enquanto fonte de transmissão de tradições, como é visível na cantiga popular seguidamente transcrita:

⁵⁰ Relativamente à manutenção do ditongo [ej], é possível verificá-la, entre os relatos dos informantes, no substantivo feminino *passadeira*, onde está patente a conservação de um sufixo arcaico e popular: “Nós combinávamos os que queríamos ir e íamos à *passadeira* que havia aí em Couso e combinávamos com a *passadeira* e pronto, o nosso contrato era esse.” (Henrique, Parada do Monte).

De manhã cedo, pelo ser dia
 Na minha aldeia, todos dormiam
 Tudo dormia, só eu acordada
 E a **dobadoura** sempre dobava

Doba, **dobandoira**, doba
 Não enlices a meada
 O novelo é pequeno
 Tenho a minha mão cansada

Tenho minha mão cansada
 Tenho a minha presunção
 Doba, **dobandoira**, doba
 Dentro do meu coração

Tenho a minha mão cansada
 Tenho a minha presunção
 Doba, **dobandoira**, doba
 Dentro do meu coração.
 (Joaquina, Parada do Monte)

Além do exemplo referido, também é possível observar a oscilação [ow] / [oj] em **lavoura** – **lavoira** (“Tudo para a **lavoura**. O meu pai (Deus lhe fale na alma!), ainda ia para a Espanha, coitadinho!” – Margarida, Chaviães ≠ “a **lavoira** era com um sacho e com um arado, com as *bacas* e agora já é com tratores” – Adelaide, Castro Laboreiro) ou **ouro** – **oiro** (“eu só me queria casar para ter muito **oiro**, que os noivos davam muito **oiro** às noivas naquela altura” – Clara, Lamas de Mouro ≠ “não te dou a minha filha, *nim* por **ouro**, *nim* por prata, *nim* por sangue de lagarta, que me custou a criá-la” – Fátima, Parada do Monte). Edwin Williams (1991: 95), explicita do seguinte modo essa alternância generalizada, embora diferentemente marcada caso a caso:

...o desenvolvimento de *-oct-* em algumas regiões para *-oit-* e noutras para *-out-* seguido de influência interdialectal, talvez tenha sido a origem da confusão de *ou* e *oi* (...) como consequência dessa confusão precoce, o uso de *oi* divulgou-se no século XVI para palavras que tinham originalmente *ou* e o uso de *ou* divulgou-se para palavras que tinham originalmente *oi* não proveniente de *oc(t)*, com o resultado de que *ou* e *oi* se tornaram geralmente substituíveis entre si, embora *ou* seja mais literário e *oi* mais coloquial.

Um outro traço fonético distintivo que a meu ver se relaciona, em certa medida, com o anteriormente mencionado é a manutenção do u tónico do latim vulgar + semivogal [i̯ ou j] (Williams, 1991: 52). Esta particularidade é observada nos relatos dos informantes em substantivos femininos e masculinos como *fruíta* (*frūctum* > *fruíto* > *fruto*; *fructa* > *fruíta* > *fruta*⁵¹) e *luíto* (*lūctum* > *luíto* > *luto*), respetivamente (“eles ali deram-me, já me deram um biberão com leite, uma caixa de *fruíta* ... isto foi na fronteira de França” – Clara, Lamas e Mouro / “O marido foi para a França e ela não ficou de *luíto*” – Fátima, Parada do Monte). Este carácter arcaico típico do galego-português, ainda mantém vestígios na fala dos melgacenses, estabelecendo uma certa proximidade com as formas galegas *froita* e *loíto*. Além de se verificar nos substantivos referidos, o fenómeno também se regista na forma verbal *escuitar* (‘ouvir’, < *auscultare*), ocorrendo a semivocalização de [-l] antes de [t] (“Nós vimos pedir os reis, / nós vimos a cantar / vimos dar as boas festas, / a quem nos queira escuitar” – Adelaide, Castro Laboreiro).

A manutenção de semivogal palatal, partilhando o que ainda se conserva no castelhano, também se verifica nos substantivos *desgracia*, *Francia* e *sustância*⁵² (esta forma com a assimilação consonântica, típica do português arcaico e clássico, mas depois relatinizada).

Além dos traços fonéticos referidos, um outro que considero particularmente relevante em Melgaço é a constante ausência de nasalização em substantivos como *home* (por. homem, gal. *home*), *birge* (port. virgem, gal. *virxe*), *orde* (port. ordem, gal. *orde*), *nuve* (port. nuvem, gal. *nube*), *viage* (port. viagem, gal. *viaxe*), *mai* (port. mãe, gal. *nai*)⁵³,

⁵¹ José Leite de Vasconcelos (1928: 318), já alertara para este fenómeno fonético: “o grupo latino -VCT-, como é sabido, tornou-se *uit-* em português arcaico; hoje somente *-ut-*: *fructum* > *fruíto* > *fruto*. A linguagem de Melgaço mantém a fase arcaica *-uit-*: *fruíta*, *luíta*.”

⁵² Esta particularidade é perceptível nos seguintes exemplos:

“Depois, para me porem a mamar na minha *maizinha*, metiam-me pela *jinela*, olha que era *desgracia*” (Carmo, Roussas); “Viva lá o Senhor e a Senhora da *abonância*, / lhe traga o seu marido / daquela maldita *Francia*” (Clara, Lamas de Mouro); “Ai, o meu comer não presta para nada, não sabe, não tem *sustância*, não tem nada!” (Matilde, Paderne).

⁵³ Esta frequente não nasalização das vogais é verificada em muitos dos relatos, de que são exemplo os seguintes:

“Contava-nos que não andássemos de noite, que não podíamos andar de noite, que as noites eram para os *homes*, que não eram para as mulheres.” (Clara, Lamas de Mouro)

característica típica do galego e que em Melgaço ocorre frequentemente, não só nos substantivos, mas também em adjetivos como “bom” (do lat. *bonum*), que é constantemente pronunciado como *bô* (Williams, 1991: 49) – o tónico do lat. vulg. seguido de uma consoante nasal > [õ] ou [o], similar ao galego *bo* – e nos advérbios como “**mu**ito” (do lat. *multum*), sem nasalidade vocálica, alternando a sua utilização entre o galego “**mo**ito” e o castelhano “**mu**y”:

Andava **mu**ito [moito] a pé, que havia uma estrada só, unicamente havia esta nacional, para cima para os lugares, não havia estrada. (Emília, Castro Laboreiro)

Ela é **mu**i [muy] milagrosa, **mu**i [muy] milagrosa, é tudo o mais, mas da capela, não.
(Clara, Lamas de Mouro)

Outro fenómeno fonético que também é verificado durante o discurso dos informantes e que não é exclusivo destes, mas se estende a todo o falar minhoto (Silva, 1962), é a frequente paragoge vocálica, em certas formas verbais como *comprar(i)*, *montar(i)*, *buscar(i)*, *comer(i)* ou *fazer(i)*⁵⁴. Além do fenómeno referido, também dois outros caracterizam o falar das gentes do Minho, que é a prótese e a epêntese, que se verificam nas entrevistas em formas adverbiais como *despois*, *adespois* (formas antigas e populares, provenientes do lat. *de ex post*), *ademais* (com significado de “além disso”, similar ao galego «ademais» e ao castelhano «además») e em formas verbais como *alevantar*, *ajuntam*, *advertimo-nos* e *arrecebe-se*, ou em substantivos como *arraianos*⁵⁵.

Por fim, é relevante elencar algumas das variantes fonéticas recolhidas ao longo das entrevistas. Estas variantes estão presentes em alguns substantivos utilizados pelos

“Eu digo-lhe assim para a minha *mai*: «ai, Jesus, que eu não sei que *hai* aí fora!», a minha *mai* já tinha *ouvisto*, mas a mim... e diz assim minha *mai*: «não te assustes, que é uma vaquinha que anda por aí às soltas.” (Fernanda, Castro Laboreiro)

⁵⁴ O exemplo seguidamente transcrito é um dos contextos onde ocorre a paragoge vocálica referida: “mas, ó menina, o seu paizinho mandou-me levar-lhe o coração numa bandeja e como é que eu vou *fazeri*?” (Paula, Prado).

⁵⁵ De entre os contextos referidos, podem-se extrair os seguintes exemplos:

“Pronto, e a nossa vida continuou, *adespois*, eu tinha os meus avós...” (José, Paços); “A minha *mai* morreu de quarenta anos e ficamos nós pequeninhas. *Adespois*, fomos criadas com a avó.” (Clara, Lamas de Mouro); “...ainda para ter assistência médica e, *ademais*, a gente está a acabar, porque os novos vão para fora (...).” (Adelaide, Castro Laboreiro).

informantes, como *cã/ can/ cam* (do lat. *canem*)⁵⁶, *pã/ pan/ pam* (do lat. *panem*) e *fame* (do lat. *famem*), e em formas verbais como *van*, 3ª pessoa do plural do presente do indicativo *uadunt* > *vão* (Williams, 1991: 230). Estas formas utilizadas pelos informantes são formas típicas do galego-português, ou português medieval, tendo acontecido que, no português médio e até ao clássico, “todas as palavras da língua que possuíam primitivamente *-an (-am)* e *-on (-om)* convergiram (...) para uma só terminação em *-ão*” (Teyssier, 1994: 46). A primeira das formas apresentadas ainda se mantém no galego e a segunda e terceira formas são típicas tanto do galego como do castelhano, sendo esta uma prova evidente de que ainda existe uma relativa proximidade e influência linguística entre os três falares ibéricos considerados (o português, o galego e o castelhano)⁵⁷.

6.2.2. Particularidades morfológicas

Além das particularidades fonéticas já referidas, é importante salientar algumas das características morfológicas mais evidentes ao longo do discurso dos informantes e que, na minha perspetiva, melhor caracterizam e particularizam o falar das gentes de Melgaço, não só pelo que de conservador contêm, mas sobretudo pela proximidade evidente com os falares da vizinha Galiza e com o castelhano.

Uma das peculiaridades mais evidentes é a que se refere ao uso e à forma dos tempos verbais, mais especificamente ao uso do pretérito perfeito forte, do presente do indicativo e do mais-que-perfeito simples do indicativo, que se revelam bastante próximos das formas verbais galegas. Relativamente ao primeiro – o pretérito perfeito forte, é exemplo de como é sobretudo nos perfeitos fortes em *-i* e em *-ui* (Piel, 1989: 231 a 234) que se revelam as maiores proximidades entre os dois lados da raia.

⁵⁶ Williams (1991: 59) refere esta particularidade fonética, explicitando que, “se o *ę* era o som final da palavra em latim vulgar e era precedido por um *l, n, r, s* ou *c* simples ou pelo grupo *t + ĭ* antecedido de vogal, então *ę* caía. *canem* > *cam* (arcaico).”

⁵⁷ Estas variantes fonéticas são sobretudo visíveis nos informantes que habitam no Monte e são passíveis de reconhecimento nos excertos seguidamente transcritos:

“O lobo é como o *cã*. os lobos *hay* alguns que são mais /---/ que os *cãs*, o que tem é as orelhas *guichinhas* e o cão tem as orelhas *bucadas*.” (Clara, Lamas de Mouro); “Deus te levede, Deus te acrescente, Deus te faça *pã*, pela graça de Deus e de Maria Vicente.” (Emília, Castro Laboreiro); “*Fame* não se passava, mas também a fartura não havia muita.” (Sofia, Castro Laboreiro); “vai canalha, *van* rapazas?” (Sofia, Castro Laboreiro).

No que se refere aos perfeitos fortes em -i, esta proximidade é sobretudo visível nos verbos *fazer* (do lat. *feci*), *querer* (do lat. **quaesi*), *dizer* (do lat. *dixi*) e *vir* (do lat. *veni*), sendo utilizadas pelos informantes sobretudo as formas verbais da 3ª pessoa do singular próximas do galego e do castelhano, ou seja, **fezo** (forma próxima do galego “*fixo*”), **quiso** (forma próxima do galego “*quixo*” e do castelhano “*quiso*”), **dixo** (forma coincidente com o galego “*dixo*”) e **veu** (pronunciado com bilabial, próximo do galego “*veu*”); relativamente ao último verbo considerado, também se verifica a utilização da 1ª e 3ª pessoas do plural, **vinhemos e vinheram**⁵⁸ (próximo do termo galego “*viñeron*”).

Esta utilização peculiar dos perfeitos fortes em -i está disseminada pela maioria dos melgacenses e é bastante visível no seu discurso; vejam-se os excertos seguidamente transcritos:

O meu marido migrou, mas para migrar **fezo** seis saídas para a França. (Adelaide, Castro Laboreiro)

A motinha está lá, arrumada, mas todas as semanas guardava aquele dinheirinho para a comprar se a **quiso**. (Manuela, Paderne)

Foi e dixu-lhe então o que era e dixu-lhe assi... ela **dixo** que sim. (Paula, Prado)

Viviam mal e **beu** para aqui uma minha prima. (Emília, Castro Laboreiro)

Além dos perfeitos fortes em -i, também se destaca na linguagem melgacense a utilização próxima do galego dos perfeitos fortes em -ui, nomeadamente do verbo *haver* (do lat. *habui*) e do verbo *ter* (do lat. *tenui*). Durante os discursos dos informantes, nota-se o uso recorrente das formas da 3ª pessoa do singular de **houbo** (similar ao galego “*houbo*”) e **tube** (forma similar ao galego “*tivo*”); no que concerne a este último também se verifica o uso frequente da primeira pessoa do singular **tubo**, sobretudo nas zonas de montanha. Para uma maior clarificação do que fica dito, observem-se os seguintes excertos:

⁵⁸ Williams (1991: 83), explicita esta particular utilização verbal, explicando que, “em certos dialectos do norte de Portugal e na Galiza, uma consoante nasal palatalizada [se] desenvolveu entre e e ç tónico seguinte: **ueneram* (por *uēñeram*) > *vinhera*”.

O lobo havia muito. Havia muitos [...], mas *assi* no eido, nos lugares, não *houbo*. (Adelaide, Castro Laboreiro)

Descontou a mulher, essa descontou enquanto *tube* a loja. (Henrique, Parada do Monte)

Tubo gado, *tubo* rês, *tubo* tudo. Ia para o monte com ela. (Clara, Lamas de Mouro)⁵⁹

No tocante às formas do presente, também é possível observar particularidades que interligam, uma vez mais, o falar setentrional de Melgaço e os falares do outro lado da raia. Há, por parte dos melgacenses, a constante utilização de formas galegas e castelhanas, características também do português antigo, em verbos como *haver* (do lat. clássico *habere*), utilizando-se recorrentemente a 3ª pessoa do singular *hay* / *hai* que Williams (1991: 229) caracteriza como uma forma verbal do português arcaico, formada pela aglutinação de *i* à terceira pessoa do singular e, também, a utilização da forma verbal galega *imos*, do verbo *ir*, na primeira pessoa do singular. Estas são as formas verbais que mais ocorrem durante as entrevistas, sendo transversais aos habitantes do Monte e da Ribeira:

Era uma noite de luar no dia (...) lá *imos* eu e o Morais, o Morais é que mandava, que era mais velho que eu na Guarda e, na Patrulha, é sempre o mais velho que manda. (José, Paços)

Não havia meios de transporte como *hay* agora e já fiz a escola com uma tia que tenho em Braga. (Sofia, Castro Laboreiro)

Além das formas referidas, também se encontram entre os relatos dos informantes outras formas verbais particulares como *estay*, por analogia com *hay*/ *hai* (“no mês de agosto *estay* muita gente no meu lugar, mas agora *hay* só estas pessoas.” – Adelaide, Castro Laboreiro).

Por fim, e ainda relativamente ao uso das formas verbais, uma situação que também se verifica frequentemente é a utilização do mais-que-perfeito simples do indicativo, característico do português antigo e com uso mais comum e abrangente no castelhano.

⁵⁹ Já José Leite de Vasconcelos (1928: 327), havia apontado esta característica particular dos pretéritos: “o pretérito em -o ouve-se sempre na linguagem automática e descuidada. É pois carácter próprio do falar de Melgaço. A par, é claro que se usam, quando se fala mais apurado, formas do português corrente: *fêz*, *quis*, *teve*.”.

Entre as várias ocorrências, podemos destacar a utilização das formas verbais *fora*, *mudara*, *nascera* ou *vira*:

Eu *fora* a Fátima, olhe, quando veio o papa, em dois mil. (Margarida, Chaviães)

Estive lá três anos e meio sem vir, depois vim com passaporte só de uma vinda, mas *adepois* já a coisa *mudara*, já não era tão fechada. (Henrique, Parada do Monte)

Ora, ele *nascera* a trinta de julho e *morrera-me* a dez de janeiro. (Margarida, Chaviães)

Uma capela, um sítio bonito e eu fiquei pasmada, que nunca *vira* aquilo. (Anabela, Castro Laboreiro)

Além das particularidades verbais enunciadas, outras particularidades morfológicas são visíveis na linguagem dos melgacenses, como o uso particular da preposição *sem*, onde se verifica uma proximidade com o galego e com o castelhano. Esta é utilizada recorrentemente pelos melgacenses na forma castelhana *sin*, similar também à forma galega *sen* (“Eu fiquei *sin* um curso, por causa das ideias do meu avô” – Matilde, Paderne).

No uso dos advérbios de modo, afirmação e quantidade também se registam particularidades importantes: o advérbio de modo *assim* é pronunciado pela totalidade dos informantes sem nasalidade, como *assi*, forma conservadora e arcaica que se aproxima da galega e castelhana *así* (“ir ao mato com uma corda, uma focinha e um carapuço, trazê-lo aqui às costas. *Botávamos* a *lavoira*, milho, *feijões*, batatas e outras hortalicinhas, umas cebolinhas e é *assi*.” – Adelaide, Castro Laboreiro).

Da mesma forma, o advérbio de afirmação *sim* (*sīc* > *si* > *sim*) é pronunciado pela totalidade dos informantes como *si*, sofrendo a natural influência do galego *si* e do castelhano *sí* (“ai, *si*, *si* e elas sabem ainda hoje. Hoje já não se coze pão.” – Margarida, Chaviães).

Também é peculiar o uso dos advérbios de quantidade *mui* (do lat. *multum*) e *tão* (do lat. *tantum*), formas apocopadas divergentes relativamente a *muito* e *tanto*; ambos figuram sobretudo antes de adjetivos e advérbios e são maioritariamente utilizados nas formas castelhanas *moi/ muy* e *tan / tã* (“os meus, eu tinha lá uns tios e eles chamaram-me os filhos e levaram-mos *mui bem* até lá” – Anabela, Castro Laboreiro / “diz que um *home tan* grande, *tan* grande, lá no meio dos côtos, contavam, ainda contam as de Lamas” – Clara, Lamas de Mouro).

Por fim, também são verificadas particularidades no uso das conjunções *nem* e *enquanto*, a primeira observada na linguagem da maioria dos informantes, a segunda sobretudo na dos habitantes das zonas de Montanha. A conjunção *nem* é utilizada pelos informantes na forma galega *nim* (“eu conheço as letras, algumas, mas não sei escrever, *nim* ler” – Anabela, Castro Laboreiro). O mesmo acontece com a conjunção *enquanto*, utilizada na forma *mientras* que conjuga as formas galega e castelhana *mentres* e *mientras*, respetivamente (“agora havia uma missa todos os meses e eu, *mientras* pude andar, ia sempre à missa.” – Adelaide, Castro Laboreiro).

É importante ainda explicitar que algumas das particularidades morfológicas referidas anteriormente eram visíveis no galego-português, o que denota o caráter conservador da linguagem partilhada pela comunidade melgacense, conservadorismo que é característico da generalidade dos falares setentrionais.

A acrescentar aos aspetos referidos, também é evidente a proximidade dos falares setentrionais com o galego e o castelhano nas formas substantivas *sustância* e *terraça*; a primeira refere-se a uma forma típica do português arcaico, que ainda hoje se conserva no castelhano (*cf.* *sustância*), a segunda – forma feminina de *terraço*, parece sofrer a influência da forma galega e castelhana *terraza* (“Ai, o meu comer não presta para nada, não sabe, não tem *sustância*, não tem nada!” – Matilde, Paderne; “Tenho uma mesa à porta, assim na *terraça* como esta, que tem plástico.” – Margarida, Chaviães).

6.2.3. Particularidades lexicais

É nas particularidades lexicais que mais se evidencia a partilha linguística entre comunidades dos dois lados da fronteira e é nestas que os falantes comuns mais se apercebem das afinidades com os seus vizinhos (galegos e castelhanos), por um lado, e da proximidade com o português padrão, por outro. A fronteira, neste contexto, evidencia-se como um lugar de imensas afinidades linguísticas, ainda bem presentes na memória e na linguagem dos melgacenses.

Neste sentido, é importante vincar a afinidade linguística referida recorrendo, para tal, a alguns exemplos bem concretos de formas que evidenciam a proximidade do português, do galego e do castelhano. Esta contiguidade linguística é visível em formas como *rapaza*, forma do substantivo feminino típica do galego, distante do substantivo feminino português *rapariga* e que é preservado pelos habitantes montanheses, sobretudo de Castro Laboreiro (“Está a minha filha e o meu genro, o meu filho e a minha nora e há

ali outra *rapaza* que não casou e morreram-lhe os pais e ficou sozinha” – Adelaide, Castro Laboreiro); *mandil*, substantivo característico do português antigo e que parece relacionar-se de forma próxima com a forma do galego *mantel* (“Então, em vez de dizerem “o avental” diziam o *mandil*. – Matilde, Paderne) ou *sozas* (*adj.*), que parece ser uma espécie de cruzamento da forma truncada do português *sozinhas* com o termo galego *soas* (“Não, mesmo as filhas, que iam para os bailes, tinha que ir o pai ou alguém com elas. Não deixavam ir sozas.” – Henrique, Parada do Monte).

Muitas outras particularidades podiam ser referidas tendo em conta a riqueza do material recolhido ao nível linguístico. Como é possível verificar ao longo da presente dissertação (e também no *anexo 12* do presente documento), é vasto o património linguístico digno de nota e de exploração; contudo, nem tudo cabe na economia deste trabalho, esperando-se que possa vir a servir de mote para trabalhos futuros. Ainda assim, na tentativa entusiasta e interessada, de contribuir para a divulgação do vasto e riquíssimo património linguístico da comunidade melgacense, fui desenvolvendo, ao longo do presente estudo, um pequeno glossário de termos característicos da zona em estudo, e de outros que a colocam em diálogo com as línguas vizinhas, bem como com fases anteriores da língua portuguesa – por vezes no tocante à manutenção de aceções antigas, hoje desaparecidas do português normativo, e que seguidamente apresento. Este contém apenas aceções distintivas, numeradas, presentes no discurso em análise, como é típico das glosas.

Glossário

Acompanhamento *s. m.* Velório. ... o *acompanhamento* passara de noite e depois de dia passava o funeral.

Adejo *s. m.* Adágio, provérbio, ditado. *Olhe serão... são adejos... ou será o destino.*

Aguilhada *s. f.* Vara com um ferro na ponta, que servia para tocar o gado. *Aguilhada é uma vara mais comprida que tinha um ferrinho na ponta, para tocar o gado.*

Ala *interj.* com o sentido de *vamos!*. Nortenho, pelo menos. *Viram-nos para ali meio estranhos, foi a Guarda e ala!, embora para trás.*

Alamedar *v. tr.* Levar o gado a pastar. *Alamedar era levar o gado para um campo que estivesse de pasto.*

- Almoço** *s. m.* Pequeno-almoço. No português, pelo menos até ao século XVII, ainda em uso principalmente nas zonas de montanha. *O almoço é de manhã, ao pequeno almoço.*
- Barbeito** *s. m.* Campo de batatas e centeio. *O barbeito é, o barbeito é um campo de botar batatas e o centeio.*
- Branda** *s. f.* Núcleos habitacionais temporários, casas de Verão. *Isso é nas Brandas lá em cima, porque depois o gado, no maio, diz que se botavam as terras aqui e iam para lá para cima para a branda.*
- Bucho** *s. m.* Broa doce (tradição local ainda muito usual na época do carnaval). Outros termos com o mesmo sentido: *bica, bica da pedra* ou *do borrarho*. *Há quem lhe chame a broa doce, nós chamamos o bucho, o bucho, porque é coisa antiga.*
- Burregas** *s. f.* Ovelhas (termo utilizado em Castro Laboreiro). *Ó 'Zabel, olha as burregas na messe!*
- Cabaço** *s. m.* Casco seco da abóbora, onde se guardam líquidos como o leite ou o vinho. *Os cabaços são criados na terra, numa semente criada. Depois, ao secar, curam-se bem curadinhos, metia-se vinho dentro no cabaço e ia à cabeça.*
- Caçola** *s. f.* O mesmo que caçarola/ frigideira. *...o rapaz viu a mulher com a caçola ao lume, a botar as febras de presunto e a aqueitar vinho com açúcar.*
- Carneiros** *s. m.* Referência aos emigrantes clandestinos, que passavam a fronteira a salto. *Com esses... chamavam-lhe os carneiros, até iam nas malas dos Mercedes.*
- Castrejos (as)** *adj.* Habitantes de Castro Laboreiro. *E lembra-me, havia duas castrejas que vinham à nossa casa.*
- Carpear** *v. tr.* Desfazer os nós da lã. *A roca, o fuso, fiávamos, íamos de noite fiar e carpear para as casas dos vizinhos.*
- Ceia** *s. f.* Jantar. No português, pelo menos até ao século XVII, ainda em uso principalmente nas zonas de montanha. *O jantar é a ceia. Quando te dizem «vamos jantar», é vamos almoçar.*
- Chambra** *s. f.* Blusa. *Não, a chambra não, tinha que ser uma camisola feita de lã.*
- Chofer** *s. 2 g.* Motorista (do francês *chauffeur*). *Havia um chofer que carregava o carro.*
- Chousa** *s. f.* Horta pequena. *Uma chousa é uma horta muito pequenina.*
- Corga** *s. f.* Caminho estreito. *... há no alto, hay uma corga e temos ali uma tapada que nos deixaram tapar.*

- Côto** *s. m.* Penedo de grandes dimensões (utiliza-se em vez de *penedo*). *Isso, diziam que havia um **coto** ali em baixo, que lhe chamavam o **coto** da moura.*
- Curbata** *s. f.* xaile/ cachecol de uma só ponta (do cast. *corbata*). *Antigamente, a **curbata**, dantes não havia camisolas, casacos... só tinha uma ponta e adespois botava-se assi como eu tenho este cachecol e atava-se aqui e aí davam um laço por detrás”.*
- Debulhar** *v. tr.* Referente a uma prática dos trabalhos com o milho, consistia em separar os grãos / sementes do cereal. *Depiliare > debulhar; nortenho, pelo menos. Uma vez que fomos **debulhar** para a Ti’ Piedade, para cima do eido.*
- Eido** *s. m.* Corte para o gado; muito usado no português até ao século XVIII. *Pronto, se a gente fosse para o monte, mas no **eido** era raro que aparecesse.*
- Espinhela** *s. f.* Designação popular e antiga da doença do lúmbago. *Havia para a **espinhela**, lhe chamavam, havia pró ventre, [para] o ventre era uma mulherzinha lá nossa vizinha.*
- Fateiro** *adj.* Bolsa para envolver a criança ao peito (utilizado em Castro Laboreiro). *O **fateiro** era uma peça de pano muito comprida, que era tipo como lhe chamam agora aos cangurus.*
- Francia** *s. f.* França (utilização do termo galego). *Vila lá o Senhor e a Senhora da Abonância, / lhe traga o seu marido, / daquela maldita **Francia**.*
- Forganeiro** *s. m.* Vara que se utilizava no fabrico do pão / papas. *As minhas raparigas, essas batiam-lhe com o **forganeiro**, com o pau de mexer as papas.*
- Ganido** *s. m.* Referente a doença, ou grito de dor emitido pelos animais. *Um **ganido** é a peja, que ficava pejada, que não podia andar.*
- Inverneira** *s. f.* Núcleos habitacionais temporários para o inverno. *Tínhamos duas habitações, Capela e Mareco, por causa do verão (branda) e do inverno (a inverneira).*
- Jantar** *s. m.* Almoço. No português, pelo menos até ao século XVII, ainda em uso principalmente nas zonas de montanha. *Quando te dizem «**vamos jantar**», é vamos almoçar.*
- Jungir** *v. tr.* Deitar, pôr o jungo ou canga nos animais; emparelhar; cangar. *Então, era assi: «ó rapaza, a ver se me vais **jungir** as vacas!».*
- Lástiga** *s. f.* Camisola interior. *...a camisola interior e nós chamávamos a **lástiga**.*

- Mandil** *s. m.* Avental (ainda se ouve frequentemente, principalmente nas zonas de Montanha como Castro Laboreiro e Parada do Monte). *Então, em vez de dizerem “o avental” diziam “o mandil”.*
- Maquia** *s. f.* Constitui uma parte do cereal que era moído no moinho. *...moía para a serra, moía para a Gave, moía para Cubalhão, moía para todos os sítios, à maquia, como se dizia.*
- Messe** *s. f.* Campo de cereal (no passado, era de utilização abundante em Castro Laboreiro. Atualmente, ainda se ouve, mas não com tanta frequência). *ó ‘Zabel, olha as burregas na messe.*
- Paridura** *s. f.* Gravidez. *Consoante me eu curei da minha paridura, assi Deus te cure da tua abertura.*
- Pegureiro** *s. m.* Pastor, homem que guardava o gado; conservação da forma antiga. *Olhe, os pegureiros eram as pessoas e éramos nós.*
- Rês** *s. f.* Cada animal, tratando-se sobretudo de gado bovino. *Podia ser verdade, ali havia muita rês, havia muito gado.*
- Ramboia** *s. f.* Termo utilizado para se referenciar a prática do contrabando. *...a minha mai, coitadinha, tinha que ir para onde calhasse para ganhar para nós... andava com a ramboia.*
- Rapar** *v. tr.* Usado em alternância com tosquiar. *Começamos por rapar uma ovelha, tosquiá-la como se diz agora, nós era rapar com as tisoiras.*
- Repesa** *adj.* Arrependida (do latim *repensa-*, «resgatados»; manutenção do participípio passado forte de *rependere*, sobretudo enquanto adjetivo). *Agora, estou repesa, porque com ‘sante os filhos aprendiam, eu aprendia também.*
- Sozas** *adj.* Sozinhas (termo muito ouvido, espécie de cruzamento da forma truncada do português *sozinhas* com o termo galego *soas*). *Sozes também se verifica. Não, mesmo as filhas, que iam para os bailes, tinha que ir o pai ou alguém com elas. Não deixavam ir sozas.*
- Sustância** *s. f.* Substância (uso do termo arcaico, com assimilação consonântica, partilhando o que ainda se conserva no castelhano). *Ai, o meu comer não presta para nada, não sabe, não tem sustância, não tem nada!*
- Tabão /Tabães** *s. m.* *Tavão* (‘espécie de mosca’), forma ainda em uso nas regiões de montanha e também na Galiza; formas com betacismo. *Um as moscas grandes, que lhe chamávamos nós os tabães e, então, depois começavam-nas a picar.*

Terraça *s. f.* Terraço (forma no feminino por influência do termo *terraza*, em galego e castelhano). *Tenho uma mesa à porta, assim na **terraça** como esta, que tem plástico.*

Tanganheiro *s. m.* Lobisomem. *As feiticeiras, ia o **tanganheiro** com elas.*

Considerações Finais

O desenvolvimento do presente trabalho de investigação permitiu compreender a importância da fronteira para a comunidade melgacense, não só enquanto limite territorial, mas também, e sobretudo, enquanto ponto de convergência e de partilha, de fluxo e de interação entre comunidades.

A existência de um traçado de fronteira permitiu à comunidade melgacense experienciar uma intensa mobilidade e levou a que se entendesse como uma comunidade aberta e dependente. Esta realidade foi visível, antes de mais, no intercâmbio diário promovido pelas práticas do contrabando e da emigração, que estabeleceram entre comunidades relações de dependência, por um lado, e de proximidade, por outro. No fundo, promoveram a criação de importantes relações sociais de ambos os lados da raia e são dimensões estruturantes na definição da realidade e da identidade locais.

Neste contexto, os melgacenses incorporaram um outro sentido de *fronteira*. Aprenderam, desde sempre, a relacionar-se com *os do outro lado*, estabelecendo negócios com eles, recebendo-os e acolhendo-os em momentos de crise; o *outro* nunca foi verdadeiramente um *outro*, mas sim um “companheiro” para os momentos de necessidade.

Se, como se verificou, durante o Estado Novo, as fronteiras estavam rigidamente salvaguardadas, elas também foram, sempre e sobretudo, permeáveis e porosas. Isto não significa que não existisse um sentido de patriotismo de cada lado da fronteira, mas sim que se reconheciam os mesmos destinos e desafios, ao terem de enfrentar a mesma interioridade e as dificuldades a ela inerentes.

Vários foram os frutos da proximidade entre comunidades e esses refletem-se, ainda hoje, em dimensões tão importantes como a língua, os costumes ou as tradições.

A língua é um instrumento de ligação e de partilha entre comunidades raianas e é também um marcador identitário fundamental no reconhecimento de uma determinada população. Apesar de a fundação do reino de Portugal ter erguido fronteiras que afastaram os destinos do português, do galego e do castelhano, a verdade é que a base comum dos primeiros – o galego-português medieval – se manteve e foi reforçada pelo constante movimento pela raia, intensificado pela prática do contrabando e da emigração. Assim, o estabelecimento de estreitas relações sociais, culturais e linguísticas entre comunidades fronteiriças proporcionou, em certa medida, a manutenção de especificidades fonéticas e fonológicas, morfológicas e lexicais conservadoras, típicas dos falares setentrionais e

próximas, sobretudo, do galego contemporâneo. Neste sentido, é importante salientar que a língua foi, também ela, um veículo de troca e de proximidade, influenciado pela condição fronteiriça de Melgaço.

No percurso de investigação, foi também importante verificar que os ciclos do contrabando e da emigração são transversalmente reconhecidos pelos informantes como práticas que moldam a sua identidade e que enformaram, em tempos, os seus modos de vida. Apesar de terem sido práticas clandestinas que a abertura de fronteiras acabou por diluir, estas reforçam-se na memória dos melgacenses e impregnam de forma marcada as suas narrativas. São, sobretudo, símbolos de proximidade entre comunidades que, em tempos, incorporaram experiências comuns.

A prática do contrabando, apesar de ter sido uma via fundamental de sobrevivência em determinadas épocas históricas (no tempo das ditaduras e das guerras), não foi tão preponderante na alteração dos sentidos sociais e culturais da comunidade melgacense; teve, sobretudo, uma importância de cariz económico. Apesar do exposto – e este é um facto a ter em especial consideração –, esta prática reforçou a ideia de existência de uma identidade de fronteira e serviu-se desta mesma condição para dar resposta a oportunidades comerciais que surgiram. A experiência proporcionada pelo contrabando, e pela constante atividade pela raia, favoreceu a descoberta de novas fronteiras e o enfrentar de novos desafios fora do espaço luso-espanhol, abrindo as portas para o surto migratório que se iniciou nos anos de 1960 e que envolveu consideravelmente a comunidade de Melgaço.

O ciclo da emigração marcou de forma indelével a comunidade melgacense. Alterou não só o capital económico e a paisagem arquitetónica do concelho, mas também a sua estrutura e composição demográfica, provocando inevitavelmente alterações nos costumes, nas tradições locais e na vivência em comunidade. Originou uma significativa diáspora, que hoje é um dos valores mais expressivos da comunidade melgacense. Este fenómeno, alterou também a perceção do tempo e do espaço, tendo condicionado a proximidade entre gerações e a relação destas com a comunidade de origem. A emigração é reconhecida como uma oportunidade de ascensão social, e essa dimensão é, em cada narrativa, reforçada pelos informantes. Importa ainda referir que a emigração gerou novos desafios e novas oportunidades para a mulher, reforçando o seu papel na comunidade melgacense.

A mulher sempre foi, neste concelho, a guardiã da família e da estabilidade social. Com a saída maciça dos homens, o seu papel viu-se reforçado e acabou por incorporar

outras dimensões, como a presença em atividades menos previsíveis – do trabalho rural à prática do contrabando e ao auxílio à emigração clandestina. Apesar dessa maior abertura ao espaço público, a mulher nunca descuroou as suas principais responsabilidades – a manutenção do espaço doméstico e a educação dos filhos, conciliando eficazmente duas realidades aparentemente antagónicas. Interessa ainda referir que a importância da mulher não se evidenciou apenas no país de origem, mas também no de acolhimento, aquando da emigração de tipo familiar. Neste contexto, a figura feminina teve um papel preponderante, sobretudo na gestão do regresso ao país de origem, auxiliando o marido no (célere) cumprimento dos objetivos fixados aquando da partida.

Face ao exposto, é compreensível que a mulher ocupe um lugar particular no imaginário cultural dos melgacenses, estando essa importância refletida em muitas histórias e narrativas tradicionais e lendárias. Verificou-se, curiosamente, que a mulher é, ela própria, personagem e transmissora principal desta memória oral, e este facto é importante, porque permite compreender estas criações culturais como uma resposta e uma síntese à realidade vivida pelas melgacenses, que transpõem para o imaginário os seus sentimentos e a sua visão do mundo.

No presente trabalho de investigação foi significativo e inspirador o olhar de proximidade permitido pela abordagem etnográfica e filológica, ainda que cingida ao domínio da oralidade. As idas ao terreno; o desafio da descoberta de práticas, memórias e sentidos sociais que me eram pouco familiares; a desconstrução, através das narrativas de memória dos informantes, do significado que os mesmos atribuem às suas experiências de vida, foram determinantes na revelação da dimensão cultural e simbólica da fronteira e permitiu entrever, em cada memória individual, traços de uma memória coletiva que urge divulgar e preservar.

A investigação nunca se esgota, e está longe de se achar concluída. Naturalmente, eram muitas as temáticas e as possibilidades de investigação que poderiam ser tratadas de forma profícua no presente estudo, e que imperativos de economia de tempo acabaram por transformar em perspetivas de futuro. Uma dessas perspetivas futuras é o estudo mais aprofundado da *fronteira* enquanto espaço de partilha cultural. É importante aprofundar os estudos sobre a *memória* e o *imaginário* coletivos, mais especificamente, perceber a importância das *crenças* e das *tradições orais* partilhadas entre comunidades raianas.

Neste contexto, seria importante compreender aprofundadamente como a própria mutação social, económica e demográfica, promovida sobretudo pela emigração, alterou a vivência comunitária e deu um “grande golpe” nos processos tradicionais de

transmissão de costumes e práticas orais; como a globalização e a transformação dos meios de comunicação e da “visibilidade” da *cultura* das comunidades teve como consequência uma espécie de uniformização do mundo; qual a importância da memória oral e o papel que a oralidade desempenha, ainda hoje, na transmissão de saberes; qual a relevância da dinâmica, riqueza e inventividade da *cultura popular*, explorando a importância social, cultural e linguística da *literatura popular*, aqui reforçando a importância do *maravilhoso popular*. Além do referido, é importante para o reforço da *fronteira* enquanto espaço de partilha cultural compreender até que ponto são as festas populares e as tradicionais romarias, também elas, momentos de convergência e proximidade entre os dois lados da raia, formando-se assim, uma visão mais aprofundada da sociedade melgacense.

Bibliografia

- ALBARELLO, Luc *et al.* (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*; Lisboa: Gradiva; ISBN: 972-662-554-8.
- AMANTE, Maria de Fátima (2007). *Fronteira e Identidade – Construção e Representação Identitárias na Raia Luso-Espanhola*; Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas ISBN: 972-8726-87-2.
- BARDIN, Laurence (2013). *Análise de Conteúdo*; Lisboa: Edições 70; ISBN: 972-44-0898-1.
- BARROS, Júlia T. L. de & HENRIQUES, Raquel P. (1987). “A educação do Estado Novo nos anos 30 – com base na rejeição de um livro de 1933”; *in O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926 -1959)*, Vol. II; PINTO, António C. *et al.* (orgs.); pp. 149 – 158; Lisboa: Edição Fragmentos.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony & LASH, Scott (2000). *Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna.*; Oeiras: Celta Editora; ISBN: 972-774-082-0.
- BELO, Maria; ALÃO, Ana P.; CABRAL, Iolanda N. (1987). “O Estado Novo e as Mulheres”; *in* PINTO, António Costa, *et al.* (orgs.), *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926 -1959)*, Vol. 2, pp. 263 – 279; Lisboa: Edição Fragmentos.
- BRETTELL, Caroline (1978). *Já chorei muitas lágrimas. Crónica de uma mulher portuguesa imigrada em França*; Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- BRETTELL, Caroline (1991). *Homens que partem, Mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*; Lisboa: Publicações Dom Quixote; ISBN: 972-20-0900-1.
- CABRAL, João de Pina (1984). “As mulheres, a maternidade e a posse de terra no Alto Minho”; *in* *Análise Social*, vol. XX, nº 80, pp. 97-112; Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; ISSN: 0003-2573.
- CABRAL, João de Pina (1989). *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho*; Lisboa: Publicações Dom Quixote; ISBN: 972-20-0712-2.

- CASTRO, Ivo (2004). *Introdução à História do Português: geografia da língua – português antigo*; Lisboa: Edições Colibri; ISBN: 972-772-520-1.
- CINTRA, Luís F. Lindley (1995). *Estudos de Dialectologia Portuguesa*; 2º Edição; Lisboa: Livraria Sá da Costa; ISBN: 972-562-327-4.
- COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. (1980-1983). *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*; 5 Vols.; Madrid: Gredos; ISBN: 84-249-1362-0.
- CUNHA, Luís (1999). “Contrabando e Guerra Civil: memórias de uma terra de fronteira”; in MUÑOZ, Juan J. P.; DÍAZ, Emma M. & BRITO, Joaquim P. (coord.), *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía – Actas del VIII Congreso de Antropología*, pp. 89-98; Santiago de Compostela: FAAEE e AGA; ISBN: 84-95397-01-3.
- CUNHA, Luís (2006). *Memória Social em Campo Maior – Usos e Percursos da Fronteira*; Lisboa: Publicações Dom Quixote; ISBN: 972-20-2871-0.
- DIAS, Jorge (2004). *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa.*; Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda; ISBN: 972-27-1328-0.
- DOMINGUES, José & RODRIGUES, Américo (2009). “Contrabando pela raia seca do Laboreiro”; in *Boletim Cultural*, nº 8, pp. 225-250; Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço; ISSN: 1645 – 5053.
- FERNANDES, Eugénia M. & MAIA, Ângela (2001). “Grounded Theory”; in FERNANDES Eugénia & ALMEIDA, Leandro S. (Eds.), *Métodos e Técnicas de Avaliação – Contributos para a prática e investigação psicológicas*, pp.49-75. Braga: Universidade do Minho – Centro de Estudos em Educação e Psicologia; ISBN: 972-8098-98-7.
- FERREIRA, António M. (1987). “A acção católica. Questões em torno da organização e da autonomia da Acção da Igreja Católica (1933 – 1958)”; in PINTO, António Costa, et al. (orgs.), *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926 -1959)*, Vol. 2; pp. 281– 300; Lisboa: Edição Fragmentos.

- FREIRE, Dulce & FONSECA, Inês (2009). “«O contrabandista, já se sabe, era da oposição». Discursos em torno do contrabando.”; in FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda & FONSECA, Inês (Coord.), *O Contrabando na fronteira Luso – Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, pp. 219-254; Lisboa: Nelson de Matos Editora; ISBN: 978-989-8236-10-4.
- GERALDES, Alice (1978). “Castro Laboreiro: A mulher na vida e na lenda”; in *Mínia*, 2ª série, nº 1 e 2, pp. 42-64; Braga: ASPA.
- GERALDES, Alice (1979). *Castro Laboreiro e Soajo. Habitação, Vestuário e Trabalho da Mulher*; Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.
- GIDDENS, Anthony (2002). *As Consequências da Modernidade*; 4ª Edição; Oeiras: Celta Editora; ISBN: 972-8027-91-5.
- GODINHO, Paula (2009). “Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista – o concelho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos quotidianos de fronteira e novas modalidades emblematizantes”; in FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda & FONSECA, Inês (Coord.), *O Contrabando na fronteira Luso – Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*; pp. 29-56; Lisboa: Nelson de Matos Editora; ISBN: 978-989-8236-10-4.
- GONÇALVES, Albertino & GONALVES, Conceição (1991). “Uma vida entre parênteses. Tempos e Ritmos dos emigrantes portugueses em Paris”; in *Cadernos do Nordeste*, Vol. 4, nº 6-7, pp. 147-158; Braga: Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais; ISSN: 0870-9874.
- GONÇALVES, Albertino (1996). *Imagens e Clivagens – Os Residentes face aos Emigrantes*; Porto: Edições Afrontamento; ISBN: 972-36-0401-9.
- GONÇALVES, Albertino (2005). “Envelhecimento e Saúde no concelho de Melgaço”; in *Boletim Cultural*, nº4, pp. 91-104; Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço.
- GONÇALVES, Albertino & MACHADO, José Cunha (2007). “A Emigração para França na segunda metade do século XX”; in *Boletim Cultural*, nº 6, pp. 63-84; Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço.

- GUERRA, Isabel C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*; Estoril: Príncípa Editora; ISBN: 972-8818-66-1.
- GUERREIRO, Manuel Viegas (1978). *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*; Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa.
- GUIMARÃES, Ângela (1987). “O labirinto dos mitos”; in PINTO, António Costa, *et al.* (orgs.), *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926 -1959)*, Vol. 2; pp. 107 – 121; Lisboa: Edição Fragmentos.
- HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (2005). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*; 2ª Edição; Lisboa: Instituto Piaget; ISBN: 972-771-737-3.
- LEAL, João (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*; Lisboa: Publicações Dom Quixote; ISBN: 972-20-1799-3.
- MACHADO, José Cunha (2016). “A Demografia de Melgaço no início do século XXI”; in *Boletim Cultural*, nº 9, pp. 33-56; Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço; ISSN: 1645-5053.
- MACHADO, José Pedro (1967). *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*; 3 Vols.; Lisboa: Confluência.
- MACHADO, José Pedro (1984). *Dicionário Onomástico etimológico da língua portuguesa*; 3 Vols.; Lisboa: Confluência.
- MARCHUETA, Maria Regina (2002). *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*; Lisboa: Edições Cosmos – Instituto de Defesa Nacional; ISBN: 972-762-240-2.
- MELO, Daniel (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*; Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa; ISBN: 972-671-675-8.
- MELO, Daniel (2010). *A Cultura Popular no Estado Novo*; Coimbra: Angelus Novus Editora; ISBN: 978-972-8827.

- MOREIRA, Adriano (2002). “Prefácio”; in MARCHUETA, Maria R. (2002), *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*; pp. 9-15; Lisboa: Edições Cosmos – Instituto de Defesa Nacional; ISBN: 972-762-240-2.
- NUNES, José A. (1987). “A formação do Estado Fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926 – 1933)”; in PINTO, António Costa, *et al.* (orgs.), *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926 -1959)*, Vol. 1, pp. 189 – 196; Lisboa: Edição Fragmentos.
- PIEL, Joseph-Maria (1989). *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*; Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2011). *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*; s/local: Temas e Debates, Círculo de Leitores; ISBN: 978-989-644-143-2.
- QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*; Lisboa: Gravida.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1987). “As micropátrias do interior português”; in *Análise Social*, Vol. XXIII, nº 98, pp. 721-732; Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; ISSN: 0003-2573.
- RODRIGUES, Julieta de Almeida (1983). “Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares”; in *Análise Social*, vol. XIX, nº 77-78-79, pp. 909-938; Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; ISSN: 0003-2573.
- RIBEIRO, Orlando (2011). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*; 8ª Edição; Lisboa: Livraria Letra Livre; ISBN: 978-989-8268-10-5.
- ROSAS, Fernando (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*; in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7; Lisboa: Editorial Estampa; ISBN: 972-33-1086-4.
- ROSAS, Fernando (2015). *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*; Lisboa: Edições Tinta-da-china; ISBN: 978-671-168-9.

- RUQUOY, Danielle (1997). “Situação de entrevista e estratégia do entrevistador”; in Albarello, *et al.*, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*; pp. 84 – 116; Lisboa: Grávida; ISBN: 972-662-554-8.
- SANTOS, Maria Lourdes Lima (1988). “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)”; in *Análise Social*, Vol. XXIV, nº 101-102, pp. 689-702; Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; ISSN: 0003-25730.
- SERRÃO, Joel (1977). *A emigração portuguesa – sondagem histórica*; 3ª Edição; Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Augusto Santos (1994). *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*; Porto: Edições Afrontamento; ISBN: 973-36-0315-2.
- SIMÕES, Dulce (2009). “O contrabando em Barrancos: memórias de um tempo de guerra”; in FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda & FONSECA, Inês (Coord.), *O Contrabando na fronteira Luso – Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, pp. 165-195; Lisboa: Nelson de Matos Editora; ISBN: 978-989-8236-10-4.
- TÁBOAS, Daniel; MACHO, Antonio; GALLARDO, Ángel (2009). “La «raia» galaico-portuguesa en tempos convulsos. Nuevas intepretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en la dictaduras ibéricas (1936-1945)”; in FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda & FONSECA, Inês (Coord.), *O Contrabando na fronteira Luso – Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, pp. 57-87; Lisboa: Nelson de Matos Editora; ISBN: 978-989-8236-10-4.
- TEYSSIER, Paul (1994). *História da Língua Portuguesa*; 6ª Edição; Lisboa: Livraria Sá da Costa; ISBN: 972-562-129-8.
- TUSELL, Javier (1987). “Franquismo e Salazarismo”; in PINTO, António Costa, *et al.* (orgs.), *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926 -1959)*, Vol. 1, pp. 31 – 47; Lisboa: Edição Fragmentos.
- VAQUINHAS, Irene (2005). *Nem Gatas Borracheiras, nem Bonecas de Luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX)*; Lisboa: Livros Horizonte; ISBN: 972-24-1357-0.

WILLIAMS, Edwin B. (1991). *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa* (trad. Antônio Houaiss); 4ª Edição; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Webgrafia

- BAGANHA, Maria Ioannis B (1994). “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”; in *Análise Social*, Vol. XXIX, nº 128: 959-980; [em linha] consultado no dia 18 de junho de 2017. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>.
- CASTRO, Joaquim & MARQUES, Abel (2003). *Emigração e Contrabando*; Edição do Centro Desportivo e Cultural de São Paio; Melgaço; [em linha] consultado no dia 1 de julho de 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313925854_Emigracao_e_contrabando.
- CASTRO, Joaquim. (2008). *Os efeitos do vaivém da emigração continental: um estudo de caso em Melgaço*; Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária, Vol. I; Porto: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Fernando Pessoa; [em linha] consultado no dia 4 de julho de 2017. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1060/2/joaquimcastro.pdf>;
- CORREIA, João David Pinto (2003). *Paraliteratura: da acção ao sentimento*; [em linha] consultado no dia 4 de outubro de 2017. Disponível em: <http://purl.pt/301/1/xpo/docs/joao-d-p-correia.doc>.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1933); [em linha] consultado no dia 22 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, VII Revisão Constitucional (2005); [em linha] consultado no dia 11 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>.
- COSTA, A. F. da (1990). “A pesquisa de terreno em sociologia”; in SILVA, Augusto Santos, & PINTO, J. Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, 4ª Edição, pp. 129 - 148; Porto: Edições Afrontamento; [em linha] consultado no dia 18 de agosto de 2017. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/rochamendess82/augusto-santos-silva-metodologia-das-cincias-sociais>.

- COVA, Anne & PINTO, António Costa (1997). “O Salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa”; in *Penélope. Género, Discurso e Guerra*, nº 17; pp. 71-94; s/editor; [em linha] consultado no dia 14 de julho de 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2656445>.
- CUNHA, Luís (2010). “A memória como património: da narrativa à imagem”; [em linha] consultado no dia 7 de julho de 2017. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17738/3/2010%20A%20mem%20C3%B3ria%20como%20patrim%20C3%B3nio%20-%20publica%20A7%20C3%A3o.pdf>.
- DOMINGUES, Álvaro (1986). “Estrutura sócio-económica e mobilidade geográfica. Melgaço na segunda metade do século XIX”; in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*; I Série, Vol. I, pp. 113-177; Porto; [em linha] consultado no dia 9 de outubro de 2017. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo7211.pdf>.
- GONÇALVES, Albertino (2008). “Caminhos de inquietude. A organização do contrabando no concelho de Melgaço”; in *O Miño, unha corrente de memoria: actas das xornadas sobre a represión franquista no Baixo Miño*; pp. 243-249; [em linha] consultado no dia 26 de junho de 2017. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/36693>.
- GUERREIRO, Manuel Viegas (1986). “Literatura Popular: em torno de um conceito”; [em linha] consultado no dia 4 de outubro de 2017. Disponível em: alfarrabio.di.uminho.pt/cancioneiro/.../manuelViegasGuerreiro-literaturapop.doc.
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1916). “Uma Excursão a Castro Laboreiro”; in *Revista Lusitana*, Vol. 19, pp. 270-280; Lisboa: Livraria Clássica; [em linha] consultado no dia 18 de maio de 2017. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/search-dp1.html?searchphrase=all&searchword=Revista+Lusitana>.
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1928). “Dialecto Interamnense”; in *Opúsculos*, Vol. II, *Dialectologia*, parte I, pp. 305-372; Coimbra: Imprensa da Universidade; [em linha] consultado no dia 20 de maio de 2017. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/search-dp1.html?searchphrase=all&searchword=Op%C3%BAsculos>.

PEREIRA, Victor (2014). *A ditadura de Salazar e a emigração – O Estado português e os seus emigrantes (1957-1974)*; (Versão E-book); Lisboa: Temas e Debates – Circulo de Leitores; ISBN: 978-989-644-294-1; [em linha] consultado no dia 6 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.wook.pt/Biblioteca>.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1983). “O regresso imaginado”; separata de *Nação e Defesa*, nº 28, pp. 86-97; Instituto da Defesa Nacional; [em linha] consultado no dia 18 de julho de 2017. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/3459>.

SILVA, Maria Helena Santos (1962). “Características Fonéticas do Falar Minhoto”; in *Boletim de Filologia*, Tomo XX, pp. 309-321; Lisboa: Centro de Estudos Filológicos de Lisboa; [em linha] consultado no dia 12 de maio de 2017. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/lingua-1.html?limit=20&limitstart=20>.

SILVA, Marta (2014). “As mulheres na arte da Emigração. Motivações, Estratégias e Representações no êxodo clandestino português (1957-1974)” in *Cordis. Mulheres na História*; pp. 227-255; [em linha] consultado no dia 26 de junho de 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/viewFile/21941/16122>.

WALL, Karin (1982). *A outra face da Emigração: Estudo sobre a situação das Mulheres que ficam no país de origem*; Lisboa: Comissão da Condição Feminina; [em linha] consultado no dia 15 de junho de 2017. Disponível em: <http://cid.cig.gov.pt/nyron/Library/catalog/winlibsrch.aspx?skey=&cap=&pesq=5&thes1=1628&prn=true&doc=2623>.

Anexos

Anexo 1 – Estrutura da entrevista ao Professor Álvaro Campelo

Contextualização

Este questionário irá incidir sobre uma das partes fundamentais do trabalho de investigação: os costumes populares e as tradições orais, o seu impacto sociocultural e a sua transfiguração ao longo dos tempos.

Além de se tentar compreender a sua importância, uso e manutenção no contexto da sociedade melgacense, procura-se também perceber como, através destas narrativas orais, se poderá decifrar as realidades sociais, culturais e históricas extrínsecas às narrativas.

1. Que lugar considera que ocupa a Literatura de Tradição Oral, nos dias de hoje?
2. Considera que houve uma transfiguração e desvalorização dos costumes e práticas ancestrais?
3. Se sim, que fatores contribuíram, na sua opinião, para essa transfiguração e desvalorização?
4. Que medidas considera necessárias para a preservação e valorização do património oral, nos dias de hoje?
5. Melgaço é um concelho que guarda em si particularidades muito raras nos dias de hoje, principalmente nas zonas de montanha (Castro Laboreiro, Parada do Monte, Gave, entre outras). Quais foram as realidades, nas referidas localidades, que mais o marcaram? E porquê?
6. Em que medida as zonas de montanha, por estarem distantes dos centros de ação, podem ser repositórios e testemunhos importantes de um passado?
7. Que fatores contribuem, na sua opinião, além do distanciamento e isolamento geográfico, para a manutenção deste modo de vida tão particular?
8. Que mitos, lendas e superstições ainda se verificam nas zonas de montanha? Que realidades envolvem? Que impacto têm na população local?
9. Sabe-se que, a sociedade melgacense passou por dois ciclos muito importantes no passado, o ciclo da emigração e o ciclo do contrabando. Considera que essas duas realidades socioeconómicas, tiveram impacto e contribuíram para a transfiguração de costumes e práticas locais? Se sim, quais? Que consequências tiveram?

10. A mulher é, desde o passado, a detentora do lar e da educação dos filhos. Quando se deu o ciclo da emigração, Melgaço tornou-se uma sociedade matriarcal. Que papel teve a mulher, na valorização do património oral e dos costumes locais? E que papel ocupou ao nível familiar, social e educacional?
11. Melgaço, por ser o concelho mais setentrional do país, teve e tem uma estreita ligação com o outro lado da fronteira, ligação que marcou no passado e que ainda é verificada no presente. Que importância sociocultural teve e ainda tem, na sua opinião, essa aproximação fronteiriça? Qual o seu impacto e influência no seio da sociedade Melgacense? Em que âmbitos e com que profundidade é sentida esta proximidade?
12. Quais são as diferenças mais marcantes que aponta, ao nível social e cultural, na sociedade melgacense do presente, em comparação com a sociedade melgacense do passado, de quando iniciou o trabalho de campo, para recolha do património lendário?

Anexo 2 – Estrutura da entrevista a Valter Alves

Natural de Melgaço e autor do blogue *Melgaço, entre o Minho e a Serra*

Contextualização

O conjunto de questões que seguidamente se coloca, tem como objetivo principal obter um parecer pessoal e profissional (se assim se justificar) sobre a realidade social, cultural e linguística, passada e presente, do concelho de Melgaço.

O trabalho de investigação em desenvolvimento visa, sobretudo, a descoberta do concelho de Melgaço ao nível das suas realidades culturais (tradições populares e costumes), ao nível das realidades históricas e sociais que o marcaram e moldaram (sobretudo, a emigração e o contrabando) e, também, ao nível linguístico, sabendo que Melgaço, por ser o concelho mais setentrional do país, guarda em si uma estreita familiaridade com o outro lado da fronteira, que vos identifica e vos define.

Enquanto natural de Melgaço, acredita-se que a opinião do Valter seja uma mais-valia para a perceção desta realidade tão particular, obtendo assim informação que se considera importante para o corrente trabalho de investigação.

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Profissão:

1. Nasceu em Melgaço?
2. Quanto tempo e onde residiu no concelho?
3. (Caso tenha residido no concelho de Melgaço durante em infância). Como foram os tempos de infância passados em Melgaço? O que caracterizou esse tempo?
4. Estudou dentro ou fora do concelho? Como era a realidade do ensino no passado?
5. Viveu sempre com os seus pais? Eles também eram de Melgaço? E os seus avós?
6. (Se sim) algum deles esteve emigrado?
7. (Caso algum tenha emigrado) em que condições ocorreu o processo de emigração?
8. Teve contacto próximo com a realidade do contrabando? Como foram esses tempos?
9. Que impacto social e económico tiveram os ciclos da emigração e do contrabando? Considera que foram uma mais-valia para o concelho de Melgaço? Se sim, porquê?

10. Qual o papel da mulher na sociedade Melgacense do antigamente? Qual foi a sua importância durante o processo de emigração e nas demais valências que compunham a realidade social do concelho (casa, trabalho, educação)?
11. Que realidades marcaram o concelho de Melgaço ao nível social e cultural, para além das já referidas?
12. Alguma vez acompanhou os trabalhos de agricultura? Acompanhou algumas das tradições particulares desse tempo (o cozer do pão, as segadas do milho, o fiar da roca)? O que mais marcou esse período?
13. Participou nas festividades características do concelho (por exemplo: as romarias à Senhora da Peneda)? Em quais?
14. Que impacto social e cultural tinham na vida dos Melgacenses?
15. Relativamente às tradições orais, alguma vez lhe foi transmitido algum conto popular, lenda, ou superstição, que fosse característica do Concelho (mouras encantadas, lobisomens, acompanhamentos, entre outras)?
16. (Se sim) quem foi o autor dessa transmissão? Em que circunstâncias ocorreu? O que lhe foi transmitido (pode indicar um ou mais exemplos de algo que lhe foi contado)?
17. Era recorrente o processo de transmissão oral de saberes e costumes, ou foi um hábito que se foi perdendo devido a fatores externos, como a emigração?
18. Atualmente, que posição acha que ocupa estes saberes e costumes ancestrais?
19. Incidindo agora na realidade dos lugares do concelho, existe diferença do Monte para a Ribeira?
20. (Se sim) pode enumerar-me algumas das diferenças existentes?
21. Seguindo a lógica de diferenciação, que particularidades identificam as zonas de montanha, especialmente, Castro Laboreiro? Quais ainda hoje são visíveis?
22. Partindo agora para um âmbito mais sociolinguístico, sabemos que Melgaço, por ser o concelho mais setentrional do país, guarda em si especificidades linguísticas particulares. Tem consciência dessa especificidade linguística? Que marcas linguísticas identifica?
23. Que fatores, além do posicionamento geográfico, contribuíram para a manutenção destas particularidades da linguagem?
24. Quais ainda são visíveis nos dias de hoje e em que zonas (montanha, ribeira)?
25. Alguma vez se deparou com alguma situação em que o reconhecessem pela sua forma de falar?

Anexo 3 – Tabela de caracterização dos informantes

Nome	Idade	Sexo	Naturalidade	Estatuto
Emília	73 anos	Feminino	Castro Laboreiro	Informante
Anabela	84 anos	Feminino	Castro Laboreiro	Informante
Adelaide	83 anos	Feminino	Castro Laboreiro	Informante
Margarida	83 anos	Feminino	Chaviães	Informante
Paula	86 anos	Feminino	Prado	Informante
Júlia	70 anos	Feminino	Paderne	Informante
Matilde	88 anos	Feminino	Paderne	Informante
José	81 anos	Masculino	Paços	Informante
António	74 anos	Masculino	Paderne	Informante
Ana	48 anos	Feminino	Castro Laboreiro	Informante
Teresa	88 anos	Feminino	Castro Laboreiro	Informante
Henrique	71 anos	Masculino	Parada do Monte	Informante
Fernando	84 anos	Masculino	Cristoval	Informante
Sofia	58 anos	Feminino	Castro Laboreiro	Informante
Fernanda	85 anos	Feminino	Castro Laboreiro	Informante
Mateus	86 anos	Masculino	Vila	Informante
Isabel	68 anos	Feminino	Prado	Informante
Clara	75 anos	Feminino	Lamas de Mouro	Informante
Patrícia	68 anos	Feminino	Lamas de Mouro	Informante

Joaquina	77 anos	Feminino	Parada do Monte	Informante
Fátima	71 anos	Feminino	Parada do Monte	Informante
Carmo	80 anos	Feminino	Roussas	Informante
Joana	70 anos	Feminino	Roussas	Informante
Maria José Codesso	59 anos	Feminino	Paderne	Informante Especialista
Angelina Esteves	-	Feminino	Melgaço	Informante Especialista
Manoel Pombal	-	Masculino	Caminha	Informante Especialista
Albertino Gonçalves	-	Masculino	Prado	Informante Especialista
Álvaro Campelo	-	Masculino	-	Informante Especialista
Valter Alves	41 anos	Masculino	S. Paio	Informante Especialista

Tabela 1- Caracterização dos Informantes

Anexo 4 – Diagrama de projeção do estudo de campo

Para realizar o planeamento do estudo de campo utilizou-se a ferramenta Gantt Project v2.8.5 (pode ser descarregada através do link <http://www.ganttproject.biz/download/free>), desenvolvida para agilizar o processo de planeamento de tarefas para o desenvolvimento de um projeto. A utilização da ferramenta é gratuita e o permite ao utilizador adicionar tarefas, associando-lhe níveis, ou seja, define a macro tarefa e depois pode definir as micro tarefas essenciais para a sua conclusão.

Importa referir que os prazos de desenvolvimento de uma qualquer micro-tarefa tem impacto direto no período de início e fim da respetiva macro-tarefa. No presente trabalho de investigação, a ferramenta Gantt Project permitiu um planeamento mais objetivo das tarefas a realizar, permitindo ver a cronologia de tarefas a executar. A referida cronologia é caracterizada por um diagrama de Gantt que, automaticamente, o software descrito apresenta.

Diagrama geral



Imagem 1 – Diagrama de Gantt Geral do estudo de campo

Diagrama da fase de pesquisa documental

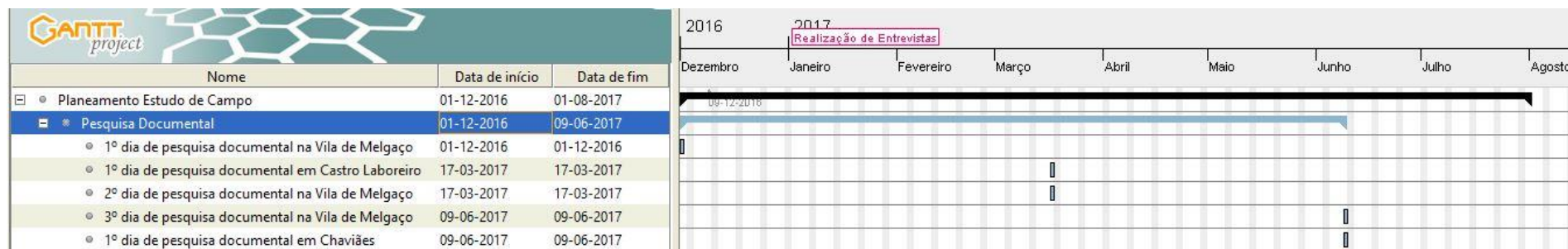


Imagem 2 – Diagrama de Gantt da fase de pesquisa documental

Diagrama da fase de execução das entrevistas

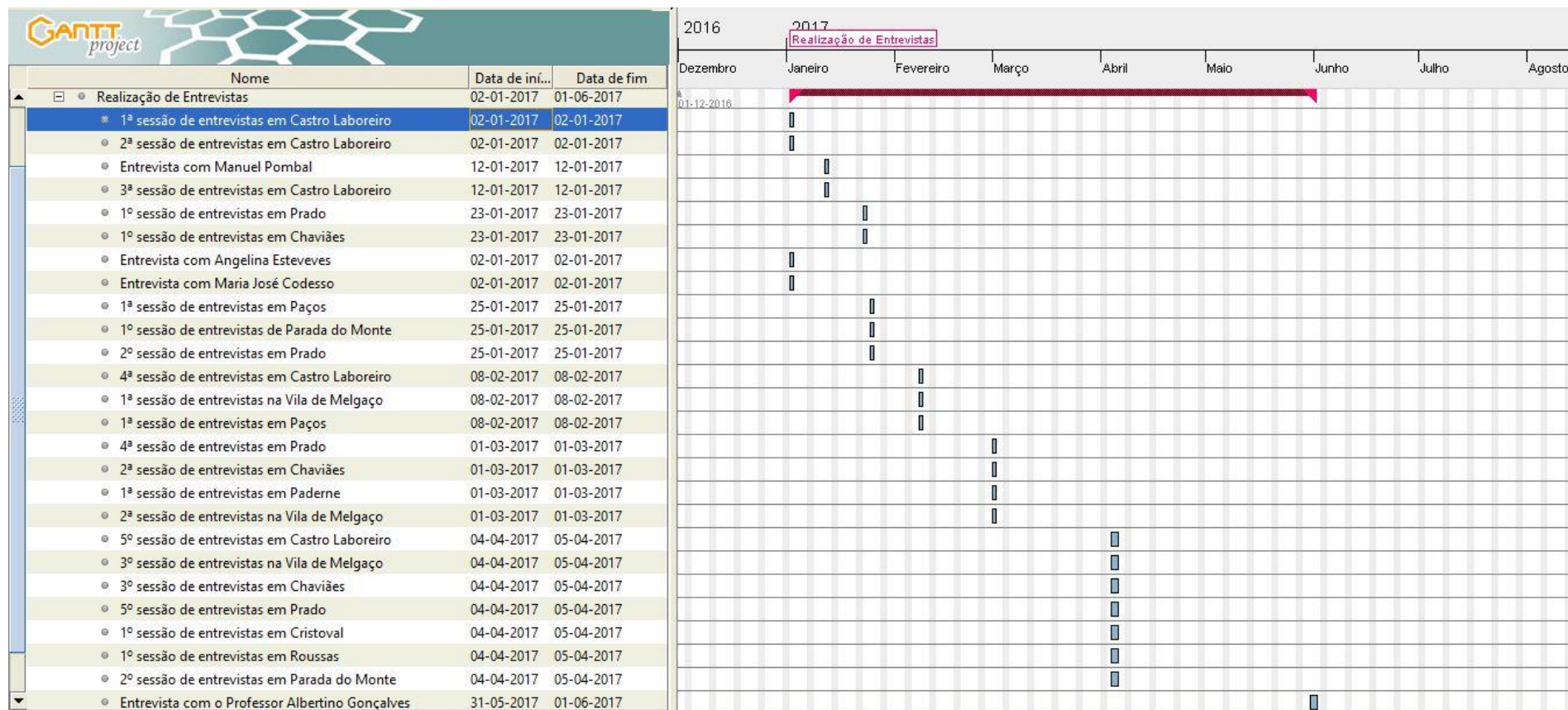


Imagem 3 – Diagrama de Gantt da fase de execução das entrevistas

Diagrama da fase de execução dos questionários

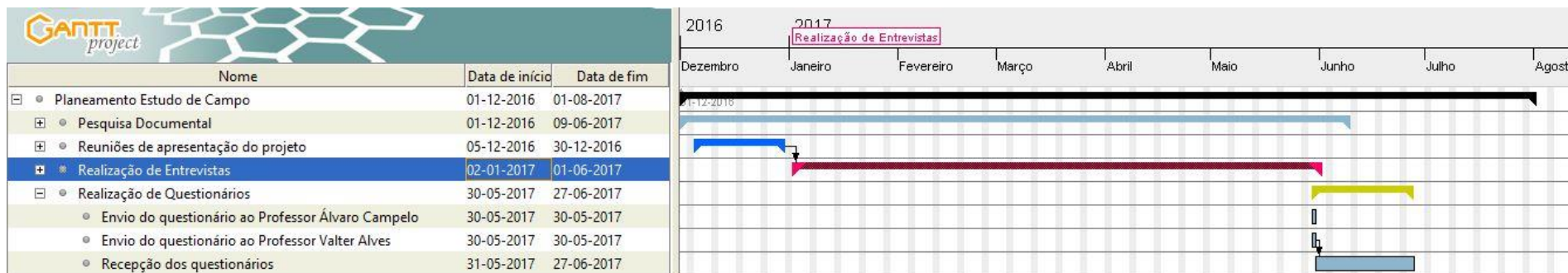


Imagem 4 – Diagrama de Gantt da fase de execução dos questionários

Diagrama da fase de transcrição e análise



Imagem 5 – Diagrama de Gantt da fase de transcrição e análise

Anexo 5 - Guia geral do estudo de campo

Contextualização

Este documento pretende ser uma orientação do estudo interpretativo de campo, incluindo, além de informações relevantes das zonas (especificidades sociais, culturais e históricas), orientações em termos de recolha audiovisual (entrevistas) feitas a entidades públicas e privadas das zonas de investigação, bem como aos habitantes. Além disto, pretende-se que sejam incluídos neste documento alguns tópicos de orientação relativos a pesquisa documental em campo (documentos importantes a recolher, interação com os arquivos municipais, bibliografia municipal, etc.).

Objetivos

1. Recolher, numa primeira fase, o maior número de informações que permitam um primeiro conhecimento do terreno de pesquisa nas suas mais diversas estruturas, a saber: órgãos municipais, culturais, administrativos e socioprofissionais (com, se possível, uma primeira fase de entrevistas);

2. Estabelecer um primeiro contacto com os informantes alvo (preferencialmente, quatro por zona), de modo a que numa segunda fase de pesquisa se concretize efetivamente a recolha do material audiovisual (recolha de contos/entrevista geral⁶⁰);

3. Recolher, nos diversos órgãos que compõem as estruturais locais (preferencialmente, arquivos municipais, bibliotecas municipais, associações recreativas e culturais) bibliografia local (monografias/ etnografias), espólio relacionado com o tema do trabalho de investigação (cancioneiros/ jornais/revistas/ livros de contos/ trabalhos científicos⁶¹).

⁶⁰ Por entrevista geral, entende-se todas as informações extralinguísticas que ultrapassam a mera recolha dos contos, informações que se prendem com a estrutura e identidade social, com os costumes e práticas locais, e com as especificidades regionais (história e geografia locais).

⁶¹ No Alto Minho, foi desenvolvido um projeto pelo Centro de Estudos de Antropologia Aplicada da Universidade Fernando Pessoa intitulado «Promoção e Gestão da Imagem do Vale do Minho», cuja ação se prendeu com a recolha do património lendário da zona do Vale do Minho. Seria importante identificar a abrangência da recolha e a importância do material recolhido. Existe também o Projeto *MemoriaMedia* do Instituto de Estudos da Literatura e Tradição - patrimónios, artes e culturas, que tem como objetivos o estudo, a inventariação e divulgação de manifestações do património cultural imaterial, será importante perceber o impacto deste projeto na zona de investigação. Quantos às regiões fronteiriças em investigação, existe um projeto intitulado «Frontera Hispano-Portuguesa: documentación lingüística y bibliográfica.», que tem desenvolvido trabalho na área lingüística, principalmente, mas também englobando questões sociais, económicas e políticas. Será importante perceber o que já foi feito em Regiões como Melgaço.

Descrição geral da zona de investigação

Melgaço

“Melgaço é um lugar de fronteira, um lugar de uma época, de uma história social, cultural e política. Melgaço é um território de Liberdade: um território de passagem.” (in <http://www.ocio.oof.pt>)

Melgaço é composto por dezoito zonas: Alvaredo, Castro Laboreiro, Chaviães, Couso, Cristoval, Cubalhão, Fiães, Gave, Lamas de Mouro, Paços, Paderne, Parada do Monte, Penso, Prado, Remoães, Roussas, S. Paio e Vila. É considerado o concelho mais setentrional de Portugal, possui três fronteiras/ acessos à Galiza.

Face ao exposto, compreende-se que exista a natural influência do galego (especificidade do galego-português nos falares locais, facto que se considera relevante na Investigação (em especial a análise do dialeto castrejo, de Castro Laboreiro).

Ao nível das práticas locais, os habitantes de Melgaço dedicam-se quase que exclusivamente à agricultura e à pecuária. Este é um concelho muito ligado às tradições de artesanato como a tecelagem em linho ou em lã e as alfaias agrícolas.

Analisando o mundo das especificidades culturais, verifica-se que os cultos locais têm uma particular importância na vida dos Melgacenses, nomeadamente, as festas populares ao santo padroeiro. Têm igual relevância as Festas do Alvarinho e da Cultura.

Ao nível histórico, social e político, constata-se que a emigração clandestina foi um facto que transformou o que é hoje Melgaço. Entre 1960 e 1974, estima-se que um milhão e meio de portugueses (um sexto da população residente) tenha saído de Portugal. Com os acontecimentos da década de 60 (como, por exemplo, a Guerra do Ultramar), obter legalmente o passaporte de emigrante era uma tarefa difícil e, muitas vezes, impossível. Na raia luso-espanhola – onde se insere o concelho de Melgaço – muitas redes de emigração ilegal eram já anteriores redes de contrabando.

Reportando-se o cerne da investigação em curso: a literatura de tradição oral, verifica-se que, em Melgaço, existe um particular interesse pelos contos e fábulas com criaturas fantásticas e poderes mágicos. Melgaço é um espaço do Vale do Minho com uma forte identidade cultural, com particularidades muito especiais ao nível do seu património imaterial, com especial destaque para o seu espólio lendário (um dos exemplos desse espólio é a lenda da luta da Inês Negra com a “arrenegada”, no século XIV).

Importância de Castro Laboreiro

Esta é uma zona de montanha, com um carácter especial ao nível humano e cultural, de origem celta. Destaca-se a cultura local de transumância, as suas especificidades linguísticas e os seus hábitos ancestrais (desenvolver pesquisa acentuada no terreno).

Entidades públicas de Melgaço

- **Instituições de Cultura:**

- Casa da Cultura: Serviço público que tem como objetivo promover e valorizar o património cultural de Melgaço;
- Espaço de Memória e Fronteira;
- Museu de Cinema de Melgaço;
- Associação recreativa Noites Gaiteiras;
- Associação Momo 21;
- Os Simples: grupo amador de Teatro;
- Associação de Municípios de Vale do Minho.

- **Câmara Municipal e as suas entidades:**

- Arquivo Municipal de Melgaço;
- Biblioteca Municipal de Melgaço.

- **Instituições de Comunicação Social:**

- Alto Minho TV;
- Rádio Vale do Minho.

Anexo 6 - Guião de entrevista

O guião de entrevista é uma ferramenta importante para o planeamento das entrevistas a realizar. Assim, serão apresentadas em seguida as questões-chave que serão usadas como instrumento de investigação. Uma vez que o ato de entrevistar pressupõe o dinamismo e adequação ao perfil da pessoa entrevistada, poderão surgir novas questões durante o decorrer da entrevista.

Durante o processo de investigação, serão realizados dois tipos de entrevista:

1. Aos informantes (pessoas anónimas locais cuja entrevista terá um carácter mais informal e personalizado);
2. Instituições (cuja direcção da entrevista pressupõe um conteúdo mais formal e direccionado).

As questões-chave para o desenvolvimento das entrevistas aos informantes em cada uma das zonas alvo de investigação são:

- Identificação da pessoa a entrevistar (Nome, Idade, Profissão, Naturalidade, Habilitações e Zona de Residência);
- Há quanto tempo reside na zona _____?
- Sempre residiu na mesma?
 - Se não, porque se ausentou?
- Como caracteriza a zona onde vive?
- Considera que a zona mudou muito desde que vive aqui?
 - Se sim, o que mudou?
- Que atividades eram típicas de serem exercidas na zona?
- Ainda são profissões de prática corrente?
- A prática de contar contos populares e/ou lendas era habitual na zona _____?
- Considera que foi/é uma tradição importante na zona _____?
- Que contos populares conhece?
- Quem foi responsável pela transmissão dos mesmos?
- Em que contexto foram transmitidos os contos populares?
- A transmissão de contos é/era feita em ambiente familiar?
- Ou em ambiente de comunidade?
- Qual o conto popular que melhor conhece e mais facilmente pode transmitir?

- Há quanto tempo conhece o conto popular que transmitiu?
- Já transmitiu os contos populares que conhece a alguém?
- Atualmente, a transmissão do conhecimento dos contos populares ainda é uma prática importante da zona _____?
- Considera que a prática de contar contos populares ainda é importante no presente? As pessoas e famílias ainda se juntam para ouvir essas histórias? Será uma prática do passado?
- Relativamente à emigração/desertificação). Quantos familiares seus residem na zona _____?
- Tem familiares que tenham emigrado?
 - Se sim, porque o fizeram?
- Tem familiares que se tenham deslocado para outras zonas do país?
 - Se sim, porque o fizeram?
- Nos últimos tempos, a zona _____ tem recebido novos habitantes?
- Ainda vivem muitos jovens na zona _____?
 - Se sim, procuram manter as tradições locais?
- É religioso (a)?
- Que importância tem a religião _____ na zona _____?
- As festas e romarias são importantes para si? E para a comunidade da zona _____?
- Quais é que ainda se praticam?
- Mudaram muito ao longo dos tempos?
- Os jovens colaboram na realização das mesmas?
- Como são as relações com as pessoas da zona vizinha (Espanha)?
- Já alguma vez teve algum tipo de relação pessoal, social e/ou laboral com pessoas da zona vizinha?
 - Se sim, que influência tem a zona vizinha em si?
- E na zona em que reside?
- É ou era comum o contacto entre as zonas?
- Em que circunstâncias?
- Este contacto reflete-se na forma como as pessoas da zona _____ falam?
 - Se sim, de que forma?
- Quais as principais expressões/palavras?

Obs.: importa referir que as questões previamente apresentadas poderão sofrer alterações com o intuito de adequar a linguagem ao informante que está a ser entrevistado.

As questões-chave para o desenvolvimento das entrevistas a responsáveis de instituições em cada uma das zonas alvo de investigação são:

- Há quanto tempo reside na zona _____?
- Sempre residiu na mesma?
- Como caracteriza a zona onde vive?
- Considera que a zona mudou muito desde que vive aqui?
 - Se sim, o que mudou?
- Que atividades eram típicas de serem exercidas na zona?
- Ainda são profissões de prática corrente?
- A prática de contar contos populares e/ou lendas era recorrente na zona _____?
- Considera que foi/é uma tradição importante na zona _____?
- Que importância têm os espaços culturais locais na preservação/promoção das particularidades culturais da zona _____?
- Entende que a região em que se insere a instituição _____ é um espaço/reservatório de práticas culturais que invocam valores e traços da cultura tradicional (como a transmissão dos contos populares)?
 - Como define a evolução da natalidade na zona _____?
 - Como descreve a evolução do número de habitantes da zona _____ ao longo dos tempos?
 - Quais as principais razões para a emigração das pessoas da zona _____?
 - Que importância tem ou teve a industrialização nas práticas laborais da zona _____?
 - A agricultura e pecuária são uma parte significativa da atividade laboral da zona?
 - Que transformações significativas ocorreram na sociedade em que se insere a instituição _____?
 - Que impacto tiveram as referidas alterações?

- A instituição _____ mantém um contacto próximo com a comunidade local?
- Que iniciativas promovem o referido contacto?
- Como é que a inserção dos meios de comunicação em zonas predominantemente rurais gerou impacto na cultura e hábitos locais?
- Foi fácil a adaptação da população aos novos meios de comunicação?
- Os meios de comunicação são impulsionadores da tradição, práticas e valores sociais da zona _____?
 - Se sim, de que forma?
- A inserção de novos meios de comunicação em zonas rurais, influenciou a cultura popular local?
- Como transmissores atuais e dinâmicos dos hábitos da população, reconhecem importância na literatura oral tradicional?
- Consideram-na um fator de identificação local?
- Sentem responsabilidade na sua preservação e transmissão?
- Quais são as preferências dos ouvintes das rádios locais?
- Os gostos tradicionais mantêm-se?
- Existe uma adaptação aos estilos musicais mais atuais?

Obs.: as perguntas que se seguem poderão ser feitas aos representantes das instituições que serão entrevistados. O intuito das mesmas é perceber se, no seio das Instituições, existem percursos desta tradição ou – caso não seja um hábito já presente – se ainda retêm memórias de tais práticas.

- Conhece algum conto popular?
- Quem foi responsável pela transmissão do (s) mesmo (s)?
- Em que contexto foi transmitido o conto popular?
- A transmissão de contos é/era feita em ambiente familiar?
- Ou em ambiente de comunidade?
- Já transmitiu o conto popular que conhece a alguém?
- Atualmente, a transmissão do conhecimento dos contos populares ainda é uma prática importante da zona _____?

Anexo 7 - Autorização de utilização de imagem e som

Eu, _____ portador (a) do cartão de cidadão número _____, residente em _____, declaro que autorizo que Maria Salomé Alves Dias, portadora do cartão de cidadão número 14293378, residente em Guimarães, utilize a minha imagem e som para efeitos estritamente académicos no âmbito da dissertação com o tema Língua e Identidade na Literatura Oral: Evolução do Português e contributos das línguas vizinhas em localidades fronteiriças.

_____, _____ de _____ de 2016

Ass: _____

Anexo 8 – Contrabando: excertos de entrevistas

8.1. Tipos de contrabando:

1. “...no princípio, quando o meu marido ficou aqui, em que abrimos negócio, ligeiramente, ainda andamos um bocadinho, mas depois aquilo acabou. Foi já no fim, mas muito pouquinho. Aqui, começaram por fazer o contrabando do café, café em grão, depois chegou a haver contrabando do gado, contrabando de bananas. Nós, houve uma altura, que íamos às compras à Espanha, que era tudo mais barato.” (Sofia, Castro Laboreiro)
2. “A Espanha fica aqui pertinho. Vocês sabam onde é a Portelinha? Pois a Espanha, baixa-se ali à Portelinha e abaixo hay uma fronteira que já se passa e eu ia buscar sacos de... que era o que se ia buscar que aqui era mais caro. Azeite, garrafas de azeite, kilos de bacalhau, chocolati, e assi...” (Anabela, Castro Laboreiro)
3. “Íamos muito à Espanha, a um lugar que lhe chamam Pereira. Passava-se o rio e já era espanhol e adespois fomos muito tempo às cousas à Espanha. Olhe, ia-se buscar toucinho, bacalhau e assi cousas de comer. Vinho, era mais barato que aqui. Íamos mais lá que vínhamos aqui à Vila de Castro.” (Adelaide, Castro Laboreiro)
4. “Ai! Eu fui muitas vezes. Às vezes, só para trazer duas ou três pastas de chocolate e um kilo de arroz e ia a pé, ir e vir. Eu tinha muita sorte, sabe Maria, quase sempre nos saiam os guardas. Raios partam os guardas! Estava o porteiro, para onde havíamos de passar. Ai os guardas e o porteiro..., mas eu tinha o Ti’ Zé da Pereira, que era tio do meu marido... então, ao chegarmos aos guardas, eu pedia-lhe, dizia «olhe, eu venho aqui, mas foi o Sr. José Pereira, o capador, que me mandou vir. As coisas são para ele, não são para mim». Os guardas tiravam-nos, não podíamos ir à Espanha, atravessar a fronteira. Mas eu passava, porque ele ia lá capar os porcos, era capador. [Os guardas diziam] «então, se é para ele, vá, vá, vá embora. Se vir o meu colega lá à frente, não diga que a vi». Não digo não, que eu quero escapar desta!” (Joaquina, Parada do Monte)
5. “De um modo geral, aquele contrabando, que a gente chama contrabando mais visível, eram os homens que o faziam, era o contrabando, por exemplo, de prata, do ouro, do cobre, de tripa, de sabão, isso implicava carga, risco, noite e ligação com

os guardas e tudo. Esse, normalmente, eram os homens que o faziam. Se tu quiseres, o contrabando vinha de baixo, às vezes vinha de longe, às vezes vinha de Lisboa e havia as cargas, haviam poucos camiões, portanto, eram sempre dois ou três que andavam nisso, não havia mais e, as pessoas, punham-se em determinado sitio à espera que chegasse um camião, para fazer a descarga, fazer a descarga era pegar nas coisas e levá-las à Espanha, não é? Esse, eram sempre homens, sobretudo homens. As mulheres faziam outro tipo de contrabando, que era um contrabando mais de galinhas, ovos e essas coisas todas assim, que acabava por ser um contrabando mais arriscado do que o outro, sabes porquê? Porque o outro contrabando, normalmente, estava almofadado, isto é, os guardas... eram coniventes. Recebiam um tanto por atravessar, recebiam outro tanto ao mês. De uma maneira ou de outra. Portanto, era mais almofadado. Quando os Guardas apanhavam alguém lá com os ovos, com as galinhas, ou com nada, aí é que exerciam a autoridade toda e tu podias ter circunstâncias em que, uma mulher, por estar a passar ovos, ir para a cadeia, por exemplo.” (A. Gonçalves)

8.2. Produtos contrabandeados:

6. “Eu mesmo, quando vinha cá à terra, ia buscar as coisas à Espanha. Eu não tive envolvido no contrabando, mas estava bem ocorrente de como funcionava o contrabando, porque isso era o florão da nossa terra, foi sempre, do tempo da guerra, foi sempre a coisa mais importante da nossa terra. Era um passar em contrabando de coisas importantes para a Espanha e da Espanha para Portugal. De Portugal para a Espanha, era sobretudo o café, adépois, o cobre, o ouro, o volfrâmio, que nós tivemos aqui, uma coisa importante em Castro Laboreiro foi o volfrâmio. Eu sei que o meu pai e uma tia minha trabalharam lá, foi mesmo difícil, você imagine que iam daqui para Castro Laboreiro para trabalhar e ficavam lá, sabe Deus a dormir como, na estação do volfrâmio.” (António, Paderne)
7. “Quanto mais se passava, mais se queria passar. Depois, acabaram os animais, veio a banana, no meio das bananas vinham muitos produtos ao qual nós, se soubéssemos o que vinha no meio das caixas, nem passávamos e, daqui para a Espanha, ia o tabaco.” (Ana, Castro Laboreiro)

8.3. Formas de passagem de mercadorias:

Comboio:

8. “...botavam-se dúzias de toneladas de mercadoria, na linha do comboio, na beira da linha do comboio, porque eles carregavam, alguns gajos, carregavam o comboio. Havia aqui um rapaz, que era chefe da estação de Arbo, um tal Andrés, ui Jesus, o que passou aquele homem! Centenas e centenas, também tinha uma fortuna.” (Mateus, Vila)

9. “Outras vezes, era ali em frente a Chaviães, havia um grande pântano de água, que era dos comboios de antigamente, era a carvão e paravam ali para carregar a água. Esses comboios eram de mercadorias, eram muito compridos, traziam trinta/quarenta vagões e tinham umas goritas como uma sentinela, o vagão, e levava ali um senhor a travar e o motorista dava-lhe o sinal com um apito «ti-ti» e eles travavam, que a máquina sozinha, para travar, não podia ser. Então, aí, de quatro em quatro vagões tinha um desses e dava-lhe o sinal, ao da frente, e ele parava ali uma hora e, então, esses que vinham a travar, já eram nossos conhecidos lá do café ali e ele parava logo ali ao sair do rio em cima.” (José, Paços)

10. “Tínhamos quinze anos, íamos até Ribadavia, ainda são um par de estações, quarenta e tal quilómetros e remetiam-nos com aquilo em cima, nós íamos escondidos e, antes de chegar à estação de Ribadavia, ele vai muito devagarinho e nós atirávamos com os sacos para a linha do comboio, ... depois saímos em Sante, vínhamos pela linha abaixo, a pé, buscá-los, passávamos por baixo.” (José, Paços)

Barco /Batela:

11. “...levávamos a salto, íamos, levávamos lá dez quilinhos, passámos num barquinho feito por nós de madeira.” (José, Paços)

Rasto/Batela

12. “Naturalmente que, depois deu um laço à corda, ao saco de café, sacos de noventa kilos, menina, sabe que é a carga de um animal, mas a gente, claro, naquele tempo, sabe como é. Então, é claro, deu o sinal aos galegos e os galegos puxaram para lá, foi de rasto. A gente metia-os dentro de um saco de plástico e depois dava-lhe uma

laçada no cimo e apertava, os de lá puxavam, aquilo ia de rasto pelo rio. Quando era na coisa do arrasto, quando era de batela, isso já era outra coisa.” (Mateus, Vila)

Carros e animais:

13. “Ui, havia tanta gente, pá, carregados de carros para a Espanha para cá e outras coisas, aquilo era o fim do mundo! Havia indivíduos que chegavam a cangar os bois de manhã, para levar as cargas.” (Fernando, Cristoval)

8.4. Conivência da Guarda Fiscal:

14. “... agora, o que havia nisto, a menina vai compreender esta coisa, às vezes levava-lhe algum, está a perceber? Por exemplo, vinham, apareciam-me aí, passar, por exemplo, vinte ou vinte e cinco toneladas, trinta toneladas de mercadoria, eu falava com a Guarda Fiscal e, em vez de lhes dar os vinte e cinco, dava-lhe só vinte e quatro. Claro, era muita despesa, eu ganhava um tostão, dois, era conforme.” (Mateus, Vila)
15. “Andavam atrás de um qualquer, porque se nos apanhassem a nós, apanhavam o passador. Se eles apanhassem um que ia passar xis cabeças de gado, ao me prenderem a mim, ou eu falava, ou ia ter problemas. Ao me prenderem a mim, apanhavam o passador, isso era lógico, era mais que óbvio. Ah, mas os guardas aqui não faziam mal, porque a gente recebia. Aqui recebiam um xis por cabeça.” (Ana, Castro Laboreiro)
16. “Olhe, a Guarda Fiscal aqui andava comprada, os patrões pagavam-lhes, nós éramos mais pelos carabineiros. Aquilo, se não fosse a Guarda Fiscal, apanhavam-nos todos os dias. Tinham que fechar os olhos!” (Teresa, Castro Laboreiro)
17. “...o outro contrabando, normalmente, estava almofadado, isto é, os guardas... eram coniventes. Recebiam um tanto por atravessar, recebiam outro tanto ao mês. De uma maneira ou de outra. Portanto, era mais almofadado.” (A. Gonçalves)
18. “Normalmente, os Guardas que era preciso comprar, não eram só os Guardas de Melgaço. Eram muitos em Melgaço, mas não eram só esses, porque o contrabando, como eu te disse, vinha do Porto, por exemplo, e ia até Madrid. Ora, neste trajeto

do Porto até Melgaço, a carga podia ser apreendida pela Guarda em qualquer sitio, havia risco. Portanto, não era só comprar a Guarda Fiscal que estava em Melgaço, mas era comprar a Guarda Fiscal que estava no percurso todo. Percebes?” (A. Gonçalves)

8.5. Autoridade e repressão da Guarda Fiscal

19. “...preendeu-nos a nós e ao saco, para vir para o posto, que é aqui em S. Marcos, não sei se sabe onde é o posto e aquilo é ali a quinhentos metros desviado do posto. Lá viemos e tal, um bocado trazia ele o saco, um bocado trazia-o eu, mas não sabíamos, nim eu, nim ele, desse colega que eles mataram, com duas filhas...” (Mateus, Vila)

20. “..., mas tive problemas na vida, tive problemas graves. Tive um rapaz amigo, que morreu como daqui ao tribunal, levou um tiro, entrou-lhe aqui num braço, e saiu debaixo do outro braço, nem ai Jesus disse! (...) nessa vez já fui preso. Levava um saco de noventa kilos às costas de café cru, café cru e o gajo ia a passar lá nuns penedos, quando mataram o outro e traz, apanhou-me, botou-me com o saco ao chão e tal, começou para ali a mandar vir e eu, como era revolucionário, não é que eu esteja a dizer isto, que me virava, não, eu obedecia às autoridades. Dava-me bem com eles, mas olhava pela minha vida.” (Mateus, Vila)

8.6. A figura do carabineiro:

21. “Tínhamos lá os clientes, os guardas andavam ao tiro a nós, porque os carabineiros eram muito maus e tínhamos que fugir!” (José, Paços)

22. “Fomos uma vez para o vinte e um e apareceu-nos ali os carabineiros e nós, ali, só estávamos três. Vocês que andam a fazer aqui? e digo-lhe eu assim: olhe, perdi uma égua»; Éguas são vocês! Mas eu depois, ao vir para baixo, que nós estávamos no alto e viemos para baixo, para a Espanha, lá vinha o rebanho para cima. oh meu amigo! fugimos, desaparecemos, porque me interessava o que vinha abaixo. Depois, ao chegar abaixo, era tiros, tiros, tiros, mataram um rebanho de animaizinhos em baixo. O gado vinha cansado e começaram a matar, mataram muitos, mataram muitos mataram!” (Teresa, Castro Laboreiro)

8.7. Códigos

23. "... a menina não conhece esta área, isto é assim...ora bem, nós, daqui de Portugal víamos quando a Guarda Civil descia para a ponte, aqui para baixo, onde tinha o quartel. Ora bem, nós daqui de Portugal, quando víamos descer para o quartel os Carabineiros, púnhamos uma toalha ou um lençol branco na sacada, para os espanhóis saberem que já não havia Guarda Civil ali. Então, depois, era o que calhava, ovos para lá e para cá, parafina, carros velhos, eu cheguei a ajudar a passar os chassis de um carro, aqui em abaixo, na ponte, pá, no Rio Trancoso." (Fernando, Cristoval)
24. "Nós, quando tínhamos os carabineiros e quando tínhamos contacto visual com os que vinham do outro lado com o rebanho, nós fazíamos gestos e, pelos gestos, entendíamos-nos e eles tentavam retirar que, às vezes, era quase impossível, não conseguiam levar o rebanho." (Ana, Castro Laboreiro)

8.8. Idades

25. "O Contrabando da raia seca. Andámos no contrabando, os três! Eu com onze anos já ia ao contrabando. Não éramos patrões, nós não, nós trabalhávamos para outro, nós passávamos mais de lá para cá...era um trabalho perigoso como é qualquer trabalho hoje em dia. Para mim, não era perigoso, porque eu estava protegida pelos adultos." (Ana, Castro Laboreiro)
26. "...naquele tempo, quem tinha necessidade, começava a trabalhar muito cedo, seja no contrabando, seja no que for. A conceção que se tinha de criança, não era agora a nossa, a criança era alguém que se esperava que se tornasse adulto o mais rápido possível e tornar-se adulto o mais rápido possível, passava por aí, percebes? Esse é um aspeto. O segundo aspeto é que, para certas coisas, as crianças até eram melhores na atividade do contrabando, do que os homens e mulheres, tinham mais agilidade, escondiam-se melhor e por aí adiante, para vigiar, essas coisas. O contrabando tem de ser vigiado. Tem de haver alguns que estão a vigiar, do lado de cá e do lado de lá. Depois, havia um outro problema, é que a prática do contrabando era, de facto, uma atividade familiar, dita mesmo assim: uma atividade familiar. As crianças não estavam melhor noutra sítio, que estavam com o pai e com a mãe no contrabando, percebes? Isto é importante, porque tu tens uma família, um homem

e uma mulher que têm uma criança pequena, onze anos, não é? Esta família tem que levar uma televisão para a Espanha, para tal destino, porque o mundo do contrabando era assim mesmo, já era para alguém. Deixavam em casa o miúdo? O miúdo não ia fazer contrabando, mas ia com eles e, às vezes, até havia situações do arco da velha, porque às vezes perdiam o miúdo. Estás a ver? Portanto, a presença do miúdo é o que eu digo... o miúdo era um adulto em ponto pequeno, dava para trabalhar. Depois, há a questão de a empresa ser familiar mesmo e a família é que trabalha. Quando as mulheres, por exemplo, em Castro Laboreiro, tinham que levar o gado ou trazer o gado, era uma atividade para aí de treze ou quatorze horas. Era uma atividade de longa duração, tinham que andar imenso, elas até andavam grávidas...” (A. Gonçalves)

8.9. Dificuldades de subsistência (a especificidade das zonas de montanha)

27. “Havia miséria. Havia, porque era uma serra, como estão a ver, na qual o cultivo era unicamente batata e centeio, couves, não havia mais nada. Era uma terra produtiva em batata e centeio, mas não havia mais nada. Tínhamos as ovelhas, as cabras, as vacas, as quais se vendiam, os pequenitos, mas não havia aquela abundância como havia junto ao mar e assim. Aqui, era mais escravo, porque eram três meses de inferno e nove de inverno. Estás a compreender? Aqui é como a formiga, tinhas de trabalhar os três meses de verão para o inverno, era complicado.” (Ana, Castro Laboreiro)

8.10. Benefícios do Contrabando:

28. “O contrabando para o concelho foi uma mais-valia, não só para as pessoas singulares, quando digo singulares, para ir buscar o azeite, o tabaco, aquelas coisinhas que faziam falta em casa e que eram mais baratas, como depois em grande escala, porque tivemos aí contrabandistas em grande escala, que trouxeram para cá muito dinheiro e grandes fortunas.” (Maria José Codesso)

29. “Há três décadas atrás, quando cá cheguei, quando conheci Melgaço, Melgaço ainda estava muito marcado na sua economia pelo contrabando e com resultados visíveis na economia dos melgacenses, por via desse negócio, que foi um negócio fulgurante, um negócio de grande dimensão e que trouxe muita, mas mesmo muita riqueza para a população de Melgaço. Há três décadas essa era uma marca profunda

da economia e, porque era uma marca da economia, era também uma marca sociológica, porque as pessoas organizavam-se à volta desse grande comércio que era o contrabando. Haviam os grandes empresários do contrabando e havia depois um conjunto de pessoas que trabalhava para esses grandes empresários, a riqueza era distribuída dessa maneira, através das pessoas que trabalhavam para esses grandes empresários do contrabando. Era uma marca profunda há trinta anos atrás, que desapareceu...” (Manoel Pombal)

30. “As pessoas em situações precárias, deixaram de estar em situações precárias: uns, porque emigraram; outros, porque a atividade económica do concelho melhorou imenso. Naquele tempo, alguns, conseguiam arranjar a França em Portugal...” (A. Gonçalves)

31. “Aqui nunca se bibiu muito mal, porque era contrabando. Deus me livre, aqui em Melgaço, está bem, está! Até as vacas, até o gado, não hay muitos anos o gado. Aqui, foi a passagem do pessoal que vinha de lá de baixo para passar para a França, era por aqui, pela raia seca. Se era o gado, era aqui pela raia seca que passava tudo até Crasto Labreiro. Tudo para cá!” (Margarida, Chaviães)

Anexo 9 – Emigração: excertos de entrevistas

9.1. Migrações sazonais – uma primeira mobilidade antes da ida para França

1. “... só os homens mais velhos, mas quando começaram a emigrar foi tudo, mas aqui antes, os mais velhos, por exemplo, no tempo dos meus avós, começaram a ir para Trás-Os-Montes trabalhar e chegaram a ir a pé para Trás-os-Montes trabalhar na construção; até porque nós temos muitas tradições parecidas com as de Trás-os-Montes, que eles aprenderam lá, temos muita coisa em comum. Trás-os-Montes e aqui Castro Laboreiro tem muita coisa, que a gente agora vê na televisão e vê-se que ainda há muitas tradições parecidas com as nossas.” (Sofia, Castro Laboreiro)
2. “Comecei a minha emigração dentro do meu próprio país. Em Lisboa, fui trabalhar para o comércio, o que nós chamávamos, naquele tempo, era Marçã (?). Estive desde os dez anos e meio até à ida para a França, até aos dezanove anos.” (António, Paderne)

9.2. Motivações para saída

3. “Gozo não tivemos nenhum, era a força de vontade que tínhamos de ir e do resto... A mocidade ia toda, ora nós, claro, não queríamos ficar aqui ninguém. Tudo à teima para ganhar dinheiro. Nós, antigamente, íamos lá e só deixávamos lá o dinheirinho que gastávamos para comer, mais nada, o resto vinha tudo para aqui.” (Henrique, Parada do Monte)

9.3. Dificuldades na passagem da fronteira (os encargos da clandestinidade)

4. “... o meu marido migrou, mas para migrar fez seis saídas para a França. É que aí... só à seis é que rompeu, caía sempre preso. Era a salto. Iam, naquele tempo era com uns passadores espanhóis e tratavam o preço com a gente, mas se calhava de a guarda sair, iam para a cadeia. Olhe que o meu marido fez seis e naquele tempo não havia dinheiro, não havia onde ganhar um tostão, mulher. Foi uma vida muito escrava!” (Adelaide, Castro Laboreiro)
5. “Ui, muita gente emigrou... e ainda estão para lá! Muita gente ainda está. Alguns, coitadinhos... morrem lá, alguns morrem lá, outros vêm. Sabe Deus como eles passam também!

(...) era a salto e depois levava-os... havia um carro que os levava e chegava ao meio do caminho e deixava-os ficar, não os acompanhava até passá-los, para lá para a França e depois prendiam-nos, ai como se eles viram coitadinhos!

Os meus não se viram... eu tinha lá uns tios e eles chamaram-me os filhos e levaram-mos mui bem até lá. Tinham bô trabalho e tudo.” (Anabela, Castro Laboreiro)

6. “Estive lá três anos e meio sem vir, depois vim com passaporte só de uma vinda, mas adepois já a coisa mudara, já não era tão fechada. Foi em sessenta em sete, em sessenta e sete, em dezembro, a primeira vez que vim cá. Vim com o passaporte só de uma vinda e, é claro, só me dava para vir e adepois a ir, eu ajeitei o mesmo passaporte e passei a salto aí a fronteira. Depois, vim algumas vezes a salto, umas três ou quatro vezes assim a salto.”

“Tínhamos um guia, sempre um guia. Um guia, guiava-nos a uma certa distância e depois entregava-nos a outros guias, aquele já ficava e entregava-nos a outros e fomos assi. Deixamos um lá na floresta, cansou, não se astreveu mais, ficou lá. Não sei depois o rumo dele, nunca mais soubemos nada. «Eu não me astrevo a ir» e lá ficou e, adepois, era mesmo difícil. Nós metemo-nos cinquenta, ficamos cinquenta e quatro, metemo-nos todos numa carrinha, dessas carrinhas de «báxi» (?), claro que ela baixa atrás, todos lá dentro, quase não cabíamos, íamos acamadinhos ali de pé. Foi no mês de julho, ia calor, o caminhão parou lá num sitio, parou. Aquela gente toda lá dentro, debaixo daquela «báxi», o sol a bater ali, quase abafámos lá dentro, o remédio foi rasgar a báxi, que alguns já estavam quase abafados. Atirávamos pelo buraco da báxi para fora e depois o home sempre nos abriu a porta. Nós escorríamos água lá dentro, aquilo não tinha jeito nenhum!»”

(Henrique, Parada do Monte)

7. “Ai, difícil? Ai, filha da vida! Não sei como ele resistiu! Ele e outros... outros morreram. Porque ele foi... claro ia clandestino, ia a salto, chamavam naquele tempo. E então foi e dinheiro não tinha para ir e antes de ir para lá foi para as minas da panasqueira e lá é que trabalhou, juntou dinheiro e foi para a França. Foi, mas chegou lá e não os vieram buscar, não os vieram buscar, estiveram numa corte e, coitadinho, depois não o vieram buscar e teve que vir embora.

Depois, ele veio e como eu já não tinha dinheiro para lhe pagar aos passadores... era uns passadores, quem os passava, clandestino. Depois ele foi pra... prá minas da panasqueira e juntou outra vez o dinheiro e foi, depois foi, já estava a trabalhar lá num lavrador, chamam-lhe na França uma ferma (?) e estava lá um... outros também a trabalhar e os outros que ainda não estavam documentados. Olhe um, de todos os que estavam, um foi-se documentar e depois foi espiar os outros que estavam-se a documentar. Veio preso. Veio preso, mais ele e um colega. Pronto, depois veio, tentou outra vez, foi outra vez para as minas da panasqueira e ganhou dinheiro e foi, naquela altura então é que já... já acertou.” (Margarida, Chaviães)

8. “A emigração foi muito difícil, porque as pessoas iam a salto e havia uma mulher, que andava pelos lugares a angariar as pessoas e depois havia outro senhor, que tratava de as encaminhar e, então, tinham que dar, naquele tempo, dez contos. Eu enchi-me de emprestar dinheiro aos meus vizinhos para irem para a França. Emprestei. Emprestei várias vezes e, às vezes, eles iam e eram presos e depois iam para a cadeia e a PIDE daqui ia lá buscá-los e trazia-os e, depois, eles ficavam muito tristes, porque estavam a dever dinheiro, não tinham para pagar e era um problema. Depois, tentavam ir outra vez e nós, às vezes, até emprestavamos, mas toda a gente nos pagou, que ninguém nos ficou a dever.” (Matilde, Paderne)
9. “...meu pai foi três vezes para a França. Foi uma vez a salto, correu-lhe bem a vida, esteve lá, ganhou algum dinheiro e tudo mais, só que depois, veio para cá e deixou perder os documentos e pronto, não foi. Depois, tornou a ir outra vez, foi a salto e ficou preso, esteve preso em Baiona e depois veio para cá, teve que responder aqui, esteve na cadeia aqui, que é ali na Casa da Cultura, onde é que era a antiga cadeia e depois, dali a uns anos, foi outra vez para a França com documentos falsos, com um passaporte falso e depois correu-lhe tudo bem, até que esteve lá até que se reformou.” (Isabel, Prado)
10. “O meu pai também emigrou. Depois, teve preso na Espanha, adoeceu. Depois, beu doente, para o curar, ainda por cima. Ai meu Deus, e depois tornou a ir! Sim, e a terceira vez ficou doente, ficou preso na Espanha, ficou doente, quando veio estava doente. Para o curar, a minha mãe... dinheiro não havia e havia que

pagar, e ela vendeu daquilo que tinha na casa e até os botões das orelhas, para o curar.” (Fátima, Parada do Monte)

11. “... o meu home si, para a França. Vinte e quatro aninhos que ele botou lá, meu amor. A salto. Havia um hominho ali na Cela, que os passava. Havia muitos e depois metiam-nos numa casa de confiança, mas ninguém lhes dava de comer, nim de beber, muita fominha passavam. Antes de lhes darem o passaporte, passaram as de Cristo, prendiam-nos!” (Carmo, Roussas)

12. “Foi difícil para ir a salto, para mim principalmente foi difícil, porque prenderam-me duas vezes antes de ir. Estive a primeira vez quase um mês e mais não cheguei longe, só cheguei a Ourense. Estive lá quinze dias e outros quinze dias aqui, em Melgaço ... e, depois segunda vez, segunda vez é que só estive quinze dias, só estive quinze dias.

Ora bem, a primeira vez que fui iam uns três e, à segunda vez que fui, só ia eu com um passaporte, o passaporte do meu irmão, passaporte falso, claro e prenderam-me. À terceira vez, fomos cinquenta e cinco. A primeira vez que fui tinha dezasseis anos, quando me prenderam a primeira vez.” (Henrique, Parada do Monte)

13. “O meu pai (...) emigrou em mil novecentos e cinquenta e sete. A salto. (...) Todas as pessoas que iam a salto iam sujeitas a diversas peripécias, ou diversas dificuldades. Primeira coisa, a coisa mais difícil para eles era o trajeto, era a maior parte dele feito a pé; a má nutrição; péssimas condições, claro, não eram caminhos corretos, eram sempre caminhos escondidos, habitação, momentos de repouso eram feitos, muitas vezes, com grandes dificuldades.

Meu pai, ele teve oito dias dentro de um curral e com pouca comida ou quase nenhuma. Tiveram que rebentar com as portas, sair para fora, porque, quando saíram, já tinham uma matéria branca, que a gente ganha na língua, que já não conseguiam engolir. Aí, foram comprar pão a uma quinta qualquer na fronteira da Espanha ou da França e foram para comer o pão, não o conseguiam comer e foram para a beira do rio para molhar o pão, para molhar o pão onde havia água e poderem comer e veio a polícia, prendeu-os e foi devolvido para trás. Onze cadeias no trajeto.” (António, Paderne)

9.3.1. Corrupção e violência das forças de autoridade e representantes da instituição católica (inclui também os pesados encargos financeiros da passagem a salto)

14. “... depois é que eu vim a saber que esse padre, o padre A., que lhe arranjava, porque os portugueses aqui, onde eu moro, havia um campo de futebol e até havia aqui gajos, que eram gajos da PIDE, tinha um café em S. Gregório e estes gajos que vinham para aqui, vinham jogar futebol, mas eram gajos que vinham mandados por alguém, para irem para França clandestinos, porque dava muito dinheiro. A menina sabe quanto é que eu deixei? Nove contos!” (Fernando, Cristóval)
15. “Clandestino, lá em Espanha foi um problema, foi um problema em Espanha, porque íamos num Volkswagen quatro indivíduos, íamos quatro num carro e o gajo que nos ia a conduzir o carro era um padre... vem duas praças da Guarda Civil com a sua pistola metralhadora e eu ia à frente, o padre não estava, diz-me o gajo: buenas noches e eu: buenas noches [e ele] qué, algun picho, no? – se era algum furo no pneu; digo: não, não, mas os dois colegas que estavam atrás começaram-se a mexer, os gajos puxam logo a pistola, pensavam que nós éramos da ETA, está a perceber? Bem, lá vamos para a esquadra, vamos lá para uma esquadra deles. Eu, a segunda vez que lá vou pá, a segunda vez era um tenente, vi já sair um colega meu a chorar, o gajo mandou-lhe umas lapadas lá dentro, o gajo, o tenente. Eu ia desesperado, quando entro pela porta e vejo o meu colega a sair a chorar e eu a entrar para dentro, digo-lhe eu para o tenente: usted muita atención, ah, quando chegar a Portugal, vou onde seja, ao Salazar, que se ponha em contacto com o Franco de Espanha, ustedes não tem nada que nos bater, não matamos ninguém, só nos podem aplicar a multa de atravessar a fronteira! (que eram seiscentos escudos, naquela altura).” (Fernando, Cristoval)
16. “Meu pai era passador. Foi em quarenta e cinco e em quarenta e sete já levou o Nelo do Cabo, levou o Tio Carrascal, levou o Tio da Senhora Barroca, levou o Zé da Amélia. De um lado para o outro, escondia-os, às vezes, ele tinha conhecimentos, não é? Tinha quem no ajudasse, senão ele só não fazia nada. Hoje admiramo-nos muito dos policia fazerem certas coisas, mas naquele tempo, também já faziam.” (Joaquina, Parada do Monte)

9.4. A emigração clandestina como uma oportunidade de negócio

17. “O meu avô paterno esteve emigrado em França durante décadas. Foi para França de forma ilegal, “a salto”, como se costuma chamar por lá, a seguir à Segunda Guerra. Estabeleceu-se em França com bastante sucesso e juntou uma fortuna interessante ao longo dos anos. A partir de uma certa altura, na década de 60 e início de 70, era “passador”, ou seja, ajudava portugueses e emigrarem para França de forma ilegal. Isso também contribuiu para o avolumar da sua fortuna. Reformou-se em meados da década de 70.” (Valter Alves)
18. “Ui, o que aquilo foi, menina. O que eu passei com essa gente, com os emigrantes. [era] passador, mas não gostava daquilo. Apareceu que, um tio meu, pediu-me para passar e eu sempre tive muito medo a isso, por causa da polícia, porque os policiares abusavam da autoridade, a PIDE, a PIDE. Passei, passei, diversas [pessoas]. Ah, fui diversos anos [passador], porque eu andava sempre no contrabando, sabe como é... tinha um passaporte legal que utilizava, quando andava lá particular.” (Mateus, Vila)

9.5. Condições residenciais no país de acolhimento

19. “Ah, [viviam] nas barracas. Naquele tempo, nos anos sessenta, sessenta e cinco, ainda havia muito o *bidonville*, o champigny, Saint-Dennis [...] aquilo era tudo madeira, por dentro tinha umas muito ajeitadinhas, sabe, mas tinham que se lavar numa bacia.” (José, Paços)
20. “(...). Quando cheguei lá, o meu marido fora-me esperar a um sítio que lhe chamavam a Bastilha, que era na França. Desencontrei-me dele, mas ali havia tantos habitantes, eram... mil e oitocentos habitantes, tudo de toda a reça, de toda a qualidade. Sabe no que habitavam? Umas barraquinhas que faziam de madeira, que iam buscar a um sítio onde deitavam as descargas do lixo, faziam aquelas barracas!
Eu quando cheguei ali e que me lembrei de que tinha que viver numa barraca daquelas... você não imagina, mas pronto, disse «bom, eu hei de me aguentar!»
(Clara, Lamas de Mouro)

21. “O meu marido emigrou em 1955 pela primeira vez, mas adespois começou os filhos a nascer, a vida a complicar-se, teve que mudar, para ver se a gente arranjava uma melhor vida, não é? Era filho único. Quer-se dizer que, naquele tempo, já havia lá muitos emigrantes daqui, de Portugal, chamaram-no por carta de chamada. Quando chegou lá, já tinha trabalho, já tinha onde viver, nas barracas, diz que eram seis em cada. Ele dizia assim: «as barraquinhas onde vivemos não eram maiores que a nossa cozinha».” (Joaquina, Parada do Monte)

9.6. A emigração feminina

22. “Eu estive lá pouco mais de um ano, eu não sabia falar, eu via-me perdida. Elas queriam falar comigo, eu não sabia o que me diziam, elas a mim igual, também não sabiam, nem sabam agora ainda, e depois vim-me embora para aqui..., mas eu fui antes de me casar ... foi com um... havia um homem que passava a gente, é dali da Portelinha.” (Anabela, Castro Laboreiro)

23. “A minha mãe também foi para lá. A gente depois, quando foi o meu irmão, quando foi intenção do meu irmão ir para lá, foi quando a minha mãe também foi e desde aí, desde mil novecentos e sessenta e cinco que vivemos uma vida de família.” (António, Paderne)

24. “A minha mulher esteve na França, casamos lá, porque eu depois não podia casar aqui, que não tinha serviço militar, na altura não fui para a tropa e adepois não podia vir, porque não me davam passaporte para vir, nem tinha licencia militar e adepois mandei-a ir e casei lá com ela.” (Henrique, Parada do Monte)

25. “O meu marido estava na França. Esteve lá trinta anos, parece-me que passou mais uns aninhos. Quando casei com ele, ele já tinha oito anos da França. Fiquei com a minha sogra falecida. Foi, fiquei dez anos com ela e, depois ela faleceu e, a ‘pois, também fui para a França.” (Emília, Castro Laboreiro)

26. “Bom, lá me apareceu o meu marido (Deus o tenha no Céu!), ele já morreu...e depois tratámos o casamento naquele ano, ele estava na França. Eles iam com uns passadores. O meu marido, por sorte, nunca foi preso. Despois beu, e o dia que me casei... tratei o casamento então e bim pra ná, bim-me casar à igreja aqui de Castro

Laboreiro e claro, naquele dia fiquei aqui, fiquei aqui e ele pró outro dia foi embora, renovar-lhe os documentos pra me vir buscar para levar para a França. Bom, mas a vida não correu como ele quis e não me beu buscar. Não me beu buscar e eu ali fiquei, fiquei co'a minha sogra... bom, fiquei com a minha sogra, ah... ele estubo lá seis meses e depois beu, tube a primeira filha e despois a vida já foi continuando... bom...depois fui para a França, estubo lá trinta anos.

Bom, e eu levava o bilhete de identidade e ensinaram-me como havia de dizer... à policia, que dissesse que o meu marido não fazia caso de mim e eu que não tinha possibilidades de criar a minha menina e que ia pra' onde a ele. E assi fui.... Olhe, lá fui.

Quando cheguei lá, o meu marido fora-me esperar a um sitio que lhe chamavam a Bastilha, que era na França. Desencontrei-me dele, mas ali havia tantos habitantes, eram... mil e oitocentos habitantes, tudo de toda a reça, de toda a qualidade. Sabe no que habitavam? Umas barraquinhas que faziam de madeira, que iam buscar a um sítio onde deitavam as descargas do lixo, faziam aquelas barracas!

Eu quando cheguei ali e que me lembrei de que tinha que viver numa barraca daquelas... você não imagina, mas pronto, disse «bom, eu hei-de-me aguentar!»

(Clara, Lamas de Mouro)

9.7. Consequências da emigração – impactos económicos, culturais, sociais e demográficos

9.7.1. Desertificação e envelhecimento

27. “Do tempo em que eu criei os meus filhinhos, para agora... havia aí uma escola, que agora até fechou. Aquilo, íamos levar as crianças à escola, brincavam ali e tudo, agora acabou tudo. Aqui agora não hay ninguém, só velhos!” (Clara, Lamas de Mouro)

28. “A alegria de outros tempos morreu completamente. Agora, nós crianças, íamos para a eira do lugar, brincávamos todas, brincávamos à neca, brincávamos às escondidelas, passava ali umas tardes maravilhosas. Agora, passamos nos lugares até já nem vemos crianças nenhuma. Antigamente, era uma alegria total.” (Matilde, Paderne)

29. “...então, vou-lhe dizer uma coisa, emigrou tudo, isto aqui emigrou tudo, aqui não hay uma rapariga quase, num a hay. Olhe até nem vejo rapariga nenhuma, rapazes igual, porque uns, andam a estudar, outros emigraram. Pronto, não hay nada, aqui é os velhotes, aqui está tudo devoluto, nada!” (Margarida, Chaviães)
30. “Estás a ver as casas que são poucas e as casas estavam todas cheias e, agora, contando estas duas aqui do fundo, somos cinco vizinhos, três centradas lá em cima e duas aqui ao fundo.
Vem pessoas de fora, vamos cruzar nós, os mais jovens, se não emigrarmos ou sairmos daqui, vamos cruzar com pessoas na rua que nunca conhecemos de parte alguma. Castro Laboreiro vai-se tornar em aldeias fantasmas, porque já há algumas e vai-se tornar muitas delas aldeias fantasma. É o que eu digo, muita gente vai vir cá para cima à procura, talvez, de aliviar, pensa que, se calhar, vai ter muitos benefícios e não vai ter.” (Ana, Castro Laboreiro)
31. “De há trinta anos para esta data de dois mil e dezassete, portanto, acabou esse pilar da economia, que era o contrabando, a economia ligada à emigração manteve-se, mas com uma marca sociológica que foi a redução gradativa da população. A primeira geração ainda vai voltando e vem para Melgaço, mas a segunda e terceira gerações desse fluxo de pessoas que foi para fora já não está a regressar e, portanto, temos uma população que envelhece, que não se renovou, porque a renovação feita ficou fora do país, foi feita fora de Melgaço, não ficou em Melgaço...” (Manoel Pombal)

9.7.2. Perda de contacto entre gerações

32. “Agora, passa-se no caminho e não se encontra ninguém. Passa-se por uma rua qualquer, por um caminho, e não se encontra ninguém. Dantes, a gente parava, conversava com este, conversava com aquele, até com os filhos na casa se conversava muito, agora, não se conversa. Os filhos andam por aqui e por acolá e pronto, sabe.” (Manuela, Paderne)

9.7.3. Alterações do vínculo à terra de origem – a questão do regresso

33. “Ai, isso fica tudo. A minha família fica toda lá já. Eles agora, pronto. Para mim, ao menos ali, que eles até têm uma casa nos Arcos, compraram uma casa que era

dos sogros, mas não para os Arcos quererem ir. Vêm de férias para aqui. Lá vai, lá vai. E, se vêm, é só unicamente de férias. De férias, de resto, lá vai.” (Margarida, Chaviães)

34. “[os filhos] são emigrantes. Um, voltará, o mais novo volta, voltará, não sei. Casou aqui com uma portuguesa, o mais velho está casado com uma francesa, tem lá casa, tem lá a vida dele, tem lá as filhas e não gosta disto. Foi com dezoito anos, tem quarenta e oito, já tem mais anos de França do que de cá e não gosta. Está aqui quinze dias e já fica cheio.” (Manuela, Paderne)

35. “... vão os filhos todos, depois os filhos têm a vida deles lá, claro que eles não deixam os filhos para vir, embora venham aqui de vez em quando, mas passam lá mais tempo, porque têm lá os filhos, tem lá família.” (Henrique, Parada do Monte)

9.7.3.1. A importância do mês de agosto

36. “...era isso que agradava a todos os Melgacenses, provavelmente, e a esses próprios pais, que deixaram lá os filhos e que lhes vão transmitindo as nossas vivências e as nossas coisas e também se nota que esses filhos e esses jovens que cá voltam, normalmente que voltam, vêm cá sempre no verão, daí, no verão ser um boom de população, nós triplicamos a população melgacense. Não são só os mais velhos, que esses já cá estão, não é? São os outros e esses outros já têm filhos e esses é que, se calhar, já não vêm com tanta frequência.

Agradava efetivamente ao Município que a cultura melgacense se preservasse por eles, não sei até que ponto isso vai acontecer, porque tantos anos fora, nascidos em França, criados em França, educados pelos pais, que são portugueses, mas na cultura que é completamente diferente da nossa, o ensino, que lhes foi ministrado pelo ministério francês, portanto, não sei até que ponto vamos conseguir que essa cultura prevaleça nesses emigrantes.” (Maria José Codesso)

9.7.4. Impacto económico

37. “O que valeu aqui foi a emigração, senão como é que se vivia? Ai a vida de dantes, quando nós nos criámos!” (Fátima, Parada do Monte)

38. “Olhe que lá [em Castro Laboreiro] havia muita miséria, muita miséria, menina, porque aquilo, depois, na emigração, quando foram para fora, é que a vida se modificou. Há casas lá que aquilo é um mimo, há casas lá que aqui não há!” (Mateus, Vila)
39. “... com a saída das pessoas, maioritariamente no início dos homens, que emigraram e também foi uma mais-valia para o Concelho. Pode-se dizer que, o Concelho de Melgaço, em tempos, foi um dos Concelhos que, a nível de bancos, mais dinheiro tinha, fruto destas duas atividades – a emigração e o contrabando. Nós chegamos a ter aqui... eu não lhe sei quantificar, mas era um número de bancos, quer dizer, para a Vila, era um número exorbitante, mas que efetivamente, todos tinham muito dinheiro lá depositado, porque os nossos emigrantes e os nossos contrabandistas eram ricos.” (Maria José Codesso)
40. “... a sociedade Melgacense estava marcada, na sua economia e na sua estrutura social, por uma geração que tinham acabado de emigrar ainda há pouco tempo, na década de sessenta/ setenta houve uma avalanche muito grande de melgacenses que saiu da sua terra para emigrar, sobretudo, para França e essa geração, que tinha na década de sessenta/ setenta feito este percurso para a emigração, para França, era uma geração que estava ainda muito ligada a Melgaço e – digamos – a fazer um reinvestimento de riqueza em Melgaço.
- Nessa altura, os emigrantes vinham com muita frequência a Melgaço, tinham uma geração de filhos que vinha muito frequentemente a Melgaço e estavam a fazer, nessa altura, uma aposta muito grande em criar riqueza, sobretudo, riqueza patrimonial, construindo as suas casas, uma marca muito grande desse período de há trinta anos atrás.” (Manoel Pombal)
41. “Se eu tenho agora a pensãozinha, foi porque ele descontou, minha filha, que aqui não é nada, aqui é pouquinho. Eu ficara com os filhinhos e a trabalhar. Fizemos a casa, fizemos uma casa boa ali em cima, em Santa Rita...” (Carmo, Roussas)
42. “... a partir dos anos de mil novecentos e cinquenta e oito, cinquenta e nove, sessenta, havia diferença, havia diferença porque a emigração e, eu mesmo, que era filho de emigrante, nessa época, a partir dos anos cinquenta e sete fui filho de

emigrante, aí a gente já vivia com mais... é claro, a vida modificou muito, porque depois não é só isso, é que a emigração trouxe para cá trabalho e dinheiro.” (António, Paderne)

43. “A emigração foi o que teve mão em Melgaço, o que aumentou Melgaço foi a emigração. Fábricas aqui não hay. Vingou muita gente (...)” (Henrique, Parada do Monte).

Anexo 10 - Posição social da mulher na comunidade melgacense: excertos de entrevistas

10.1. Restrições sociais

1. "... também ia aos bailes e aos serões, mas sempre acompanhada. Nós não podíamos andar sozinhas. E, então, eu para os bailes, era a minha avó que ia comigo. A rapariga que andasse de noite sozinha era logo difamada. Pronto, e depois, algumas até era mentira, não se tinha passado nada, mas depois os outros rapazes já não a queriam, ela já era posta de lado." (Matilde, Paderne)

2. "Naquele tempo, no nosso tempo, a rapariga que fosse para um baile não era uma rapariga séria. De noite saía-se, mas era acompanhada, quando era para o serão público, nas cortes. Mas não íamos sozas, ia gente já sempre mais velha." (Fátima, Parada do Monte)

3. "Muito castigada. Era muito castigada, era, porque lhe batiam, porque elas não trabalhavam e não tinham saída, se iam regar o milho às vezes, não iam sozinhas. Não, mesmo as filhas, que iam para os bailes, tinha que ir o pai ou alguém com elas. Não deixavam ir sozas. Ai, tinha que ir alguém com elas, ou uma vizinha velha." (José, Paços)

4. "Para irmos aos bailes, tínhamos que pedir a uma pessoa mais velha, que não nos deixavam ir aos bailes, não nos deixavam ir sozas. Deus me livre que uma rapariga desse um beijo a um rapaz." (Carmo, Roussas)

10.2. "Superioridade" masculina/vida conjugal

5. "O home era o mandão, o home era o galo. A mulher era um zero à esquerda. A mulher era a criada do home. O homem antigamente (Deus me livre!), também agora isto, está demais, se você quer. Se imos a ver, em coisas está demais, porque não lhe relevam também nada ao homem, pronto, nem oito, nem oitenta, mas isto melhorou ainda bem, ainda graças a Deus!
Quanta mulher, olhe que eu tive lá uma mulherzinha que morreu de pancada que o home lhe dava (ladrão, malvado!) e, por isso antigamente, Deus me livre!

Antes, talvez era ou de cento um ou duzentos um, que não malhava na mulher. Cobria-a de filhos e depois ainda a massacrava, a mulher não tinha tempo para nada.”
(Margarida, Chaviães)

6. “... as mulheres eram muito escravas, muito mais escravas que agora. Os homes, havia muitos que... eu não tubo essa desgraça, mas havia muitos que batiam nas mulheres...” (Adelaide, Castro Laboreiro)

7. “Houve sempre isto do homem ser, o nosso português, ser um bocado machista, isso é um caso que sempre houve. O problema da mulher... houve sofrimento e esta nova..., houve uma liberdade de expressão e tudo isto que as mulheres conseguiram através dos tempos foi muito bom, porque a mulher, antigamente, era só mulher para estar em casa, cuidar dos filhos...” (António, Paderne)

8. “... depois casei-me e também não ia para parte nenhuma. Começaram a nascer os filhos, para onde é que ia com os meus meninos? Para sitio nenhum, não, não saía de casa. Não, não, filha. Eu criava os meus filhos, o meu falecido ainda chimpava, bebia recebia o dinheiro, ia para a taberna jogar às cartas, pagava aos de fora e a mim não me dava dinheiro, para dar de comer aos filhos. Olhe, desde que o meu falecido morreu, Deus lhe perdoe, tomara eu que ainda hoje tivesse vivo, mas desde que ele morreu, governo eu melhor a vida agora, de que a governava antigamente, porque ele não me dava o dinheiro, eu não tinha nenhum, não trabalhava, só fazia a vida da casa.” (Joana, Roussas)

10.3. Controlo parental

9. “Você acredita que, quando nós casámos, quando eu casei, para irmos à vila registar-nos, fazer lá o casamento no registo, eu e a minha mai na camioneta e o meu marido, a cavalo de uma égua que o meu pai tinha. Não nos deixavam ir com eles a um cesto de erva, não nos deixavam, a mulher tinha... Antes de casar, para a mulher ir birge, senão, não valia a pena a mulher levar o ramo. Agora, levam o ramo para quê? Vão de branco, para quê? Vai o filho com as alianças, para quê?” (Joaquina, Parada do Monte)

10.4. Casos ocorridos durante o percurso migratório

10. “Ai meu Deus! O que elas passavam! Depois os maridos iam para a França e não vinham, arranjavam para lá outras e não vinham, passava-se isso. Isso era verdade que me eu lembra. Mas pronto, passámos de tudo.” (Anabela, Castro Laboreiro)
11. “Alguns ficavam lá e depois as mulheres iam à procura deles. Foi assim que os trouxeram, senão já estavam para lá perdidos. As mulheres ficavam aqui e os homens iam ganhar a vida.” (Fátima, Parada do Monte)
12. “A gente está a falar e estamos aqui na risada, porque é assim, a minha mãe está a dizer que era triste [quando os maridos emigravam], era triste o tanas! Triste para elas, porque eles iam e tinham duas famílias! Ene de vezes! Eles iam e formavam lá uma família e vinham para cá e iam outra vez e que se lixasse quem cá ficava e deixavam aqui a mulher e os filhos e iam para lá. Depois, acabavam por deixar aqui mesmo a família, esquecer completamente a família e ir para a França para onde a outra. O irmão dela! Tinha aqui a mulher, fez filhos na França, a mulher que ele tinha com os filhos faleceu e ele trouxe os três filhos aqui para mulher em Portugal, e a mulher criou-lhos. Estás a falar com uma pessoa que sabe!” (Ana, Castro Laboreiro)

10.4.1. Papel da mulher de emigrante

13. “Eu ando aleijada dos ossos e da vida. Era dura, porque como o meu marido era emigrante, eu tinha que fazer o meu trabalho e o dele, nos campos. Dos filhos, do campo e tive duas vacas, tinha porcos, tinha animais, tinha que sulfatar a vinha, pronto.” (Isabel, Prado)
14. “Fiquei sozinha com os filhos. Quer-se dizer, quando ele foi para a França, fiquei com os filhos, com três... não, com dous. Um tubeo adespois, desde que ele emigrou. E, adespois, os filhos foram também.” (Adelaide, Castro Laboreiro)
15. “Vivi sempre aqui em Chaviães. Eu migrei. Eu e o meu marido. Primeiro emigrou ele e depois... depois chamou-me a mim e fui para lá e depois de lá estar, botei só lá dois anos, mas depois saí de bebé e depois, pior ainda, quando vim para cá tinha uma menina de quinze dias. Muito difíceis ui, muito difícil, muito, ui ui! Depois vim para cá e trouxe a menina e vim eu e o meu marido e a menina e depois ele foi para Paris e, nesse caso, eu já fiquei cá. Depois eu aqui é que cuidava e é que quem

eduquei a menina. (...). O que eu passei, só Deus e eu é que sei, mais nada! Porque, olhe, o home morreu-me, morreu cedo, fiquei eu a batalhar a vida, pronto, batalhei, mas já a gente tem que passar, talvez, por elas.” (Margarida, Chaviães)

16. “Meu pai foi o primeiro que foi descobrir. Olhe que ele, foi para a França e a minha mãe tinha que lhe mandar a roupa feita de cá, porque eles lá só tinham camisas de papelão, cuecas, ceroilas, nós chamávamos naquele tempo, meiotos, lenços das mãos, mas minha mai era costureira, era tecedeira, ensinou-nos a fazer tudo.” (Joaquina, Parada do Monte)
17. “... a mulher de outros tempos estava sujeita que, quando o marido emigrava, ela tinha que ocupar o lugar de homem e de mulher. Devíamos dar [valor] a todas as mulheres de emigrantes ou sem [ser, todas as mulheres que ajudaram o homem, qualquer que foi a forma, tudo é uma forma de ajudar!” (António, Paderne)

10.5. Papel laboral da mulher

18. “Vivia, vivia, mas a vida era muito escravinha, porque tínhamos que andar nos campos a trabalhar, os maridos por aí fora e nós, aqui, a trabalhar como escravinhas!” (Teresa, Castro Laboreiro)
19. “Eu tinha duas vacas, eu tinha que lavar a roupa, tinha que fazer tudo. A mulher ficava sempre na casa a cuidar dos filhos. Levava um molhinho de palha centeia... deitava ali o menino, para não estar na terra e, depois, segava o feixe da erva, fazia-o, erguia-o às costas, punha-me de joelhos com o feixe às costas para pegar no filho. Metia-o para baixo para a erva não lhe pingar na cara. Era um tempo muito escravo!” (Paula, Prado)
20. “Eu não sei. Naquele tempo, sete filhos, ainda ter que trabalhar, botar o gado, ir para todo [o lado] com os filhos ao redor, não sei como...” (Fátima, Parada do Monte)

10.6. Vestuário – cor negra

21. “Agora não, mas por exemplo, no tempo que eu casei, quando os maridos emigravam, as mulheres ficavam sempre de preto. Eram as viúvas dos vivos, até a aliança tiravam.” (Sofia, Castro Laboreiro)

22. “...lá havia as viúvas vivas, (...) que eram as senhoras que, quando os maridos emigravam, vestiam-se completamente de preto, mas hoje, mesmo que os maridos estejam cá, elas não vestem roupas muito claras, é sempre roupa escura.” (Maria José Codesso)

10.7. Importância da mulher melgacense

23. “O papel da mulher melgacense é vital para a evolução social e familiar do concelho. Diga-se que se tivermos em conta que Melgaço é um concelho de emigrantes, quase sempre a mulher era a chefia da casa, assumia a gestão da gestão da casa, a educação dos filhos, os trabalhos no campo. Enfim, o homem, quando emigrado, estando ausente, apenas enviava dinheiro. A trave mestra da família era a mulher. Podemos dizer que o homem garantia as finanças da casa, o resto era a mulher que aguentava. Muitas vezes, a própria mulher praticava tarefas tradicionalmente masculinas tais como o contrabando ou o apoio à emigração ilegal, trabalhos de grande risco.” (Valter Alves)

Anexo 11 – Estrutura da entrevista ao Professor Albertino Gonçalves

Nome:

Idade:

Local da Entrevista:

Data:

1. Nasceu em Melgaço?
2. O professor viveu em Melgaço quantos anos?
3. Como é que foram esses tempos? E o que é que marcou esse tempo?
4. O que considera que mudou em Melgaço, em termos sociais, culturais e também económicos?
5. Que posição tinham as mulheres no contrabando que, na sua generalidade, era um mundo de homens, e na emigração clandestina?
6. A submissão das mulheres aos seus maridos era uma realidade de Melgaço antes dos tempos de emigração?
7. Que papel tinham os guardas fiscais no contrabando em Melgaço?
8. Havia diferença entre um passador homem e uma passadora mulher?
9. O respeito de quem queria emigrar, era diferente para com as mulheres, do que era para com os homens?
10. As mulheres corriam mais riscos?
11. Também fui confrontada com uma realidade que me impressionou, que foi: eu entrevistei uma senhora de quarenta e oito anos que, aos onze anos, já praticava o contrabando. Ou seja, também as crianças estavam envolvidas no contrabando. Como era gerida essa envolvimento?
12. Que impacto teve o contrabando e a emigração, na sociedade melgacense?
13. Que lugar ocupam os «mais velhos», dentro da sociedade melgacense? São os «mais velhos» que verdadeiros repositórios de histórias?
14. Será que a zona de montanha, pelo seu distanciamento geográfico, ainda é um repositório muito interessante a explorar?
15. Quais são as diferenças significativas que existem do monte para a ribeira, que tantos melgacenses falam?
16. Que importância tem a especificidade linguística de Castro Laboreiro, na sua identidade?
17. Que lugar ocupa a tradição lendária do fantástico em Melgaço?
18. Que importância tinham as romarias, como encontro social?

Anexo 12 – Tabela ilustrativa do número de ocorrências de palavras selecionadas para análise linguística

Para efetuar a análise da frequência de utilização das palavras selecionadas para análise linguística utilizou-se a ferramenta *QSR NVivo 11* (pode ser descarregada através do link: <http://www.qsrinternational.com/nvivo/nvivo-products/nvivo11-for-windows>), desenvolvida para agilizar o processo de análise de documentos e informação em bases de dados.

No contexto do presente trabalho de dissertação, foi utilizada a versão de teste do referido software para importar os documentos de transcrição de 23 das 29 entrevistas realizadas. Assim, depois de se realizar a importação dos referidos documentos, procedeu-se à pesquisa de palavras específicas da análise ('*quiso OR si OR ... OR adespois*') por cada uma das entrevistas, guardou-se o resultado que descrevia a frequência de utilização de cada palavra específica por cada entrevista.

A referida ferramenta permitiu fazer não só uma apreciação global da utilização das palavras específicas com base nos resultados previamente obtidos, mas também obter excertos de texto onde as mesmas ocorriam.

Palavra	Ocorrência da palavra específica em todas as entrevistas	Quantidade de entrevistas em que a palavra ocorre	% ocorrência da palavra nas entrevistas	% utilização global da palavra
<i>Abocanhar</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Acadar</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Achegar</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Acompanhamento</i>	7	3	13,04%	0,41%
<i>Adejos</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Ademais</i>	3	1	4,35%	0,18%
<i>Adepois</i>	52	9	39,13%	3,04%
<i>Adespois</i>	43	7	30,43%	2,51%
<i>Aguilhada</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Ajuntam</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Ala</i>	14	7	30,43%	0,82%
<i>Alamedar</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Alevanta</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Almoço</i>	10	3	13,04%	0,58%
<i>Andaba</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Apeixonado</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Arraianos</i>	1	1	4,35%	0,06%

<i>Arrecebe</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Arriba</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Assi</i>	166	12	52,17%	9,71%
<i>Bacas</i>	13	7	30,43%	0,76%
<i>Barbeito</i>	10	1	4,35%	0,58%
<i>Beixar</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Bim</i>	8	3	13,04%	0,47%
<i>Birge</i>	2	2	8,70%	0,12%
<i>Bô</i>	3	3	13,04%	0,18%
<i>Botar</i>	26	9	39,13%	1,52%
<i>Branda</i>	6	2	8,70%	0,35%
<i>Bucho</i>	7	1	4,35%	0,41%
<i>Bueno</i>	18	4	17,39%	1,05%
<i>Burregas</i>	8	3	13,04%	0,47%
<i>Buscari</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Cã</i>	9	5	21,74%	0,53%
<i>Cabaço</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Caçola</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Calções</i>	5	1	4,35%	0,29%
<i>Carneiros</i>	5	1	4,35%	0,29%
<i>Carpear</i>	5	4	17,39%	0,29%
<i>Cãs</i>	3	2	8,70%	0,18%
<i>Casara</i>	2	2	8,70%	0,12%
<i>Castrejas</i>	3	2	8,70%	0,18%
<i>Castrejos</i>	7	6	26,09%	0,41%
<i>Ceia</i>	6	4	17,39%	0,35%
<i>Ceroilas</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Chambra</i>	9	2	8,70%	0,53%
<i>Chaqueta</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Chargão</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Chegara</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Chicolate</i>	3	3	13,04%	0,18%
<i>Chofer</i>	3	3	13,04%	0,18%
<i>Chousa</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Combináramos</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Comeri</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Comprari</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Corga</i>	2	2	8,70%	0,12%
<i>Corrim</i>	3	1	4,35%	0,18%
<i>Côto</i>	37	9	39,13%	2,16%
<i>Crastejas</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Crastejos</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Curbata</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Debulhar</i>	3	1	4,35%	0,18%
<i>Desgracia</i>	5	4	17,39%	0,29%

<i>Despois</i>	52	8	34,78%	3,04%
<i>Digades</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Dobadoira</i>	7	1	4,35%	0,41%
<i>Doirada</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Eido</i>	5	4	17,39%	0,29%
<i>Empregada</i>	2	2	8,70%	0,12%
<i>Entruido</i>	4	3	13,04%	0,23%
<i>Escondera</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Escuitar</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Esperta</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Espinhela</i>	4	1	4,35%	0,23%
<i>Estay</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Estubesse</i>	2	2	8,70%	0,12%
<i>Estubo</i>	11	6	26,09%	0,64%
<i>Fame</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Fateiro</i>	4	1	4,35%	0,23%
<i>Fazeri</i>	2	2	8,70%	0,12%
<i>Feijões</i>	10	4	17,39%	0,58%
<i>Fezo</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Fiadeiras</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Fize-os</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Fora</i>	115	21	91,30%	6,73%
<i>Forganeiro</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Francia</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Ganido</i>	5	1	4,35%	0,29%
<i>Hay</i>	219	16	69,57%	12,81%
<i>Haya</i>	3	2	8,70%	0,18%
<i>Home</i>	73	13	56,52%	4,27%
<i>Houbo</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Igreje</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Imos</i>	32	10	43,48%	1,87%
<i>Inverneira</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Jantar</i>	10	4	17,39%	0,58%
<i>Jungir</i>	4	1	4,35%	0,23%
<i>Lástiga</i>	3	1	4,35%	0,18%
<i>Lavoira</i>	8	4	17,39%	0,47%
<i>Los</i>	22	8	34,78%	1,29%
<i>Mai</i>	95	14	60,87%	5,56%
<i>Malamente</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Mandil</i>	10	5	21,74%	0,58%
<i>Maquia</i>	5	2	8,70%	0,29%
<i>Matrimónio</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Messe</i>	8	3	13,04%	0,47%
<i>Metera</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Mi</i>	1	1	4,35%	0,06%

<i>Mientre</i>	3	1	4,35%	0,18%
<i>Morrera</i>	5	3	13,04%	0,29%
<i>Mudara</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Mui</i>	22	7	30,43%	1,29%
<i>Nascera</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Nim</i>	44	13	56,52%	2,57%
<i>Ningures</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Nuve</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Oiro</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Oraçõ</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Orde</i>	7	5	21,74%	0,41%
<i>Pã</i>	7	2	8,70%	0,41%
<i>Paridura</i>	4	2	8,70%	0,23%
<i>Passemos</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Pecho</i>	8	3	13,04%	0,47%
<i>Peja</i>	3	1	4,35%	0,18%
<i>Pila</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Plainas</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Pôdo</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Poso</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Presigo</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Quentar</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Quiso</i>	6	6	26,09%	0,35%
<i>Ramboia</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Rapar</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Rapaza</i>	2	2	8,70%	0,12%
<i>Rapazas</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Repesa</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Requiar</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Rês</i>	28	9	39,13%	1,64%
<i>Roda</i>	23	1	4,35%	1,35%
<i>Sabam</i>	6	1	4,35%	0,35%
<i>Sandou</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Sarilho</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Si</i>	130	16	69,57%	7,60%
<i>Sin</i>	18	6	26,09%	1,05%
<i>Socos</i>	5	2	8,70%	0,29%
<i>Sofage</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Sofagem</i>	3	1	4,35%	0,18%
<i>Soques</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Sozas</i>	4	3	13,04%	0,23%
<i>Sustância</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Tabães</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Tanganheiro</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Tchuba</i>	2	1	4,35%	0,12%

<i>Terraça</i>	3	2	8,70%	0,18%
<i>Trouxe</i>	29	10	43,48%	1,70%
<i>Tube</i>	7	4	17,39%	0,41%
<i>Tubo</i>	11	4	17,39%	0,64%
<i>Van</i>	3	1	4,35%	0,18%
<i>Viage</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Viera</i>	2	1	4,35%	0,12%
<i>Vinhemos</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Vinheram</i>	1	1	4,35%	0,06%
<i>Vira</i>	8	4	17,39%	0,47%

Tabela 2 – Número de ocorrências das palavras selecionadas nas entrevistas para análise linguística

Anexo 13 – Especificidades linguísticas do concelho de Melgaço: excertos de entrevistas

13.1. Perceção dos informantes com respeito à especificidade linguística do concelho de Melgaço

1. “As pessoas daqui são um pouco... sei lá bem como são. Só querem a falinha daqui... *Bueno, bueno! Bueno, bueno!*... É por estarem aqui nos montes. A gente ri-se, eu também me ria antes, mas já me habituei.” (Anabela, Castro Laboreiro)
2. “Pois, nós ainda falamos um bocadinho espanhol, mas dantes falava-se muito mais. Agora, com a escolaridade obrigatória, as crianças já vão aprendendo a falar português.” (António, Paderne)
3. “Qualquer parte que esteja, procuro falar assim um bocadinho mais português, mas às vezes escapa-me.” (Henrique, Parada do Monte)
4. “Em que noto diferença? No falar, nós temos um *patoá* e Castro Laboreiro tem outro, falamos muito arraiano.” (Fernando, Cristóval)
5. “A menina sabe que, nós aqui, somos mais espanhóis que portugueses” (José, Paços)
6. “... basta que nós saíamos aqui no nosso Concelho, vamos a Braga, vamos ao Porto e vamos, como é óbvio que, ao contactar com alguém, dizem: *vocês não são de cá, vocês falam tipo espanhol*. Então, se formos para Castro, isso até nós, os de cá de baixo, notámos a diferença. Quando eles puxam lá por aquele dialeto, já ninguém compreende nada.” (Maria José Codesso)
7. “... somos nós a falar o português, temos o galego e depois ainda temos o francês, isto sai daqui uma mistura e, se a Maria vai falar com pessoas de idade e pessoas

que foram ou já estiveram em França, então prepare-se, que vai encontrar uma língua totalmente nova.” (Maria, Melgaço)

8. “... quando vou ao médico, eu falo-lhe como sei e ele fica a olhar para mim com uma cara.” (Fátima, Parada do Monte)
9. “... como já lhe disse, tenho pessoas no Porto e em Braga. As do Porto, custa-me muito compreendê-las, tenho que me pôr assim *firmedinha* para compreender e eles a mim também.” (Joaquina, Parada do Monte)
10. “... por acaso, nós indo por aí abaixo, as pessoas dizem: *a senhora não é espanhola?* Acho que, mesmo assim, ainda há uma diferença.” (Sofia, Castro Laboreiro)

Anexo 14 – Mapa do concelho de Melgaço

Para a criação do mapa do concelho de Melgaço que seguidamente se apresenta, recorreu-se ao programa *ArcMap* 10.5.1., utilizando, para tal, a Carta Administrativa Oficial de Portugal (versão de 2016).

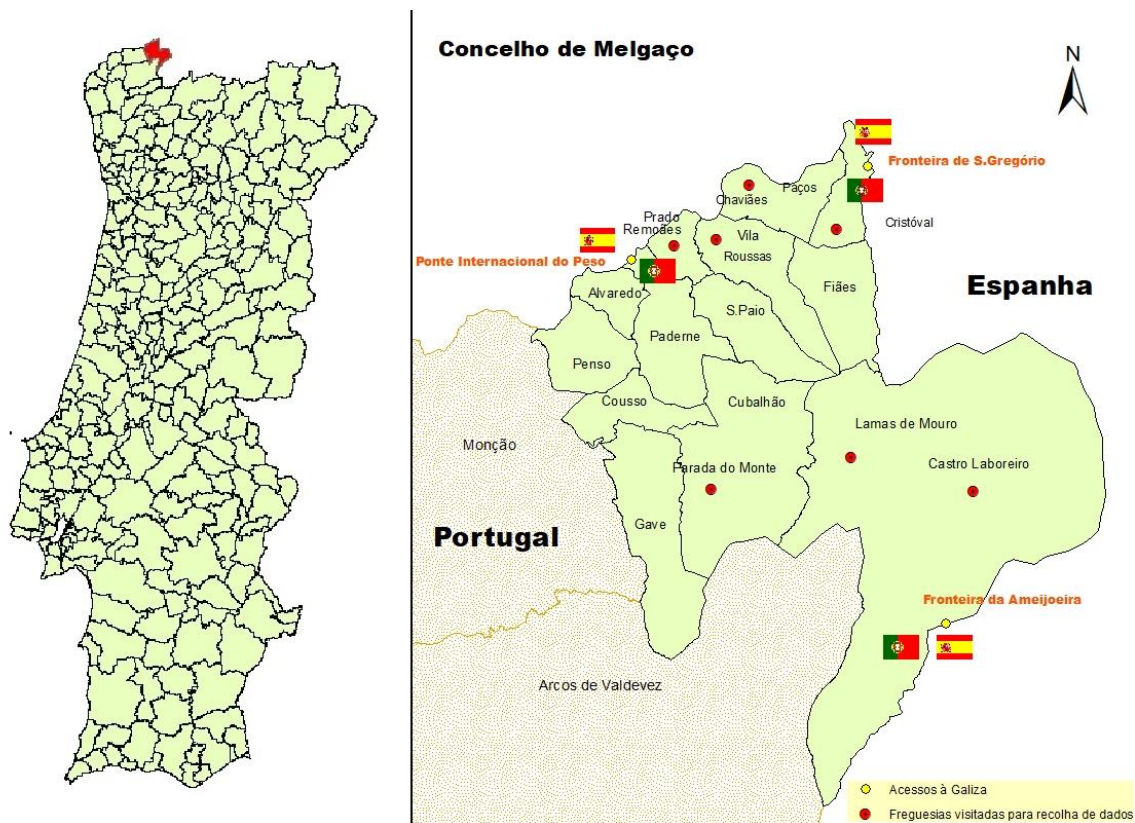


Imagem 6 – Mapa do concelho de Melgaço